

**FÁBIO AUGUSTO SCARPIM**

**Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937).**

**CURITIBA  
2010**

**FÁBIO AUGUSTO SCARPIM**

**Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937).**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História. Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin

**CURITIBA  
2010**

Catálogo na publicação  
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Scarpim, Fábio Augusto

Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937) / Fábio Augusto Scarpim. – Curitiba, 2010.  
230 f.

Orientador: Prof.Dr. Sérgio Odilon Nadalin  
Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Italianos – identidade étnica - Campo Largo(PR).  
2. Italianos – religiosidade – Campo Largo(PR). 3. Italianos – nomes próprios - Campo Largo(PR). 4. Imigrantes – Campo Largo(PR). I. Título.

CDD 325.2450981

## AGRADECIMENTOS

Durante a elaboração dessa dissertação, desde a concepção do projeto até a sua finalização, várias pessoas contribuíram direta ou indiretamente. À elas quero agradecer.

Primeiramente devo agradecer ao orientador professor Sérgio Odilon Nadalin pelas sugestões, pelas críticas, pelos elogios, pela bibliografia emprestada e pela paciência com que lidou com todas as minhas dúvidas. Seu vasto conhecimento foi precioso em várias partes desse trabalho.

Aos professores do curso de pós-graduação em História da UFPR, especialmente as professoras Maria Luiza Andrezza e Roseli Boschilia pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

As professoras Maria Luiza (UFPR) e Núncia Santoro de Constantino (PUCRS) pelas observações e pelas sugestões na defesa dessa dissertação.

À professora Andréa Doré e aos caros colegas da turma de Seminários 2008 da Linha Espaço e Sociabilidades : Anadir, Beatriz, Daniele, Maria Helena, Maria Rosangela, Paulo, Paulinha, Thiago Estevão e Tiago Bonato pelo convívio e pela troca de ideias. Agradecimento especial a Anadir, pois trocamos muitas ideias, informações e também a expectativa e a incerteza, quando do processo de seleção para o mestrado. Também a todos que indicaram bibliografia, que sugeriram ideias, o qual seria tarefa muito difícil a todos aqui mencionar.

A CAPES pela bolsa durante um ano.

A secretária Maria Cristina pelo auxílio nas questões burocráticas.

Reconstituir a trajetória desses imigrantes foi como montar um quebra-cabeças com peças espalhadas por todas as partes. Portanto agradeço a todos que facilitaram meu acesso as fontes para essa pesquisa: funcionários do cartório de registros civis de Campo Largo, paróquia São José de Santa Felicidade, paróquia Nossa Senhora da Piedade de Campo Largo e especialmente ao pároco da paróquia de São Sebastião da Rondinha e a secretária Silmara pelas tantas vezes que me atenderam para a coleta dos registros paroquiais. Processo esse que se iniciou ainda quando preparava o projeto da monografia de graduação.

À Ademir Berton que emprestou o livro de registros de óbito da caixa mortuária da colônia Campina.

Ao arcebispo Dom Pedro Fedalto pela entrevista concedida.

Ao padre Angelo Carlesso Primo pelas informações e pelos dados da genealogia de sua família.

A professora Sandra que fez o Abstract.

A minha família , especialmente aos meus pais, que mesmo não entendendo direito o porquê de tantos livros, fichas, registros, indas e vindas e tantas horas na frente do computador, sempre me apoiaram. Certamente suas estórias despertou o meu interesse para estudar como historiador a história dos imigrantes italianos e de seus descendentes.

Finalmente a Deus que me deu força e coragem para chegar até aqui e para não desanimar perante as dificuldades e perante os milhares de registros paroquiais que transcrevi para essa dissertação.

*Existe uma antiga crença segundo a qual uma pessoa morre três vezes. A primeira é no momento em suas funções vitais param. A segunda é quando seu corpo é colocado no túmulo e a terceira acontece em algum momento no futuro quando seu nome é pronunciado pela última vez.*

## SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	ix
Lista de anexos.....	xi
Lista de mapas e figuras.....	xii
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xiv
Introdução.....	1
<b>1. Das aldeias do Vêneto a Campo Largo: imigração e estabelecimento das colônias</b>	
1.1 O Êxodo dos camponeses do Vêneto.....	15
1.2 Políticas imigratórias no Brasil: imigração para a grande lavoura e a colonização no Sul.....	26
1.3 O município de Campo Largo e as colônias italianas.....	34
1.4 Da Capelania Curada italiana à criação da paróquia de São Sebastião.....	42
<b>2. Construindo identificações étnicas: família, religiosidade e nomes.</b>	
2.1 De camponeses do Vêneto a colonos ítalo-brasileiros: a construção da identidade étnica.....	52
2.2 Nas aldeias do norte da Itália: a família camponesa.....	60
2.2.1 A estrutura dos domicílios camponeses.....	60
2.2.2 Valores camponeses.....	65
2.3 A família imigrante: vínculos familiares e de identificação étnica.....	70
2.4 Do norte da Itália às colônias do Sul do Brasil: a religião como fator de identificação coletiva.....	86
2.5 Um bem simbólico: os nomes de batismo.....	99

### **3.Na pia batismal: tradição e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo.**

3.1 Os nomes ao longo da história: algumas considerações.....	104
3.2 Os nomes e sua frequência.....	110
3.3 Nomes e família.....	122
3.3.1 Nomes dos avós, tios e pais.....	125
3.3.2 Nomes dos padrinhos, bisavós e outros parentes.....	130
3.3.3 Os nomes dos irmãos falecidos.....	134
3.3.4 Nomes dos avós: vivos ou mortos? .....	138
3.4 Os nomes e o calendário litúrgico.....	144
3.5 Outras referências.....	149
3.6 O nome do primeiro filho.....	151
Considerações Finais.....	157
Fontes.....	161
Referências Bibliográficas.....	163
Anexos.....	172

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Área de procedência dos noivos nascidos na Itália (Paróquia de São Sebastião, Campo Largo – Paraná, 1878-1920).....	17
TABELA 2: Colônias italianas de Campo Largo.....	39
TABELA 3: Distribuição dos noivos (as), conforme local de nascimento: Colônias italianas de Campo Largo (1878-1920).....	72
TABELA 4: Distribuição dos cônjuges, conforme origem étnica. Colônias italianas de Campo Largo (1878-1920).....	73
TABELA 5: Origem étnica dos padrinhos e madrinhas que batizaram filhos dos imigrantes e descendentes de italianos em Campo Largo (1878-1937). Números absolutos e relativos.....	82
TABELA 6: Relação entre o local de residência dos pais e padrinhos (1878-1937). (Famílias Reconstituídas). Números absolutos e relativos.....	84
TABELA 7: Frequência dos principais prenomes masculinos escolhidos pelo grupo italiano (1878-1937).....	114
TABELA 8: Frequência dos principais prenomes femininos escolhidos pelo grupo italiano (1878-1937).....	114
TABELA 9: Prenomes mais frequentes entre os imigrantes italianos.....	116
TABELA 10: Frequência dos principais prenomes duplos masculinos escolhidos pelo grupo italiano (1878-1937).....	121
TABELA 11: Frequência dos principais prenomes duplos femininos escolhidos pelo grupo italiano (1878-1937).....	121

TABELA 12: Escolha dos nomes de batismo dos filhos de Antonio e Luigia.....	123
TABELA 13: Influência da linhagem paterna na escolha dos prenomes (1878-1937).....	126
TABELA 14: Influência da linhagem materna na escolha dos prenomes (1878-1937).....	126
TABELA 15: Influência dos padrinhos, bisavós e outros parentes na escolha dos prenomes. (1878-1937).....	131
TABELA 16: Influência dos Irmãos falecidos (1878-1937).....	135
TABELA 17: Crianças que receberam prenomes dos avós vivos ou falecidos (1878-1937).....	140
TABELA 18: Influência dos Santos nos nomes da crianças (1878-1937).....	142
TABELA 19: Relação entre o nome da criança batizada e o calendário litúrgico (1878-1937).....	144
TABELA 20: Outras Influências na escolha dos prenomes (1878-1937).....	149
TABELA 21: Escolha do nome do primeiro filho (1878-1937).....	152
TABELA 22: Escolha do prenome da primeira filha (1878-1937).....	152

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Limites territoriais da paróquia São Sebastião – Rondinha (Campo Largo, Paraná).....	173
ANEXO 2: Casamentos por troca : paróquia São Sebastião – Rondinha (Campo Largo, Paraná ).....	174
ANEXO 3: Anexo metodológico: Organização das tabelas para tratamento dos dados.....	176
ANEXO 4: Tabulação dos dados referentes as práticas de nomeação entre imigrantes e descendentes de italianos de Campo Largo, Paraná (1878-1937). Tabelas 1.A, 2.A, 3.A, 4.A e 5.A.....	183
ANEXO 5: Genealogia das famílias Zanin e Carlesso.....	189
ANEXO 6: Frequência dos prenomes masculinos dos imigrantes italianos instalados em Campo Largo.....	200
ANEXO 7: Frequência dos prenomes femininos dos imigrantes italianos instalados em Campo Largo.....	201
ANEXO 8: Contagem dos prenomes femininos mais frequentes ano a ano (1878-1937).....	202
ANEXO 9: Contagem dos prenomes femininos mais frequentes ano a ano (1878-1937).....	205
ANEXO 10: Frequência total dos prenomes simples femininos (1878-1937).....	210
ANEXO 11: Frequência total dos prenomes simples masculinos (1878-1937).....	214
ANEXO 12: Frequência total dos prenomes combinados femininos (1878-1937).....	221
ANEXO 13: Frequência total dos prenomes combinados masculinos (1878-1937).....	227

## LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Figura 1: Mapa da Itália.....	19
Figura 2: Localização de Campo Largo.....	34
Figura 3: Frontespício da Paróquia São Sebastião (Rondinha).....	47
Figura 4: Igreja de Rondinha em 1936.....	50
Figura 5: Paróquia de São Sebastião (Rondinha).....	90
Figura 6: Detalhe da Torre.....	90
Figura 7: Igreja de Nossa Senhora da Anunciação (Colônia Mariana).....	91
Figura 8: Igreja do Senhor Bom Jesus - Colônia Timbutuva (Antiga Caratuva).....	91
Figura 9: Martírio de São Sebastião tendo como paisagem de fundo a paróquia. (Pintura interna da Igreja de São Sebastião- Rondinha).....	92
Figura 10: Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Colônia Antônio Rebouças).....	94
Figura 11: Placa comemorativa feita à Nossa Senhora do Carmo em 25.04.1884.....	94
Figura 12: São Roque (protetor contra a peste).....	95
Figura 13: Pintura de Santo Antônio Abade.....	146
Figura 14: Papa Giulio I.....	146
Figura 15: São Bernardo, Santa Angela, São Jorge e São Paulo.....	146
Figura 16: Imagem de Anjo.....	146
Figura 17: São Pedro.....	147
Figura 18: Detalhe da cúpula da Igreja de Rondinha com um dos 4 evangelhistas.....	147
Figura 19: Santo Antônio de Pádua.....	147

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a construção da identidade etnocultural de um grupo de imigrantes italianos e seus descendentes instalados no município de Campo Largo (Paraná) no período de 1878 a 1937. Para isso, partimos do pressuposto de que a identidade de um grupo étnico surge quando do contato interétnico, ou seja, da necessidade da afirmação de um nós diante dos outros. Nessa direção analisamos alguns dos signos culturais acionados pelo grupo para a construção de um sentimento de pertencimento grupal. Tais signos analisados foram as relações familiares, a religiosidade e as práticas de transmissão dos nomes de batismo. Procuramos verificar nesse trabalho como o grupo em estudo construiu sua identidade pautada pelos referenciais simbólicos e culturais da terra de partida, assim como se dá o processo de mudança tendo em vista a nova realidade e os contatos culturais estabelecidos com os brasileiros. Para conduzir essa análise, utilizamos principalmente registros paroquiais (atas de batismos, casamentos e óbitos) que foram sistematizados pela metodologia de reconstituição de famílias, oriunda da demografia histórica. Através da análise da documentação foi possível perceber nos comportamentos referentes a família, as práticas religiosas e aos nomes de batismos a predominância de elementos típicos do mundo rural de origem desses imigrantes que simbolicamente os ligavam a terra de seus ancestrais.

Palavras-chave: imigrantes italianos, identidade, família, religiosidade, nomes de batismo.

**ABSTRACT**

The present research aims to analyse the construction of the ethnocultural identity of a group of Italian immigrants and his descendants installed in Campo Largo (Paraná) from 1878 to 1937. To this, we assume that the identity of a group appears when occurs the interethnic contact, or, because the necessity of affirmation of one of us before others. In this direction we analysed some of cultural signs activated by the group to the construction of a sense of belonging group. These signs analysed were the family relationship, the religiosity and the practice of transmission of baptism names. We tried to verify in this work how the studying group built his identity guided by the symbolic and cultural references of the land of departure. As the moving process, in order the new reality and the cultural contact established with Brazilian people. To form this analyse, we used like historical resources, mainly parish registers ( minutes of baptism, marriages and deaths) that they were systematic by the methodology of family reconstitution, the historical demography originated from the documentation. Such analysis was possible to notice in the behavior referring to family, the religious practices and to the names of baptism, the predominance of typical elements of rural areas of immigrants origin that symbolically linked them with the land of their ancestors. These elements were of great relevance for the definition of the identity of the group while Italian-Brazilian.

**KEY WORDS:** Italian immigrants, identity, family, religiosity, Christian names.

## INTRODUÇÃO

*“Meu nome é Pedro porque havia uma tradição entre os italianos, dos netos os primeiros que nascessem ficariam com o nome dos avós e por isso eu me chamo Pedro porque meu avô paterno era Pedro e meu irmão se chama Angelo porque o meu avô materno era Angelo, minha irmã era Margarida porque minha avó era Margarida, então havia uma tradição. Meu avô se chamava Pedro porque o avô dele também era Pedro, então havia uma tradição entre os italianos antigos de os filhos todos tomarem o nome dos avós, bastava ver que meu bisavô se chamava José e ele teve seis filhos e os seis filhos todos tinham um filho chamado José Fedalto, então era uma tradição entre os italianos”.*<sup>1</sup>

O texto da epígrafe traz as palavras iniciais de uma entrevista realizada com um depoente, que cresceu na comunidade ítalo-brasileira, se tornou padre e teve uma longa vivência paroquial entre os descendentes de italianos, inclusive escreveu um livro sobre uma das colônias que constitui nosso objeto de estudo. O referido texto nos propõe uma questão muito importante: Por que entre os italianos, no momento do batismo é reiterada a repetição dos nomes<sup>2</sup> de família? Para o depoente, a forma como os nomes eram dados às crianças tem explicação na tradição. Embora mencionar a tradição para explicar determinada prática cultural soe como senso comum, nela pode estar embutida uma série de questões de grande interesse ao pesquisador, como a fidelidade ao passado, os costumes e o pertencimento a um determinado grupo. Na literatura, mais que um costume que vem do passado, entende-se por tradição um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica que visa inculcar certos valores e normas de comportamento mediante a repetição, o que implica uma continuidade com um determinado passado histórico. Assim, o passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas, em que a repetição tem caráter fundamental.<sup>3</sup> Independente de as pessoas agirem consciente ou inconscientemente em relação aos significados das tradições, o interesse em preservar, ou continuar certas práticas culturais, está diretamente relacionado à importância de se perpetuar valores que estão carregados de significados, de grande peso para o indivíduo ou grupo, e também, como uma forma de alteridade num contexto de encontros culturais.

---

<sup>1</sup> Entrevista concedida por D. Pedro Fedalto ao autor em 23/12/2008.

<sup>2</sup> Queremos destacar que não estamos diferenciando nome de prenome, a utilização de um ou outro ao longo do texto está relacionada a questões de estilo.

<sup>3</sup> HOBBSAWN & RANGER, Éric, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002. p. 10-11.

O nome próprio é um dos primeiros elementos de diferenciação e individualização que uma pessoa recebe. Ao mesmo tempo, ele é um poderoso meio de integração do indivíduo a uma família ou a um grupo social, e um signo muito importante na definição da identidade. Em muitas sociedades, os nomes são pensados como um patrimônio. Assim, as práticas de nomeação (o ato de atribuir nomes de batismo) têm caráter significativo para o estudo das tradições, da circulação de bens simbólicos e principalmente da constituição da identidade, seja individual ou coletiva.

Esta dissertação se insere numa temática já clássica da historiografia: os estudos imigratórios. Nas últimas décadas, muitos trabalhos, especialmente na Região Sul do Brasil, se dedicaram ao estudo dos diversos grupos imigrantes (italianos, alemães, poloneses, japoneses, ucranianos entre outros), sob os mais diversos enfoques. Sobre os italianos, grupo étnico do presente trabalho, a historiografia (em particular a sul-riograndense) tem explorado diferentes aspectos, que vão da religião à política, passando pelas relações culturais, de trabalho, de poder, entre outras. A bibliografia recente tem se esforçado para mostrar que a ideia do imigrante italiano como profundamente católico e avesso ao nacionalismo é resultado de uma construção histórica, e que diferentes formas do que se convencionou chamar de *italianidade* se chocaram, de acordo com os projetos de instituições que pretenderam se tornar porta-vozes das comunidades italianas no Brasil.<sup>4</sup>

A proposta desta pesquisa foi verificar como um grupo de imigrantes italianos e seus descendentes instalados no município de Campo Largo, Paraná, construiu um sentimento de pertencimento grupal a partir das referências da terra de partida, nas suas ações e práticas cotidianas, especialmente no ambiente comunitário e privado. Dessa maneira, a problemática desta dissertação se refere à maneira pela qual foram construídos e (ou) acionados mecanismos de identificação étnica<sup>5</sup>. Assim, buscamos entender como os imigrantes, e num segundo momento seus descendentes, recriaram as estruturas herdadas da terra de origem, bem como quais dessas estruturas foram transformadas em função da imigração. O enfoque se centrou sobretudo na forma pela qual determinados elementos como os laços familiares, as práticas religiosas, os valores

---

<sup>4</sup> Dentre os trabalhos mais recentes, podemos citar o livro de POSSAMAI, Paulo. ***Dall'Itália siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)***. Passo Fundo : UPF, 2004. Também OTTO, Clarícia. ***Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)***. Florianópolis : Editora Insular, 2005.

<sup>5</sup> De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira, identificação é o processo de emergência da identidade étnica. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. ***Identidade, etnia e estrutura social***. São Paulo : Pioneira, 1976. p. 4.

étnicos e culturais e principalmente os nomes de batismo foram utilizados na construção de um sentimento de pertencimento, bem como de diferenciação para com os outros grupos que estavam em contato. A partir desses elementos, analisamos como ocorreu a formação de uma cultura imigrante, assim como se deu a influência da sociedade receptora num processo de contato cultural com a sociedade luso-brasileira.<sup>6</sup> Dessa maneira, frisamos que não temos por finalidade discutir a identidade grupal a partir dos discursos dos diferentes grupos (membros da Igreja Católica ou do Estado Italiano) que pretenderam criar uma consciência étnica nas comunidades italianas, de acordo com seus interesses.

É importante destacar que, embora os imigrantes fossem provenientes quase exclusivamente do Vêneto, eles não constituíam um grupo homogêneo. Daí a necessidade de se conceber (de se pensar) o grupo social etnicamente original como uma “cultura imigrante”, pois, de acordo com Peter Burke, a cultura popular é constituída de uma série de “subculturas” que são parcialmente autônomas, mas não separadas por completo do resto da cultura popular. As pessoas que participam de uma determinada “subcultura” também participam da cultura em geral, pois selecionam seus santos, canções, lendas, danças e ritos dentro de um repertório comum da cultura popular.<sup>7</sup> Apesar de esses indivíduos terem uma origem comum (camponeses), eram provenientes de aldeias diferentes, portanto com características peculiares, que no seu estabelecimento na nova sociedade tiveram que ser readequadas.

Conforme mencionamos, para verificar como o grupo constrói sua identidade coletiva, analisamos basicamente três elementos que são elevados à categoria de sinais diferenciadores da identidade (sinais que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade<sup>8</sup>): a família e seus vínculos, a religiosidade e as práticas de nomeação. A escolha desses signos para o estudo da identidade coletiva do grupo tem grande relevância para a definição da etnicidade. O primeiro, a família (ou as relações familiares) porque se constitui no espaço privilegiado de partilha das emoções e

---

<sup>6</sup> Sobre a noção de “cultura imigrante” e “contato cultural” ver: ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sergio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n.1: 61-87, jan./jun.1994. Para os autores, “as diversas e variadas identidades construíram-se historicamente como a própria sobrevivência do imigrante e seus descendentes”. E, assim, também como” *sistemas de aprendizado* inconscientemente construídos e destinados a melhor integração dos estrangeiros ao meio em que foram inseridos” Dessa forma, “a autopreservação e a integração constituir-se-iam nas duas variáveis fundamentais que poderiam explicar todo o processo de formação dos grupos étnicos, *culturas em contato*”.

<sup>7</sup> BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.p.68.

<sup>8</sup> BARTH, Fredérik. “Grupos étnicos e suas fronteiras” In. POUTIGNAT, Philippe & STRIFF-FENART, Jockeyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998. p.190.

solidariedades mais profundas e estruturantes do grupo.<sup>9</sup> Aliás, é justamente na família, por ser o *locus* mais íntimo das relações sociais, que o grupo aplicava maiores controles de modo a impedir as influências externas. O segundo signo, as manifestações religiosas porque sintetizam valores e crenças do mundo camponês e constitui num dos aspectos identitários dessa sociedade. Nessa, a igreja se constituía num dos espaços privilegiados de exteriorização das práticas culturais e de socialização das pessoas. A religiosidade camponesa comportava ao mesmo tempo as imposições clericais e também crenças e práticas mágicas paralelas, que, em geral, foram herdadas dos antigos cultos agrários. Por fim, as práticas de transmissão de nomes de batismo que, além de estarem vinculadas aos dois signos anteriores, cumprem o papel de referenciar as gerações passadas e vincular a uma determinada memória que se quer preservar e que, por sua vez, faz a ligação a uma genealogia comum da terra de partida. Dessa maneira, observamos que os elementos simbólicos presentes no ato de nomear reforçam principalmente valores familiares e religiosos, que são referências muito importantes do mundo rural de onde esses imigrantes são oriundos. Por essa razão podem ser entendidos como um signo de identificação étnica.

Os três signos mencionados estão condicionados às informações contidas nas principais fontes utilizadas nesta pesquisa, ou seja, os registros paroquiais. Assim, os objetivos desse trabalho visam verificar quais são as estratégias utilizadas pelo grupo para a construção de sua identidade coletiva, tendo em vista os três signos mencionados, num processo de inserção dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira. Para dar conta dessa proposta, os objetivos específicos consideram:

- De que maneira os imigrantes procuraram se inserir na sociedade de adoção, e como ocorreram os processos de identificação étnica realizada por eles, bem como a maneira pela qual os outros (luso-brasileiros) viam os imigrantes.
- Como ocorreram as formações familiares na colônia imigrante, tendo em vista a maneira como estavam organizados na Itália, o impacto da imigração na redefinição dos arranjos familiares e os novos vínculos formados, como parte das identificações étnicas realizadas no interior do grupo.

---

<sup>9</sup> Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo : Edusc, 1996. p.179-180.

- O papel da religião como elemento de identificação e recriação sociocultural da terra de partida, bem como de diferenciação na situação interétnica.
- Os significados das práticas de nomeação (as práticas de atribuir nomes às crianças) como manutenção dos valores herdados do mundo ancestral e de construção da identidade etnocultural, assim como a importância da família e da religiosidade no ato de nomear.
- As fissuras na nominação, assim como do estabelecimento de vínculos familiares, como um provável produto de negociação da identidade e aproximação com a sociedade receptora.

O nosso interesse pelo estudo dos imigrantes italianos e seus descendentes de Campo Largo nasceu ainda quando estávamos na graduação e desejávamos conhecer melhor a história das colônias que são objeto desta dissertação. Buscando informações sobre elas, percebemos que a bibliografia era escassa. A produção se restringia a uns poucos livros comemorativos, ou destinados à reconstituição de genealogias de famílias.<sup>10</sup> De fato, não havia nenhum estudo histórico problematizando os núcleos coloniais italianos campolarguenses. Ao procurar por fontes sobre as citadas colônias, percebemos que o principal *corpus documental* se referia a registros de batismos, casamentos e óbitos presentes no acervo da paróquia de São Sebastião, situada na colônia de Rondinha. Tal conjunto de fontes permanecia até então praticamente inexplorado. Em 2004, para a realização da monografia de conclusão de curso, foram arrolados registros de batismo e casamento e sistematizados pela metodologia FLEURY-HENRY de reconstituição de famílias, oriunda da demografia histórica.<sup>11</sup> Por sugestão do professor Sergio Odilon Nadalin, o recorte temático incidiu sobre os nomes de batismo. Ao término da monografia constatamos que a maior parte dos prenomes dados às crianças era inspirada no estoque familiar e em prenomes devocionais.<sup>12</sup> Esse estudo inicial serviu para demonstrar as virtualidades da documentação para o estudo do

---

<sup>10</sup> As publicações sobre as colônias de Campo Largo são: o livro de D. Pedro Fedalto sobre o centenário da Colônia Antônio Rebouças, publicado em 1978. O livro de Osmar Aggio sobre a história e a genealogia das famílias pioneiras da Colônia Campina, publicado em 2005, e o livro organizado por diversos autores sobre o centenário da paróquia de São Sebastião publicado em 2006.

<sup>11</sup> FLEURY, Michel & HENRY, Louis. **Nouveau Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancién.** 3ème.ed. Paris: INED, 1985. 115-182.

<sup>12</sup> SCARPIM, Fábio Augusto. **Atribuição de nomes de batismo: valores étnicos e culturais entre imigrantes e descendentes de italianos. (Campo Largo – PR, 1899-1920).** Departamento de História UFPR (monografia de graduação), 2004.

tema, bem como a necessidade de fazer dialogar os resultados com a bibliografia produzida sobre o assunto, que na sua maior parte é estrangeira.

A partir do trabalho realizado na graduação, nosso objeto de pesquisa foi “reproblematizado”, ampliando assim os objetivos e, em consequência, o corpus documental anteriormente arrolado. Entretanto, foram encontradas algumas dificuldades em relação à documentação. Na paróquia em estudo (São Sebastião), a série de registros de batismo existe somente a partir do ano de 1888 (data da criação da Capelania Curada para atendimento religioso dos imigrantes italianos instalados em Curitiba e seus arredores) enquanto a sequência de casamentos (não se sabe por qual motivo) somente a partir de 1899. Como a presença italiana em Campo Largo remonta ao ano de 1878 (data de fundação da primeira colônia), tornou-se necessário buscar informações em outras paróquias. Como a sede da Capelania durante muito tempo foi a paróquia de Santa Felicidade em Curitiba, nesta encontramos registros de casamento do período anterior a 1899, e na paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Campo Largo foram encontrados alguns registros de batismo e matrimônio do período anterior à criação da referida instituição em 1888. Entretanto, permanecia em aberto outra lacuna: os livros de óbitos. Na paróquia de São Sebastião não havia o livro de óbito.<sup>13</sup> Assim, recorreremos a outras fontes que pudessem suprir a falta desses registros paroquiais. Mediante autorização judicial, foram obtidas consultas aos registros cartorários. A busca nos livros foi efetivada a partir dos sobrenomes, uma vez que estes se encontram misturados aos registros dos brasileiros. Entretanto, os registros cartorários também apresentaram lacunas.<sup>14</sup> Além daqueles constantes no cartório, tivemos acesso a uma cópia do livro de assentos de óbitos da Caixa Mortuária da Colônia Campina que também ajudou a completar informações ausentes.<sup>15</sup>

Foram levantados 4.337 registros de batismo, 395 de casamento e 467 de óbito, perfazendo um total de 5.199 registros. Além dessas fontes, também estamos utilizando informações contidas no Livro Tombo da paróquia em estudo, principalmente para reconstruir o contexto de formação da paróquia de São Sebastião, além de um depoimento realizado com o arcebispo emérito de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, que é descendente de imigrantes italianos e teve uma longa vivência na comunidade ítalo-

---

<sup>13</sup> Sabe-se que o livro existiu, provavelmente foi extraviado.

<sup>14</sup> Não existe registro de óbito entre os anos de 1908 e 1922, por motivo de incêndio ou extravio desses registros (não se sabe exatamente qual motivo).

<sup>15</sup> A colônia Campina ou Balbino Cunha, durante o recorte temporal que a pesquisa cobre, fazia parte da paróquia de São Sebastião.

brasileira. Terminada a etapa de arrolamento das atas de catolicidade, procedeu-se à reconstituição de famílias.

Ao acompanhar os indivíduos por toda sua existência, a técnica de reconstituição de famílias permite conhecer a vida cotidiana de amplas camadas sociais ignoradas pela genealogia clássica.<sup>16</sup> Dessa maneira, considerando que todo indivíduo registra os momentos essenciais de sua vida, isto é, o nascimento, o casamento e a morte diante do cura de sua paróquia ou do cartório de sua cidade, o princípio básico da metodologia consiste no agrupamento em fichas especiais de todas as informações relativas a estes eventos.<sup>17</sup> Desse modo, as estruturas demográficas, além de constituírem um objeto de conhecimento, constituem um nível de análise que possibilita levantar indicadores acerca das atitudes e comportamentos sociais, que nos levam naturalmente a uma concepção mais ampla do grupo.<sup>18</sup> Essa metodologia nos permitiu recuperar informações, basicamente, referente a três gerações em cada ficha de família (os avós, os pais, os filhos, além de permitir a recuperação dos padrinhos de batismo).

A partir das famílias recuperadas na documentação, procuramos verificar como o grupo construiu laços de uma sociabilidade característica da sociedade de origem, mediante as formações familiares e os vínculos de parentesco. Nesse sentido, o foco da análise se voltou para as escolhas matrimoniais, levando em conta a origem dos noivos e seu local de residência e as escolhas dos padrinhos das crianças batizadas, pretendendo assim verificar como se formaram relações de solidariedades entre famílias, tendo por base o pertencimento étnico. A análise de alguns comportamentos referentes à família foi fundamental, pois foi principalmente por intermédio de membros do grupo familiar que foi escolhida a maior parte dos nomes de batismo dados às crianças. Observando as famílias reconstituídas, especialmente daquelas que obtivemos informações referente a três gerações, foi possível elaborar uma tabela que serviu de modelo para ilustrar a maneira pela qual imigrantes e descendentes atribuíam os nomes de batismo aos seus filhos. O referido modelo está sintetizado na análise da prole de um casal de descendentes de italianos (ver tabela 12) que nos possibilitou constatar a existência de determinadas “regras” ou convenções no processo de escolha dos prenomes dos filhos de cada casal. É importante destacar que para a confecção da maior

---

<sup>16</sup> BALHANA PILATTI, Altiva. “Reconstituição de famílias: instrumento de análise demográfica”. In WESTPHALEN, Maria Cecília (org.). **Un mazolino di fiori** vol. II. Curitiba : Imprensa Oficial do Paraná, 1978. p. 61.

<sup>17</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **História e Demografia: elementos para um diálogo**. Campinas : ABEP, 2004. p.116

<sup>18</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. Op. Cit 2001 p. 47

parte das tabelas utilizadas nos capítulos 2 e 3 não utilizamos todo o corpus documental, mas principalmente aquelas famílias que tivemos as informações completas das três gerações (avós, pais e filhos).

Outro elemento importante a ser destacado sobre a limitação das fontes paroquiais neste trabalho refere-se à forma de grafar os prenomes. Durante todo o período analisado, foi recorrente o “aportuguesamento” dos nomes no momento do registro das fontes paroquiais, inclusive dos indivíduos que nasceram na Itália. Dessa maneira, é importante destacar que o nosso foco foi tentar desvendar as intenções dos pais ao escolher os prenomes de batismo, bem como o conjunto de significados e crenças presentes nesse ato, e não os aspectos morfológicos e linguísticos do prenome (uma breve discussão sobre essa questão encontra-se no item 3.2).

A documentação arrolada cobre o período de 1878 a 1937. A baliza inicial refere-se à criação da primeira colônia italiana no município (Antônio Rebouças), já o marco cronológico final está relacionado ao momento em que foi criada oficialmente a Paróquia de São Sebastião, que, por questões de disputas de jurisdição territorial com a paróquia vizinha, perde parte significativa de seu território, inclusive muitas famílias de origem italiana. Assim, nosso recorte espacial cobre basicamente cinco colônias: Antônio Rebouças, Mariana, Campina, Caratua e Rondinha, sendo a última o local onde está a sede da paróquia de São Sebastião. A maior parte da documentação foi consultada nessa paróquia. As paróquias de São José (Santa Felicidade) e Nossa Senhora da Piedade (Campo Largo) não fazem parte do nosso recorte espacial. Utilizamos fontes presentes nessas paróquias porque nelas encontramos informações referentes ao período inicial da colonização italiana em Campo Largo, época anterior a criação da paróquia de São Sebastião. Por outro lado, é importante destacar que o recorte temporal selecionado se insere no período designado por Grande Imigração (1850-1939).

Para conduzir a análise da forma como imigrantes e descendentes de italianos construíram sua identidade coletiva a partir dos vínculos familiares, da sociabilidade religiosa e das práticas de nomeação, foram utilizados alguns conceitos emprestados da antropologia. Para trabalhar o conceito de “grupo étnico” e de “fronteira étnica”, buscamos apoio em Fréderik Barth. Para esse autor, o aspecto mais importante deste baseia-se na forma como os indivíduos de um mesmo grupo se identificam e são

identificados pelos outros.<sup>19</sup> Assim, “a classificação de pessoas e grupos locais como membros de um grupo étnico deve depender do modo como demonstram os traços particulares de cultura”.<sup>20</sup> Tendo por base essa ideia, entendemos que a identidade étnica de um indivíduo não é dada, ao contrário, é criada na situação interétnica, surgindo do confronto estabelecido com o outro, e é expressada em um conjunto de representações que um grupo social se faz delimitando suas fronteiras e marcando suas diferenças aos outros grupos com os quais está em contato.<sup>21</sup>

Partindo do pressuposto do antropólogo, para quem a identidade étnica é resultante da seleção de alguns signos culturais que o grupo elege como significativo para marcar a diferença cultural, também utilizamos a ideia de “identidade contrastiva”.<sup>22</sup> Esta se constitui na essência da identidade étnica e implica a afirmação de um nós diante dos outros, ou seja, quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição.<sup>23</sup> Nessa direção, a construção de estruturas socioculturais a partir das referências da terra de partida teria por objetivo criar um microcosmo entre aqueles que partilhavam dos mesmos códigos culturais, de modo a selecionar os que pertencem e os que não pertencem ao grupo. Ao valer-se de determinados signos como próprios do grupo de pertencimento, os imigrantes e seus descendentes delimitavam fronteiras etnoculturais com os brasileiros. Nesse sentido, também nos foi útil a ideia de M. Castells, para quem a identidade é construída pelos mais variados materiais que as pessoas ou os grupos reorganizam de acordo com seus objetivos.<sup>24</sup>

A construção de uma identidade coletiva pelo grupo imigrante certamente foi favorecida pela própria condição de estrangeiro. Por serem portadores de uma língua diferente e, em geral, de uma cultura diferente, os imigrantes eram tidos pelos nacionais como *outsiders*.<sup>25</sup> Por serem recém-chegados, eram vistos sob suspeita, aliás, um sentimento comum dentro de uma situação interétnica. Em muitas situações, estigmatizados pelos brasileiros, lidando com as dificuldades de ser estrangeiro em uma

---

<sup>19</sup> BARTH, Frederik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In. POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo : UNESP, 1997. p.190

<sup>20</sup> *Ibid.* p. 191

<sup>21</sup> *Ibid.* p.191

<sup>22</sup> Essa ideia é definida por Roberto Cardoso de Oliveira, que também se apoia em Fréderik Barth.

<sup>23</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Op. Cit. p. 6.

<sup>24</sup> CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002. p.23

<sup>25</sup> Conforme propõe o conceito de estabelecidos e *outsiders* de Norbert Elias. ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

terra estranha, o grupo cada vez mais passou a se relacionar entre seus vizinhos e compatriotas, e assim a construir um mesmo sentimento de pertença.

Além dos conceitos citados, também usamos a noção de “identidade cultural”, bem como a de “estratégia de identidade” definida por Denys Cuche. Diferente da cultura que pode existir sem consciência de identidade, a identidade cultural, remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.<sup>26</sup> Essa se refere à questão mais abrangente da identidade social, da qual ela é um dos componentes.<sup>27</sup> Assim, segundo o referido autor, o pertencimento a uma determinada cultura, também se dá por processos de inclusão e exclusão. Ela aparece como uma forma de distinção nós/eles, baseada essencialmente na diferença cultural. Segundo essas concepções, a perpetuação de determinados traços culturais para marcar a diferença com os grupos em que se está em contato, determinaria a emergência do que poderíamos chamar de identidade etnocultural, ou seja, a utilização de determinados signos culturais para marcar o pertencimento ao grupo, assim como a diferença para com o outro. Essas ideias são defendidas especialmente por algumas teorias “primordialistas” da identidade cultural que consideram que a identidade etnocultural é primordial porque a vinculação ao grupo étnico é a primeira e a mais fundamental de todas as vinculações sociais.<sup>28</sup>

Sendo o grupo étnico, o elemento essencial para a definição da identidade dos que pertencem a ele tem caráter bastante relevante no nosso caso em estudo, a importância da família e da religiosidade. Em especial nos grupos camponeses, a família é a célula social mestra, na qual os indivíduos são socializados e partilham de um conjunto comum de referências culturais. A manutenção de laços de dependência e solidariedade, seja entre os membros da linhagem, seja entre famílias distintas, exibe um tipo de organização específica que marca o pertencimento àquele grupo ou àquela comunidade. Além dessas redes familiares, tem papel bastante importante a Igreja, encabeçada pela figura do padre, que identifica a comunidade camponesa, assim como as crenças e práticas religiosas herdadas do mundo agrário, que os imigrantes e descendentes recriam na sociedade receptora como parte de uma linguagem simbólica própria do grupo.

Também, emprestado de Denys Cuche, nos foi bastante útil o conceito de estratégias de identidade. Para esse autor, a estratégia pressupõe consciência, entretanto,

---

<sup>26</sup>CUCHE, Denys. Op.cit. p.176.

<sup>27</sup> CUCHE, Denys. Op.cit. p. 177.

<sup>28</sup> CUCHE, Denys. Op. cit. p.179-180.

o indivíduo como ator social não é desprovido de uma certa margem de manobra. Em função de sua avaliação da situação, ele utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica. Nessa direção, os atores sociais não são totalmente livres para definir sua identidade segundo interesses materiais e simbólicos. As estratégias devem levar em conta a situação social e as relações de força de cada momento.<sup>29</sup> Esse conceito é importante para pensar as práticas de nomeação como uma estratégia de identidade. Se os imigrantes e descendentes nomeavam seus filhos a partir da tradição, dos costumes e valores herdados da Itália e que os ligava simbolicamente a terra de origem, faziam-no de maneira consciente. Entretanto, as estratégias de identidade, conforme define o citado autor, embora seja realizada conscientemente, nem sempre dão plena liberdade ao indivíduo; devem ser levados em consideração os diferentes fatores envolvidos como, por exemplo, no grupo em estudo, o peso e a importância dados à tradição. Aliás, a tradição, entendida como um conjunto de práticas simbólicas que visam inculcar valores e comportamentos pela repetição, é um componente peculiar que ajuda a explicar a manutenção e perpetuação dos valores étnicos e culturais como marcadores do grupo de pertencimento e da diferença com o outro.

Além dos conceitos discutidos acima, é importante destacarmos que a situação interétnica exigiu um rearranjo do arcabouço cultural e simbólico trazido pelos imigrantes, a “cultura do contato”, pressupõe justamente uma mistura genérica, muitas vezes resultante de ganhos e perdas entre sistemas culturais em conjunção.<sup>30</sup> Assim, interessa-nos acompanhar a progressiva influência da sociedade receptora à medida que as gerações se sucedem e que os contatos culturais se estreitam. Dessa maneira, tanto em relação aos vínculos familiares como nas práticas de nomeação, ao longo do período estudado, foi possível observar “fissuras” que indicariam uma aproximação entre o grupo italiano e o brasileiro, ou mesmo ser resultado do impacto das políticas de nacionalização que vigoraram a partir da década de 1920.

Com base nos conceitos discutidos sobre identidade, o que estamos considerando como a *italianidade*, ou melhor, a “*italo-brasilianidade*” é justamente a defesa dos costumes e das tradições herdadas da sociedade original, que ao mesmo tempo que significam uma forma de congregar o pertencimento dos indivíduos ao grupo, também é uma maneira de marcar a diferença em relação ao outro. Assim, imigrantes e descendentes só irão se sentir como “italianos” na situação de contato

---

<sup>29</sup> CUCHE, Denys. Op. cit. p.196-197

<sup>30</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Op. cit. p.21.

interétnico, ao exibir os valores recriados a partir das referências da terra de partida, pois, na Itália, a elaboração de um sentimento de pertencimento à nação italiana ainda estava num lento processo de formação quando eles emigraram.

Tendo em vista a problemática geral sintetizada nos objetivos colocados acima, a presente dissertação foi estruturada em três capítulos. Tal divisão está relacionada ao conjunto de questões que pretendemos abordar. O primeiro capítulo tem por objetivo recompor o contexto imigratório das décadas finais do século XIX, através da trajetória dos imigrantes italianos que vão se estabelecer em Campo Largo, tendo como pano de fundo a visão de mundo, as estruturas de poder e a organização social, tanto da sociedade norte italiana como da brasileira. Nessa direção, discutiremos primeiramente os principais motivos que levaram ao êxodo dos camponeses do norte da Itália (especialmente do Vêneto) na segunda metade do século XIX; na sequência, a política imigratória brasileira nesse período, situando as diferentes correntes em prol da imigração, o estabelecimento de estrangeiros no Paraná no período pós-emancipação política, a formação das colônias em Campo Largo dentro de um quadro de mudanças políticas, econômicas e sociais, e, por fim, a organização religiosa institucional dos imigrantes italianos no Paraná, que se desdobra na criação do Curato de Rondinha e, posteriormente, na paróquia que é o objeto deste estudo. Para a confecção dessa parte da dissertação, partimos da revisão bibliográfica das questões tratadas.

No segundo capítulo tratamos dos três signos eleitos para discutir a construção da identidade etnocultural do grupo em estudo. Assim, faz parte desse capítulo verificar como os imigrantes italianos e seus descendentes reconstruíram a aldeia camponesa nas colônias de Campo Largo, por meio dos laços familiares e das manifestações religiosas, reiterando que o ambiente familiar e o comunitário congregam diversos aspectos simbólicos de um grupo étnico. Nessa direção, inicialmente fizemos uma discussão sobre a construção da italianidade nas colônias, partindo do choque cultural e do confronto estabelecido entre o grupo italiano e brasileiro, bem como sobre o processo de inserção dos imigrantes. Na sequência, realizamos uma revisão bibliográfica sobre a organização dos domicílios e valores camponeses no período pré-imigração, para discutirmos o que permaneceu após a mudança de local. Posteriormente verificamos, utilizando dados das fontes paroquiais, como se deu a formação de novos vínculos familiares (casamento e compadrio) nas colônias, bem como a organização da família imigrante e de seus laços de solidariedade. No subcapítulo seguinte, discutimos a religiosidade camponesa como elemento de identificação coletiva, assim como a

permanência de crenças e valores herdados do mundo agrário italiano e a relação dos imigrantes com o sagrado. Por último, para introduzir o tema a ser tratado no último capítulo, elaboramos uma revisão bibliográfica sobre o tema da nomação.

No último capítulo, partindo do pressuposto de que o nome é um forte elemento de constituição da identidade individual, familiar e coletiva, assim como um signo étnico e um bem simbólico, apresentamos os resultados obtidos pela sistematização das informações contidas nas fontes paroquiais, lançando um modelo metodológico que serviu de guia para a análise dos resultados, segundo o qual existiram “regras” ou convenções para a escolha dos prenomes. Apresentamos as diferentes influências no momento da escolha dos nomes de batismo e, igualmente, os seus prováveis significados que estão intimamente ligados às heranças culturais trazidas do mundo camponês europeu. Nesse capítulo pretendemos verificar, por meio das práticas de nomeação, como se deu a influência da família e da religião, já que consideramos que esses dois signos foram muito importantes para a definição da etnicidade do grupo. Da mesma forma, pretendemos verificar como essas práticas foram sendo modificadas a partir do momento que se travou um contato mais estreito com a sociedade receptora.

## 1. Das aldeias do Vêneto a Campo Largo: imigração e estabelecimento das colônias.

*“(...) é o trabalho que funda a existência do imigrante, que lhe confere seu estatuto social, legitima sua presença, assim como sua ausência no país de origem.”*

*“A ideia de paraíso no outro mundo é parte de uma necessidade de acreditar do imigrante”*

1

As epígrafes que abrem este capítulo, enfatizam dois elementos dos mais importantes que fundamentaram a Grande Imigração, a busca por trabalho (ou a fuga do desemprego e de suas consequências) e a ideia de paraíso. O contexto da segunda metade do século XIX foi marcado por um constante processo de repulsão na Europa e de atração de imigrantes na América, que ocasionou uma extraordinária mudança no quadro da divisão internacional do trabalho.<sup>2</sup> Nessa direção, o objetivo deste capítulo é discutir como a história de dois espaços sociais distintos (o Vêneto e Campo Largo) se entrelaçam nas décadas finais dos oitocentos mediante a trajetória de um grupo imigrante. Para isso, discutiremos os fenômenos ligados ao êxodo dos camponeses do norte da Itália, a política imigratória no Brasil nesse período, o estabelecimento das colônias em Campo Largo dentro de um quadro de mudanças políticas, econômicas e sociais, e, por fim, a organização religiosa institucional dos imigrantes italianos no Paraná, que se desdobra na criação do Curato de Rondinha, e posteriormente na paróquia que é o objeto deste estudo.

---

<sup>1</sup>SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998. p.109

<sup>2</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sergio Odilon. Op.cit. p.63

## 1.1 O êxodo dos camponeses do Vêneto

A segunda metade do século XIX foi marcada por profundas mudanças na sociedade europeia, que afetaram principalmente o grupo que era majoritário naquele momento, ou seja, os camponeses. Até meados do século XIX, a população do mundo consistia, sobretudo, em homens do campo. Sendo assim, para a maior parte da humanidade a vida ainda dependia do que acontecesse na e com a terra.<sup>3</sup> Entretanto, essa situação estaria para ser modificada. As erupções políticas que sacudiram o continente europeu entre os anos de 1789 e 1848 foram a antecâmara para dismantelar os laços do tipo feudal que impediam o completo desenvolvimento do capitalismo. Como consequência desse processo, os vinte anos seguintes – de 1850 a 1870 – fariam a maior parte da Europa experimentar uma das mais extraordinárias mudanças econômicas, que a transformaria de uma economia ligada ao “ciclo agrário” à economia ligada ao “ciclo industrial”.

O rápido avanço da tecnologia tornou possível trazer regiões até então inacessíveis para a esfera do mercado mundial, tendo as ferrovias e os navios a vapor papel relativamente importante nesse processo. Nessa direção, a penetração do capitalismo no campo, para a maior parte dos camponeses, teve como consequência o afrouxamento dos tradicionais laços que uniam homens e mulheres à terra de seus ancestrais, à qual eram tão apegados.<sup>4</sup> Em quase toda a Europa até então, muitas das pessoas que viviam no campo não possuíam a propriedade, estavam submetidas a um sistema agrícola bastante primitivo, ligadas a vários contratos com o proprietário, que muito lembrava o antigo sistema feudal. Dada a demanda constante de alimentos e produtos agrícolas pelas áreas urbanas e industriais, a agricultura foi modernizada e muitos dos campesinos foram expulsos do campo. Aliado a esses fatores, no delinear do século XIX, ocorreram profundas mudanças na dimensão populacional europeia, o que os demógrafos chamam de *transição demográfica*.<sup>5</sup> Essa situação se acirrou nas décadas

---

<sup>3</sup> HOBBSBAWN, Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998. p. 243-244

<sup>4</sup> HOBBSBAWN, Eric. Op. cit. 245

<sup>5</sup> A expressão *transição demográfica* é utilizada para definir o processo complexo de passagem de um período marcado por altas taxas de fecundidade e mortalidade para níveis mais moderados desses índices. Na Europa esse fenômeno variou de região para região, mas no geral é consenso entre os especialistas, que foi ao longo do século XIX que essas mudanças ficaram mais evidentes. É importante lembrar que essas transformações geraram um excedente populacional que também contribuiu para os grandes êxodos desse período. Sobre a teoria da ‘transição demográfica’, ver o capítulo 3.1 de NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia. Elementos para um diálogo**. Campinas : ABEP, 2004.

finais dos oitocentos, tendo como desfecho um movimento crescente e contínuo de deslocamento das massas trabalhadoras da Europa, sobretudo, em direção ao continente americano.

Dentro desse quadro de profundas mudanças, encontramos a Itália. Esta foi uma das nações europeias que se firmou como Estado moderno mais tardiamente, obtendo a sua unidade nacional somente em 1870.<sup>6</sup> O processo de unificação política foi bastante conturbado, em meio a disputas territoriais com austríacos e franceses, e também com o Papado. De fato, não vem ao caso fazer aqui um resumo da unificação política, o que pretendemos salientar é que a construção do Estado Italiano, liderada por um pequeno grupo (especialmente as elites dirigentes do norte), em nada contribuiu para a melhoria na vida da população, principalmente aquela que vivia no campo. Ao contrário, a unificação só agravou a situação de miséria dos camponeses, e acabou contribuindo para o êxodo de milhões de pessoas. Para gerir a máquina burocrática estatal, o novo Estado unitário, por necessitar de uma maior quantidade de recursos financeiros, aumentou a carga fiscal, atingindo principalmente a população mais pobre.<sup>7</sup> Além disso, a política italiana privilegiou a indústria, em prejuízo do campo, fazendo incidir sobre este último as mais altas taxas de impostos. Por outro lado, para contar com apoio político dos grandes proprietários, não se esforçou para combater o latifúndio (especialmente no sul, que conservava os camponeses em intensa pobreza).<sup>8</sup>

A análise de alguns dos motivos que levaram a um grande movimento migratório em direção à América vai se centrar sobre uma área específica do território italiano, a porção norte, mais precisamente o Vêneto. Essa escolha se justifica pelo fato de a maior parte dos emigrantes italianos que vieram para o Brasil ser oriunda dessa região. No sul do país estima-se que correspondam a 90%, e nas colônias de Campo Largo, objeto desta pesquisa, também constituem a grande maioria.<sup>9</sup> A tabela a seguir, elaborada a partir de informações contidas em registros de casamento, exemplifica essa situação.

---

<sup>6</sup> O Estado Italiano foi oficialmente criado em 1861, mas, 1870 (mais exatamente 20 de setembro) é a data que marca a tomada da cidade de Roma pelas tropas liberais liderada pelo revolucionário Giuseppe Garibaldi, tido como herói da unificação italiana.

<sup>7</sup> IANNI, Constantino. **Homens sem paz: os conflitos e bastidores da Emigração Italiana**. São Paulo : Difusão europeia do livro, 1972. p. 72

<sup>8</sup> BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. São Paulo : Contexto, 2006. p.84

<sup>9</sup> BALHANA PILATTI, Altiva. **Imigração italiana no Paraná** Curitiba : Revista Panorama, 1978.p.5.

**TABELA 1- ÁREA DE PROCEDÊNCIA DOS NOIVOS NASCIDOS NA ITÁLIA. PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO, CAMPO LARGO – PARANÁ (1878-1920).**

Região	Província	Número	Total	%
Vêneto	Vicenza	101	300	95
	Treviso	146		
	Padova	43		
	Belluno	7		
	Verona	3		
Lombardia	Ceneda	8	9	3
	Mantova	1		
Emilia Romagna	Bologna	1	1	0
Trentino	Trento	6	6	2
Total		316	316	100

FONTE: REGISTROS DE CASAMENTO (PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO E SÃO JOSÉ)

Dos 316 indivíduos que, nos registros de casamento, tiveram anotada a região de procedência, percebe-se que a quase totalidade era oriunda do Vêneto (95%). Dos países transatlânticos, foi o provavelmente o Brasil que recebeu a maior parte do contingente imigratório vindo dessa parte da Itália. A título de exemplo, em 1891, das 74.978 pessoas que provavelmente partiram do Vêneto para a América, nada menos que 70.010, ou seja, 93%, desembarcaram em portos brasileiros.<sup>10</sup> De acordo com os especialistas em emigração italiana, as causas principais que levaram muitas pessoas a emigrar são múltiplas, tais como: a explosão demográfica aliada à miséria, desastres naturais, epidemias, crises agrícolas e as oscilações dos preços dos alimentos e também a ideia de busca pelo paraíso.

Renzo Grosselli, referindo-se ao Trentino, região vizinha do Vêneto, coloca que esse lugar, até o avanço do capitalismo no campo, permaneceu durante centenas de anos de forma quase inalterada, como uma economia agrícola autossuficiente e praticamente impermeável às influências externas. Configurava-se como uma sociedade camponesa, cujo centro da vida girava em torno da terra. A família constituía a célula econômica e

<sup>10</sup> FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o Êxodo dos camponeses italianos do Vêneto (1876-1902)**. Campinas : Editora da Unicamp, 2006. p. 110-111 ver a tabela 11 “Emigrantes vênnetos partidos para a América no período de 1876-1901, de acordo com os países de destino”.

social mestra, e a Igreja determinava todo um conjunto de regras a serem seguidas. Aliás, era o chamado *campanilismo*, ou seja, a identificação para com a aldeia, o *paese* de nascimento, que predominava no mundo rural italiano. Entretanto, a crise que se seguiu a esse período, fruto dos efeitos da Revolução Industrial, abalou profundamente aquele modo tradicional de viver. Diante dessa situação irreversível, o camponês trentino procurou, ao emigrar, reconstruir na América aquela sociedade que estava irreparavelmente se despedaçando.<sup>11</sup>

Muito próximo da situação vivida no Trentino, era o que também acontecia no Vêneto, cujo impacto das mudanças econômicas fora igualmente devastador. Geograficamente o Vêneto está situado na porção norte da península, e engloba oito províncias (Vicenza, Treviso, Belluno, Udine, Verona, Rovigo, Pádua e Veneza). De acordo com suas características físicas, pode ser subdividido em dois grandes setores. As quatro primeiras províncias formam o primeiro setor, caracterizando-se por faixas de planície não irrigada, de colinas altas e baixas, e de montanha; já as quatro últimas formam o segundo setor e compreendem as áreas planas da faixa de planície do Rio Pó. A pequena propriedade e a média locação dominavam o primeiro setor, sendo essas províncias aquelas que forneceram as maiores cotas de emigrantes, tanto definitivos quanto temporários, nas duas décadas seguintes à unificação, justamente por serem as mais atingidas pela crise agrícola. Embora eles possuíssem um pequeno pedaço de terra ou dispusessem de algum capital para arrendar uma área de cultivo, não estavam isentos de trabalhar como *bracciantis*.<sup>12</sup> Aliás, por ser pequena a propriedade, esta não era suficiente para sustentar uma família grande.<sup>13</sup> Dessa maneira, muitos filhos de pequenos proprietários ou meeiros se viam obrigados a procurar trabalho fora da propriedade.<sup>14</sup> Ao contrário do primeiro setor, nas províncias do segundo grupo, a grande propriedade e as culturas extensivas predominavam.<sup>15</sup> Desse modo, as áreas de planície, nas proximidades de rios importantes como o Ádige e o Pó, que tornavam o

<sup>11</sup> GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987. Op. cit. p. 17

<sup>12</sup> *Bracciantis*, como o próprio termo sugere, são trabalhadores braçais, que em geral eram desprovidos de propriedade, cujo único recurso que possuíam era sua própria força de trabalho e de sua família. Após 1885, com o financiamento da viagem por parte do governo brasileiro, foi esse grupo que mais compôs o contingente de imigrantes italianos que chegaram ao Brasil. ALVIM, Zuleika. **Brava gente: imigrantes italianos em São Paulo**. São Paulo : Cia das Letras, 1986. Op.cit. p. 32-33

<sup>13</sup> As famílias venetas contavam com doze ou até quinze elementos ao todo, tendo dois ou três homens e suas respectivas mulheres e filhos, e o pai como autoridade máxima. Nessa região do Vêneto caracterizada por áreas mais montanhosas, parece predominar a pequena propriedade e a família do tipo extensa. ALVIM, Zuleika. Op.cit.

<sup>14</sup> As características da família camponesa do Vêneto serão tratadas no capítulo 2.

<sup>15</sup> FRANZINA, Emilio. Op. Cit. 136

solo riquíssimo em água, estiveram estreitamente ligadas aos interesses da agricultura capitalista e a conseqüente expulsão dos camponeses na segunda metade do século XIX.

**Figura 1: Mapa da Itália**



O fluxo migratório dessa região em direção ao Brasil nas décadas finais do século XIX pode ser dividido em dois momentos específicos, o primeiro tem início no ano de 1875.<sup>16</sup> De acordo com Alvim,

“até 1885 (primeiro momento da emigração italiana para o Brasil) as famílias que saíram da Itália, em grande parte, pertenciam ao universo dos meeiros, pequenos proprietários e arrendatários, independentes de se originarem da Itália setentrional ou meridional”.<sup>17</sup>

Esse contexto está diretamente ligado à profunda crise agrícola do final dos anos 70 e início dos 80 do século XIX, devido à drástica queda internacional dos preços do trigo, cujas primeiras vítimas não foram os camponeses mais pobres, mas sim, os pequenos produtores.<sup>18</sup> Essa conjuntura foi provocada pelas próprias mudanças político-

<sup>16</sup> Até o início da década de 1870, a emigração transatlântica italiana era pouco frequente se comparada a outros países como Inglaterra, Irlanda e Alemanha. A migração de camponeses do norte da Itália até então era mais comum para outras regiões da Europa, como o Império Austro-Húngaro e a França. Entretanto, na maior parte das vezes, constituíam-se em migrações temporárias, especialmente em períodos de colheitas.

<sup>17</sup> ALVIM, Zuleika. Op. Cit. 1986. p.22

<sup>18</sup> FRANZINA, Emilio. Op. cit. p.39

econômicas, pois, com o progresso tecnológico, veio também a concorrência com os países mais adiantados, com os quais a fraca agricultura italiana não tinha condições de concorrer.<sup>19</sup> Até esse momento, também, os emigrantes que escolhiam por destino o Brasil tinham de arcar com todas as despesas de viagem, o que excluía a população mais pobre de emigrar. Somente a partir de 1885, o governo brasileiro passou a financiar a viagem, o que elevou o contingente de emigrantes, principalmente daqueles desprovidos de propriedade.

Em relação às levas que chegaram a Campo Largo, a primeira colônia (Antônio Rebouças), fundada em 1878, recebeu principalmente imigrantes provenientes das províncias das áreas de montanhas. Provavelmente eram pequenos proprietários, que foram os primeiros a sentir os efeitos da crise econômica. Entretanto, a maior parcela chegou no período pós-1885, época em que o êxodo italiano se acirrou e que também coincide com a intensificação da política imigratória brasileira na região.

É importante destacar que o Vêneto não era uma região homogênea, suas províncias não estavam divididas por uma mera divisão administrativa, mas também dialetal e histórica, que no ato da anexação permanecia inalterada.<sup>20</sup> As vinculações provinciais remontam à época do Império Romano, que, ao longo dos séculos, foi criando um senso de pertencimento identitário entre aqueles que partilhavam dos mesmos códigos culturais, como o dialeto, a tradição, os laços familiares.<sup>21</sup> Assim, no momento de crise, em função dos vínculos criados entre famílias, não foram raros os casos de aldeias inteiras que se esvaziaram para migrar para a América.

Juntamente com o cenário de crise agrícola, as alterações climáticas e as catástrofes naturais também deram sua contribuição ao fenômeno emigratório. Na segunda metade do século XIX esses fenômenos foram frequentes em muitas partes do norte italiano, tais como enchentes, períodos de seca, invernos rígidos e tempestades de granizo, que devastavam as lavouras, e tinham por consequência quase imediata a emigração. Como exemplo disso, pode ser citada a rigidez excepcional do clima durante

---

<sup>19</sup> POLINARI, Marcelo. **Cantando a vida: a mentalidade do imigrante italiano nas letras folclóricas de música**. Curitiba, UFPR (dissertação de mestrado), 1992. p. 119. Também é importante frisar que a violenta queda dos preços do cereal se deve ao impacto da concorrência do trigo russo e americano, efeitos do próprio avanço do capitalismo. A economia dos pequenos proprietários foi a primeira a sentir os impactos da crise, levando muitos à falência, pois eles eram incapazes de concorrer com os grandes proprietários. Da mesma maneira, fez os salários dos trabalhadores braçais despencarem, assim como a oferta de emprego diminuir.

<sup>20</sup> FRANZINA, Emilio. Op. Cit. 139

<sup>21</sup> BENEDUZI, Luís Fernando. **Mal di paese: as reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia Conde d'eu (1884-1925)**. Porto Alegre : Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, 2004. (Tese de Doutorado) p.64.

o inverno de 1879-1880,<sup>22</sup> ou ainda as terríveis enchentes do início da década de 1880, que trouxeram enormes prejuízos.<sup>23</sup> Esse quadro foi, em parte, causado pelo próprio avanço do sistema capitalista no campo. A exploração predatória dos recursos naturais e o desmatamento desmedido das florestas deram sua contribuição para essas mudanças climáticas.

Além das catástrofes naturais, outro fenômeno constante na história dos italianos acompanhava o cenário de miséria: a peste. A disseminação de doenças está ligada a dois fatores cruciais: a má alimentação e as péssimas condições de higiene. A dieta de toda a população do norte pautava-se sobretudo na polenta. O pão de farinha de trigo era quase inacessível pelo seu alto preço, e o macarrão, tão ligado à imagem do italiano, naquele momento era um luxo poucas vezes permitido. Mais rara ainda na mesa dos camponeses, era a carne. O trecho a seguir, extraído do jornal *L'Eco di Bergamo* de 25 de dezembro de 1890, intitulado *A miséria na Itália: cenas selvagens* citado por Roselys Izabel Correa dos Santos,<sup>24</sup> pode exemplificar a situação de penúria e miséria.

Cada vez que morre em um estábulo do Polesine (região do baixo Pó, província de Rovigo, região do Vêneto), de qualquer doença, um boi ou uma vaca, o veterinário do lugar ordena o sepultamento. E isto é executado na presença de três ou quatro camponeses, e do oficial de justiça do município. Mas, apenas estes se afastam poucos passos, e sucede uma cena macabra. Vinte ou trinta camponeses armados de pás, machados, foices e facas se aproximam rapidamente, desenterram o animal e o fazem em pedaços, procurando cada um as partes melhores. (...) Recentemente, em uma dessas partilhas, segundo o que narra um correspondente do Caffaro de Genova de 22 do corrente, encontrava-se uma velha alta e magra, a qual queria levar a cabeça com os chifres de uma vaca. Dois camponeses com a mesma ideia, intimaram-na de não tocar a cabeça. A velha, em vez disso, agarrou-a pelos chifres, colocou-a nas costas e saiu correndo. Os dois seguiram-na e quando a alcançaram, sucedeu-se uma luta corporal, como os outros prosseguiram esqueteando a vaca. (...) Apenas os camponeses apanham sua parte do butim, correm para casa e colocam a carne e os ossos para ferver na panela onde fazem a polenta. Geralmente é carne insípida, nauseabunda, de animais que sofreram uma longa doença, e que tomaram toda a sorte de medicamentos, mas estes esfomeados que coisa não comem? (...) Quando morre um animal de carbúnculo ou de outra doença contagiosa, o veterinário, conhecendo os usos do lugar, ordena que nas carnes do cadáver se façam grandes cortes e se coloque petróleo. E muitas vezes, nem estas preocupações servem para que o lugar do enterramento se mantenha inviolado: há quem tenha estômago também para comer carnes infectadas. (...) Dizíamos mais acima: 'O que não comem esses esfomeados?' Contava um comerciante que o salame velho e rançoso é procuradíssimo pelos camponeses, primeiro porque é barato e depois porque "ch'el cunza mejo", isto é, tem mais tempero. O mesmo dizem do toucinho (...)

A situação acima ilustra o quanto desesperadora poderia ser a busca por comida, tanto que as pessoas chegavam a disputar carne estragada. Se extremamente precária era

<sup>22</sup> FRANZINA, Emilio. Op. cit. p. 139

<sup>23</sup> GROSSELLI, Renzo. Op. cit. p. 96

<sup>24</sup> In SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. **A terra prometida**. Emigração italiana: Mito e realidade. Itajaí : Univali, 1998.

a alimentação, não em melhores condições estavam suas moradias, aliás, situação comum para várias partes da Europa nesse momento. As vilas eram formadas de casas construídas uma ao lado da outra, com falta de luz e arejamento.<sup>25</sup> As ruas eram muitas vezes invadidas pelas imundícies, sendo comum a vivência ao lado dos animais, em função do próprio sistema de construção de suas moradias.<sup>26</sup> As duras condições de vida, a precária alimentação e as baixas condições sanitárias tornavam o meio favorável para a propagação de diversas doenças, entre elas a pelagra, que foi um tormento permanente em várias partes da Itália. Essa doença tinha por principal causa a grave carência alimentar dos camponeses. Os números de pelagrosos publicados no jornal *La Gazzetta di Treviso*, de 1885, dão conta das proporções epidêmicas que essa enfermidade atingia: “Em 1879, no Vêneto, existiam 29.800 pelagrosos, esse número sobe para 55.983 em 1881. Em toda a Itália os pelagrosos eram da ordem de 97.855 em 1879 e 104.000 em 1881”<sup>27</sup>. Além da pelagra, doenças como escrófola, raquitismo e a bronquite também alcançavam índices elevados.<sup>28</sup> Sem falar na malária, comum nas áreas pantanosas das planícies do Pó.

Conjuntamente a esse cenário desolador de más condições de vida, é importante ressaltarmos a presença de um excedente populacional. Como indicamos no início deste capítulo, o fenômeno chamado de transição demográfica ocorreu em épocas diferentes, conforme a região da Europa. Na Itália, a passagem de um sistema desordenado de nascimentos e mortes para um sistema ordenado só teria ocorrido na segunda metade do século XIX.<sup>29</sup> Assim, o tardio declínio da mortalidade coexistindo com altas taxas de fecundidade, no período logo seguinte à unificação política, fez muitas partes da península experimentarem um extraordinário crescimento populacional. Como havia mais pessoas, e os empregos vinham diminuindo, em função do processo de mecanização da agricultura, o norte italiano tornava-se uma das áreas mais aptas da Europa a liberar mão de obra.

---

<sup>25</sup> GROSSELLI, Renzo. Op.cit. p.67

<sup>26</sup> As casas mais pobres dispunham de uma ou duas peças e de uma estrebaria, como as melhores eram providas de dois pisos. No térreo estavam a cozinha e o estábulo, e no superior, os quartos, cada qual com janelas pequenas e insuficientes para o arejamento do lugar. Esse sistema bastante difundido servia para aquecer o ambiente no inverno, o que poderia causar graves danos à saúde, em função da exposição a variações bruscas de temperatura. Em dias de frio intenso, quando o trabalho dos campos permitia, era comum as pessoas ficarem por longos períodos do dia, com roupas leves, fechadas em casa sob o calor dos animais. GROSSELLI, Renzo. Op.cit. p.67

<sup>27</sup> SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. Op. cit. p.155.

<sup>28</sup> ALVIM, Zuleika. Op.cit. p. 32

<sup>29</sup> LIVI BACCI, Massimo & BRESCHI, Marco. “Italian fertility: Na historical account.” In. **Journal of family history**. 1990, vol.15, nº4. p. 385-387

Outra razão que impulsionava muitos homens (jovens principalmente) a emigrar, estava ligada à obrigatoriedade do serviço militar. Pela lei italiana, todo homem dos 18 aos 30 anos estava obrigado a se disponibilizar a prestar serviços militares, quando convocado. A emigração muitas vezes era um pretexto para não servir ao exército, a impopularidade do Estado e da guerra, entre outras causas, levava muitos a tentarem emigrar antes de ser chamado às armas.<sup>30</sup> Essa situação também é verificada no Trentino, que naquele momento não tinha sido alcançado pela unificação, tanto que o Estado austríaco demorava a conceder a isenção do serviço militar para quem queria emigrar, ou mesmo a recusava. Essa negação foi uma das armas nas mãos da burocracia austríaca para combater o maciço fenômeno emigratório naquela região.<sup>31</sup>

O cenário de crise no campo, aliado ao excedente populacional, em grande parte, explica o motivo do êxodo de milhares de camponeses. Entretanto, esses não foram os únicos motivos; paralelo a esse fenômeno, contribuiu de maneira significativa toda uma campanha publicitária empreendida pelos países transoceânicos (Estados Unidos e América Latina) para atrair imigrantes para povoar suas terras desocupadas ou para o trabalho agrícola na grande lavoura.<sup>32</sup> A verdadeira “caça” ao emigrante que se empreendeu em terras europeias, na figura de propagandistas americanos, fez com que milhares de pessoas, alimentassem a utopia do enriquecimento. Também no clero era difundida a ideia de poder transplantar para o outro lado do oceano a sociedade católica camponesa com seus valores e costumes, que não era mais compatível com os “novos ares” trazidos pelo avanço do capitalismo. Não raro, muitos padres acompanhavam seu rebanho na aventura transoceânica. A presença de um sacerdote entre os imigrantes dava-lhes um sentimento de segurança, aumentando ainda mais a identificação entre o baixo clero e o campesinato.<sup>33</sup>

Os camponeses do norte da Itália, até então, não tinham por tradição a realização de greves ou paralisações para pedir melhores condições, pois a própria obediência ao clero, a que estavam submetidos, os ensinava a agir assim.<sup>34</sup> Dessa forma, mudar de local foi o grande ato de demonstração e descontentamento com aquela sociedade. Provavelmente, essa não foi uma atitude fácil de ser tomada, pois era com a terra em que viveram seus ancestrais, com o *paese* de nascimento, em que eles passaram a sua

---

<sup>30</sup> IANNI, Constantino. Op.cit. p. 87

<sup>31</sup> GROSSELLI, Renzo. Op. cit. p.118-119

<sup>32</sup> Essas questões serão melhores trabalhadas no subcapítulo 1.2.

<sup>33</sup> POSSAMAI, Paulo.2005. Op.cit. p. 68

<sup>34</sup> A fama de os italianos do norte serem mais dóceis, mais ordeiros e de boa moralidade, levava muitos fazendeiros paulistas a terem preferência por esses imigrantes.

infância, com a qual se identificavam. Como havia uma enorme campanha publicitária que pintava o Brasil e outros países sul-americanos como um verdadeiro Éden, em que se abundava a terra que tudo produzia, esses indivíduos não hesitaram. A América se transformava no maior sonho para esse grupo, porque representava a verdadeira liberdade. Até então, o significado da palavra liberdade, não era mais que uma ideia napoleônica ou liberal, vista como mais uma das ideologias urbanas. Tanto que as palavras de ordem da Revolução Francesa trazida para a região pelos soldados eram parodiadas pelos camponeses: *Liberté, égalité, fraternité; vocês a cavalo e nós a pé.*<sup>35</sup>

Na América, mais que o sonho da terra em abundância e o fato de todos terem sua propriedade, estava a utopia da ausência de ricos e de seu sistema opressor. Uma canção popular surgida nesse período é sugestiva para exemplificar essa ideia:

*Aos ricos do Tirol nós lhes daremos a enxada / a enxada e também a pá / depois iremos ao Brasil / a beber o bom vinho. / Os ricos a conduzir os bois / as ricas o arado / e os camponeses na América / a beber o bom vinho*<sup>36</sup>.

Esses indivíduos, sempre dependentes da Igreja, não foram ensinados a refletir e julgar, por isso foram presas fáceis dos agentes de imigração. Entretanto, o sonho de que a família finalmente estaria unida, e que seria possível a reconstrução da sociedade camponesa tradicional em outro lugar, não se efetivaria para a maior parte dos que se aventuraram na viagem transoceânica. A realidade com que se defrontariam ao chegar ao Brasil, ou mesmo em outros países, não correspondia em nada à campanha publicitária realizada.

Os propagadores da emigração, especialmente aqueles a serviço dos grandes cafeicultores paulistas, ofereciam as mais tentadoras vantagens para os agricultores que emigrassem. As estratégias de arregimentação foram tão bem articuladas que milhares de camponeses, antes de 1875, nunca tinham sequer ouvido falar do Brasil ou Argentina, passaram a preferir esses países como local de destino.<sup>37</sup> Dentre os arregimentadores, podemos citar um dos mais atuantes na região norte da Itália, Caetano Pinto, cujo contrato, assinado em 1874 com o governo imperial brasileiro, previa a transferência de 100.000 colonos europeus em 10 anos. Em pouco tempo, diversos vilarejos foram percorridos por dezenas de homens a serviço do referido empresário. Distribuído provavelmente sobre a forma de folheto, foram várias as vantagens

<sup>35</sup> GROSSELLI, Renzo. Op.cit. p. 101

<sup>36</sup> GROSSELLI, Renzo. Op.cit. p. 100

<sup>37</sup> ALVIM, Zuleika. Op. cit. p.44

oferecidas a quem migrasse para o Império do Brasil. Entre os diversos prospectos das vantagens que constam na propaganda, um coloca o Brasil como um verdadeiro paraíso, tanto que ao final do folhetim vinha assinalado: “Vocês querem emigrar? Vão para o Brasil. Se vocês são honestos e trabalhadores, vocês terão a certeza de tornarem-se proprietários em pouco tempo e de serem ricos depois de uma dezena de anos”.<sup>38</sup>

Vimos até aqui algumas das condições que levou a um movimento crescente de saída de pessoas da Itália. Mas, diante desse êxodo constante e maciço, como se portaram as classes dirigentes italianas, em particular o governo? De maneira geral, o Estado se mostrou bastante indiferente ao fenômeno. Inicialmente atribuía a emigração transatlântica à ignorância do povo, mas, depois que se propagaram grandes greves contra as más condições de vida e a falta de emprego, como aquelas que paralisaram as províncias de Polesine e Mântua em 1884-1885, este passou a ver a emigração como uma válvula de escape aos problemas enfrentados pela nação. Era preferível a emigração à revolução social, afirmava-se.<sup>39</sup> Nas poucas vezes em que o Estado Italiano se preocupou com esse problema refere-se à proibição da emigração para países destruídos por guerras, afetados por crises econômicas, ou atingidos por epidemias.<sup>40</sup> Foi somente com a lei de 31 de janeiro de 1901 que a Itália, sem nunca propor uma eliminação do fenômeno emigratório, procura discipliná-lo. Entretanto, a preocupação maior dessa lei era proteger o governo das acusações de indiferença em relação aos emigrantes.<sup>41</sup> Também merece destaque o Decreto Prinetti, de 26.03.1902, que proibiu a emigração gratuita para o Brasil.<sup>42</sup>

Se a própria Itália via na emigração uma forma de resolver seus problemas estruturais de falta de emprego, do outro lado do Atlântico, o Brasil enfrentava uma grave crise de mão de obra, vendo nos países europeus aptos a liberar seu excesso de trabalhadores, em uma possível solução para esse problema. É o que veremos a seguir.

<sup>38</sup> GROSSELLI, Renzo. Op. cit. p. 171-174.

<sup>39</sup> POSSAMAI, Paulo. 2005. Op. cit. p.70

<sup>40</sup> Exemplo disso foi quando, “entre 13 de março de 1889 e 27 de julho de 1891, uma ordem ministerial bloqueou as partidas para o Brasil, atingido por uma epidemia de febre amarela, tendo o período seguinte a liberação, atingido das cifras mais elevadas do fluxo”. FRANZINA, Emilio. Op.cit. p.78.

<sup>41</sup> FRANZINA, Emilio. Op.cit. p.45

<sup>42</sup> Frente a um minucioso relatório enviado por emissários do governo italiano que estavam no Brasil, para averiguar uma enxurrada de reclamações de imigrantes que trabalhavam nas fazendas paulistas foi proibida a emigração gratuita para o Brasil. Conforme Lucy Maffei Hutter “o decreto Prinetti, contrariamente ao que se diz, não foi uma medida tomada contra o Brasil, nem mesmo contra a emigração italiana para cá. Apenas proibia a vinda de emigrantes italianos com passagens gratuitas. Era livre a vinda de cidadãos que tivessem meios e se dispusessem a emigrar para o Brasil”. O decreto suspendia uma vantagem especial que o Brasil tinha em relação a outros países. HUTTER, Lucy Maffei. “A imigração italiana no Brasil (séculos XIX e XX) : Dados para a compreensão desse processo”. In. **Imigração italiana: estudos** (Anais do I e II Fórum de Estudos Ítalo-brasileiros), Caxias do Sul, 1976. p.78.

## 1.2 Políticas imigratórias do Brasil: imigração para a grande lavoura e para o sul do país.

Os primeiros esforços para o estabelecimento de colonos europeus livres datam de 1808, quando foi baixado um decreto pelo príncipe regente D. João VI, que tornava possível a propriedade de terra aos estrangeiros.<sup>43</sup> Nesse primeiro momento, a política de estabelecimento de núcleos coloniais, que foi continuada por D. Pedro I, visava à ocupação e à defesa de parte do território nacional.<sup>44</sup> Nessa direção, até 1830 foram estabelecidas sete colônias oficiais e uma particular; entre elas, a de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, em 1819, e a de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, em 1824. Entretanto, a política imigratória desenvolvida no período inicial do Império tinha forte oposição dos grandes proprietários, preocupados em garantir apenas para si os escassos recursos do Estado. Diante das constantes críticas ao governo imperial e do desinteresse das elites escravocratas, o estabelecimento de estrangeiros livres na primeira metade do século XIX caminhou a passos lentos.

Com a proibição definitiva do tráfico de escravos em 1850 e a expansão das áreas cafeeicultoras no Sudeste do país, forma-se uma grande contradição. “No momento em que o sistema de produção exigia o reforço do sistema escravista, amadurece a consciência do abolicionismo”.<sup>45</sup> Como suprir a carência de mão de obra em uma economia que se apoiava no modelo agrário-exportador? Havia a necessidade de resolver esse problema. Inicialmente, os fazendeiros do café buscaram aliviar o impacto da diminuição de escravos provocado pela Lei Euzébio de Queiroz, pelo tráfico

---

<sup>43</sup> BALHANA PILATTI, Altiva. “Política Imigratória no Brasil Meridional” In. WESTPHALEN, Maria Cecília (org). **Un Mazolini di fiori** (vol. III), Curitiba : Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p.132

<sup>44</sup>Luiza Horn Iotti divide a política imigratória imperial brasileira em quatro períodos: O primeiro compreendido entre os anos de 1822 a 1830 teria sido caracterizada pelo início do projeto imigratório, numa continuidade da política adotada por D. João VI. No segundo período, de 1831 a 1840, que correspondeu ao período regencial, a colonização subvencionada por cofres públicos teria sido abandonada, o que representou a vitória das elites escravocratas. Num terceiro momento de 1841 a 1874, há uma nova fase em que o governo imperial retoma a política imigratória com o estabelecimento de dezenas de colônias por todo o Império brasileiro. Esse período é marcado também pela transferência de parte significativa da busca de imigrantes europeus à iniciativa privada, por meio das Sociedades de Imigração. O quarto e último período (1874-1889) é marcado pelo fortalecimento do fluxo migratório, sobretudo italiano, em função do irreversível processo de diminuição da mão de obra escrava. IOTTI, Luiza Horn. A política imigratória brasileira e sua legislação: 1822-1914. Disponível em: [WWW.ARTIGOCIENTIFICO.UOL.COM.BR/UPLOADS/ARTC\\_1153944668-79.DOC](http://WWW.ARTIGOCIENTIFICO.UOL.COM.BR/UPLOADS/ARTC_1153944668-79.DOC) ACESSO EM 13/11/2008

<sup>45</sup> MACHADO, Brasil *et ale*. “Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização” In WESTPHALEN, Maria Cecília (org). **Un Mazolini di fiori** (vol. I), Curitiba : Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p.237.

interprovincial, o que se tornou apenas um paliativo, e que por sua vez gerou um grave problema de abastecimentos de gêneros alimentícios nas províncias de onde provinham esses escravos, inclusive no Paraná. Por ser uma região periférica do império e de economia não especializada, a remoção de muitos escravos gerou grandes preocupações em relação à mão de obra e ao abastecimento da província. Diante desse impasse, foi incentivada a vinda de colonos estrangeiros. Nesse momento, podemos perceber como ficaram evidentes as duas correntes em relação à imigração: de um lado, os cafeicultores que necessitavam urgentemente de mão de obra para a grande lavoura (evidenciado, por exemplo, pelo estabelecimento da Lei de Terras<sup>46</sup>) e, de outro lado, os interesses em se fomentar a agricultura familiar em colônias destinadas a suprir a carência de gêneros alimentícios, como foi o caso das províncias do sul.

Além da necessidade de mão de obra, existia a preocupação com o povoamento das vastas áreas desocupadas, os chamados “vazios demográficos”. Também estava em discussão a questão do branqueamento da população brasileira via integração com a raça branca europeia, além da busca de uma renovação do conceito de trabalho, considerado manchado pela escravidão.<sup>47</sup> Defendia-se a ideia de que o estrangeiro contribuiria também para o desenvolvimento do país, trazendo “novas e produtivas técnicas agrícolas, ensinando-as aos habitantes da terra, junto com as virtudes do trabalho”.<sup>48</sup> Nesse sentido, o imigrante europeu seria peça fundamental para a mudança na definição de dois elementos-chave: *raça* e *trabalho*. O trecho a seguir, extraído de um jornal publicado em Curitiba em 1885, é elucidativo dessas questões.

(...)Tenhamos, porém fê viva no futuro. Custa muito desenraizar maus hábitos tradicionais, mas aqui há também trabalho nacional bem sensível e do cruzamento das raças europeas com os nacionais, produzir-se-há a nacionalidade que saberá levantar o Brasil a posição que merece. E uma vez alcançado o ponto de partida para imenso desenvolvimento, este será relativamente rápido (...).<sup>49</sup>

<sup>46</sup> Com o predomínio político-econômico da elite fundiária, em 1850 foi estabelecida a Lei de Terras, cujo primeiro artigo proibia a entrega de terras gratuitas a estrangeiros, estes somente poderiam adquirir propriedade mediante compra. Segundo Maria Teresa Petrone, a Lei de Terras, “embora assegurasse certos recursos para os programas de colonização, pode ser interpretada como resultado da pressão dos grandes proprietários monocultores de café, que [...] pretendiam drenar a corrente de imigrantes para as suas fazendas, daí o interesse de que não mais se doassem terras para a criação de núcleos coloniais”. PETRONE, Maria Teresa *in* IOTTI, Luiza Horn. Op.cit. p.5-6

<sup>47</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do território, população e migrações**. Coleção História do Paraná: textos introdutórios. Curitiba : SEED, 2002. p. 67

<sup>48</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. 2002. Op. cit. p. 65.

<sup>49</sup> Curitiba, Gazeta Paranaense: 14 de Outubro de 1885.

Inicialmente a política imigratória imperial se voltou para a Europa setentrional, tanto que as primeiras levas de estrangeiros foram alemães, suíços e franceses. Entretanto, esses países não viam com bons olhos a emigração para o Brasil, pois a consideravam como uma “escravidão camuflada”, e estabeleceram restrições, haja vista que em 1871 todo o Império alemão proibiu as saídas para o Brasil, revogando tal proibição somente em 1896, apenas para os três Estados do Sul.<sup>50</sup> A causa dessas restrições foram as constantes reclamações e os insucessos dos primeiros núcleos coloniais. Diante da pouca eficácia das tentativas de estabelecimento de alemães, a atenção do governo, e principalmente das agências promotoras da imigração, se voltou para a nação europeia que dispunha de uma grande massa desempregados, a Itália, especialmente a região norte do país.

Como vimos no item anterior, por várias questões, a Itália estava passando por um intenso processo de disponibilização de mão de obra. Assim, milhões de camponeses e operários se tornaram presas fáceis de toda uma campanha publicitária enganosa. De fato, entre 1876 e 1920 emigraram para o Brasil nada menos que 1.243.633 de italianos.<sup>51</sup> O destino da maior parte desse contingente foram as fazendas cafeeicultoras paulistas. O trabalho com braços imigrantes na área cafeeicultora vigorou inicialmente sob o sistema de parceria,<sup>52</sup> mas este não obteve êxito, em parte, devido à própria inabilidade dos fazendeiros em adequar a mão de obra livre no trabalho nas lavouras, uma vez que estavam habituados a lidar apenas com o trabalho cativo. Para a grande parcela de italianos que se dirigiram a essa região, certamente o sonho tão cobiçado da terra em abundância e da ausência de patrões não se concretizaria, muito pelo contrário, o processo de proletarização, de que eles tanto fugiam, só demoraria um pouco mais a acontecer, ou melhor, ocorreria em país estrangeiro.

---

<sup>50</sup> MACHADO, Brasil *et ale*. Op.cit. p. 250.

<sup>51</sup> ALVIM, Zuleika. 1986. Op.cit. p.62.

Embora nem todo esse contingente tenha se fixado nas mais diversas regiões do Brasil, dos grupos étnicos, o italiano é o segundo mais numeroso, cujas cifras ficam abaixo apenas dos portugueses. Num recorte temporal mais amplo, de 1819 a 1970 entraram no Brasil 1.627.919 imigrantes, o que correspondeu a 29,15% do total de estrangeiros que chegaram no país nesse período. BALHANA PILATTI, Altiva. “L’immigration italienne au Brésil”. In WESTPHALEN, Maria Cecília (org). **Un Mazolini di fiori** (vol. II), Curitiba : Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p.211

<sup>52</sup> As colônias de parceria representaram o início da imigração promovida por particulares, com o objetivo de substituir o trabalho escravo na lavoura de café. Os cafeeicultores recebiam empréstimos do governo imperial, com o qual contratavam empresas para aliciarem e transportarem imigrantes europeus. O pioneiro nesse tipo de iniciativa foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro, que, em 1847, introduziu, na sua fazenda paulista de Ibicaba, 80 famílias vindas da Alemanha. O sistema de parceria provocou descontentamento entre os imigrantes, principalmente pela falta de clareza dos contratos e das cláusulas evidentemente desfavoráveis a eles. A revolta dos colonos de Ibicaba, em 1856, assinalou o abandono desse sistema nas fazendas paulistas. IOTTI, Luiza Horn. Op.cit. p.6

Uma das maiores decepções daqueles que foram encaminhados às lavouras cafeeiras certamente reside no fato de que, embora fossem trabalhadores livres, eram submetidos a condições semelhantes às aquelas impostas aos escravos. A mentalidade escravocrata dos fazendeiros muitas vezes não os distinguiu dos cativos. Os imigrantes eram submetidos à mesma carga de trabalho, além de receberem baixos salários e de estarem presos à fazenda pelas dívidas. Também, tinham seus horários de trabalho estritamente regulados, assim como as horas de folga e suas entradas e saídas da propriedade. Não raro, eram vítimas de toda a sorte de abusos. Essas circunstâncias levaram a fugas em massa, assim como ao expatriamento, sendo as regiões cafeeicultoras as principais responsáveis pela evasão italiana no Brasil.

Se os imigrantes italianos que se dirigiram a São Paulo – que representaram 70% do contingente transferido para o Brasil – tiveram de enfrentar duras condições, até mesmo piores do que aquelas enfrentadas antes na Itália, aqueles que foram encaminhados às três províncias do Sul do país tiveram um destino um pouco melhor, ou pelo menos, conseguiram o tão almejado pedaço de terra. O estabelecimento de colônias com estrangeiros nessa região, num primeiro momento, visava à ocupação de áreas despovoadas, pois até a primeira metade do século XIX praticamente só a faixa litorânea estava ocupada. Além do mais, existia a preocupação constante em salvaguardar as fronteiras com os países platinos. Nessa direção, especialmente a partir de 1834 quando a facção governista favorável à imigração propõe que essa não deveria ser exclusiva do governo imperial, mas sim realizada em conjunto com as províncias,<sup>53</sup> foram estabelecidas várias colônias, tanto por iniciativa dos governos locais quanto de particulares. Os grupos que compunham essas colônias até o início da década de 1870 eram relativos a alemães, ingleses, franceses e suíços. Os italianos só começariam a chegar em maior número a partir da segunda metade da década de 1870.

Das três províncias do Sul, foi o Rio Grande do Sul que recebeu a maior parcela dos imigrantes italianos, que se concentraram sobretudo na região serrana, na porção norte da província. No Paraná a presença italiana em massa tem início em 1875. Antes dessa data há registros de alguns, mas eram poucos e diluídos entre os outros grupos, como aqueles que integravam a colônia Assungui, fundada em 1860 e pertencente ao atual município de Cerro Azul. De fato, a questão imigratória no Paraná já era colocada

---

<sup>53</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. 2002, Op.cit. p.67.

como uma solução para os problemas relativos à ausência de uma agricultura diversificada, no período imediatamente posterior a sua emancipação política, em 1853.

“É para lamentar que essa província, cujos terrenos produzem com abundância a mandioca, o arroz, o café, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a maior parte daqueles gêneros. Este estado de coisas temo continuará, e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, aparecerá a abundância dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova vida ao comércio de exportação dos produtos agrícolas”.<sup>54</sup>

Destaca-se que a vinda de colonos “morigerados e laboriosos” era um dos principais objetivos a serem atingidos, e uma constante no discurso das elites locais. Os anos que se seguiram à emancipação política da província foram marcados pelo aprofundamento da política imigratória, numa ação conjunta das autoridades imperiais e provinciais.<sup>55</sup> Assim, entre as décadas de 60 e 80 do século XIX, foram instaladas várias colônias nas proximidades dos centros urbanos, especialmente na administração de Adolpho Lamenha Lins, a qual logrou grande êxito, conforme consta no seu próprio relatório do ano de 1877.

O colono europeu, por via de regra, desanima diante das nossas mattas virgens, porque para elle é completamente ignorada essa cultura extensiva, da derrubada, da queima e das sementeiras a vôo, e é por isso que internados nas colonias afastadas dos centros populosos, elles fogem de entregar-se a esse trabalho improbo, que lhes é inteiramente desconhecido, acontecendo muita vez que o desastre que na primeira derrubada fere a um, basta para amedrontar uma expedição inteira.

É preciso pois preparar o colono para penetrar nas regiões das mattas virgens, riquíssimas de uberidade, e de seiva, porem cuja rude magestade os assombra e intimida.

D’ahi a vantagem de estabelece-los primitivamente, nos arredores dos centros populosos, ahi, perto de todos os recursos, ao passo que se dedica a cultura que conhece, e tem mercado prompto e consumo immediato para os seus productos, o colono ensaia essa cultura nacional que lhe é inteiramente estranha, mais que a elle tem de entregar-se mais tarde, pela natureza das plantas que tem de cultivar, e do terreno em que elles produzem. (...)

Foi sob o domínio dessas ideias, que adoptei o systema do estabelecimento de colonos nos arredores da capital.<sup>56</sup>

É nessa conjuntura que é estabelecida a maior parte dos colonos italianos que chegaram ao Paraná. Conforme Romário Martins, o *rush italiano* ocorreu entre os anos de 1875 e 1878, quando entraram na província 4.350 pessoas. As primeiras experiências

<sup>54</sup> Relatório do Presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 07 de janeiro de 1858, p. 35

<sup>55</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro *et al.* **História do Paraná**. Curitiba : Grafipar, 1969. p.163

<sup>56</sup> Relatório do Presidente de Província Adolpho Lamenha Lins do 1877, p. 81-82.

com a colonização italiana no Paraná foram realizadas mediante um contrato firmado com o empresário Sabino Tripotti. Em fevereiro de 1875, o referido empresário fundou a primeira colônia italiana do Paraná (Alexandra). Entretanto, essa foi um fracasso, devido a vários motivos, como a insalubridade do clima, a falta de conhecimento e orientação para superar as moléstias tropicais e as pragas da lavoura e a ausência de mercados consumidores próximos.<sup>57</sup> Também, os colonos foram instalados sem a mínima assistência para que progredissem, tanto por parte do governo quanto do empresário. Este último foi acusado por nunca ter tido realmente interesse na colonização. Na verdade, o transporte de imigrantes era para ele altamente lucrativo, pois gastava com cada pessoa apenas um quinto do que recebia do governo, embolsando o restante.<sup>58</sup> De fato, a colonização intermediada por sociedades particulares sempre estava sujeita a problemas, dada a ganância daqueles que estavam interessados apenas em arrebanhar o maior número possível de imigrantes, para obter mais lucro.

O governo rescindiu o contrato com o empresário, chegando mesmo a confiscar seus bens, em função do enorme prejuízo causado pela má administração do empreendimento. A administração provincial, tentando contornar o problema e para atender àqueles que não mais queriam permanecer em Alexandra, assim como para acomodar o grande número de italianos que estavam a caminho, cria em 1877 a colônia Nova Itália, que abrangia doze núcleos coloniais em uma vasta área que se estendia pelos municípios de Morretes, Antonina e Porto de Cima.<sup>59</sup>

Os núcleos coloniais estabelecidos no litoral não alcançaram êxito. Diante disso, seja por iniciativa própria ou com ajuda do governo, a maior parte dos colonos radicados no litoral pediu transferência para o planalto curitibano, e apenas um pequeno contingente permaneceu na colônia Nova Itália. O governo provincial abandona então o projeto de colonização do litoral e o direciona para a capital e seus arredores. Daqueles oriundos do núcleo colonial Nova Itália, muitos se fixaram junto com colonos de outras nacionalidades em colônias já existentes na região<sup>60</sup>, enquanto outros foram estabelecidos em núcleos coloniais criados para tal fim, por iniciativas governamentais ou de particulares,<sup>61</sup> como Antônio Rebouças em Campo Largo. É importante destacar

---

<sup>57</sup> BALHANA, Altiva Pilati. "Imigração italiana no Paraná. Op.cit. p. 4.

<sup>58</sup> MARTINS, Romário, 1941: p. 75

<sup>59</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro *et ale.* 1969. Op. cit. p. 168-169.

<sup>60</sup> como Argelina, Muricy, Órleans, Inspetor Carvalho, Antonio Prado, Antonio Rebouças, entre outras.

<sup>61</sup> Entre elas, podem ser citadas: Alfredo Chaves, Santa Gabriela e Novo Tirol, Santa Felicidade, etc.

que o programa de colonização na região de Curitiba responde às necessidades de expansão da capital da recém-emancipada província.

Na década de 1880 o incentivo a imigração continua, e a maior parte dos italianos que chegaram ao Paraná foi instalada em regiões próximas à capital. Nesses anos são fundadas três das colônias analisadas neste trabalho (Rondinha em 1885, e Balbino Cunha e Mariana em 1889). Aliás, esses núcleos coloniais que estamos analisando fazem parte do auge da política imigratória subvencionada pelo governo provincial. Entretanto, esse momento também marca o término de uma fase do empreendimento, com a extinção do sistema de colonização oficial, com colônias mantidas sob a tutela do governo, e o início de outra etapa com motivações diferentes e com menor participação oficial.<sup>62</sup> Na década seguinte (1890) a chegada de italianos continua, mas vai progressivamente diminuindo até se tornar restrita a pequenos números. Aqueles que chegaram nos anos finais do século XIX e início do XX, por ocasião da redução da colonização oficial, ou se fixaram nas colônias já existentes ou adquiriam terrenos de particulares, ou ainda aqueles que tinham menos condições financeiras acabavam trabalhando nas obras públicas, ou de empresas particulares. No final do século XIX e início do XX, os grupos majoritários estabelecidos no Paraná seriam compostos de poloneses e ucranianos, cuja colonização se expandiria para o interior do Estado. Em relação à quantidade total de imigrantes que chegaram ao Paraná, a imigração italiana não representou mais que 9%, ou seja, cerca de 9.000 pessoas. De fato os investimentos maciços em imigração foi canalizado para São Paulo. Por ser uma província politicamente importante, esta influenciou o parlamento no sentido de canalizar esforços nacionais para assim usufruir da política imigratória. O Paraná, por ser uma província periférica do ponto de vista econômico, não tinha as mesmas condições de promover a imigração numa escala maior, nas suas áreas despovoadas, como fez, por exemplo, o Rio Grande do Sul.

O quadro a seguir ilustra a presença italiana no Paraná, nas colônias criadas nas décadas finais do século XIX.

---

<sup>62</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro *et al.* 1969. Op. cit. p. 180.

**QUADRO 1 – PRESENÇA ITALIANA NAS COLÔNIAS ESTABELECIDAS NO PARANÁ NAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XIX.**

Ano	Município	Colônia	Grupos étnicos
1860	Cerro Azul	Assungui	Ingleses, franceses, alemães, <i>italianos</i> e outros
1869	Curitiba	Argelina	Franceses da Argélia, alemães, suíços, ingleses e <i>italianos</i>
1870	Curitiba	Pilarzinho	Poloneses, alemães e <i>italianos</i>
1875	Curitiba	Órleans	Poloneses, franceses, suíços, <i>italianos</i> e outros
1875	Paranaguá	Alexandra	<i>Italianos</i>
1877	Morretes e Antonina	Nova Itália	<i>Italianos</i>
1878	Curitiba	Santa Felicidade	<i>Italianos</i>
1878	Campo Largo	Antonio Rebouças	<i>Italianos</i>
1879	Paranaguá	Maria Luiza	<i>Italianos</i>
1885	Campo Largo	Mendes de Sá	<i>Italianos</i> e poloneses
1886	Curitiba	Santa Gabriela, Antonio Prado, Presidente Faria e Maria José	<i>Italianos</i> e poloneses
1888	Paranaguá	Visconde de Nácar, Santa Cruz e Santa Rita	<i>Italianos</i>
1889	Campo Largo	Balbino Cunha e Mariana	<i>Italianos</i>
1893	Palmeira	Cecília	<i>Italianos</i>

FONTE: MACHADO, Brasil Pinheiro *et al.* 1969. Op. cit. pp.164-167.

Pelo quadro acima verifica-se que a presença italiana está basicamente distribuída no litoral e, principalmente, na região de Curitiba. Dentro desse quadro e da conjuntura discutida, encontramos o município de Campo Largo.

### 1.3 O município de Campo Largo e as colônias italianas

Campo Largo geograficamente está situado no primeiro planalto paranaense, a 860 m do nível do mar e distante cerca de 20 km da capital. Os primeiros povoadores se estabeleceram na região por volta de 1814, sendo construída sua igreja em 1821 e tendo como padroeira Nossa Senhora da Piedade. Foi elevada à categoria de capela curada em 1828 e de paróquia em 1841. A criação oficial do município data de 1871, quando este se desmembra de Curitiba e Palmeira.<sup>63</sup>

**Figura 2: Localização de Campo Largo**



Fonte: <<http://www.guiageo-parana.com/mapas.htm>>

A origem do município está ligada ao desenvolvimento da economia pastoril. Inicialmente foi uma região de passagem das tropas que vinham do sul com destino a Sorocaba (o antigo caminho do Viamão) e mais tarde se tornou um elo entre Curitiba e os Campos Gerais.<sup>64</sup> Foi uma das diversas povoações que se formaram ao longo do caminho do Viamão, e que posteriormente deram origem a cidades como Ponta Grossa, Castro, Palmeira, Itararé, Lapa, Rio Negro, entre outras. O desenvolvimento dessas

<sup>63</sup> BARCICK, Virgínia. **Campo Largo: Demografia Histórica 1832-1882** Curitiba, Mestrado em História : UFPR, 1992. p.8

<sup>64</sup> BARCICK, Virgínia. Op. cit. p.7

vilas, com suas fazendas de pouso e invernagem, está atrelado ao comércio de muares, que foi uma das principais atividades econômicas da Região Sul durante os séculos XVIII e XIX. Em 1820, ao percorrer os Campos Gerais e de Curitiba, Saint Hilaire anotava:

Ao mesmo tempo que a criação e transporte de gado influíram para que as populações se agremiassem em determinados locais de ‘pouso’ e de ‘currais’, a formação de ‘roças’ com intentos industriais, isto é, com excessos comerciais, foi fixando essas e outras populações em lugares certos e estáveis e dando origem às fazendas, às freguesias, às vilas e às cidades, como aconteceu com Jaguariaíva, Pirai (Furnas), Castro, Ponta Grossa, Campo Largo, Rio Negro, etc.<sup>65</sup>

O crescimento da vila de Campo Largo e o processo de ocupação territorial estiveram ligados ao desenvolvimento da pecuária. Com o estabelecimento das fazendas de invernagem, foram se consolidando também uma agricultura de subsistência e o comércio. À medida que a vila evoluía e que a própria atividade econômica se desenvolvia, abria-se espaço para um novo empreendimento, a extração e o comércio da erva-mate. Esse produto passa a ter importância significativa na economia campolarguense, principalmente quando a cidade de Curitiba expande suas áreas de influência econômica, sobretudo a partir do momento que esta passa a ser a capital da nova província.<sup>66</sup> Dessa maneira, a produção e o beneficiamento do mate, que até meados do século XIX estavam concentrados majoritariamente no litoral, passam a se disseminar pelo planalto curitibano. Em 1875, no auge da economia do mate, em Campo Largo existiam treze engenhos.<sup>67</sup>

A mão de obra utilizada, tanto na pecuária como no mate, era principalmente escrava. Entretanto, conforme visto no item anterior, com a extinção do tráfico atlântico, parcela significativa da escravaria das regiões periféricas do Império brasileiro, como é o caso do Paraná, foi remanejada para as fazendas cafeicultoras. Nesse contexto de crise de mão de obra e necessidade de se fomentar uma agricultura diversificada, especialmente a partir da década de 1870, são fundadas colônias com imigrantes europeus em Campo Largo. Pelo fato de o município estar situado relativamente próximo à capital, suas terras passaram a fazer parte dos propósitos da política colonizadora provincial que tinha por objetivo abastecer as cidades com os gêneros alimentícios produzidos pelos colonos.

---

<sup>65</sup> MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba : Travessa dos Editores, 1995. 2ª edição. p. 267.

<sup>66</sup> SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material e vida econômica** Curitiba : SEED (Coleção História do Paraná : textos introdutórios), 2002. p. 56

<sup>67</sup> SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Op. cit. p. 53

No primeiro recenseamento do Império em 1872, a população do município era de 6.338 habitantes, número que praticamente dobrou no primeiro recenseamento da República em 1890, com 12.539 pessoas.<sup>68</sup> O período compreendido entre esses dois censos alterou profundamente a população campolarguense, sendo marcado pela instalação de centenas de colonos italianos e poloneses.

A primeira colônia com imigrantes italianos, Antônio Rebouças<sup>69</sup>, foi criada em 1878. Antes dela já havia a colonização polonesa na região, como nos núcleos Alice, Cristina, Tomás Coelho e Dom Pedro, que tinham parte do seu território nesse município. A referida colônia foi fundada oficialmente em 11 de setembro de 1878 com 154 imigrantes italianos do Vêneto, como menciona o Relatório do Presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, em 1880.

Situada no local denominado Timbituva, a margem da estrada Mato Grosso, e a distância de 19 km de Curitiba, foi estabelecida em 1878. Acha-se dividida em 34 lotes, habitada por 154 colonos, possui 6234 metros de estrada e terrenos férteis que são bem cultivados. Existe n'esta collonia uma fabrica de tijolos de propriedade dos collonos Baroni Antônio e outros, necessita de igreja e escola.<sup>70</sup>

Os colonos que se instalaram em Antonio Rebouças chegaram ao Paraná em fevereiro de 1878, sendo inicialmente alocados na colônia Nova Itália em Morretes. Entretanto, provavelmente devido a sua não adaptação ao litoral, ou mesmo em função dos insucessos dos núcleos coloniais litorâneos, conforme foi discutido anteriormente, esses imigrantes permaneceram poucos meses naquela região, sendo transferidos provisoriamente para barracões em Curitiba, até que fosse definido o seu local de destino.<sup>71</sup> Na capital, o grupo que se deslocara do litoral permaneceu em torno de cinco meses. Nesse intervalo de tempo foi selecionado o local de fundação da colônia, assim como preparadas a medição dos lotes e a construção das casas. O contrato firmado entre o governo e os imigrantes previa que os terrenos deveriam ser pagos num prazo de nove anos.<sup>72</sup>

---

<sup>68</sup> MARTINS, Romário. 1941. Op. cit. p.94 - 95.

<sup>69</sup> O nome da colônia foi uma homenagem ao engenheiro Antonio Pereira Rebouças Filho, que juntamente com seu irmão teve participação fundamental na construção da ferrovia Paranaguá-Curitiba. Muitos documentos, inclusive as fontes paroquiais, referem-se a essa colônia como Timbituva, o que remete a divisão de quarteirões, que era a forma como estava dividido o município de Campo Largo.

<sup>70</sup> Relatório do Presidente de Província. 1880: p. 55

<sup>71</sup> FEDALTO, Pedro. **O centenário da colônia Antônio Rebouças**. Curitiba : Voz do Paraná, 1978. p. 21-22.

<sup>72</sup> *ibid*

Conforme Pedro Fedalto, foram 27 as famílias fundadoras, distribuídas em 34 lotes.<sup>73</sup> Os lotes não correspondiam exatamente ao número de famílias, pois aquelas que tinham mais de um homem adulto ou que possuíam alguma reserva de dinheiro, poderiam adquirir mais de um lote. Como ocorria nas demais colônias governamentais, nos primeiros meses o governo fornecia as sementes para que realizassem suas primeiras plantações, e nesse meio tempo os empregaria na construção de estradas de acesso. Passado o momento inicial e à medida que obtinham suas primeiras colheitas, a ajuda do governo cessaria. Se compararmos aos imigrantes que foram encaminhados às fazendas paulistas, que foram submetidos a duras condições de trabalho, ou mesmo a uma parcela significativa que se dirigiu ao Rio Grande do Sul, onde foram simplesmente abandonados em meio a mata,<sup>74</sup> podemos dizer que aqueles que foram para Campo Largo, ou mesmo se distribuíram por toda região do Paraná, tiveram melhor sorte. Embora as condições não fossem as ideais, é de se notar o interesse do governo provincial na imigração, especialmente na administração de Lamenha Lins, que fornecia os lotes em regiões de fácil acesso de instalação, assim como as casas, trabalho e outros suprimentos de que necessitavam no período inicial.

Os colonos, em sua maioria, eram agricultores e passaram a se dedicar ao cultivo da terra. Conforme o núcleo colonial foi se estabilizando, novas famílias vindas da Itália foram sendo encaminhadas ou para a colônia ou nas áreas próximas. Também alguns jovens casais, à medida que iam se casando, foram adquirindo terrenos nas imediações, expandindo, assim, a presença italiana na região.

Alguns anos após a instalação da colônia Rebouças, às margens da estrada Mato Grosso, foi iniciada a formação de uma outra colônia: a Rondinha. Observa-se que o estabelecimento de núcleos coloniais às margens da referida estrada era uma estratégia do governo provincial para facilitar o escoamento dos produtos agrícolas para a capital, uma vez que essa estrada era a principal ligação de Campo Largo com Curitiba e uma continuação da estrada da Graciosa que ligava a capital ao litoral.<sup>75</sup> A fundação da

---

<sup>73</sup> FEDALTO, Pedro. Op. cit. p. 22-23

<sup>74</sup> Conforme as memórias de Júlio Lorenzoni no Vale Vêneto, no Rio Grande Sul, muitos imigrantes receberam seus lotes e foram abandonados no meio da mata, longe da sede várias horas, sendo obrigados a viver sob uma cabana rústica, coberta de ramos e se alimentando de pinhões, da caça e outras coisas que a floresta oferecia. LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre : Sulina, 1975 pp.63-69.

<sup>75</sup> Basta ver que só na década de 1870, entre os anos de 1875 e 1876 na administração de Adolpho Lamenha Lins, foram fundadas seis colônias nas margens da estrada do Mato Grosso: Órlenas, D. Pedro, Santo Inácio, D. Augusto, Riviére e Tomás Coelho. SANTOS, Carlos Roberto Antunes. Op. cit. p. 80.

citada colônia se deve à iniciativa particular dos irmãos Cel. José Olintho de Sá (conhecido como coronel ‘Jugica’) e o Capitão José Mendes de Sá, que eram proprietários de grandes quantidades de terras nessa localidade.<sup>76</sup> A colonização da região com imigrantes europeus se deu em parceria com o governo provincial a partir do ano de 1885. Merece destaque a criação, nesse ano, da Sociedade de Imigração em Campo Largo, sob a presidência de João Ribeiro de Macedo,<sup>77</sup> o que dinamizou o assentamento de novos colonos no município.

Os lotes foram distribuídos principalmente para imigrantes italianos, mas também poloneses e brasileiros ocuparam alguns terrenos. Esta foi a maior colônia do município, com 280 lotes, abrangendo uma área de 2.000 hectares,<sup>78</sup> sendo ocupados até a década de 1890. Por ser um núcleo colonial fundado pela iniciativa particular, ao contrário das governamentais, as informações contidas nas fontes são mais esparsas. Seguindo a lógica das demais colônias, acredita-se que também os lotes e as casas, pelo menos para uma parcela significativa, foram adquiridos e financiados pelo governo, uma vez que os imigrantes que aqui se instalaram eram bastante pobres, provavelmente pertenciam ao grupo dos *bracciantis*, não traziam consigo reserva de dinheiro suficiente para comprar a propriedade. Se, como vimos no item anterior, só conseguiram emigrar a partir do momento em que o governo brasileiro passou a financiar a viagem, supostamente não deviam ter capital suficiente para comprar o lote de terra.

Pouco tempo depois de ser iniciada a ocupação dos lotes de Rondinha, foram criadas mais duas colônias governamentais, inauguradas em 1889. Essas duas fazem parte do final do programa de colonização subvencionado pelo governo provincial. A colônia Mariana localizada no quarteirão do Rio Verde, também nas proximidades da Estrada Mato Grosso, possuía 33 lotes e um total de 170 pessoas.<sup>79</sup> Já a colônia Balbino

---

<sup>76</sup> Nos documentos, assim como na bibliografia sobre imigração no Paraná, podem ser encontrados três nomes para a mesma colônia. Mendes de Sá ou Jugica Mendes referem-se aos precursores do projeto colonizatório na região, assim como o termo Rondinha que é o que permanece até hoje. “ A denominação Rondinha para a região surgiu porque grupos de boiadeiros que traziam gado para Curitiba, faziam uma pequena “ronda” na região. Quando paravam, tendo o rio de um lado e o barranco de outro, era possível acomodar o gado para um descanso, facilitando o seu controle. Por causa desta pequena ronda é que foi dado ao local o nome de Rondinha” CEQUINEL, Valdemar José *et al.* **Igreja de Rondinha: 100 anos de História e fé.** Campo Largo, 2006. p. 25.

<sup>77</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro *et al.* 1969. Op. cit. p.182

<sup>78</sup> MACHADO, Brasil Pinheiro *et al.* 1969. Op. cit. p.164-167

<sup>79</sup> *ibid* O nome da colônia resultou de uma homenagem a D. Maria José Correia, esposa do deputado provincial Ildefonso Pereira Correia. Conforme consta no artigo publicado em 26.05.1889 da Gazeta Paranaense (...) Do Exmo Sr. Conselheiro Cardoso ao Exmo. Sr. Conselheiro Correia, espirito patriota que devia sentir satisfação em saber, naquelle dia, ligado o nome de sua virtuosa esposa a um dos núcleos coloniais que se acabava de inaugurar; (...)

Cunha, também conhecida por Campina, situava-se no quarteirão da Catta, estando mais afastada dos demais núcleos italianos de Campo Largo, atualmente com seu território próximo dos limites com os municípios de Balsa Nova e Araucária. Foi dividida em 25 lotes e ocupada por 122 colonos italianos.<sup>80</sup> A criação das colônias italianas em Campo Largo podem ser sintetizadas como na tabela abaixo:

**TABELA 2 – DADOS DAS COLÔNIAS ITALIANAS DE CAMPO LARGO**

ANO	Colônia	Distanc. da sede munic.	Área em hectares	Número de Lotes	Nº de imigrantes
1878	Antônio Rebouças ou Timbituva	14 km	350,9	34	244
1885	Mendes de Sá ou Rondinha	4 km	2.000,0	180	148
1889	Balbino Cunha ou Campina	8km	225,9	25	122
1889	Dona Mariana ou Rio Verde	8 km	315,3	33	170

FONTE: MACHADO, Brasil Pinheiro *et ale.* 1969. p. 164-167.

As colônias de Mariana e Campina foram ocupadas por italianos oriundos do Vêneto que chegaram a Campo Largo em janeiro de 1889.<sup>81</sup> Inicialmente foram acomodados em barracões provisórios, até que fossem terminadas a medição dos lotes e a construção das casas, pois os núcleos coloniais só foram inaugurados no mês de maio, conforme consta em um artigo publicado no jornal *Gazeta Paranaense*, em 26.05.1889. Nota-se que, apesar do interesse do governo e da política de colonização oficial já estar em vigor há algumas décadas no Paraná, ainda havia problemas, pois os imigrantes tinham de aguardar, amontoados em barracões provisórios por meses, até que pudessem tomar posse de seus terrenos.

Segundo o artigo publicado no referido jornal, intitulado “Inauguração dos núcleos Balbino Cunha e D. Marianna”, estiveram presentes no ato várias autoridades, entre elas, o próprio presidente da província, cujo nome foi dado a um dos núcleos

<sup>80</sup> *ibid*

<sup>81</sup> AGGIO, Osmar. **A colônia que veio do Pó**. Ponta Grossa: Gráfica Planeta, 2005. p.63

coloniais, assim como o Inspetor Especial de Terras e Colonização, o Dr. Candido de Abreu, entre outros. O artigo narra de maneira ufanista o empreendimento colonial, enfatizando que os imigrantes receberam o lote de terra com uma casa.

“Em breve, depois de repetidas consultas ao relógio, avistava-se o núcleo <D. Marianna>, cujo aspecto ridente parecia convidar a entrar, lá no fundo de um esplendido valle, onde a vegetação variada e pujante indicava um terreno fertilissimo, verdadeira promessa para os immigrantes alli localizados.”<sup>82</sup>

E prossegue com a descrição das casas e da chegada da comitiva ao núcleo colonial D. Mariana:

“Lindíssimas casinhas alvejavam ao longe, cheias de conforto, vendo-se as portas os seus moradores que em sympathica gesticulação e aclamação entusiasticas, saudavam a administração que ia oficialmente inaugurar aquela celula de trabalho d’onde mais tarde hão de brotar as commodidades e quiçá a fortuna para aqueles que souberem cavar no seio opulento da terra.”<sup>83</sup>

O artigo continua tratando de maneira exagerada a calorosa recepção às autoridades e a profunda satisfação dos imigrantes estabelecidos naquele núcleo colonial, assim como a verdadeira festa que se sucedeu, na qual compareceram muitas pessoas ilustres. Aliás, o extrato acima é totalmente contraditório com a real situação inicial dos imigrantes que geralmente tinham que aguardar a finalização da medição das terras e da construção das casas por meses, em barracões provisórios, em péssimas condições de higiene. O texto do jornal enfatizava a importância da imigração para o Paraná, pois “representava mais um passo dado na estrada larga do engrandecimento da província”.<sup>84</sup> No dia seguinte, um domingo, o objetivo da comitiva seria a inauguração da colônia Balbino Cunha, após a celebração de uma missa na paróquia de Nossa Senhora da Piedade, em Campo Largo. Entretanto, a inauguração não ocorreu, conforme está descrito na fonte:

“Ao amanhecer do dia 26, ficou resolvido que se ouviria missa, e que após, seria feita visita ao núcleo Balbino Cunha. Como, porém, houvesse demora em serem preparados os carros, assentou-se que não seria visitado aquele núcleo e que se voltaria a capital no mesmo dia.”<sup>85</sup>

Os possíveis motivos para não ter ocorrido a visita à colônia Balbino Cunha podem estar ligados à distância, pois esta colônia estava mais afastada das demais e demandaria algumas horas do centro de Campo Largo até o destino, o que obrigaria a comitiva a permanecer mais um dia no município. De fato, Balbino Cunha não queria

---

<sup>82</sup> JORNAL GAZETA PARANAENSE 26.05.1889

<sup>83</sup> *ibid*

<sup>84</sup> *ibid*

<sup>85</sup> *ibid*

ficar muito tempo ausente da capital, pois vivia-se um momento de crise política no governo paranaense, decorrente das disputas entre liberais e conservadores.<sup>86</sup>

Como foi mencionado anteriormente em relação à colônia Antonio Rebouças, nos primeiros tempos o governo fornecia as sementes para que os colonos fizessem sua primeira plantação, assim como os empregaria na construção de estradas vicinais que ligariam o núcleo colonial às estradas principais. Entretanto, nos primeiros meses a situação foi caracterizada por muitas dificuldades, conforme uma carta enviada pelos imigrantes das colônias Balbino Cunha e Mariana ao presidente Jesuíno Marcondes em junho de 1889, citada por Osmar Aggio.

Na carta, as principais reivindicações são ferramentas necessárias para o cultivo da terra, sementes, comida durante o tempo necessário, trabalho contínuo nas obras públicas, restauração das estradas, um padre para atender às duas colônias, um médico, entre outras.<sup>87</sup> Segundo o autor, a carta foi escrita por um dos colonos, num misto de italiano com o dialeto vêneto, o que indica que, apesar de bastante humildes, alguém deveria saber ler e escrever. É de se destacar que as solicitações demonstram a pobreza desses imigrantes que não possuíam praticamente nada, o que reforça nossa hipótese de que os colonos que chegaram no período pós-1885 pertenciam ao grupo dos *bracciantis*.

Dentre os pedidos feitos ao presidente da província, merece destaque aquele referente à vinda de um padre para o atendimento espiritual dos imigrantes. Aliás, essa reivindicação foi uma constante nas diversas colônias estabelecidas no Sul do Brasil. Antonio Rebouças, por ser a mais antiga de Campo Largo, foi a primeira a solicitar à diocese de Curitiba um padre que lhes atendesse no seu idioma. Outras colônias estabelecidas nos arredores de Curitiba também encaminharam o mesmo pedido. Essa situação remete à forma como esses indivíduos estavam organizados na sua terra de origem, a tentativa de reconstruir a nova realidade a partir do mundo que conheciam, onde o padre era uma figura imprescindível na sua organização social. Nessa direção, merece espaço a discussão de como foi feita a organização religiosa institucional das famílias italianas de Campo Largo radicadas nos núcleos coloniais.

---

<sup>86</sup> AGGIO, Osmar. Op.cit. p.64-65.

<sup>87</sup> AGGIO, Osmar. Op.cit. p. 70-71

#### 1.4 Da Capelania Curada italiana à criação da Paróquia de São Sebastião

O choque entre o modelo de religiosidade trazido pelos imigrantes e aquele encontrado no Brasil foi um elemento importante que serviu para marcar a diferença entre os dois grupos. Os colonos traziam consigo um catolicismo calcado no ultramontanismo, no qual era imprescindível a presença de um sacerdote que ministrasse os sacramentos e proporcionasse o conforto espiritual necessário, mas aqui se depararam com um catolicismo que estava em crise. Os padres brasileiros em geral não mantinham o celibato sacerdotal, não raro mantinham família, a frequência dos fiéis à missa e as práticas sacramentais eram baixas, muito em função das taxas cobradas. Além disso, a participação na Igreja era uma atividade mais feminina, pois os homens pouco a frequentavam. Por se sentirem diferentes e pelo modelo de organização religiosa a que estavam habituados, os colonos passaram a reivindicar ao bispo diocesano um padre que lhes atendesse no seu idioma.<sup>88</sup> A discussão sobre a religiosidade como um fator de identificação coletiva será melhor tratada no capítulo 2.

Na sua fase inicial, os habitantes da colônia Antonio Rebouças frequentavam a paróquia Nossa Senhora da Piedade em Campo Largo. Entretanto, a distância de cerca de cinco horas da Igreja era um impeditivo para boa parte da população, especialmente para as crianças e os idosos. Essa situação era recorrente para a maior parte das colônias estabelecidas no Paraná. A necessidade de construir sua igreja com um padre exclusivo para os atender remete às tentativas de se reelaborar a terra de partida, pois o templo religioso representava mais que um ambiente para a satisfação das necessidades espirituais. Comparecer as celebrações religiosas também era um pretexto para tecer relações sociais. Esse motivo ajuda a explicar essa insistência para que cada colônia construísse sua capela.

Diante da carência de atendimento espiritual, os colonos se organizaram e enviaram uma solicitação à Vigararia Geral Forense de Curitiba para serem atendidos por um sacerdote no seu idioma. Este pedido é encaminhado ao bispo de São Paulo D. Lino Deodato,<sup>89</sup> que por sua vez designa o padre italiano Pietro Cobalchini, em maio de

---

<sup>88</sup> AZZI, Riolando. **A Igreja e os migrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabrana no Brasil (1884-1904)**. São Paulo : Paulinas, 1987. p.205-211

<sup>89</sup> Do ponto de vista religioso, até então, o Paraná era dependente do bispado de São Paulo. Em 02 de abril de 1879 é criada a Vigararia Geral Forense sob comando de D. Lino Deodato. A diocese de Curitiba, só seria criada em 1892 sob a direção de D. José de Camargo Barros e abrangia os Estados do Paraná e Santa Catarina. AZZI, Riolando. **Op. Cit.** p. 207 e 255.

1886, com faculdades especiais para o atendimento religioso dos imigrantes italianos instalados no Paraná, inclusive, celebrações de casamentos e batizados. Cobalchini, oriundo da Itália, já atendia aos imigrantes em São Paulo desde 1884. Ao chegar a Curitiba, fixa sua residência na colônia Dantas (Água Verde) e passa a visitar todos os núcleos coloniais da região.<sup>90</sup>

Depois de ter tomado conhecimento das necessidades dos colonos e para amenizar as dificuldades, o padre italiano solicita ao bispo diocesano medidas para harmonizar e regularizar o atendimento religioso das colônias, tendo em vista que não seria possível fixar divisas territoriais dentro das paróquias já existentes.<sup>91</sup> Dessa maneira, Pietro Cobalchini propôs a criação de uma capelania curada, nos mesmos moldes daquela criada em 1875 para os poloneses. Por um decreto episcopal de 14 de fevereiro de 1888 foi criada essa instituição para o atendimento religioso aos imigrantes italianos dos núcleos coloniais de Curitiba e região, cuja sede seria a colônia Dantas, conforme consta no primeiro artigo do decreto:

Catholicos imigrantes italianos e seus filhos domiciliados nos ex-núcleos coloniais ora emancipados que são os seguintes: Dantas ou Água Verde, Santa Felicidade, Campo Comprido e Alfredo Chaves da Parochia de Nossa Senhora da Luz de Corytiba, Antonio Rebouças ou Timbutuva e Jugica Mendes da Parochia de Nossa Senhora da Piedade de Campo Largo; Santa Maria do Novo Tyrol, Murici e Zacharias da Parochia do Patrocínio de São José dos Pinhais da sobredita comarca eclesiastica de Corytiba da Província do Paraná, deste Bispado, que de sua livre e expontânea vontade, se quiserem inscrever como applicados ou jurisdictionados nesta Capellania.<sup>92</sup>

Pelo decreto, as famílias integrantes dos núcleos coloniais citados seriam desligadas das paróquias a que pertenciam e passariam a integrar a nova organização. Tal empreitada deveu-se à impossibilidade de se formar uma paróquia territorial italiana, pelo fato dos núcleos coloniais estarem dispersos, a vários quilômetros de distância um dos outros. Além do mais, muitas colônias eram mistas com italianos e poloneses. De fato, o objetivo de Cobalchini era transformar as capelarias dos imigrantes em verdadeiras paróquias, com a diferença de que não teriam por limites o território, mas sim a divisão étnica.<sup>93</sup> Essa atitude, provavelmente, foi uma estratégia para a expansão do catolicismo nos moldes ultramontanos, que os imigrantes traziam

---

<sup>90</sup> Antes da presença do referido sacerdote, o jesuíta italiano Giovanni Maria Cybeo também já tinha visitado aquela região.

<sup>91</sup> Ao receber sua apelação, o bispo transfere o encargo ao Vigário Geral Forense que, por conhecer melhor as circunstâncias locais, encontraria a melhor solução para evitar conflitos de jurisdições paroquiais BALHANA PILATTI, Altiva. “O papel da Igreja na integração de imigrantes no Brasil Meridional”. In WESTPHALEN, Maria Cecília (org). **Un Mazolini di fiori** (vol. III), Curitiba : Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p.207

<sup>92</sup> *ibid*

<sup>93</sup> AZZI, Riolando. 1987. Op. cit. p. 266

consigo. Ademais, também é evidente o objetivo dos colonos, a reprodução do sistema paroquial a que eles estavam habituados, no qual a liderança da comunidade estava encerrada na figura do sacerdote. Entretanto, a proposta de construção de paróquias étnicas se chocava com as divisões paroquiais vigentes no Brasil até então.

Criada a Capelania, faltavam mais sacerdotes para atender às colônias, uma vez que Cobalchini não dava conta sozinho. Aliás, um problema recorrente no Brasil nesse período. No final de 1887, o Bispo de Piacenza na Itália, Monsenhor João Batista Scalabrini havia criado a ordem dos missionários de São Carlos, cujo principal objetivo era assistir espiritualmente aos italianos emigrados para a América. Em agosto de 1888, são enviados ao Paraná dois sacerdotes, Domenico Mantese e Giuseppe Molinari. Entretanto, eles permaneceram pouco tempo, não se adaptaram ao clima, vindo o primeiro a ficar doente. Menos de dois anos depois são encaminhados aos Estados Unidos, onde Mantese vem a falecer logo em seguida.<sup>94</sup>

Pouco tempo antes da vinda dos dois missionários escalabrianos, Cobalchini já contava com a ajuda do sacerdote secular Francisco Bonato, que desde o início do surgimento da congregação de Scalabrini manifestava o desejo de se integrar a Ordem. Em 18 de abril de 1888, o referido sacerdote foi encarregado de atender às colônias de Rondinha e Antônio Rebouças. No momento de sua chegada, nessa última, já estava em vias de ser finalizada a construção da igreja, assim como a casa do padre. A citada colônia teve a primazia na construção do templo definitivo em alvenaria em relação às demais. A inauguração da capela contou com a participação de várias autoridades locais, assim como de colonos provenientes de diferentes regiões.<sup>95</sup> Na verdade, a chegada do padre Bonato não foi desproposita, pois naquela colônia foi residir também sua família, o que por sua vez gerou a implicância de Cobalchini, ao qual estava subordinado.

“Parece que ele está muito mais ligado à sua família (que veio ter com ele alguns meses atrás), e quase pretendia que estivesse a cargo da missão. Atualmente convive com ela, na casa que eu mesmo fiz construir pelos colonos de Timbituva para residência do sacerdote, e goza do benefício daquela terra que eu mesmo obtive de um rico senhor brasileiro em prol da igreja. Se fosse necessário tirá-lo de lá seria complicado, e é preciso usar prudência e esperar que mais tarde possa ser admitido na congregação, tomando-se outra providência com relação à sua família”<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> FEDALTO, Pedro. Op. cit. p. 72

<sup>95</sup> FEDALTO, Pedro. Op. cit. p. 45-49.

<sup>96</sup> Arquivo Central da Congregação Escalabrina, Roma. In AZZI, Riolando. Op. cit. 1987. p. 245.

O padre Pietro Cobalchini foi uma figura emblemática na defesa do catolicismo ultramontano e contra o liberalismo. Pelos fortes e constantes atritos com os liberais italianos residentes em Curitiba, foi obrigado a fugir, inclusive sendo jurado de morte. De caráter intransigente e espírito autoritário o sacerdote não se limitava a tratar energicamente apenas aqueles que dependiam de suas atribuições religiosas, mas também atacava abertamente todos aqueles que não partilhavam de suas ideias. A intransigência do referido sacerdote não se coadunava com a mentalidade do criador da ordem escalabriana, que defendia a conciliação entre a política nacionalista italiana e a fé católica. Muito pelo contrário, Pietro Cobalchini continuava a proclamar a necessidade de que todos os italianos deveriam se submeter às diretrizes da Igreja.<sup>97</sup> Esse caráter autoritário do sacerdote é reflexo das próprias disputas ideológicas travadas na Itália no período da pós-unificação. De um lado, estava a Igreja que defendia arduamente a imposição de um catolicismo intransigente e, de outro, o Estado italiano, de caráter liberal, tentando impor a população o nacionalismo. Esses embates também atingiram aqueles que emigraram para a América e podem expressar os desdobramentos da compreensão do fenômeno da *italianidade*.

Das perseguições sofridas no Paraná no período da Revolução Federalista, o sacerdote retorna a sua cidade natal (Bassano) na Itália em 1894,<sup>98</sup> onde mesmo a distância continua a controlar Francisco Bonato por meio de cartas. Consegue dissuadi-lo de aceitar a paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Campo Largo que estava precisando de pároco, e, posteriormente, também tenta fazê-lo desistir de aceitar a colônia Alfredo Chaves (Colombo)<sup>99</sup>, que foi elevada a curato em 1895.

Com a saída de Cobalchini, Francisco Bonato fica atendendo sozinho, durante um ano, toda a Capelania, mas continuou a residir em Antonio Rebouças. Em 1895, chegam dois novos missionários escalabrianos enviados pelo bispo de Piacenza, Francesco Brescianini e Faustino Consoni, sendo que o primeiro passaria a chefiar a

---

<sup>97</sup> AZZI, Riolando. 1987. Op. cit. p. 236.

<sup>98</sup> Pietro Cobalchini permaneceu na Itália até 1896 onde adere definitivamente à ordem dos padres missionários. Nesse mesmo ano retorna ao Brasil, desta vez vai para o Rio Grande do Sul, onde funda a colônia de Nova Bassano, que posteriormente se transformaria em cidade. Continua com seu posicionamento rígido e intransigente, o que por sua vez gera novos atritos. Em 1901 já com sua saúde debilitada, volta para a Itália onde pouco tempo depois vem a falecer em 30 de janeiro de 1901. AZZI, Riolando. 1987. Op. cit. p. 339-340.

<sup>99</sup> Cobalchini tentou induzi-lo a voltar para a Itália, queria que Bonato ficasse o mais longe possível de seus parentes, conforme consta num trecho da carta a ele enviada em 25 de janeiro de 1896: “Já faz tempo que sabia de vossa nomeação como pároco dessa vila. Pedirei a Deus que realize no bem os vossos desejos. O melhor para vós é a distância de 50 quilômetros dos parentes. Se fosse maior, seria melhor (...)” AZZI, Riolando. 1987. Op. cit. p.247.

organização religiosa, que nesse mesmo ano teve sua sede transferida para o núcleo de Santa Felicidade.<sup>100</sup> A nova situação que se configurava gerou a insatisfação e o protesto dos colonos italianos de Campo Largo, principalmente da colônia que perdeu seu padre residente. Nos anos seguintes a capelania vai se desmantelando, as colônias de Santa Maria do Novo Tyrol retornam à paróquia a que pertencia anteriormente, Muricy e Zacarias são desligadas da capelania em 1899, Umbará se torna curato em 1904 e Pilarzinho passa a ser atendida pelos padres passionistas.<sup>101</sup>

Os colonos de Antônio Rebouças, não satisfeitos com o atendimento esporádico dos padres de Santa Felicidade, reivindicam ao bispo de Curitiba o restabelecimento do curato. Era o ano de 1899, e o bispo diocesano D. José de Camargo Barros estava em Roma, participando do Concílio Latino Americano. Da Itália mandou autorização ao governador do bispado para aceitar o padre italiano Pietro Nosadini<sup>102</sup> para atender às colônias de Antonio Rebouças, Mariana, Balbino Cunha e Rondinha, que deveria ser a sede. O referido sacerdote manda um relatório pormenorizado da situação de cada colônia, salientando que depois da saída do padre Antonio Bonato a situação não era nada boa. Também acusava Francesco Brescianini de não fazer o atendimento regular das colônias e de tê-las deixado no abandono. Sugere que a sede retorne ao antigo local, pois a colônia Rondinha não apresentava estrutura suficiente para a residência do sacerdote. Nosadini não fica muito tempo na direção das colônias; em 1901, dois anos após sua chegada a Campo Largo, ele sai de Rondinha, e as colônias voltam a ficar sob jurisdição da Santa Felicidade.

Algum tempo depois, em 1903, o chefe da capelania manda o padre Giovanni Baptista Bérigia para assistir as colônias, devendo residir em Antonio Rebouças. Entretanto, pouco tempo depois, em 1904, vagava a paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Campo Largo. Nesse momento o bispo D. Batista Scalabrini, criador da ordem missionária, estava visitando o Paraná, nessa ocasião o governador do bispado oferece a paróquia à congregação. Scalabrini aceita a oferta e institui Giovanni Bérigia como pároco. Então, Antônio Rebouças mais uma vez perde a sede da residência sacerdotal. O padre escalabriano permanece pouco tempo na direção da paróquia de

<sup>100</sup> AZZI, Riolando. 1987. Op. cit.

<sup>101</sup> A parte que se segue apoia-se na obra de: FEDALTO, Pedro. Op. cit. p. 74-81

<sup>102</sup> Vale destacar que o padre Pietro Nosadini já vinha atuando entre os colonos italianos do Rio Grande do Sul. Aliás, a sua vinda ao Paraná não foi por caso, como pároco em Caxias do Sul, se dedicou numa intensa campanha contra a maçonaria e os liberais, inclusive, criou um jornal católico mensal no qual combatia esses grupos. Os ataques promovidos pelas associações católicas contra a maçonaria levaram à expulsão do referido padre, tendo ele sofrido um atentado em 24 de março de 1898. POSSAMAI, Paulo. 2005. Op.cit. p. 168-169.

Campo Largo, pois, tendo ficado doente, retorna à Itália. Esses curtos espaços de tempo em que os colonos conseguem um sacerdote para residir em sua colônia refletem a própria carência de clérigos no Brasil naquele momento, situação inversa da Itália.

Em 1905 é designado o padre André Garau para atender às referidas colônias. Embora os colonos de Rebouças continuassem a insistir para ter um sacerdote, eles não conseguem mais reaver a sede do curato. O núcleo colonial perde espaço com a construção das igrejas de Ferrara e Mariana<sup>103</sup>, além do mais Rondinha, por ser uma colônia maior, com mais famílias, se organiza, principalmente para melhorar sua imagem, após o relatório negativo de Nosadini, construindo a igreja em alvenaria e a sede paroquial. Vale destacar que o privilégio de uma capela ser elevada à categoria de paróquia só seria concedido mediante a garantia da digna sustentação do vigário.<sup>104</sup> O terreno para a construção da igreja foi doado por Libânea Mendes de Sá, cuja família era proprietária da maioria das terras da região onde foi criada a colônia.<sup>105</sup> Em 07 de outubro de 1906, por decisão do novo bispo de Curitiba, é criado o curato de Rondinha, que abrangeria as demais colônias italianas de Campo Largo.<sup>106</sup>

**Figura 3: Frontispício da Paróquia São Sebastião (Rondinha)**



Os acontecimentos citados acima mostram quão forte foram as tentativas de reconstruir o mais próximo possível a organização social a que esses camponeses estavam habituados. Ao contrário do Brasil, onde o padre tinha que atender a uma paróquia com várias capelas em uma vasta região, na Itália predominavam as pequenas paróquias rurais que, geralmente, tinham um sacerdote para cada 200 ou 300 pessoas

<sup>103</sup> Os moradores dessas duas localidades até então frequentavam a capela de Antonio Rebouças.

<sup>104</sup> AZZI, Riolando. O catolicismo de imigração. In. DREHER, Martin N. **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida: Editora Santuário, 1993. p. 81.

<sup>105</sup> CEQUINEL, Valdemar José *et al.* Op.cit. p.33.

<sup>106</sup> "Il sottoscritto fu destinato dal superiore provinciale Ver. Padre Faustino Consoni alla cura dalle colonia Mendes de Sá, Antônio Rebouças, Campina e Dona Mariana nel giorno de febracio del 1906." Livro do Tombo I da Paróquia de São Sebastião (1906-1971) p. 1.

com missas diárias e grande frequência aos sacramentos.<sup>107</sup> Em solo brasileiro, as disputas entre as colônias que desejavam ser sede do curato, assim como quem construiria a igreja maior ou a mais imponente, remete ao *prestígio* e ao *status* que estes elementos conferiam aos colonos. Assim, de maneira distinta e guardada as devidas proporções, é possível fazermos uma aproximação com a lógica do prestígio na sociedade de corte do Antigo Regime, conforme propôs Norbert Elias.<sup>108</sup> Se naquela sociedade quanto mais próximo do rei mais *status* se tinha perante os demais, para os colonos italianos, naquele momento, era motivo de orgulho e de exibição ter o sacerdote residindo em sua colônia. Exemplo disso, foram os diversos abaixo-assinados enviados pelas duas colônias (Rondinha e Antônio Rebouças) para se tornar a sede definitiva do Curato.<sup>109</sup> Sendo o intermediário entre Deus e os homens, como discutiremos melhor no capítulo seguinte, o padre, que personificava o poder da Igreja, era uma figura de destaque entre os colonos, assim como foi uma peça-chave no processo de construção das identificações etnoculturais do grupo em estudo.

As colônias que disputaram a sede do curato demonstram o quanto as concepções religiosas dos imigrantes não estavam dissociadas de questões de status, poder e independência. O templo religioso e seus anexos representava a materialização das expectativas e dos desejos de autonomia do grupo, e para isso se concretizar, necessitavam de um guia não só espiritual, mas de toda a comunidade. Certamente as disputas pela sede do curato evidenciam a importância de se reconstruir em novo território, o mundo conhecido desses camponeses, com seus elementos próprios, que lhes davam sentido a vida.

Os anos seguintes à criação do curato de Rondinha vão ser marcados pela expansão da comunidade italiana pela região. Além das quatro colônias, existiam ainda Ferraria, que embora fosse situada em Campo Largo, durante muito tempo pertenceu a Santa Felicidade, e Caratuva, situada às margens da estrada Mato Grosso e que foi colonizada por italianos, poloneses e brasileiros. Até o início do século XX cada colônia já estava em processo de construção de suas igrejas em alvenaria. Novas comunidades foram formadas pelos descendentes dos imigrantes nas áreas próximas as colônias, que também vão erigir suas capelas. Até a década de 1930 a paróquia contava também com as comunidades de São Roque (Botiatuva próximo a Campina), Santa Ana (Figueredo),

---

<sup>107</sup> BEOZZO, Oscar. As Igrejas e a Imigração. In. DREHER, Martin N. **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida : Editora Santuário, 1993. p. 49.

<sup>108</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa : Estampa, 1987.

<sup>109</sup> FEDALTO, Pedro. Op.cit. p.78-80.

São Sebastião (Rio Verde a cima), Nossa Senhora da Medianeira (Alto da Medianeira), São João Baptista e Santo Antonio (São João do Campo de Rondinha), São Benedito (Salgadinho).<sup>110</sup>

Em 02 abril de 1937 é decretado oficialmente o fim da Capelania e são criadas as paróquias de São Sebastião (Rondinha) e São José (Santa Felicidade). Com a criação oficial, a paróquia perde parte significativa de seu território, conforme trecho do documento retirado do Livro Tombo da paróquia de São Sebastião.

“ (...) Com este decreto a Igreja de Rondinha esta elevada a Parochia, mas vem a perder cinco capellas: S. João Baptista de Campina, S. Benedito de Salgadinho, S. Antonio e S. João do Capão, e S. Anna de Figueredo. Ficam tambem escluidas da nova parochia 120 familias, que estão registradas no livro de batismo deste archivo, assim divididas, 38 familias da colonia de Campina, 55 familias italianas do centro de Rondinha, 30 familias brasileiras de Rondinha, mais algumas familias de Mariana e Rebouças. Os excluidos ficaram muito malcontentes e repetidas vezes foram do Sr. Arcebispo a se queixar, mas de balde. Os padres de S. Carlos não puderam fazer nada, porque não foram convidados a apresentar as divisas e proprio ponto de vista, nem tampouco consultados, mas foram aceitadas as divisas como foram apresentadas pelo P. de Campo Largo, P. Aloisio Domanski. Resentemente a parochia é em forma de retangulo com o comprimento de 18km por 5 km e compreende as capellas de Mariana, Timbituba, Rebouças e Ferrara.”<sup>111</sup>

Segundo o fragmento apresentado, a decisão episcopal gerou a insatisfação dos colonos, que assim como nas situações anteriores manifestaram seu descontentamento. A mudança provocou um corte na trajetória do grupo, pois representou a quebra da unidade étnica das famílias de descendentes de imigrantes italianos, que desde seu estabelecimento em Campo Largo estavam ligadas pela paróquia.<sup>112</sup> A redução do território paroquial pode estar ligada a vários fatores, entre eles, uma disputa de poder com a paróquia vizinha, ou mesmo uma tentativa de quebrar a unidade dos colonos em torno de uma paróquia étnica. Afinal de contas, vivia-se o período conturbado do Estado Novo, e foi nesse contexto que houve a proibição dos idiomas estrangeiros. É possível que as restrições políticas desse momento também interferissem em atos referentes a jurisdições paroquiais. Ademais, as acusações contra o pároco João Morelli, num artigo publicado no jornal *Correio do Paraná* algum tempo depois, podem ter ligação com as

<sup>110</sup> Os nomes entre parênteses referem-se às localidades onde estão essas comunidades.

<sup>111</sup> Livro do Tombo I da Paróquia de São Sebastião (1906-1971), folha 14 f. e v. O documento na íntegra encontrar-se no anexo.

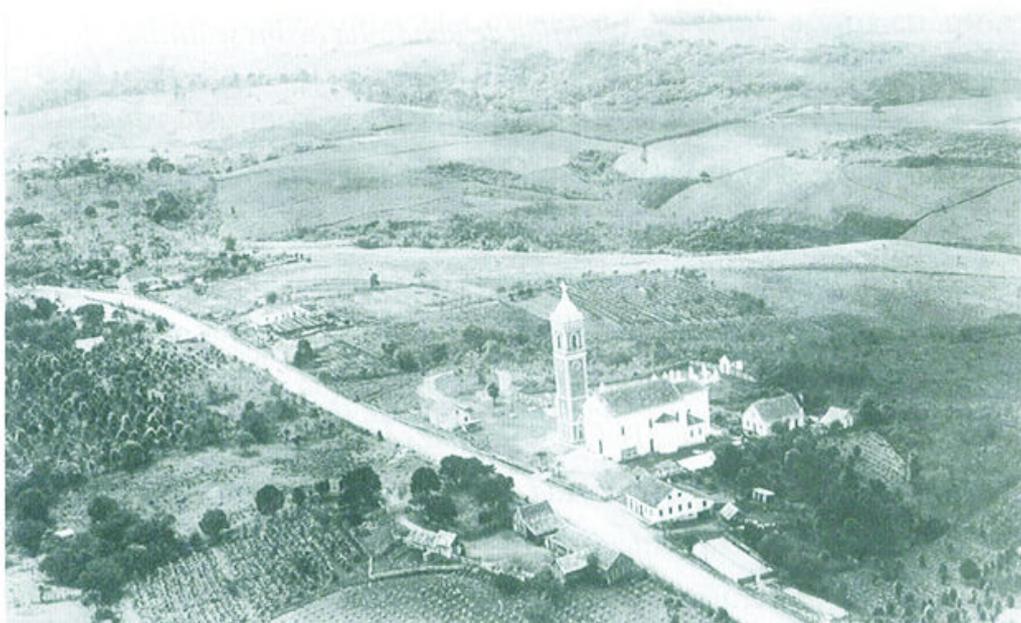
<sup>112</sup> Livro do Tombo I da Paróquia de São Sebastião (1906-1971), folha 15f. Também pouco tempo após a publicação do artigo, é registrado o óbito do padre João Morelli em 05 de junho de 1937, conforme consta no livro tomo. Op.cit.

querelas territoriais. Sobre o episódio transcrevemos o que foi registrado no livro tomo:

“No dia (*espaço em branco*) no jornal vespertino correio do Paraná, apareceram uma orrível calúnia contra o padre João Morelli intitulando-o como comunista e propagador do credo moscovita na paróquia. A tendenciosa calúnia suscitou numa geral indignação entre os conhecidos e paroquianos do bom P. João, que logo foram a protestar e fizeram retratar-se o jornal no dia seguinte.”<sup>113</sup>

Embora não seja a intenção da pesquisa discutir as implicações políticas do período repressor do Estado Novo contra a etnia italiana, é possível que não seja apenas coincidência a relação entre a diminuição do território paroquial e aquele momento histórico, uma vez que muitas ações tomadas pelas autoridades brasileiras tentavam desagregar as comunidades étnicas. A criação oficial da paróquia de São Sebastião em 1937 marca a baliza temporal final deste trabalho, cujo recorte também foi aplicado nas fontes utilizadas nesta pesquisa: os registros paroquiais. É dentro dessas balizas cronológicas que discutiremos nos capítulos seguintes como os imigrantes e descendentes construíram, ou melhor, reconstruíram seu mundo deixado para trás, e assim manifestaram sua identidade.

#### **Figura 4: Vista aérea da paróquia de São Sebastião em 1936**



Vista aérea de Rondinha, 1936

Fonte: CEQUINEL *et al.* Op. Cit. p.45

---

<sup>113</sup> Op.cit..

## 2. Construindo identificações étnicas: família, religiosidade e nomes

*“No mundo que ficou para trás, a comunidade encontrava-se intimamente envolvida nos três acontecimentos vitais da vida de uma pessoa: o nascimento, o casamento e a morte. Simbolicamente, esse tipo de participação da comunidade assevera o modo como os membros individuais da família, eram parte de uma coletividade maior do que a família”.*<sup>1</sup>

*“Foi por meio de um cotidiano orientado pela religião que os pioneiros conseguiram reproduzir seu modo de vida no Brasil e permitir que as primeiras gerações de nascidos no Brasil mantivessem e reproduzissem o habitus adquirido dos antepassados (...)”*<sup>2</sup>

*“Na pessoa dessas crianças reúne-se o que ela trouxe e o que elas conservam de seu pai, a esperança de duas sucessões, a reverência para com duas linhagens de antepassados de onde são retirados, segundo regras de difícil reconstituição, os nomes dados a cada uma delas.”*<sup>3</sup>

A mudança para um local desconhecido sempre vem acompanhada de um profundo corte, de rupturas e da necessidade do restabelecimento de uma nova ordem. Certamente, a maioria dos grupos europeus que cruzaram o Atlântico, para se estabelecer em algum ponto da América, no período da Grande Emigração, trazia em sua bagagem, juntamente com os sonhos de uma vida melhor, com o espírito de aventura e o desejo de busca pelo “novo”, também uma sensação de tristeza e ressentimento para com a sua terra natal, pois esta já não mais oferecia condições de viver.<sup>4</sup> Embora a mudança venha acompanhada de um grande trauma, que separa o mundo conhecido do desconhecido, ela não significa a perda das referências socioculturais e simbólicas do local onde eles foram socializados, muito pelo contrário,

<sup>1</sup>SHORTER, Edward. **A formação da família moderna** Lisboa : Terramar, 1975. p. 229.

<sup>2</sup>ZANINI, Maria Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS**. Santa Maria : editoraufsm, 2006. p.140.

<sup>3</sup>DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios**. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p. 15.

<sup>4</sup>As questões referentes à sociedade italiana pré-imigração e as condições que levaram ao grande êxodo são discutidas no primeiro capítulo.

as atitudes dos diversos grupos que para cá migraram foi no sentido de reconstruir a nova vida na sociedade receptora, firmemente ancorada nas estruturas que lhes eram conhecidas. Portanto, no plano cultural, a imigração implicou muito mais em uma continuidade com os símbolos e valores da sociedade emissora.

O objetivo deste capítulo é discutir como o grupo em estudo construiu mecanismos de identificações etnoculturais, tendo em vista o choque cultural e o confronto estabelecido com o outro. Nessa direção, nossa análise se centrará em alguns elementos utilizados pelos imigrantes e seus descendentes, como *sinais diacríticos* da construção de um sentimento de pertencimento grupal, vale dizer, da identidade. A escolha desses signos que serão tratados a seguir (família, as manifestações religiosas os nomes de batismo) não foi aleatória, ao contrário, está diretamente ligada às informações contidas na principal base documental utilizada neste trabalho, os registros paroquiais, e porque consideramos que são extremamente importantes para a construção da identidade coletiva do grupo em estudo.

## **2.1 De camponeses do Vêneto a colonos ítalo-brasileiros: a construção da identidade étnica.**

Para reconstruir o contexto inicial da colonização, ou melhor, o choque cultural entre os imigrantes e os luso-brasileiros, e da emergência do que podemos chamar de uma *cultura imigrante*, é necessário refletirmos sobre como foram estabelecidas as relações de interdependência entre os dois grupos. A reconstituição de determinados comportamentos socioculturais característicos do grupo étnico, assim como as diversas e variadas identidades construídas historicamente, constitui-se em mecanismos de defesa à própria sobrevivência do imigrante e seus descendentes, cuja função principal foi a sua melhor integração ao meio em que foram inseridos.<sup>5</sup> Dessa maneira, foi na percepção da diferença com os outros grupos em que estavam em contato que esses indivíduos viram na etnicidade em comum uma forma de autodefesa.

Vimos no capítulo anterior que os imigrantes italianos, em sua quase totalidade, eram camponeses, e com seu estabelecimento em Campo Largo, passaram a fazer o que sabiam e o que justificava sua presença aqui, ou seja, a dedicação à agricultura. Num primeiro momento, essas pessoas mantiveram-se ocupadas em reorganizar-se

---

<sup>5</sup> ANDREAZZA, M.L. & NADALIN, S.O. Op.cit. p. 71

economicamente e estabilizar suas vidas. Tiveram de lidar com as dificuldades de adaptação, próprias de quem migra para um local totalmente novo. Esses obstáculos foram maiores, principalmente, nos primeiros anos, em função da necessidade, por exemplo, do conhecimento da região, da adaptação ao clima, e da obtenção de um melhor aproveitamento do solo e das culturas mais propícias para o plantio.

Organizados em lotes rurais, esses indivíduos passaram a se socializar com seus próprios compatriotas, e assim a partilhar também das dificuldades. É claro que, muitos deles, provavelmente, não se conheciam na Itália antes de emigrar, passaram a se socializar durante a travessia, nos barracões provisórios e na própria colônia. Além do mais, o fato de a grande maioria ter migrado em famílias favoreceu tanto o processo de enraizamento na sociedade de adoção como ofereceu maiores condições de preservar sua cultura, seu *ethos* camponês, enfim seu *habitus*.<sup>6</sup> Conforme mencionamos anteriormente, a emigração também foi uma maneira de salvar um modo tradicional de viver do camponês, que o avanço do capitalismo vinha desestruturando.

Se, de um lado, havia os italianos iniciando seu processo de adaptação na nova sociedade, por outro, existiam os brasileiros que sentiam um “certo estranhamento” com os estrangeiros. Acreditamos que muitos indivíduos da sociedade receptora não viam com bons olhos a imigração. Estes assistiam ao Estado patrocinar a vinda de imigrantes com dinheiro público, ao mesmo tempo que eles permaneciam destituídos dos meios de acesso a terra, sendo que muitos dos que a ocupavam, sem possuir o título de propriedade, foram expulsos dela em prol da imigração.<sup>7</sup> Na região de Santa Felicidade, em Curitiba, por exemplo, a ocupação dos terrenos por imigrantes foi causa de disputas com os nacionais, que exigiam pagamento em troca de sua retirada, possivelmente pelo fato de as terras adquiridas pelos estrangeiros serem áreas de exploração do mate, uma das principais atividades econômicas paranaenses da época.<sup>8</sup>

Vários depoimentos do início da colonização também mostram que o italiano era muitas vezes escarnecido ou maltratado pelos luso-brasileiros, que se achavam com

---

<sup>6</sup> Para Pierre Bordieu, o *habitus* é uma mediação entre a estrutura e a prática, uma gramática geradora de condutas. Uma prática social internalizada pelo indivíduo. BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. p.104. Nessa direção a emigração, para muitos italianos, representava uma forma de sobreviver como camponeses, mantendo suas tradições e modos de vida que as transformações devido à expansão do capital ameaçavam desestruturar.

<sup>7</sup> POSSAMAI, Paulo. 2005. Op. Cit. p.77.

<sup>8</sup> PILATTI BALHANA, Altiva. **Santa Felicidade: Uma paróquia veneta no Brasil**. Curitiba : Fundação Cultural, 1978. p. 61.

maiores direitos de brasilidade que os primeiros, que buscavam uma nova pátria.<sup>9</sup> O imigrante Andréa Pozzobon, que foi para o Rio Grande do Sul, em suas memórias, assim descreveu a recepção que tiveram quando ele e seu grupo desembarcaram no porto de Santos:

“(...) continuamente a ‘negrada’ nos apupava com os pouco honrosos nomes de carcamanos, gringos, ladrões, filhos da... e outras boas companhias”.<sup>10</sup>

Embora houvesse certas fricções entre os dois grupos, os italianos deveriam interagir com os brasileiros, pois precisavam vender seus excedentes, bem como comprar os produtos de que necessitavam e de que não dispunham na colônia. E para isso precisariam aprender o português. Essas necessidades econômicas, ao mesmo tempo que contribuíram com a inserção dos imigrantes na sociedade receptora, provocaram o surgimento de fricções interétnicas, quando as diferenças entre os dois grupos afloraram. De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira, “a noção de fricção interétnica é uma maneira de descrever a situação de contato entre grupos étnicos irreversivelmente vinculados uns aos outros, a despeito das contradições – expressas através de conflitos (manifestos) ou tensões (latentes) – entre si existentes.”<sup>11</sup> Em relação à emergência da identidade étnica, essa situação de contato tem um caráter duplo, pois perante o outro, também os nacionais passam a se ver como brasileiros.

De outra forma, conforme propõe o conceito de *estabelecidos e outsiders* de Norbert Elias, esse olhar dos brasileiros para com os imigrantes remete à importância da antiguidade de residência, da ancestralidade partilhada e do domínio sobre o local, para afirmar sua superioridade. O grupo *outsider* (nesse caso, os imigrantes), por ser recém-chegado, era visto sob suspeita, aliás, um sentimento comum dentro de uma situação interétnica. Elias salienta que o fato de a ‘antiguidade de residência’ ser encarada como um grande trunfo social, como motivo de orgulho, satisfação e poder, pode ser observado em muitos contextos sociais diferentes.<sup>12</sup> O ressentimento dos nacionais em relação aos imigrantes poderia estar ligado ao fato de que eles estariam usufruindo de bens (como terras, recursos públicos) que por direito seriam dos brasileiros. Esta aversão suscitava uma certa antipatia com os estrangeiros, aos quais, muitas vezes,

<sup>9</sup> HOHLFELDT, Antonio. Desenvolvimento cultural na zona de imigração italiana. In. \_\_\_\_\_, **Imigração italiana: estudos**. Caxias do Sul, EST/UCS : 1979. p. 212.

<sup>10</sup> POZZOBON, Zola Franco in POSSAMAI, Paulo. O processo de construção da identidade ítalo-sul-riograndense (1875-1918). **Revista História Unisinos**, vol.11, nº1, jan/abr2007. p. 51

<sup>11</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto Op. Cit. p.6

<sup>12</sup> ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 168.

atribuíam a culpa pelas suas dificuldades econômicas. Talvez, esse estranhamento tenha contribuído para que no início a maior parte das famílias tenha evitado uma aproximação mais efetiva, com exceção, é claro, da elite que apoiava a imigração.

Por outro lado, à medida que os imigrantes vão se estabelecendo economicamente, principalmente a partir dos descendentes, era comum eles se sentirem e mesmo se atribuírem o qualificativo de mais trabalhador do que o brasileiro, a quem se referiam como gente preguiçosa e não devotada ao trabalho. Aliás, esse preconceito para com o natural da terra não foi próprio apenas do italiano. Entre os alemães, essa associação de que os brasileiros (designados como caboclos) eram indolentes e preguiçosos, por isso eram pobres, também é evidente. Aliás, diversos estudos sobre grupos étnicos salientam essa questão. Conforme constatou Odinei Fabiano Ramos<sup>13</sup>, para o município de Prudentópolis no Paraná, estando em condição de maioria, era comum os ucranianos se referir ao “caboclo brasileiro” como gente mais preguiçosa que não gostava de trabalhar.<sup>14</sup> A tendência de proclamar o feito dos imigrantes como desbravadores, que venceram a natureza selvagem e prosperaram graças ao trabalho árduo e contínuo e que trouxeram o progresso, foi fenômeno comum para os diversos grupos étnicos, e parece ser enfatizada principalmente a partir da geração dos descendentes.

Na cultura imigrante era iminente uma relação positiva com o trabalho, diferente do brasileiro. Essa característica dos grupos estrangeiros vinha ao encontro das expectativas da sociedade brasileira (das elites principalmente), que tinha por objetivo implantar um modelo de produção agrícola e de trabalhador oposto ao da população nativa, a ideia dos colonos morigerados e laboriosos.<sup>15</sup> Nesse sentido, Elias coloca que, muitas vezes, os *outsiders* se esforçavam para melhorar sua imagem, pois, ao ressentirem-se da sua condição, procuravam elevar-se do status inferior que lhes era atribuído, assim, diminuindo a relação de forças na balança de poder.<sup>16</sup> O depoimento do imigrante *Paulo Stropparo* recolhido por Pedro Fedalto nos dá uma ideia dessas fricções ocorridas:

---

<sup>13</sup> RAMOS, Odinei F. **Ucranianos, poloneses e brasileiros: fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis – PR**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação em História da UNISINOS, 2006.

<sup>14</sup> Conforme o estudo de Emílio Willens. WILLENS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo : brasiliense volume 250, 1980. p. 326.

<sup>15</sup> SILVA, Maria R.G. Checcuci Gonçalves da. **Imigração italiana e vocações religiosas no vale no Itajaí**. Blumenau : Edifurb/Editora da Unicamp, 2001. p.181.

<sup>16</sup> ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. Op. cit. p. 168

“(...) Era muito pobre. Saí da colônia Antonio Rebouças e vim morar no Pirapó. Depois vendi tudo e mudei-me para Guamirim, por causa das intrigas. Eu não sou homem de encrenca. Quero paz com todos. Trabalhava de dia e de noite. Cheguei a vender 500 cargueiros de milho ao Dr. Emílio Gomes, isto é, mil sacos. Os caboclos tinham raiva de mim, porque trabalhava demais e produzia muito”<sup>17</sup>

Talvez, essas situações de conflito fossem comuns tanto aos homens como às mulheres, pois, embora fossem eles quem gerenciassem a unidade produtiva familiar, não era fato incomum mulheres - especialmente as mais velhas - participarem nos negócios, como na venda dos produtos da colônia.<sup>18</sup> De qualquer forma, embora os imigrantes estivessem alocados em colônias rurais, tendo seus próprios compatriotas como vizinhos, eles não deixavam de se encontrar numa constante situação de estranhamento, pois a interação com os brasileiros era inevitável e, mesmo, necessária. Percebendo a diferença, os colonos cada vez mais buscaram se recompor a partir dos referenciais da sua terra de origem e assim vão reconstruindo sua identidade como um grupo étnico.

O conceito de grupo étnico está sendo empregado conforme propõe o antropólogo Frederik Barth. Para ele: “a importância principal reside no fato de que grupos étnicos são categorias de atribuição e idealização realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas.” Nessa direção, a forma pela qual as pessoas partilham e manipulam determinados traços da cultura é o que inclui ou exclui do grupo, determina o pertencimento e por conseguinte a emergência de “fronteiras étnicas”.<sup>19</sup>

De acordo com Ruano-Borbalan, a identidade se manifesta no confronto estabelecido com o outro, e tem por principal finalidade afirmar a diferença. Porém, ela não é um atributo imutável do indivíduo ou da coletividade, ela se elabora, se constrói e se atualiza na interação entre indivíduos, grupos e suas ideologias.<sup>20</sup>

Em relação à identidade étnica, Barth afirma que esta, como qualquer outra identidade coletiva, adquire relevância na percepção da diferença, quando se estabelece o confronto com o outro. Ela é construída e transformada na interação de grupos sociais por meio de processos de inclusão e exclusão, definindo aqueles que pertencem ou não

<sup>17</sup> FEDALTO, Pedro. Op.cit. p.199. O depoente tinha 91 anos a época que o autor escreveu o livro (1978). Dessa forma, ele está se referindo ao período inicial da colonização, as primeiras gerações.

<sup>18</sup> Conforme Altiva Pilatti Balhana, em Santa Felicidade, as carroças que levavam os produtos da colônia para Curitiba, era conduzida por mulheres. Vir a cidade conduzindo uma carroça era um privilégio que pertence geralmente a mulher mais velha da família. PILATTI BALHANA, Altiva. **Santa Felicidade: um processo de assimilação**. Curitiba : UFPR, 1958. p.92-93.

<sup>19</sup> BARTH, Frederik. Op.cit.. p.190-194.

<sup>20</sup> RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. **La construction de L'identité**. Diffusion Presses Universitaires de France : Sciences Humaines Éditions, 2004. p.1

a determinado grupo. O elemento que diferencia a identidade étnica das outras formas de identidade coletiva é o fato de esta ser orientada para o passado, que não é o passado da ciência histórica, mas sim um passado reelaborado, e muitas vezes mitificado, aquele composto pela memória coletiva.<sup>21</sup> Já a identidade cultural, segundo Denys Cuche, diferente da cultura que pode existir sem consciência de identidade, remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.<sup>22</sup> A identidade cultural refere-se à questão mais abrangente da identidade social, da qual ela é um dos componentes.<sup>23</sup> Assim, o pertencimento a uma determinada cultura também se dá por processos de inclusão e exclusão. Ela aparece como uma forma de distinção nós/eles, baseada essencialmente na diferença cultural. Segundo essas concepções, a perpetuação de determinados traços culturais para marcar a diferença com os grupos em que se está em contato determinaria a emergência do que poderíamos chamar de identidade etnocultural. Dessa maneira, interessa-nos analisar como determinados valores pertencentes à cultura do norte da Itália foram utilizados para marcar o pertencimento étnico, para a construção da etnicidade, tendo em vista o confronto estabelecido com o luso-brasileiro.

Um dos primeiros estranhamentos que os imigrantes devem ter percebido foi o fato de eles terem sido designados indistintamente como “italianos” pelos brasileiros e de falarem a “língua italiana”, já que eles não se identificavam como tais e falavam diferentes dialetos. Esse estranhamento se justifica pela situação da Itália no período anterior à Grande Emigração. Retomando o que discutimos rapidamente no capítulo anterior, a Itália, em relação às demais nações europeias, obteve sua unificação política relativamente tarde (o processo só foi concluído em 1870, e ainda com questões territoriais pendentes que só se resolveriam com o final da Primeira Guerra Mundial), e foi basicamente um projeto liderado pelas elites liberais do norte da península, que uniu sob a égide de uma nação regiões que tinham características econômicas, sociais e culturais bastante distintas. O desfecho desse processo teve como uma das principais consequências a extinção dos Estados Pontifícios e a perda da hegemonia que, por vários séculos, o papado exerceu sobre a região. Como consequência, criou um grande antagonismo entre o Estado italiano e a Igreja Católica que perdurou por décadas.

---

<sup>21</sup> POUTIGNAT, Philippe & STRIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 1998. p. 11-15.

<sup>22</sup> CUCHE, Denys. Op.cit. p.176.

<sup>23</sup> CUCHE, Denys. Op.cit. p. 177.

No momento em que estava começando o movimento emigratório transatlântico, a identidade italiana estava em início de seu processo. A forte oposição entre a Igreja Católica e Estado italiano no início da unificação criou um grande empecilho para a formação de uma consciência nacional. Ainda era muito cedo para o nacionalismo criar raízes. Aliás, o nacionalismo era uma ideologia das elites liberais e burguesas que encontrava pouca ressonância na população camponesa. Como salienta John Breuilly, “nas sociedades agrárias, as Igrejas e as dinastias eram as únicas instituições capazes de garantir uma identidade coletiva que abrangesse um âmbito maior do que o da aldeia ou região”<sup>24</sup>. Assim, muitos dos que emigraram para América não compreendiam o que significava a unificação política e o projeto nacionalista do Estado italiano. A população, que era majoritariamente rural nesse momento, além de pouco ou nada ter participado das lutas de unificação do país, não se sentia italiana, ao contrário, o que predominava era a identificação pela região (eram vênnetos, lombardos, toscanos etc.). Sua consciência de grupo, geralmente, não ia além da aldeia em que viviam. Além disso, para a maioria dos camponeses, acostumados a viver sob a autoridade da Igreja, ser italiano significava ser liberal e, por consequência, anticatólico.

Outro elemento importante que criava empecilhos à unidade italiana era a língua. No momento da unificação, apenas uma minoria falava o idioma oficial: o italiano *standard*, em torno de 2,5%, e nesse percentual incluía-se basicamente a elite.<sup>25</sup> Os imigrantes que para cá vieram falavam dialetos, que variavam de uma região a outra. No próprio Vêneto não existia um único dialeto. Assim, quando se estabeleceram no Brasil, a língua falada (o *talian* ou *taliani*) foi resultante de uma mescla das variações dialetais, ou seja, também uma língua reconstruída.

Tendo em vista a situação complexa em que se configurava a Itália, no momento que partiram os imigrantes que vieram para Campo Largo, entendemos que esses indivíduos não se reconheciam como italianos, pois a identidade não é algo inato, existente na consciência, no momento do nascimento, muito pelo contrário, é algo formado ao longo do tempo, mediante processos conscientes e inconscientes. Também não é algo acabado, está sempre em andamento.<sup>26</sup> Para os imigrantes a primeira identificação recebida e assumida é a de estrangeiro, e num momento posterior a de italianos. O processo de passagem de vênneto para italiano genérico ocorreu devido à

---

<sup>24</sup> BREUILLY, John in POSSAMAI, Paulo. 2005, Op. cit. p. 23

<sup>25</sup> POSSAMAI, Paulo. 2005, Op.cit. p.29.

<sup>26</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro : DP&A, 2005. p.38

forma como a sociedade receptora os concebia, ou seja, indistintamente como italianos. No entanto, esse processo não se deu de forma rápida, foi construído de forma lenta, principalmente a partir da segunda geração.

Ao serem instalados no novo território, esses indivíduos reconstruíram suas vidas pautados por referenciais socioculturais da sua região de origem, das suas aldeias, atribuindo aos seus valores o significado do que era ser “italiano”, pois, para muitos deles, a Itália nada mais era do que o mundo rural que eles nasceram e passaram sua infância, o mundo que lhes era conhecido. De acordo com Castells,

“a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço”.<sup>27</sup>

Para Castells, assim como para Denys Cuche, a identidade é construída e reconstruída a partir de determinantes simbólicos. Muito próxima das ideias defendidas pelos dois autores está a de Roberto Cardoso de Oliveira, para quem a essência da identidade étnica é o fenômeno da contrastividade das relações interétnicas, a identidade de um grupo surge em oposição ao outro principalmente pela diferença cultural.<sup>28</sup> Dessa maneira, ao fazerem uso de determinados signos culturais para perpetuar seus valores, assim como para marcar a diferença para com outro, os imigrantes e seus descendentes construíam sua identidade. À medida que o processo de enraizamento se efetivava, ao reiterarem a diferença com os brasileiros, eles assumem para si o que inicialmente era uma maneira de ver dos brasileiros. Passam a se identificar como italianos, ou melhor, como ítalo-brasileiros.

Embora a afirmação da identidade étnica não tenha sido um processo homogêneo nas áreas de colonização italiana no sul do Brasil, foi frequente a recorrência a determinados valores que foram elevados a categorias de sinais diacríticos, tais como: a língua (o talian), a culinária, a música e o folclore, a fé e a catolicidade, a família e o trabalho.<sup>29</sup> Era utilizando esses signos que esses indivíduos rememoravam a lembrança de uma terra que ficou para trás e, assim, marcavam a diferença com os outros grupos. Segundo Denys Cuche, o que cria a separação, a “fronteira” é a vontade

<sup>27</sup> CASTELLS, Manuel. Op.cit. p.23

<sup>28</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Op. cit. p.5

<sup>29</sup> ORO, Ari Pedro. “Mi son talian” Considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos no Rio grande do Sul. In: BONI, Luis de. **A presença italiana no Brasil**. vol. III Porto Alegre : Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est., 1996. pp.612-617

de se diferenciar e os usos de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica.<sup>30</sup> Nesses termos, o que estamos considerando como a italianidade, ou melhor, a “ítalo-brasilianidade” é justamente a defesa dos costumes e das tradições herdadas da sociedade original, que congregava o pertencimento dos indivíduos ao grupo, e também marcava a diferença em relação aos demais.

Conforme apontamos no início deste capítulo, vamos nos deter em alguns desses signos que foram elevados à categoria de sinais diacríticos, utilizados pelo grupo na reconstrução de sua identidade, tais como a família, a sociabilidade religiosa e os nomes de batismo, a serem analisados especialmente no terceiro capítulo. É claro que a reconstrução da aldeia camponesa nas colônias italianas de Campo Largo poderia ser visualizada a partir de diferentes aspectos. Porém, como já mencionamos, nossa análise está condicionada às informações contidas num conjunto específico de fontes, os registros paroquiais.

Para entendermos como os imigrantes e descendentes reorganizaram sua vida sociocultural nas colônias de Campo Largo, é necessário conhecer como esta se configurava no norte da Itália antes de eles partirem, para verificarmos qual o impacto da imigração no processo de reconstrução, assim como o papel desempenhado pela nova realidade na redefinição dos valores e do modo de viver.

## **2.2 Nas aldeias do norte da Itália: a família camponesa**

### **2.2.1 A estrutura dos domicílios camponeses**

Atualmente quando falamos em família, rapidamente pensamos no casal e os filhos, ou ainda em um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou filiação. Da mesma maneira, como consequência dessa concepção, imaginamos esses indivíduos vivendo juntos sob um mesmo teto. Entretanto, esse modelo de família, chamada pelos demógrafos de *família nuclear*, nem sempre foi dominante e, em muitas regiões, pode ser um fenômeno muito mais recente do que se imagina.

Conforme aponta Jean-Louis Flandrin, a leitura dos dicionários franceses e ingleses dos séculos XVI e XVII revela que o conceito de família estava dividido entre a ideia de residência comum e a de parentesco, que se encontram unidas na definição

---

<sup>30</sup> CUCHE, Denys. Op. cit. p.200

que é hoje mais corrente. A palavra evocava de fato, com muito mais frequência, um conjunto de parentes que não moravam juntos e designava também, frequentemente, um conjunto de pessoas que coabitavam e que não estavam necessariamente ligadas pelo sangue ou pelo parentesco.<sup>31</sup> Nesse sentido, a definição de família para o passado não pode ser reduzida a uma simplificação, muito pelo contrário, torna-se bastante complexa e envolve uma diversidade de arranjos possíveis.

Entre os camponeses, que são os indivíduos com que estamos trabalhando, na Europa pré-industrial, a organização familiar variava de região a região, e certamente estava diretamente ligada a um elemento central: a terra. O acesso ou não à propriedade poderia determinar se o domicílio seria simples ou complexo, assim como as idades ao casar para moças e rapazes, as taxas de celibato definitivo, bem como as maneiras pelas quais ocorriam a transmissão da herança, elementos tão importantes para a reprodução dos sistemas campesinos.

Nas últimas décadas, estudos de diversos demógrafos e historiadores da família propuseram uma nova abordagem, de modo a contestar os tradicionais modelos explicativos propostos por J. Hajnal e P. Laslett, que dividiram a Europa pré-industrial em padrões.<sup>32</sup> A teoria de que o continente europeu teve um único padrão de nupcialidade, é em parte, pautada na crença de que o desenvolvimento demográfico tem sido uniforme. Entretanto, alguns trabalhos, como aqueles de Robert Rowland, têm sugerido que o modelo de casamento europeu tem se desenvolvido regionalmente e não necessariamente de maneira cronológica, contestando assim as tipologias propostas pelos dois autores citados.<sup>33</sup>

A Itália, assim como outras regiões do continente, constituem exemplos da impossibilidade de se definir modelos únicos de padrões de organização. Há

---

<sup>31</sup> FLANDRIN, Jean-Louis. **Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa : Estampa, 1991. p.12

<sup>32</sup> De acordo com esses autores, o leste seria caracterizado por idade precoce ao casar tanto para homens como para mulheres, baixas taxas de celibato e predomínio de domicílios simples, como no oeste a idade ao casar seria mais elevada, com taxas mais altas de celibato e presença de domicílios complexos. RETTAROLI, Rosella. "Age at marriage in nineteenth-century Italy" **Journal of family history**. vol. 15, nº4, 1990. pp. 409-411.

<sup>33</sup> Para Rowland, as regiões mediterrânicas da Europa apresentariam padrões diferenciados de desenvolvimento demográfico. As regiões sul de Portugal, Espanha, Itália e a Sicília seriam caracterizadas por idade precoce ao casar da mulher (20 a 22 anos) e mais tarde do homem (25 a 27 anos), com predomínio de domicílios simples e residência neolocal. Contrariamente, no norte de Portugal, na Galícia e Toscana haveria uma presença mais acentuada de pessoas que casavam-se mais tarde (mulheres entre 25 a 27 anos e homens entre 26 e 28) com predomínio da família do tipo extensa em domicílios complexos. WOOLF, Stuart. "The Southern European family again. Some perspectives of research". In. **Família, casa y trabajo**. Anais do Seminário Família y elite de poder em el Reino de Murcia. Siglos XV-XIX. Universidad de Murcia, 1997. p. 37-38.

inconsistências na definição de um sistema familiar em particular, como, por exemplo, sinais da presença de casamento tardio em conjunção com altas proporções de domicílios complexos, e de taxas expressivas de celibato coexistindo com a presença de idade precoce ao primeiro casamento, baixas taxas de celibato e domicílios simples. No caso do sul da Europa, a coexistência de diferentes comportamentos dificulta a percepção de que há um único padrão mediterrânico.<sup>34</sup> Assim, não se pode encaixar regiões que apresentam diferentes características dentro de um modelo único de desenvolvimento demográfico. É necessário levar em consideração os determinantes culturais e econômicos nos comportamentos referentes à composição dos domicílios e aos padrões de casamento.

Essa coexistência de padrões diferenciados de organização familiar é bastante evidente no norte da Itália, o qual engloba o Vêneto. Essa região é tão rica na diversidade de situações que faz dessa península um dos casos mais significativos da Europa, para se acessar o impacto da vasta gama de fatores ecológicos, econômicos, demográficos e culturais na estrutura dos domicílios e na vida familiar.<sup>35</sup> Segundo os autores, em nenhuma outra parte do continente é possível mover-se tão rapidamente por uma sucessão de zonas ecológicas distintas, que ajudam a explicar as variações nas formações familiares e os diferentes níveis demográficos.

No que concerne ao Vêneto, vimos no capítulo anterior que era uma região relativamente heterogênea que, conforme a tipologia de Emílio Franzina, pode ser dividida em aproximadamente dois grandes setores. Quatro províncias estavam situadas, em sua maior parte, nas áreas de montanha (Vicenza, Treviso, Belluno e Udine) como as outras quatro (Verona, Rovigo, Pádua e Veneza) compreendiam as planícies do vale do Pó. Assim, a topografia das terras no Vêneto também determinava como esta era ocupada (pequenos proprietários ou *bracciantis* trabalhando para os grandes proprietários) e, conseqüentemente, o tipo de família.

As áreas de montanhas, pelo seu próprio relevo, eram caracterizadas por uma baixa quantidade de terras produtivas, sendo ocupadas basicamente por pequenos proprietários.<sup>36</sup> Nesse tipo de organização, não só para a Itália, mas também para a Europa em geral, antropólogos e historiadores têm sugerido que eram evitadas a

---

<sup>34</sup> WALL, Richard. "Characteristics of european family and household systems". In. **Familia, casa y trabajo**. Anais do Seminário Família y elite de poder em el Reino de Murcia. Siglos XV-XIX. Universidad de Murcia, 1997. p. 20-21.

<sup>35</sup> VIAZZO, Píer Paolo & ALBERA, Dionigi. "The peasant family in northern Italy, 1750-1930: A Reassessment." **Journal of family history**. vol. 15, nº4, 1990. pp. 461-463.

<sup>36</sup> Ibid.

fragmentação e partilha da propriedade. Dessa maneira, predominavam as famílias tronco (*famille-souche*), na qual conviviam por longos períodos num mesmo domicílio três ou até quatro gerações.<sup>37</sup> Entretanto, alguns autores têm sugerido que a divisão da propriedade era evitada porque as áreas de montanhas eram ligadas por uma imbricada combinação, que incluía: pastagens, bosques, áreas de cultivo e prados, cujo equilíbrio não poderia ser rompido pela subdivisão.<sup>38</sup> Sendo assim, era comum muitos dos irmãos, depois de casados, continuarem a morar na propriedade paterna, inclusive, convivendo juntos por anos ou até mesmo décadas, após a morte do pai. Diferentes tipos de comportamentos familiares faziam com que as regiões montanhosas do norte da Itália possuíssem altas taxas de domicílios complexos, com diferentes regras de residência.<sup>39</sup>

Aparentemente essa organização parece ser confusa ou mesmo contraditória. Se as áreas de montanhas possuíam baixas quantidades de terras agricultáveis, como era possível manter uma família com muitos membros? As migrações sazonais em direção ao interior da Europa serviam como uma forma de suprir as carências econômicas de que a propriedade não dava conta, por outro lado, também serviam para expandir o domicílio. Essas migrações desde muito tempo acompanhavam os camponeses do Vêneto e de outras regiões do norte italiano. Elas ocorriam nas chamadas estações mortas da agricultura, ou seja, períodos em que os trabalhos agrícolas diminuía na propriedade, ou especialmente nos grandes períodos de colheita do trigo e outros cereais, quando se dirigiam milhares de camponeses rumo ao interior do Império Austro-Húngaro, França e mesmo aos Estados da Confederação Germânica. Para essas “viagens temporárias” eram destinados em sua maioria homens adultos, cabendo aos mais velhos e às mulheres gerenciarem a propriedade.<sup>40</sup>

O tipo de composição dos domicílios e as maneiras como a propriedade era transmitida tinham um impacto direto na nupcialidade. Massimo Livi Bacci, ao estudar Portugal, constata que, entre os desprovidos de propriedade, a incidência ao casamento era mais alta, justamente porque não tinham nada para herdar.<sup>41</sup> Nessa direção, até o início do fenômeno emigratório, no Vêneto, especialmente nas áreas de montanha, a idade ao casar era mais alta tanto para homens como para mulheres (em torno de 28 e

<sup>37</sup> BARBAGLI, Marzio & KERTZER, David. “An introduction to the history of italian fertility” In. **Journal of family history**. vol. 15, nº4, 1990. p.373.

<sup>38</sup> Basta lembrar que a persistência das propriedades comunais que remetiam a uma herança feudal, existiam em altas proporções nas áreas de montanhas, quase não sendo encontradas nas áreas de planícies.

<sup>39</sup> VIAZZO, Pier Paolo & ALBERA, Dionigi. “The peasant family in northern Italy, 1750-1930: A Reassessment.” **Journal of family history**. vol. 15, nº4, 1990. pp. 465-469.

<sup>40</sup> GROSSELLI, Renzo. Op. Cit. p.75

<sup>41</sup> LIVI-BACCI In RETTAROLI, Rosella. Op. cit. p. 411.

25 anos, respectivamente), assim como eram maiores as taxas de celibato, entre aqueles que possuíam a propriedade. O estudo de R. Rettaroli, que classificou as províncias do norte da Itália em quatro grupos, mostra que muitas províncias do Vêneto que se situam nas faixas de montanhas, como aquelas citadas acima, estão inseridas no grupo em que a idade ao casar, tanto para homens como para mulheres, é maior, assim como os índices das pessoas que não se casam.<sup>42</sup>

O panorama discutido acima foi característico das províncias localizadas nas regiões montanhosas do Vêneto. Nas áreas de planície, que compõem o segundo setor,<sup>43</sup> a situação era diferente. As regiões mais planas e os vales têm grande quantidade de terras produtivas, o que despertou desde muito cedo o interesse dos grandes produtores. Desde o início da Idade Moderna, essas porções de terras estiveram concentradas nas mãos de grandes fazendeiros, que alugavam ou empregavam trabalhadores assalariados. Esse fenômeno fez crescer o poder dos proprietários, formando muitas vilas compostas por famílias em que predominava o domicílio do tipo simples.<sup>44</sup>

Como vimos no capítulo 1, o vale do Pó e suas proximidades, desde a metade do século XVIII, experimentavam um intenso processo de modernização da agricultura, que provocou a proletarização de milhares de camponeses. Dessa maneira, no período pré-emigração, os camponeses que viviam nas províncias circundadas pelo referido rio eram, em grande parte, pertencentes ao universo dos *bracciantis*. Assim, como geralmente não tinham nada para herdar, casavam-se mais intensamente e mais cedo. Nas províncias do Vêneto situadas nas planícies, a tendência era a baixa idade ao casar e maior intensidade ao casamento, assim como formação de domicílios do tipo simples, com residência neolocal.

As diferentes formas de organização familiar, vinculadas à disponibilidade de terras cultiváveis, impactariam diretamente na fecundidade dos casais. Nas áreas de montanha do Reino de Nápoles, por exemplo, onde a terra era mais escassa, a idade ao casamento era mais tardia e conseqüentemente as taxas de fecundidade eram mais baixas. Ao contrário, nas regiões de planícies da Apúlia, onde predominavam as grandes propriedades e a maior parte da população era desprovida de terra, os controles sobre o casamento e a herança eram de pouca consequência. Assim os camponeses casavam

---

<sup>42</sup> RETTAROLI, Rosella. Op. cit. p. 420-421.

<sup>43</sup> Ver capítulo I, subcapítulo 1.1 pp. 6-7

<sup>44</sup> VIAZZO, Pier Paolo & ALBERA, Dionigi. p.469-470.

mais cedo e tinham mais filhos, pois as maiores oportunidades de emprego se tornavam uma variável importante para definir o progresso econômico da família.<sup>45</sup>

Pelo que foi discutido acima, a distribuição da terra tinha um papel importante na definição de comportamentos familiares, principalmente no que se refere à organização da propriedade, dos domicílios e, conseqüentemente, na idade ao casar. Entretanto, esses comportamentos não estão ligados apenas a fatores de ordem econômica, mas também de ordem cultural. Concordamos com R. Rettaroli, quando ela diz que indivíduos que vivem na mesma região frequentemente têm costumes em comum, o mesmo dialeto e os mesmos comportamentos como a idade ao casar. Também as mesmas crenças religiosas e os mesmos sentimentos, enfim, têm uma cultura comum.<sup>46</sup>No caso em estudo nesta dissertação, a maior parte dos imigrantes originava-se, principalmente, de duas províncias (Treviso e Vicenza) que, do ponto de vista dos comportamentos familiares, apresentavam características próximas.

### 2.2.2 Valores camponeses

Vimos até aqui as variações nos regimes demográficos do norte da Itália no período anterior à emigração. Indo adiante, vamos nos deter agora sobre alguns valores camponeses atinentes à família, para posteriormente discutirmos como estes serviram de base para a reconstrução sociocultural dos imigrantes na nova sociedade. A historiografia tem salientado que a moral e as concepções de mundo camponês italiano do Antigo Regime, eram fruto de um híbrido, composto pelos padrões de honra e família-linhagem característico das sociedades aldeãs, somados aos padrões de santidade e disposição das coisas dadas pela Igreja.<sup>47</sup> Constituía-se em uma sociedade fortemente influenciada pelo clero, que agia como elaborador do consenso e conferia à família o papel de guardião do respeito e da honra pública. A vida do camponês transcorria entre a família e a Igreja, onde se respirava religião e vivia-se sem muita distinção entre o espaço público e o privado.<sup>48</sup> A tênue linha limítrofe entre a vida familiar e a comunidade circundante era uma característica marcante dessa sociedade.

Ao mesmo tempo, era uma sociedade fortemente pautada por regras tradicionais, cuja distribuição das tarefas relacionava-se ao sexo, a idade e à posição dentro do grupo

---

<sup>45</sup> DELILLE, Gerard *In* CASEY, James. **A História da família**. São Paulo : Àtica, 1992. p. 153.

<sup>46</sup> RETTAROLI, Rosella. *Op. cit.* p. 422-423.

<sup>47</sup> POLINARI, Marcelo. *Op.cit.* p.76.

<sup>48</sup> POLINARI, Marcelo. *Op.cit.* p.81.

doméstico. Às mulheres caberia a obediência ao marido, assim como os jovens aos mais velhos, e os filhos aos pais. Em muitas sociedades camponesas, como a do norte da Itália, o mais comum é que o homem casado mais idoso, o avô ou o patriarca, disponha de toda a fonte de autoridade do grupo familiar. Ele é o organizador do trabalho e o porta-voz do grupo nas transações exteriores. Sendo o mais idoso, pode se apoiar na memória mais antiga, na tradição ancestral para determinar o certo e o errado, o bem e o mal.<sup>49</sup> E, quanto mais velho, mais sábio era considerado, dada a grande mortalidade e a baixa expectativa de vida, pois, sobreviver até idade prolecta resultava muitas vezes da sorte. No Vêneto o modelo de sociedade patriarcal predominava, portanto normalmente era o homem mais idoso quem comandava a unidade familiar.

A vida doméstica também era pautada pela divisão de gênero. Cabia à mulher reger a família e ao homem a unidade produtiva familiar, sendo cada componente um aspecto do mesmo grupo social. Ao pai cabia o símbolo externo do poder social e à mãe, o governo interno da família.<sup>50</sup> No mundo mediterrânico caracterizado pelo patriarcalismo, a honra dos homens era ativa enquanto das mulheres passiva.<sup>51</sup> Já a educação salta uma geração, e são os avós que ensinam o mundo às crianças. Nas sociedades de cultura oral, é a memória de alguns indivíduos que constituem na principal fonte do saber.<sup>52</sup> Os anciãos, os pais e mães de família tinham um papel muito importante na manutenção das tradições e no estabelecimento da ordem. Assim, a perpetuação de determinados costumes e tradições da mesma maneira há séculos refere-se a esse modo peculiar de transmissão de valores. Conforme salienta Edward Shorter, “as pessoas ficavam a saber quem eram e qual viria a ser o seu lugar na eterna ordem das coisas olhando para as gerações que se estendiam atrás delas”.<sup>53</sup> Desse modo, é muito em função dessas características, próprias do mundo rural, que prevalecia uma identificação para com a aldeia, com a comunidade, e não a um nacionalismo imposto de cima para baixo. O que os imigrantes trazem na sua bagagem para a sociedade receptora é justamente essa maneira específica de viver que permanecia inalterada há séculos.

A sociedade camponesa do norte da Itália estava impregnada dos padrões clericais. Organizada em aldeias, onde o trabalho envolvia relações de solidariedades

---

<sup>49</sup> MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro : Zahar, 1985. p.70

<sup>50</sup> POLINARI, Marcelo. Op.cit. p.124.

<sup>51</sup> GOODY, Jack. **Família e casamento na Europa**. Oeiras : Celta, 1995. p. 25

<sup>52</sup> MENDRAS, Henri.. Op. cit. p. 100

<sup>53</sup> SHORTER, Edward. Op. cit. p. 13.

entre famílias, e o clero agia como elaborador do consenso, da ordem a ser seguida, o que norteava a vida do camponês, que lhe conferia honra pública estava basicamente relacionado ao trabalho e à manutenção de uma moral estritamente cristã, não só sua, mas principalmente do seu grupo familiar. Em muitas sociedades com estas características, a honra pública do camponês estava ligada a presença de uma grande prole. Assim, para o camponês trabalho, devoção e a constituição de uma família eram sinônimos de um comportamento honrado. Sendo a família a base dessa configuração social, o valor de cada um se dava principalmente pelo grupo que pertencia por nascimento.<sup>54</sup>

Se existia todo um conjunto de regras e de expectativas para com o homem e a mulher, ou mesmo a família constituída, não menos deixava de existir em relação às crianças e aos jovens. Por ser uma sociedade estritamente agrária, organizada em aldeias, onde a vida dependia da colaboração de todos, predominava a vontade coletiva em detrimento da individual. Embora cada ser tivesse seu próprio corpo, a dependência em relação às solidariedade de sangue eram tais que o indivíduo não podia se sentir plenamente autônomo, ele era parte de uma grande família, que incluía não só os vivos, mas também os mortos.<sup>55</sup> Como veremos no capítulo seguinte, essa concepção de mundo, essa importância da linhagem também é percebida nas práticas de nomear dos imigrantes e descendentes de italianos que migram para Campo Largo. A vida da criança não era dissociada da do adulto, seu aprendizado era essencialmente prático e visava torná-la um membro da comunidade.<sup>56</sup> Como já mencionamos anteriormente, eram os avós os responsáveis pela educação das crianças. Essa diferença de duas gerações fazia com que se mantivesse o conservadorismo, característico do mundo camponês.

Esse caráter de coletividade, a que os indivíduos estavam imersos e esse modo tradicional de viver, que se apoiava basicamente num conjunto de solidariedades familiares e na organização do trabalho em cada aldeia, também eram determinantes na vida dos jovens, vale dizer, das escolhas matrimoniais. Os laços de parentesco formados

---

<sup>54</sup> POLINARI, Marcelo. Op.cit. p.79-80.

<sup>55</sup> GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança”. In ARIÉS, Philippe (org.). **História da vida privada: da Renascença ao século das luzes**. São Paulo : Cia das Letras, 1997. p. 312.

<sup>56</sup> Conforme Philippe Ariès “desde a Idade Média, e por muito tempo nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos, assim que eram considerados capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, pouco tempo depois de um desmame tardio, ou seja, aproximadamente aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias”. ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro : Editora Guanabara, 1981. p. 275.

pelo casamento, tanto nas grandes aldeias como nas pequenas, eram uma maneira de reforçar laços de vizinhança, bem como da manutenção do patrimônio.<sup>57</sup> Desse modo, a finalidade principal da união de um homem e uma mulher era a estabilidade da família e da própria comunidade, a quem deveriam atender prioritariamente os interesses. Dessa maneira, “o casamento representa a vinculação de duas redes familiares, preocupadas com a estabilidade de aliança que implica investimento material e moral de monta, mas que depende de algo tão frágil como é a conduta de dois jovens”.<sup>58</sup>

Seja entre os nobres ou entre os camponeses, em sociedades organizadas em torno da linhagem e das solidariedades coletivas, o casamento é assunto sério, que levava em consideração primordialmente as questões econômicas e vinculadas à manutenção de um consenso, de uma ordem. Entretanto, a relativa endogamia entre as aldeias, cujo objetivo era a manutenção do patrimônio, enfrentou restrições da Igreja Católica que velava pela exogamia dos casamentos.<sup>59</sup> As suas preocupações, junto aos interditos, em relação às uniões matrimoniais, parecem ter se chocado com as principais finalidades das famílias camponesas. Conforme salienta Jack Goody, as proibições da Igreja em relação aos casamentos dentro do grupo de parentesco estão muito mais ligadas às transferências de riquezas do grupo doméstico para a Igreja do que a questões espirituais.<sup>60</sup> Desde a Idade Média os inúmeros pedidos de dispensas para realização de casamentos entre parentes remete para a grande frequência com que essas uniões ocorriam. Em relação ao norte da Itália, parece aparentemente contraditório, como uma sociedade fortemente clericalizada convivendo com taxas relativamente elevadas de casamentos consanguíneos, principalmente entre primos de terceiro, segundo e até primeiro grau.<sup>61</sup>

No mundo mediterrânico o casamento entre parentes era bastante comum antes do advento do cristianismo como religião oficial. A partir do século IV, quando a Igreja passou a intervir na legislação sobre o matrimônio, os antigos costumes romanos foram proibidos e sua proscrição obteve a sanção legal dos monarcas cristãos.<sup>62</sup> Os interditos eclesiásticos em relação aos casamentos consanguíneos ao longo dos séculos,

---

<sup>57</sup> FLANDRIN, Jean-Louis. Op. cit. p. 42.

<sup>58</sup> CASEY, James. Op. cit. p. 109.

<sup>59</sup> O medo constante das uniões consanguíneas é evidente desde a Idade Média. Até o Concílio Laterano de 1215 os impedimentos de parentesco iam até sete graus, tanto do lado do pai como do lado da mãe. A partir dessa data, o impedimento foi revogado para quatro graus.

<sup>60</sup> GOODY, Jack. Op. Cit.

<sup>61</sup> Ver: MERZÁRIO, R. “Land, kinship and consanguineous marriage in Italy from the seventh to the nineteenth centuries” *Journal of family history*. Vol.15 n°4, 1990.

<sup>62</sup> GOODY, Jack. Op. Cit. p.35

atravessando toda a Idade Média, seriam os próprios reflexos da luta da Igreja contra o fortalecimento das linhagens.<sup>63</sup>

Essas disputas, quanto às maneiras que deveriam se proceder as uniões matrimoniais, parecem ter norteado as sociedades camponesas da Europa pré-industrial durante séculos. Conforme observou Jean-Louis Flandrin para as aldeias rurais da França, de um lado, muito influenciada pela Igreja, tinha-se uma política de exogamia, como a única maneira de impedir que as sociedades aldeãs constituíssem sociedades fechadas, hostis umas às outras. Do outro lado, tinha-se o controle da sociedade aldeã que buscava estabelecer o monopólio das moças casaduras, de modo a evitar o casamento das filhas no exterior, pois estavam interessados em impedir que elas levassem em dote uma fração do patrimônio para fora da aldeia.<sup>64</sup> Esses embates entre essas duas concepções (a da Igreja e das famílias) mostram que, embora essas sociedades fossem bastante clericalizadas, como a do norte da Itália, elas não eram bastante espiritualizadas. Muitas vezes os interesses materiais se sobreponham aos espirituais. A política de exogamia da Igreja, que tinha por objetivo afastar qualquer risco de união consanguínea, não estava em primeiro plano no momento de organizar os arranjos matrimoniais dentro ou fora de uma aldeia, pois um pedido de dispensa mediante pagamento não era difícil de ser conseguido. Também esses conflitos demonstram as maneiras de organização de uma sociedade bastante ativa, que se apoiava em diversas estratégias, para a manutenção não só dos poucos recursos que tinham, mas também de uma ordem e de um modo tradicional de viver.<sup>65</sup> De outra forma, essa organização dos indivíduos atados por laços de sangue e vizinhança dentro da mesma aldeia também dificultava a incorporação de um sentimento de pertencimento maior, como, por exemplo, a difusão do nacionalismo, ou da identidade nacional.

Tendo em vista o que foi discutido acima sobre os valores camponeses, temos que a aldeia se constituía no elemento-chave da organização dessa sociedade. Os vínculos criados seja por meio do parentesco, seja mesmo por solidariedades ligadas ao trabalho, eram estratégias fundamentais para a sua sobrevivência, bem como para a perpetuação de valores e costumes. Conforme já discutimos anteriormente, os

---

<sup>63</sup> GOODY, Jack. Op. Cit. 132.

<sup>64</sup> FLANDRIN, Jean-Louis. Op. cit. p. 54.-55.

<sup>65</sup> Sobre a ideia de comunidade ativa, podemos nos reportar ao conceito definido por TONNIES em que (...) “a avaliação da vida no campo tem demonstrado que aí a comunidade entre os homens é mais forte e viva: a comunidade é a convivência permanente e autêntica, a sociedade é passageira e aparente. De acordo com isso a própria comunidade deve ser compreendida como um organismo vivo”(…) TONNIES, Ferdinand. “Comunidade e sociedade” In: CRUZ, M. Braga da (org). **Teorias sociológicas**. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1989. p.512-513.

camponeses no período pré-imigração viviam numa situação constante de exploração e pobreza, também a posse da terra era um bem que não estava ao alcance de todos, ou melhor, era uma minoria que a possuía, e quando a possuía, normalmente eram terras com baixa produtividade. Portanto, a organização de laços de dependência entre as famílias era de suma importância para a própria sobrevivência da aldeia. A Igreja, sintetizada na figura do clero, figurava como elaboradora de um conjunto de normas e condutas a serem seguidas. O clero agia como o promotor da ordem e era o principal guia dos camponeses. Entretanto, em muitas ocasiões, as ingerências da Igreja não se sobreponham aos interesses dos camponeses, principalmente quando se tratava de questões materiais.

### **2.3 A família Imigrante: vínculos familiares e de identificação étnica**

Até agora, tratamos da maneira como se caracterizavam os domicílios no mundo rural do norte da Itália, assim como alguns dos valores referentes à família, na organização das comunidades camponesas tradicionais. O que discutiremos a seguir refere-se à maneira pela qual os imigrantes em estudo reconstruíram suas organizações familiares na sociedade de adoção, assim como o impacto da imigração nesse processo. Pelo que foi tratado até aqui, temos em mente que esses camponeses que migraram para Campo Largo não apresentavam características homogêneas. Entretanto, no seu estabelecimento nas colônias, arranjos e comportamentos foram readequados em função das necessidades, assim como da nova realidade que se configurou para eles.

A maior parte dos italianos instalados nas colônias de Campo Largo, como já dissemos, veio em famílias. De acordo com o levantamento realizado nos registros de desembarque de imigrantes, constante no DEAP,<sup>66</sup> percebe-se que a maioria refere-se a casais que vieram acompanhados de alguns filhos. Entretanto, não se limitavam apenas a famílias nucleares. Em muitos casos, foi possível observar unidades familiares com três gerações (o casal junto com filhos casados e netos), assim como casais com seus filhos e irmãos solteiros, e, também, viúvos acompanhando seus filhos solteiros ou casados. Essa diversidade de situações reflete, também, características específicas das regiões de origem (províncias de Treviso e Vicenza), no que toca aos arranjos

---

<sup>66</sup> Departamento de Arquivo Público do Paraná, livros: 428, 444, 445, 455, 833 e 834.

familiares, onde coexistiam famílias grandes vivendo em domicílios complexos, assim como famílias nucleares vivendo em domicílios simples.

Como já tratamos no capítulo 1, cada grupo familiar poderia requerer para si um lote. Aqueles que eram compostos por mais de um casal ou tinham vários adultos poderiam solicitar mais de um, como salientou Pedro Fedalto em relação a sua família: “Giuseppe Fedalto requereu um lote para si e outro para seu pai, Giacinto”.<sup>67</sup> A disponibilidade de terras provavelmente foi um dos primeiros impactos que a imigração causou na organização familiar dos camponeses vênnetos. Também é importante destacar que muitos casais, quando chegaram a Campo Largo, ainda não tinham completado sua prole, tendo mais filhos na nova sociedade. Se na sua aldeia de origem, algumas dessas famílias viviam num domicílio complexo, na colônia em Campo Largo teriam a oportunidade de modificar essa situação, uma vez que aqui, ao contrário da Itália, a quantidade de terras cultiváveis era abundante. De qualquer forma, tendo origem como pequenos proprietários ou *bracciantis*, a nova realidade com que se defrontaram foi importante para a redefinição dos comportamentos familiares.

Uma alteração profunda provocada pela imigração refere-se ao casamento. Se na sociedade emissora, em algumas regiões, principalmente por motivos de ordem econômica, adia-se o matrimônio ou mesmo muitos permaneciam celibatários, no Brasil, como a situação se modificou, os colonos passaram a se casar cada vez mais cedo, e com maior frequência. Como consequência desse comportamento, passaram a ter uma prole mais numerosa. Entretanto, antes de chegarmos à família constituída, vamos nos deter na análise de como ocorriam as uniões matrimoniais nas colônias italianas de Campo Largo. Aliás, consideramos as escolhas dos cônjuges um dos pontos em que o grupo mais se esforçava para manter-se coeso. Emílio Willens salienta que as diferenças culturais verificadas podem distanciar ainda mais os grupos em contato, à medida que estes percebem que a miscigenação lhes desorganizava o setor mais resguardado da sua cultura, ou seja, a família.<sup>68</sup> Segundo esse autor, a família pertence à esfera mais íntima de qualquer criatura humana. Assim, as sociedades tendem a aplicar todo um sistema de controle destinado a evitar desajustamentos internos e penetrações

---

<sup>67</sup> FEDALTO, Pedro. Op. cit. p.23.

<sup>68</sup> WILLENS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo : brasiliense, 2ª ed. , 1980. p. 323.

externas. Daí ser improvável que a “assimilação” se possa iniciar justamente por esta esfera.<sup>69</sup>

Na colônia imigrante, ao contrário do casamento moderno, fruto de decisões individuais, este era arranjado pelas famílias. Conforme foi discutido anteriormente, o mais comum nas sociedades agrárias era o coletivo se sobrepor à vontade individual. Portanto, a ideologia moderna, que “tem o indivíduo como valor e a liberdade como atributo”,<sup>70</sup> não tinha espaço nos primeiros tempos da colonização. O amor romântico se opunha ao esforço da família em construir o casamento de acordo com os seus interesses e da comunidade, assim como representava um perigo ao romper com barreiras fundamentais como a religião ou a origem étnica.<sup>71</sup> Nessa direção, neste período inicial os casamentos “por amor” ainda eram poucos se comparados ao número total de uniões.

As principais premissas do matrimônio para as comunidades imigrantes, não só italianas, mas também de outros grupos étnicos, visavam à preservação do patrimônio (seja material, seja simbólico), assim como agregar forças de trabalho. Dessa maneira, a homogamia era considerada condição primordial de estabilidade não só do casal, mas da própria comunidade. Nessa direção, a análise dos registros de casamento, entre os colonos italianos de Campo Largo, recolhidos nas três paróquias pesquisadas, durante os anos de 1878 a 1920, revela uma relativa endogamia, conforme mostram as tabelas a seguir:

**TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS NOIVOS (AS), CONFORME LOCAL DE NASCIMENTO. COLÔNIAS ITALIANAS DE CAMPO Largo (1878-1920).**

Local de Nascimento	1878-1887	1888-1899	1900-1910	1911-1920	1878-1920
Itália (imigrantes)	30	205	172	26	433
Brasil (filhos de imigrantes)	*	20	104	235	359
Outras etnias	*	4	10	10	24
Total	30	230	286	270	816

FONTE: REGISTROS DE CASAMENTO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO (CAMPO LARGO), Nª SRA DA PIEDADE (CAMPO LARGO -PR) E SÃO JOSÉ (SANTA FELICIDADE-CURITIBA, PR)

<sup>69</sup> WILLENS, Emílio. Op. cit. p. 322.

<sup>70</sup> DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo: Edusp, 1992. p.57

<sup>71</sup> WOORTMANN, Ellen F. op.cit p. 157-159

**TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS CÔNJUGES, CONFORME ORIGEM ÉTNICA. COLÔNIAS ITALIANAS DE Campo Largo (1878-1920).**

Período	1878-1887		1888-1899		1900-1911		1911-1920		1878-1920	
Nº de casamentos	15		115		143		135		408	
Casamentos interétnicos	0	0%	4	3%	10	7%	10	7%	24	6%
Noivos de origem italiana	30	100%	226	99%	276	96%	260	96%	792	97%
Noivos de outras etnias	0	0%	4	1%	10	4%	10	4%	24	3%
Total	30	100%	230	100%	286	100%	270	100%	816	100%

FONTE: REGISTROS DE CASAMENTO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO (CAMPO LARGO), Nª SRA DA PIEDADE (CAMPO LARGO -PR) E SÃO JOSÉ (SANTA FELICIDADE-CURITIBA, PR)

As tabelas acima mostram que, durante o período analisado, é predominante a escolha dos cônjuges dentro do grupo étnico, tanto na primeira como na segunda geração, ou seja, independente de serem imigrantes ou descendentes. Essa situação é característica para vários grupos imigrantes no Sul do Brasil.<sup>72</sup> Apenas 23 uniões foram mistas, o que corresponde a cerca de 6% do total de casamentos. Entretanto, essa relativa endogamia de grupo, para as primeiras gerações, não se limitava apenas a indivíduos da mesma origem étnica. Um elemento que sempre nos chamou atenção está no fato de que a maior parte dos casamentos referia-se a noivos residentes na mesma colônia. Na Campina, uma das colônias pertencentes à paróquia de São Sebastião, por exemplo, essa situação é mais visível. Por estar mais afastada dos demais núcleos coloniais, acreditamos ser esta uma das razões que dificultasse o contato entre jovens de outras colônias. Também se levamos em consideração quais eram os espaços em que as pessoas do grupo se socializavam, veremos que esses muitas vezes se restringiam às celebrações familiares e religiosas. Daí a pouca probabilidade que, para esse período, as uniões fossem pautadas pelo ideal do amor romântico.

Além das uniões ocorrerem entre noivos da própria colônia, dentre aqueles nascidos na Itália, muitas referiam-se a moças e rapazes oriundos da mesma região da Itália, o que reflete o conservadorismo do grupo e o desejo de manter o que já era “conhecido”. Exemplo interessante pode ser citado a partir do casamento de *Domenico Merotto e Luigia Fontana* em 26/08/1899. Ambos nasceram em Sarnaglia, diocese de

<sup>72</sup> A questão endogâmica, nas primeiras gerações, é característica para praticamente todos os grupos étnicos. Entre diversos trabalhos, podemos citar: os italianos, pesquisados por BASSANEZZI (1999) e BALHANA PILATTI (1978), os alemães luteranos por NADALIN (2001), os alemães católicos por WOORTMANN (1995) e os ucranianos por ANDREAZZA (1995).

Ceneda, na Lombardia, vieram para cá em 1879 e 1880, respectivamente, e eram oriundos de uma região que contribuiu com apenas alguns poucos imigrantes para Campo Largo. Esse caso serve para mostrar que a elaboração de um sentimento de pertencimento grupal estava em processo de construção, pois num primeiro momento os imigrantes constroem relações sociais que revelam a heterogeneidade do grupo. O referido casal provavelmente falava um dialeto diferente dos vênetsos, ou mesmo eram portadores de códigos culturais diversos que não provocaram uma aproximação imediata, muito pelo contrário, possivelmente foram excluídos do grupo hegemônico que era vênetsos. Assim, este casal pode ser apontado como um clássico exemplo de *outsider* dentro do grupo italiano. Nessa mesma direção podemos destacar também o caso de duas irmãs oriundas do Trentino (região que só foi anexada à Itália em 1918 e onde se falava um dialeto próximo do alemão) que se casaram com imigrantes prussianos.<sup>73</sup> Nesse caso novamente a reivindicação pelo pertencimento ocorria no plano das identificações pelas regiões de origem.

Numa situação muito próxima daquelas descritas acima, encontramos muitos imigrantes que nasceram em Brusaporco, diocese de Treviso, e que foram estabelecidos na colônia Campina, casaram-se entre os nascidos dessa mesma *comuni*. Parece que a preferência na escolha dos cônjuges, para aqueles que vieram crianças da Itália, recaía sobre membros nascidos na mesma região. Embora não tenhamos conseguido identificar a aldeia de nascimento de todos os noivos que nasceram na Itália, foi possível quantificar quanto à diocese de proveniência. O que pode ser percebido é que, pelo menos em metade desses casamentos, os noivos vinham de uma mesma província. Assim, de uma amostra de 141 uniões em que ambos os cônjuges eram nascidos na Itália, 70 referiam-se a noivos da mesma diocese. Situação muito próxima foi constatada por Altiva Balhana Pilatti, para os italianos de Santa Felicidade. Segundo a autora, nos primeiros decênios da colonização da região, foram mais correntes as uniões matrimoniais formadas por noivos das mesmas paróquias vicentinas e padovanas do que entre pessoas originárias de paróquias e dioceses diversas.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> No Rio Grande do Sul os trentinos sofriam discriminação por parte dos italianos, eram chamados de *senza bandiera* (sem bandeira) por não pertencerem a um Estado, eram uma minoria dentro do Império Austro-Húngaro quando emigraram. Por manterem uma certa hostilidade com os italianos ( e vice-versa) e serem discriminados, mantinham a união máxima entre eles. POSSAMAI, Paulo. 2005. Op. Cit. p. 88-89.

<sup>74</sup> PILATTI BALHANA, Altiva. “ A vida familiar em Santa Felicidade” In \_\_\_\_\_ **Um mazolino di fiori** vol. II .(org) Westphalen, Maria Cecília. Curitiba : Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 350.

O matrimônio – conforme a concepção maussiana de *dádiva* – sela simbolicamente a aliança entre duas famílias, ou entre dois troncos.<sup>75</sup> Partindo dessa concepção, uma outra observação que também nos chamou muita atenção durante a análise das famílias reconstituídas, refere-se aos casamentos duplos,<sup>76</sup> ou como chamou o demógrafo português Manuel D.P.C. Serra, casamentos por “cambia” ou “camba”.<sup>77</sup> Existem vários tipos de casamentos por troca, entretanto, o nosso foco de análise se voltou para aquelas uniões realizadas entre dois irmãos de uma família com outros dois de outra família. Embora não conheçamos bibliografia sobre o tema dos casamento por troca para grupos étnicos no Brasil, ao que tudo indica esses comportamentos remetem a uma prática comum na sociedade emissora, mas que não se restringe apenas aos italianos, como aponta o trecho deste depoimento:

“Lá na colônia onde eu nasci, casava italiano com italiano, a primeira geração e a segunda também praticamente só casavam da sua nacionalidade e havia bem perto os poloneses (D. Pedro II e Tomaz Coelho) também casavam entre eles. (...)Depois também haviam muitos casamentos de irmãos com irmãs...(trocados). Irmãos de meu avô, dois irmãos casaram-se com duas irmãs, (de outra família) depois a segunda geração, diversos irmãos (de uma família) casaram-se com irmãs (de outra). E entre os poloneses também era comum isso...”<sup>78</sup>

No item anterior, discutimos que as principais finalidades do casamento nas aldeias camponesas estavam relacionadas à manutenção de solidariedades familiares, ou ainda do patrimônio dentro da aldeia. Entretanto, a imigração provocou uma grande mudança na articulação casamento/propriedade. Assim, a reprodução dessa prática estaria ligada ao próprio *habitus* dessas famílias em relação ao matrimônio. Embora a situação tenha mudado, o costume que era perpetuado há séculos na sociedade de origem permaneceu ativo, evidenciando a lentidão em que se processava a mudança na mentalidade camponesa. De outra maneira, essa prática pode estar ligada a formas específicas de reciprocidades entre famílias ou a manutenção de solidariedades de sangue ou vizinhança, que ajudam a explicar o pertencimento ao grupo.

---

<sup>75</sup> No *Ensaio sobre a dádiva*, um dos argumentos centrais de Mauss é de que a dádiva produz a aliança, tanto as alianças matrimoniais como as políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas. MAUSS, Marcel. “O ensaio sobre a dádiva”. In. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974.

<sup>76</sup> Os casamentos trocados envolvendo pares do mesmo nível geracional estão no Anexo 2.

<sup>77</sup> SERRA, Manuel D. P. C. “O casamento por <câmbia> ou <camba> no noroeste de Portugal. Primeira tentativa de caracterização”. In. **Família, casa y trabajo**. Anais do Seminário Família y elite de poder em el Reino de Murcia. Siglos XV-XIX. pp.93-108.

<sup>78</sup> Entrevista concedida ao autor em 23/12/2008 por D. Pedro Fedalto.

Entre os casamentos por troca envolvendo pares do mesmo nível geracional, foram contabilizadas 16 uniões. Dentre esses, pode ser destacado um caso. *Estevam Rigoni*, filho de *Antonio Rigoni* e *Domenica Cunico*, casou-se em 18 de maio de 1889 com *Maria Cunico*, filha de *Cipriano Cunico* e *Maria Rodighero*. Ambos os noivos eram nascidos em Arsiago, província de Padova, região do Vêneto. Pela observação dos sobrenomes, provavelmente, o pai da noiva e a mãe do noivo deveriam ter algum grau de parentesco. Basta lembrar que casamentos consanguíneos (entre primos, principalmente) não eram raros no norte da Itália. Menos de dois anos depois da união e, depois de batizar um filho, o rapaz vem a falecer. Seguindo a trajetória dessas famílias nos registros paroquiais, vemos mais um filho (*Cristhiano*) de *Antonio* e *Domenica* casando com outra filha (*Catterina*) de *Cipriano* e *Maria*. O enlace matrimonial foi realizado na mesma colônia onde residiam as famílias, Antonio Rebouças, em 02 de maio de 1903, e ambos os noivos nasceram em terras campolarguenses. Trouxemos como exemplo essas duas uniões para mostrar como determinadas práticas relacionadas ao casamento, que já eram realizadas na sociedade emissora, foram reconstruídas nas colônias, em Campo Largo. Assim, embora a mudança de local venha acompanhada de um profundo corte, a manutenção de certas características, entre elas, aquelas referentes à família e aos seus vínculos, possibilitava ao grupo a construção de uma identificação própria. De outra forma, é importante mencionar que esses arranjos demonstram a importância da organização da família no mundo camponês que muitas vezes se sobrepunha às determinações da Igreja. Pela lógica dos interditos eclesiásticos, os casamentos entre irmãos de uma família com irmãs de outra não eram permitidos, pois pelo ritual do matrimônio a família do noivo e a da noiva seriam “aparentadas”. No anexo 2, em que estão descritos os casamentos trocados, percebemos que estes não ocorreram na mesma data, o que implicaria o parentesco dos noivos que se casaram por último.

No que toca aos casamentos entre afins, o caso a seguir é um exemplo interessante de como o costume de unir cônjuges dentro do grupo de parentesco, que se sobrepunha às ingerências da Igreja, ainda se mantinha forte no período pós-emigração. Em 03 de outubro de 1895, na colônia Campina foi realizado o matrimônio de dois viúvos: *Francisco Bini* e *Marina Marchiorato*, com idades de 30 e 22 anos respectivamente. No registro de casamento o padre Faustino Consoni anotou:

*dispensados do impedimento de afinidade lícita em primeiro grau*<sup>79</sup>. Ocorre que no primeiro casamento da noiva (*Marina com Paulo Maquiorato*) já havia sido pedida a dispensa por ocasião de *consaguinidade em segundo grau, da linha fraternal*. A moça tinha casado primeiramente com um primo e depois da viuvez, com o cunhado (que ficara viúvo de sua irmã). Ambos os noivos que protagonizaram o segundo matrimônio eram jovens e casaram novamente em curto espaço de tempo. O rapaz (*Francisco*), por exemplo, casou novamente menos de dois meses após “enterrar” sua primeira esposa. O rápido enlace matrimonial pode estar ligado ao fato de os dois cônjuges terem filhos pequenos, bem como à necessidade de constituir uma nova família para a reprodução do modo de vida camponês. Por meio desse caso percebemos o quanto a escolha do cônjuge se fundamentava em elementos que visavam fortalecer as solidariedades familiares e da linhagem. Por outro lado, podem ser entendidos como parte do comportamento inercial camponês, que, mesmo após o corte provocado pela imigração, permanecia ativo.

Ao reconstruírem comportamentos típicos da sua região de origem, como aqueles referentes à escolha do cônjuge, o grupo delimitava fronteiras. De acordo com Barth, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. A persistência dos grupos étnicos em contato implica não somente critérios e sinais de identificação, mas também a estruturação de uma interação que permite a diferenciação cultural.<sup>80</sup> O grupo imigrante não estava em condição de isolamento, de alguma forma precisava interagir com a sociedade receptora. Num primeiro momento essa interação era de caráter econômico, mas, à medida que o processo de enraizamento se efetivava, trocas culturais também seriam realizadas. A maneira como esses indivíduos manipulavam certos “traços culturais” próprios do seu grupo delimitava a fronteira etnocultural, que não é fixa, mas construída e reconstruída em função do contexto e de determinados interesses dos atores sociais.

A situação interétnica exigiu um rearranjo do arcabouço cultural e simbólico trazido pelos imigrantes. A “cultura do contato”, conforme aponta Roberto Cardoso de Oliveira, pressupõe uma mistura genérica, muitas vezes resultante de ganhos e perdas entre sistemas culturais em conjunção.<sup>81</sup> Conforme mostrou a tabela 3, um casamento fora do grupo – embora pouco frequente no início da colonização – poderia não

---

<sup>79</sup> Livro 2B de casamento da paróquia São José (Santa Felicidade, Curitiba – PR).

<sup>80</sup> BARTH, Frederik. Op.cit. pp.188-196

<sup>81</sup> CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Op. cit.

significar necessariamente que se estavam dissolvendo as fronteiras étnicas, mas deslocando-as. Devido às novas condições (aqui nos referimos à disponibilidade de terras), como o próprio grupo estimulava os jovens a casar relativamente cedo (a idade média ao casar nas colônias em estudo foi de 19,70 anos para as moças e 22,50 anos para os rapazes), para assim ter uma prole numerosa e poder prosperar economicamente, o casamento interétnico poderia ser uma opção, ou mesmo falta de opção, perante um eventual mercado matrimonial desigual.

A observação das uniões interétnicas revelou que a maior parte delas se referia a moças que se casavam com homens de outras etnias. Assim, temos durante todo o período analisado 10 noivos italianos (imigrante ou descendente) casando fora do grupo, sendo seis uniões com brasileiras, três com polonesas e uma com alemã (prussiana). Já as mulheres totalizaram 14 uniões interétnicas, sendo nove com brasileiros, três com alemães (prussianos) e dois com poloneses. É uma situação contraditória, visto que o contexto imigratório geralmente beneficia as mulheres, pois, mesmo nos grupos em que predomina a imigração do tipo familiar, é mais comum a presença de homens solteiros (que migram sozinhos) do que mulheres, assim eram elas que tinham mais chances de encontrar um parceiro conjugal dentro do grupo étnico.<sup>82</sup> Talvez, a própria idade ao casar da mulher, que geralmente era menor que o homem, tenha influenciado o número de uniões interétnicas. De qualquer forma, a preferência era sempre a união com um cônjuge da própria etnia, não havendo, este ou esta deveria ser buscado fora do grupo. Como vimos no começo deste capítulo, principalmente no período inicial da colonização, houve um certo estranhamento entre italianos e brasileiros, levando a formulações de estereótipos em relação ao outro, e um deles referia-se ao trabalho. Assim no imaginário camponês, as virtudes do trabalho, assim como a prática da poupança e da moderação do consumo, eram enaltecidas. A exaltação do trabalho era uma importante maneira pela qual os italianos se afirmavam sobre os outros (especialmente os negros e caboclos).

Uma das finalidades do casamento, como já dissemos, visava à preservação e ampliação do patrimônio e à união das capacidades de trabalho. Assim, pessoas que partilhavam do mesmo *habitus*, da mesma cultura, teriam maiores condições de prosperar economicamente e, também, de atender aos interesses da família. Da mesma

---

<sup>82</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. "Família e Imigração Internacional no Brasil do Passado". Artigo publicado em Estudos de História, Franca, SP, v.6, n.2, 1999. p. 300.

forma que muitos brasileiros desqualificavam os estrangeiros, o inverso também ocorria, conforme já mencionado. Dessa maneira, os esforços da comunidade, principalmente das pessoas mais velhas, era evitar que seus filhos ou netos viessem a contrair matrimônio fora do grupo. Entretanto, especialmente a partir da segunda e terceira geração, como os casais tinham muitos filhos e a propriedade não poderia ser repartida entre todos os herdeiros, muitos migravam para outras regiões em busca de terra, dentro do próprio município ou mesmo para fora dele. Nessa direção, esses controles sobre os noivos tenderiam a se tornar mais frouxos à medida que o grupo se dispersava. De qualquer forma, no período em que se mantivesse na colônia ou próximo dela, a preferência era a manutenção de uma endogamia étnica, pois assim seria garantida a continuidade de um conjunto de valores e de um sistema cultural específico.

Vimos até aqui que as estratégias utilizadas pelo grupo para a formação de vínculos familiares por meio do casamento tiveram por base o pertencimento étnico. Entretanto, a imigração causou um grande impacto nos comportamentos demográficos. Como foi mencionado nos itens anteriores, a organização das estruturas familiares estava estreitamente ligada ao acesso a terra. Esse fenômeno tinha consequência direta nas taxas de nupcialidade e celibato definitivo. Na região norte da Itália, incluindo o Vêneto, nas últimas décadas do século XIX, principalmente entre os pequenos proprietários, o casamento era adiado, tanto para homens como para mulheres, e a proporção de pessoas que não se casavam era relativamente alta. Porém, essa situação iria se inverter no Brasil. Para os diversos grupos de imigrantes, a idade média ao casar, tanto para as moças como para os rapazes, foi antecipada em relação aos seus conterrâneos que não emigraram, ou ainda em relação aos seus pais.<sup>83</sup> É muito provável que a antecipação da idade ao casar tenha sido reflexo da mudança na articulação terra/demografia, fruto da imigração.<sup>84</sup> Por outro lado, as taxas de celibato – relativamente alta em boa parte da Europa no século XIX – caíram bruscamente na nova sociedade, muito em função da abundância de terras e do estímulo ao casamento.

Conforme Altiva Pilatti Balhana, a idade média ao primeiro casamento na comunidade italiana de Santa Felicidade, em Curitiba, no Paraná, no período 1888-

---

<sup>83</sup> BASSANEZI, Maria S.C.B. “Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro”. Texto publicado nos Anais da NEPO, 1992, p.382. Sobre a antecipação da idade ao casar dos noivos, em função da imigração e da sua reorganização na sociedade receptora. Ver, entre outros, os trabalhos de NADALIN (2001), ANDREAZZA (1999), PILATTI BALHANA (1978).

<sup>84</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sérgio Odilon. Op. cit.. p.77

1929, foi de 23,9 anos para os homens e 20,80 para as mulheres.<sup>85</sup> Na paróquia de São Sebastião em Campo Largo, cujos imigrantes têm origem nas mesmas províncias daqueles estudados pela referida autora, as taxas por nós calculadas a partir dos registros de casamento revelou médias muito próximas, ou seja, moças e rapazes se casavam relativamente cedo (19,70 anos para as mulheres e 22,50 para os homens). Já no Vêneto, a situação era inversa, em 1881 era de 28,3 para os homens e 24,6 para as mulheres, e em 1901 eram, respectivamente, de 27,5 e 24,7 anos.<sup>86</sup> Além de casarem-se mais cedo, os italianos que se instalaram nas colônias do Sul, casavam-se mais intensamente do que em seu país de origem. Nas colônias do sul, embora desconheçamos estudos que apontem os percentuais de pessoas que não se casavam, estes deveriam ser bem menores do que os encontrados no Vêneto, por exemplo. Nessa região, as taxas de celibato definitivo eram relativamente altas, de 10,9% para homens e 10,2% para as mulheres em 1891, e em 1901 10,8% e 10,4%, respectivamente.<sup>87</sup> Esse novo comportamento, ao que tudo indica, revela um mecanismo dos grupos imigrantes – especialmente os camponeses – de enfrentamento às condições da nova sociedade, que não colocava obstáculos às uniões conjugais. A facilidade de acesso a terra para aqueles que desta tiravam o seu sustento foi sem dúvida um fator crucial para o adiantamento da idade ao casar.

A antecipação do matrimônio, por sua vez, favorecia a constituição de uma prole numerosa. Embora este trabalho não tenha por objetivo fazer uma análise demográfica da população, não poderíamos deixar de mencionar uma observação sobre o número de filhos das famílias de imigrantes e descendentes de italianos. Numa sociedade que tinha por base o trabalho familiar, o maior ou menor desenvolvimento da produção agrícola numa propriedade dependia diretamente do tamanho e da composição da família.<sup>88</sup> Dessa maneira, ter muitos filhos era significado de muitos braços para trabalhar na lavoura e, por conseguinte, maiores possibilidades de expandir o patrimônio familiar. Assim, a constituição de uma família numerosa significava vantagens econômicas e sociais e, numa relação de reciprocidade, amparo na velhice para os pais.<sup>89</sup> Ademais, essas comunidades eram fortemente influenciadas pelo clero, que tentou impor valores

---

<sup>85</sup> PILATTI BALHANA, Altiva. **Santa Felicidade: Uma paróquia veneta no Brasil**. Curitiba : Fundação Cultural, 1978. p. 68-70.

<sup>86</sup> BASSANEZI, MARIA S. B. Op. cit. p.303

<sup>87</sup> *Ibid*

<sup>88</sup> SILVA, Maria R.G. Checcuci Gonçalves da. Op.cit. p. 147.

<sup>89</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sérgio Odilon. Op. cit., p.78. Também ver o trabalho citado na nota anterior que trata sobre a família camponesa nas áreas de colonização italiana no Vale do Itajaí em Santa Catarina.

morais rígidos, no que diz respeito aos comportamentos sexuais. Dessa maneira, entre os grupos de imigrantes italianos, pelo menos nas primeiras gerações, não era recorrente o uso dos chamados “freios contraceptivos”, sendo pouco frequente a limitação das concepções.

As altas taxas de natalidade e o predomínio de famílias relativamente grandes evidenciavam atitudes tipicamente camponesas. As famílias italianas do Rio Grande do Sul, por exemplo, eram bastante extensas. O número médio de filhos por casal no período 1875-1910 foi de 10,8 filhos. Já em Santa Felicidade, em Curitiba, essa média foi de 9,9.<sup>90</sup> Entre os italianos de Campo Largo, a média por nós calculada se aproxima dos estudos citados (9,2 filhos)<sup>91</sup>. Foram encontrados casais com até 16 filhos, como *Luigi Maso e Angela Fracaro*, casados em 23 de junho de 1896. A moça que casou com 18 anos teve o décimo sexto filho aos 46.<sup>92</sup> Esses números indicam que, embora as taxas de mortalidade infantil ainda fossem altas para o período, uma prole numerosa era uma estratégia não só material, mas também revelava a reprodução de comportamentos simbólicos, típicos do mundo camponês. Um exemplo pode ser dado a partir da ideia de status que uma família numerosa representava no interior da comunidade. Ou ainda, uma tradição de masculinidade traduzida no direito a uma esposa fértil e a muitos filhos, o que se harmonizava com um ideal tipicamente camponês de feminilidade, ou seja, a fertilidade feminina.<sup>93</sup>

Se os casais tinham muitos filhos, (média de 9,2 filhos por casal) conforme constatamos nos registros paroquiais, vários seriam os vínculos formados pelo parentesco espiritual. As relações de compadrio serviam para firmar laços de reciprocidade e poderiam tanto reforçar vínculos de parentesco como de amizade e vizinhança, fruto das novas relações estabelecidas. Estas não envolviam apenas o

<sup>90</sup> PILLATTI BALHANA, Altiva. “A vida familiar em Santa Felicidade” Op.cit. 347-354.

<sup>91</sup> Taxa calculada para aqueles casais entre os quais é constatada a presença na paróquia por meio da idade da mulher ao último nascimento (em torno dos 40 anos). Segundo Altiva Balhana Pilatti, em populações que não fazem controle de natalidade (caso dos italianos) a idade média da mulher ao último nascimento situa-se por volta dos 40 anos, independente da sua idade ao casar. PILLATTI BALHANA, Altiva. “Nupcialidade e fecundidade”. In \_\_\_\_\_ **Um mazolino di fiori** vol. II (org) Westphalen, Maria Cecília. Curitiba : Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 185

<sup>92</sup> Conforme aponta Altiva Pilatti Balhana, em populações que não há limitações dos nascimentos, a idade da mulher a última maternidade é bastante elevada. Assim, a idade média da mãe ao último nascimento é um indicador suplementar da ausência de limitação de filhos. PILLATTI BALHANA, Altiva. 1978. Op.cit. p. 76.

<sup>93</sup> ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sérgio Odilon. Op. cit.. 79. Entretanto, se, uma família numerosa era sinônimo de status, o contrário se dizia daqueles casais que não tinham filhos. A falta de filhos era concebida como um “castigo de Deus”. Essas ideias a respeito da família, refletem as características peculiares do mundo camponês, cuja sobrevivência se apoiava na terra, que era explorada basicamente através da mão de obra familiar.

vínculo entre o padrinho e o afilhado, mas também entre os compadres, sendo que entre os colonos, ambos tinham a mesma importância.<sup>94</sup> Segundo os registros paroquiais, assim como a maior parte dos cônjuges era escolhida dentro do grupo, o mesmo também ocorria para com os padrinhos. Estes geralmente eram escolhidos entre parentes, vizinhos ou amigos. A tabela a seguir ilustra bem a nossa ideia.

**TABELA 5 – ORIGEM ÉTNICA DOS PADRINHOS E MADRINHAS QUE BATIZARAM FILHOS DOS IMIGRANTES E DESCENDENTES EM CAMPO LARGO (1878-1937). NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS.**

Períodos	1878-1887		1888-1899		1900-1910		1911-1920		1921-1930		1931-1937		1878-1937	
Nº de batismos	60		760		867		919		1003		670		4279	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Padrinho italiano	55	92%	723	95%	831	96%	864	94%	931	93%	615	92%	4019	94%
Madrinha italiana	54	90%	727	96%	834	96%	873	95%	942	94%	634	95%	4064	95%
Padrinho de outra origem	5	8%	37	5%	36	4%	55	6%	72	7%	55	8%	260	6%
Madrinha de outra origem	6	10%	33	4%	33	4%	46	5%	61	6%	36	5%	213	5%
Total de padrinhos	120		1520		1734		1838		2006		1340		8558	

FONTE: REGISTROS DE BATISMO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO (CAMPO LARGO) E Nºª SRA. DA PIEDADE (CAMPO LARGO).

A tabela 5 mostra que, durante praticamente todo o período analisado, foi predominante a escolha dos padrinhos dentro do grupo italiano.<sup>95</sup> Assim como os casamentos, as escolhas interétnicas representam cerca de 6% dos padrinhos e 5% para as madrinhas. A tabela aponta que os maiores percentuais de padrinhos e madrinhas escolhidos fora do grupo ocorreram na geração dos pioneiros. Provavelmente, a associação com os brasileiros por meio do compadrio reflita as necessidades de estabelecer contatos mais íntimos, ou mesmo, uma maneira de obter favores de pessoas socialmente importantes. Da mesma forma, o período inicial é caracterizado pelo

<sup>94</sup> WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos no sul e sitiantes no nordeste**. São Paulo: Edunb, 1995. p. 199.

<sup>95</sup> É importante salientar que dentre os registros paroquiais levantados, entre os italianos, salvo raras exceções, há a presença de um padrinho e uma madrinha. Situação contrária por exemplo é verificada entre os alemães analisados por Woortmann e Nadalin. WOORTMANN, Ellen. Op. cit e NADALIN, Sérgio Odilon. NADALIN, Sérgio Odilon. **O Compadrio batismal a partir dos registros paroquiais: Sugestões Metodológicas II** disponível em < [www.abep.nepo.unicamp.com.br](http://www.abep.nepo.unicamp.com.br)>

processo de socialização entre as próprias famílias imigrantes, bem como de construção do sentimento de pertencimento étnico, que estava em início de seu processo. Por outro lado, percebemos que a partir do quarto decênio (1911-1920) há um aumento dos compadres escolhidos fora do grupo, o que pode ser resultado da própria mobilidade de algumas famílias.

Em relação à diferença de gênero, percebemos que, no total, as maiores taxas de compadrio interétnicas foram para os padrinhos. Em uma sociedade caracterizada pelo patriarcalismo, na construção da etnicidade verifica-se que o compadrio, embora com uma pequena diferença, foi uma das poucas relações em que se privilegiou a mulher dentro do grupo. Desde pelo menos a Idade Média era disseminada a ideia de que eram os padrinhos e não os pais que se tornariam responsáveis pela educação religiosa da criança, sendo encarregados de lhes ensinar o credo, o pai-nosso e os dez mandamentos.<sup>96</sup> Na comunidade colonial italiana era principalmente a mulher a responsável pela transmissão dos valores morais e pela educação dos filhos. Na concepção cristã, os padrinhos seriam os “segundos pais” que deveriam zelar pelos afilhados na falta destes. Assim, as maiores taxas de madrinhas dentro do grupo, poderiam estar ligadas à própria função atribuída à mulher naquela sociedade. Se era ela a responsável pela guarda da tradição e da transmissão dos valores, seria lógico que preferencialmente elas fossem escolhidas entre os seus semelhantes.

Ao analisar os registros de batismo, constatamos que, mais que dentro do grupo, as escolhas dos pais espirituais eram efetuadas entre residentes da mesma colônia.<sup>97</sup> Exemplo disso pode ser visualizado a partir da descendência de um casal. *Bernardino Carlesso*, com 32 anos, e *Maria Zanin*, com 30 anos, oriundos da província de Vicenza, região do Vêneto, chegaram a Campo Largo em janeiro de 1889 juntamente com seus dois filhos (*Domenico* e *Elisabetta* com 6 e 3 anos, respectivamente). Na colônia Rondinha, onde o casal passou a residir, nasceram mais seis filhos. Dessas crianças, somente os padrinhos do último filho não moravam na Rondinha e sim, em Antônio Rebouças. Dos quatro primeiros filhos de *Bernardino* e *Maria*, até 1937, foram batizados na paróquia de São Sebastião 23 netos, e destas crianças, todos os padrinhos e madrinhas escolhidos eram moradores da colônia Rondinha, assim como de origem italiana

---

<sup>96</sup> GOODY, Jack. Op. Cit. p.183.

<sup>97</sup> Situação muito próxima observou Ellen Woortmann, para as colônias alemãs do Rio Grande do Sul. Segundo a autora, em seu estudo, foram raras as relações de compadrio entre famílias de colônias distintas. WOORTMANN, Ellen F. Op. cit. p. 199.

A tabela a seguir, elaborada a partir de um conjunto de fichas de família em que foi possível saber o local de residência dos pais e padrinhos pela frequência nos registros paroquiais, ilustra esse aspecto.

**TABELA 6\* RELAÇÃO ENTRE O LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS PAIS E DOS PADRINHOS (1878-1937) : FAMÍLIAS RECONSTITUÍDAS (NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS)**

	1878-1887		1888-1899		1900-1910		1911-1920		1921-1930		1931-1937		1878-1937	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Mesma colônia	92	94%	433	89%	616	84%	609	83%	256	75%	44	80%	1365	83%
Colônia diferente	3	3%	35	7%	80	11%	89	12%	61	18%	7	13%	193	12%
Não identificado	3	3%	18	4%	35	5%	34	5%	25	7%	4	7%	92	5%
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>100</b>	<b>486</b>	<b>100</b>	<b>732</b>	<b>100</b>	<b>732</b>	<b>100</b>	<b>342</b>	<b>100</b>	<b>55</b>	<b>100</b>	<b>1650</b>	<b>100</b>

Fonte: registros de batismos das paróquias de São Sebastião (Campo Largo) e N<sup>a</sup> Sra. da Piedade (Campo Largo).

Os dados da tabela são exemplificativos de como os vínculos entre famílias eram firmados pelo compadrio. Também servem para reforçar nossa hipótese sobre as solidariedades de sangue ou vizinhança que eram realizadas entre os colonos, além de ser importantes para a criação de um sentimento de pertencimento grupal. A escolha de pessoas que falavam a mesma língua, que partilhavam da mesma cultura e que estavam mais próximas (aqui não só no sentido territorial) também poderia ser uma forma de delimitar “fronteiras”, de marcar a diferença com o outro. Além do mais, convidar determinado parente, amigo ou vizinho para batizar seu filho poderia ser uma forma de retribuir uma solidariedade ou um favor oferecido. Nas colônias italianas, era comum recorrer aos vizinhos e amigos para a realização de trabalhos agrícolas, os chamados *mutirões* ou *troca de dias*. Geralmente esses *mutirões* ocorriam em situações diversas (como em caso de doenças, morte na família etc.) ou para executar rapidamente determinados trabalhos agrícolas como a colheita. Os vizinhos se reuniam para ajudar a família envolvida a realizar trabalhos que ela sozinha não podia dar conta. A participação era espontânea e a retribuição à ajuda era considerada obrigação coletiva.

---

\* Essa tabela foi organizada somente a partir das famílias reconstituídas, tanto das fichas “M” (aquelas em que o registro de casamento é conhecido) assim como das fichas “E” (aquelas que não temos o registro de matrimônio, mas apenas a sequência de filhos encontrada nos registros de batismo). A relação que se estabeleceu leva em conta a menção do local de residência dos pais e padrinhos, nos registros de batismos.

Essas ocasiões são ilustrativas para percebermos os vínculos de compadrio como um possível resultado de um sistema de solidariedade entre famílias.

Também em todas as colônias italianas que pesquisamos, como produto desse sistema de solidariedades entre famílias, existiu durante muito tempo uma associação denominada Caixa Mortuária, que era destinada às despesas funerais dos moradores da colônia. Cada família pagava periodicamente certa quantia, cujo dinheiro seria usado na assistência aos sócios, quando adoeciam gravemente. Num sistema de rodízio, homens e mulheres (conforme o doente) se revezariam para cuidá-lo durante a noite, assim como as famílias se revezavam para ajudar a cuidar da lavoura do enfermo (principalmente se fosse o chefe da família). Essas organizações, características do meio colonial, além de ser uma forma de enfrentamento das adversidades, numa época em que não havia qualquer tipo de assistência dos poderes públicos, também evidenciam os traços típicos de uma comunidade bastante ativa.<sup>98</sup>

Além do fortalecimento das solidariedades familiares ou de vizinhança, o compadrio também poderia ser uma estratégia para se conseguir algum benefício ou estreitar um laço de amizade, assim como adquirir prestígio ou status. Em 1936, por exemplo, foi realizada a pintura interna da paróquia São Sebastião, e também da igreja da colônia Campina. As obras foram chefiadas por um pintor italiano, de nome Anacleto Garbaccio, famoso por seus trabalhos decorativos nas igrejas. Ao longo dos registros de batismo desse ano, vemos que ele aparece como padrinho de várias crianças.<sup>99</sup>

Em relação aos casos em que os padrinhos eram escolhidos fora do grupo, podemos encontrar uma diversidade de situações. Nos primeiros tempos da colônia Antonio Rebouças, por exemplo, a quase totalidade dos padrinhos e madrinhas brasileiros, escolhidos pelos imigrantes italianos, eram membros da família Torres. Aliás, o Comendador Mariano Torres era um grande proprietário de terras na região e foi incentivador da imigração, inclusive doou parte do terreno onde foi construída a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na referida colônia.<sup>100</sup> A escolha de membros da família Torres para apadrinhar muitos filhos dos colonos contribuiu para que as taxas de padrinhos escolhidos fora do grupo fossem maiores entre os pioneiros. É claro que essas

---

<sup>98</sup> Novamente podemos nos reportar ao conceito de comunidade definido por Tönnies, citado na nota 55.

<sup>99</sup> Conforme consta nos livros de batismo da paróquia de São Sebastião e no Livro Tombo da mesma paróquia.

<sup>100</sup> Conforme consta na ata de inauguração da Igreja, várias autoridades estavam presentes e assinaram o documento, inclusive diversos membros da família Torres. FEDALTO, Pedro. Op. cit. p. 49.

escolhas não eram aleatórias, mas sim formas específicas de reciprocidades, que de alguma maneira visavam à obtenção de favores, prestígio ou status.

Vimos no capítulo anterior que a maior parte das terras para a construção das igrejas foi doada pelas famílias brasileiras mais abastadas. Assim a escolha de um membro desta ou daquela família da sociedade receptora para batizar um filho poderia simbolizar também uma forma de agradecimento, de reciprocidade social. Na mesma direção, a seleção de padrinhos de outras etnias, como os poloneses que eram vizinhos a algumas colônias, ou mesmo moravam ao lado dos italianos. Convidá-los para batizar um filho poderia ser uma maneira de aproximação, ou mesmo de apaziguamento das diferenças, indícios de que a “fronteira etnocultural” estava sendo deslocada.

#### **2.4 Do Vêneto às colônias de Campo Largo: a religião como fator de identificação coletiva.**

Além dos vínculos familiares e das solidariedades de sangue e vizinhança criadas ou recriadas na sociedade de adoção, a religião católica praticada pelos imigrantes teve um papel bastante importante como fenômeno de identificação coletiva. Como já mencionamos no capítulo anterior, a religiosidade diversa dos italianos e brasileiros foi encarada como mais uma das diferenças entre os dois grupos, ou seja, mais um elemento de estranhamento. Embora ambos fossem católicos, a forma como essa religião era vivida e praticada no Brasil e na Itália divergia muito.<sup>101</sup> A historiografia recente sobre imigração italiana tem criticado os trabalhos anteriores, que defenderam a ideia de que a religião católica foi o único e principal elemento de construção da italianidade e de que os imigrantes italianos e seus descendentes não se identificavam com a pátria Itália. Entre esses trabalhos, que têm abordado de forma crítica a construção da identidade na área colonial italiana, podem ser destacados a obra de Paulo Possamai<sup>102</sup>, que questiona a afirmação recorrente na historiografia tradicional que a identificação dos imigrantes se deu apenas pela catolicidade, demonstrando que também se identificavam como italianos. Na mesma direção o trabalho de Clarícia

---

<sup>101</sup> Sobre essas questões, mais especificamente, as diferenças entre o catolicismo de imigração e o catolicismo brasileiro, ver, entre outros: AZZI, Riolando. O catolicismo de imigração. In. DREHER, Martin N. **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida : Editora Santuário, 1993. BEOZZO, Oscar. As Igrejas e a Imigração. In. DREHER, Martin N. **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida : Editora Santuário, 1993 e BENEDUZI, Luis Fernando. **Imigração italiana e catolicismo**. Porto Alegre : Edipucrs, 2007.

<sup>102</sup> Ver; POSSAMAI, Paulo. Op. Cit.

Otto<sup>103</sup> mostra os conflitos e os jogos de poder existentes na região do Vale do Itajaí a partir dos diferentes projetos de catolicizar e italianizar empreendidos pela Igreja Católica e pelo governo italiano, respectivamente. O que queremos salientar é que o nosso ponto de vista é de que a religiosidade trazida pelos imigrantes teve um papel bastante importante na reconstrução do mundo sociocultural da terra ancestral, e assim da configuração da identidade étnica. Entretanto, não cabe a este trabalho analisar se os imigrantes se identificavam com a pátria, ou melhor, com a política oficial de italianidade propagada pelo governo italiano, uma vez que nossas fontes não permitem tal análise.

O catolicismo que os imigrantes trouxeram consigo estava impregnado do espírito conciliar ultramontano.<sup>104</sup> Aliás, o norte da Itália, nas décadas finais do século XIX, era uma das regiões da Europa mais fortemente influenciada pela Igreja. Eram características do catolicismo nessa região, a observância estrita dos sacramentos, a participação masculina na vida religiosa, as exteriorizações das crenças religiosas por meio de procissões e bênçãos, o lugar de destaque que o templo religioso assumia, assim como a extrema dependência das pessoas para com o clero. São esses elementos básicos da religiosidade italiana, incluindo a vêneta, que nortearão a reconstrução da vida religiosa nas colônias em Campo Largo.

Entretanto, apesar de ser uma sociedade fortemente clericalizada, a convivência com certas formas de religiosidade camponesa, em pleno final do século XIX, ainda era bastante comum. Portanto, o que estamos considerando como a religião dos imigrantes, leva em conta que embora eles fossem provenientes de uma sociedade bastante clericalizada, marcada pelas imposições da Igreja, trouxeram em sua bagagem uma série de crenças e práticas mágicas típicas de origem pagã que foram mescladas ao catolicismo. De qualquer forma, a religiosidade trazida pelo imigrante era bastante diferente daquela praticada pelo luso-brasileiro, o que se constituiu em mais um elemento de diferenciação.

De acordo com Emilio Franzina, no Vêneto, a sobrevivência tenaz de crenças típicas dos cultos agrários, com crenças latentes em feiticeiras, filtros e sortilégios, especialmente nas áreas periféricas e montanhosas, alerta-nos para a grande incidência e

---

<sup>103</sup> OTTO, Clarícia. Op. Cit.

<sup>104</sup> De acordo com Ivan Manoel, entende-se o catolicismo ultramontano “como uma política católica entre 1800 e 1960 assentada nos seguintes fundamentos: 1) Condenação do mundo moderno; 2) centralização política e doutrinária na Cúria Romana; 3) adoção da medievalidade como paradigma sócio-político.” MANOEL in OTTO, Clarícia. Op. cit. p. 14.

difusão desse fenômeno.<sup>105</sup> O próprio clero rural, evitava combater de modo profundo essas práticas pouco cristãs, pois assim eles gozavam de uma maior autoridade, uma vez que os camponeses esperavam do próprio padre as funções de curandeiro.<sup>106</sup> Na crença popular campesina, com suas bênçãos, o sacerdote tinha o poder de curar as doenças, afastar as chuvas de granizo, destruir as pragas que atacavam a lavoura, fazer parir as grávidas, nascer os dentes das crianças, fazer o tempo bom, e assim por diante.<sup>107</sup> Essas atribuições divinas e milagrosas conferidas ao padre, é que o confundia, muitas vezes, com a figura de um verdadeiro mago. Numa sociedade submetida a uma grande opressão fiscal e sujeita às bruscas oscilações do ciclo natural, assim como da vida e da morte, o sacerdote, sendo o intermediário entre Deus e os homens, era de suma importância, bem como uma peça de destaque na comunidade. Além de chefe da paróquia, acumulava as funções de confidente, conselheiro dos camponeses e também de advogado e defensor.<sup>108</sup>

Para retomar um estudo clássico da historiografia, basta lembrarmos do sucesso das pregações e dos exorcismos de massa efetuados por Giovan Baptista Chiesa na região do Friuli, no final do século XVII, pesquisado por Giovanni Lévi.<sup>109</sup> Também, de forma análoga, as funções mágicas atribuídas aos sacerdotes parecem em muito se assemelhar com os poderes taumatúrgicos atribuídos aos reis, durante boa parte da Idade Média e Moderna, em diferentes regiões da Europa, conforme aponta a obra de Marc Bloch.<sup>110</sup>

Essas maneiras de acreditar, características do mundo agrário, que mesclavam as práticas católicas com crenças pagãs, que oscilavam entre o sagrado e o profano, fazem parte de um modo de ser do camponês, caracterizado por um cotidiano extremamente rústico, e que necessitava, ao mesmo tempo, de respostas e proteção para a vida instável que eles levavam. Essas respostas eram buscadas nas crenças paralelas, e essa proteção na Igreja, personalizada na figura do padre. Dessa maneira, como já foi mencionado, era com a aldeia (na família e na Igreja) que os camponeses se identificavam. Quando a sua sociedade não ofereceu mais condições de continuar aquele modo tradicional de vida, e essas pessoas foram obrigadas a emigrar para um local distante, é essa organização que

<sup>105</sup> FRANZINA, Emilio. Op. cit. p.332.

<sup>106</sup> Sobre essas questões, ver o capítulo “A autonomia camponesa e a emigração” da obra citada.

<sup>107</sup> FRANZINA, Emilio. Op. cit. p.332-333.

<sup>108</sup> FRANZINA, Emilio. Op. cit. p.334.

<sup>109</sup> LÉVI, Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

<sup>110</sup> BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. Lisboa : Estampa, 1970.

eles buscaram reconstruir. De acordo com De Boni & Costa, “chegando ao Brasil, os imigrantes sentiram-se perdidos, pois viram destruído seu mundo cultural. Aos poucos, porém, conseguiram reconstruí-lo com as devidas adaptações e de forma espontânea, tendo por referência fundamental a sociedade rural italiana de onde provieram”.<sup>111</sup>

Ao serem instalados nas colônias, uma de suas primeiras preocupações foi construir suas capelas. Surgindo como organizações espontâneas, derivada da própria forma de organização a que estavam habituados, a capela acabou por se tornar o local de destaque da colônia. Ela funcionava como um espaço de intensa sociabilidade, uma referência indispensável ao grupo, pois era ao seu redor que as pessoas se encontravam aos domingos e assim exibiam o seu pertencimento. Também era um dos espaços que os imigrantes e descendentes rememoravam a vida na terra de origem. As igrejas construídas da mesma maneira como eram edificadas na Itália do norte (com o campanário separado do corpo do templo) serviam como um elo simbólico, uma forma de manter viva a imagem de um Vêneto que ficou na memória, ou mesmo a sensação de que eles ainda estavam em território italiano.<sup>112</sup> De acordo com Antony Giddens, “nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações”.<sup>113</sup> A sociedade organizada em torno da capela foi uma marca característica da forma de ser desses camponeses, do que para eles era ser italiano, ou melhor, da italianidade.

---

<sup>111</sup> DE BONI & COSTA, Luís Alberto e Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. São Lourenço : EST, 1984. p. 124-125.

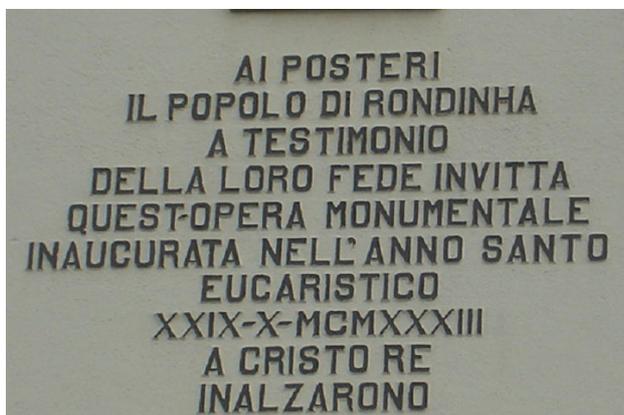
<sup>112</sup> Todas as igrejas das colônias estudadas foram construídas de acordo com o padrão vênето (capela com duas águas e com uma torre alta, separada do templo).

<sup>113</sup> GIDDENS *In* HALL, Stuart. *Op.cit.* p.14.

**Figura 5: Paróquia São Sebastião (Rondinha)**



**Figura 6: Detalhe da Torre**



Aos pósteros  
O povo de Rondinha  
Como testemunho  
De sua fé invicta  
Esta obra  
monumental  
Inaugurada no ano  
Eucarístico  
29-10-1933  
A Cristo Rei  
Elevaram

A capela e seus anexos, o sino e o campanário, a escola, o salão de festas, o cemitério são elementos intrínsecos à identidade italiana e funcionavam como elementos de territorialização, demarcadores do espaço colonial. Uma característica marcante dos templos religiosos das colônias italianas, como mencionado acima, é a presença do campanário. Este, nas pequenas comunidades rurais da Itália era uma referência territorial, um verdadeiro divisor de águas entre o conhecido e o

desconhecido.<sup>114</sup> Torna-se o centro mágico do mundo camponês, que articula uma identidade temporal e outra territorial.<sup>115</sup> Herdado do modelo medieval, ele traz um componente simbólico bastante importante. No alto das torres estavam os sinos, que serviam para marcar, e mesmo controlar, o tempo e a vida na colônia. Para cada evento, existiam toques diferentes, por exemplo, para anunciar a morte (se era um homem ou uma mulher, adulto ou criança). Também havia a crença de que o sino, por ser benzido, como que “abria as portas do céu” e avisava a Deus que mais uma alma estava chegando, assim como servia para espantar o demônio.<sup>116</sup>

**Figura 7: Igreja de Nossa Senhora da Anunciação (Colônia Mariana)**



**Figura 8: Igreja do Senhor Bom Jesus Colônia Timbutuva (antigo Caratuva)**



Entretanto, devido à importância assumida pelo templo religioso, a construção do seu local, assim como a escolha dos padroeiros, foram motivo de intensas e calorosas disputas. Diversos estudos que se dedicaram a analisar comunidades italianas no Sul do Brasil mostram que essas ocasiões foram constantes, e em Campo Largo a situação não

<sup>114</sup> BENEDUZI, Luis Fernando. 2004. Op. cit. p. 141

<sup>115</sup> *ibid*

<sup>116</sup> BATTISTEL, Arlindo. Op. cit. p. 43-44. Na crença popular dos camponeses italianos, no momento da morte, havia uma certa disputa pela alma do falecido, entre os anjos e os espíritos malignos. Daí a necessidade da importância da presença do sacerdote no momento final da vida (para ministrar a extrema-unção), assim como das orações e das missas encomendadas aos fiéis defuntos, muito comum no meio colonial italiano. Sobre essas questões, ver o livro de FOCHESATO, Iloni. **Descrição do culto aos mortos entre descendentes de italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul : EST-UCS, 1977.

foi diferente.<sup>117</sup> Como já mencionamos, apesar de oriundos do Vêneto, os colonos não constituíam grupos homogêneos. Assim, na escolha dos padroeiros, por exemplo, cada um queria escolher os santos de sua aldeia de origem. Não raro, muitas capelas tinham mais de um padroeiro.

“As capelas tinham mais de um padroeiro, mas veja, onde eu nasci é Nossa Senhora do Carmo, Santo Antonio uma grande festa, Nossa Senhora do Monte Bérico uma festa no final de agosto, depois eles tinham lá São Roque. Ferrara tinha Senhor Bom Jesus, mas também Nossa Senhora do Carravaggio, Timbotuva senhor Bom Jesus, mas também nossa Senhora do Rosário, também São Valentim lá, Mariana Nossa Senhora da Anunciação, mas também São Pedro e São Lourenço, Rondinha São Sebastião depois nossa Senhora das Dores, Miqueleto Nossa Senhora do Rocio, aaa eles tinham outros santos também”.<sup>118</sup>

**Figura 9 :Martírio de São Sebastião tendo como paisagem de fundo a paróquia. (Pintura interna da Igreja)**



Em relação às colônias que são objeto de nosso estudo, é interessante observar como certos elementos, característicos da religiosidade imigrante, eram determinantes

<sup>117</sup> Só para cita alguns trabalhos que trataram do assunto, ver: SILVA (2001), VENDRAME (2007), BENEDUZI (2008), POSSAMAI (2005), entre outros.

<sup>118</sup> Entrevista concedida ao autor, por D. Pedro Fedalto, em 23/12/2008.

na escolha dos padroeiros, ou mesmo do local de construção da capela. Um exemplo pode ser ilustrado a partir de um evento ocorrido em 1884, seis anos após a fundação da colônia Antonio Rebouças. De acordo com Pedro Fedalto,<sup>119</sup> os colonos foram afligidos por uma epidemia, que, pelas constatações médicas da época, referia-se à febre miliar. Segundo os relatos, em poucas semanas, morreram 13 pessoas (um número relativamente grande para uma população de pouco mais de 150), além de outras terem adoecido. O povo se reuniu em um oratório familiar<sup>120</sup> para rezar e pedir a Deus a cura dos doentes. Tendo cessado as mortes, os imigrantes passaram a guardar o dia 25 de abril para as rogações a São Marcos e decidiram construir a capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo.<sup>121</sup> Conforme narra o referido autor, a restituição da saúde aos doentes e o fim da epidemia, em função da promessa realizada, foram fundamentais para unir a comunidade para a construção da capela, que antes estava dividida, tanto em relação ao local de construção como em relação à escolha do padroeiro. As próprias disputas para decidir quem seria o padroeiro da capela remetem ao plano das identificações das *comuni* de origem de cada família. Oratórios familiares ou os chamados *capiteos* construídos em louvor a um determinado santo de devoção estão intimamente ligados às tentativas de se presentificar elementos simbólicos de cada microrregião do Vêneto. Da mesma forma, os próprios santos escolhidos como padroeiros remetem às tentativas de se reelaborar a terra de partida.

---

<sup>119</sup> FEDALTO, Pedro. Op. cit. p. 32-36.

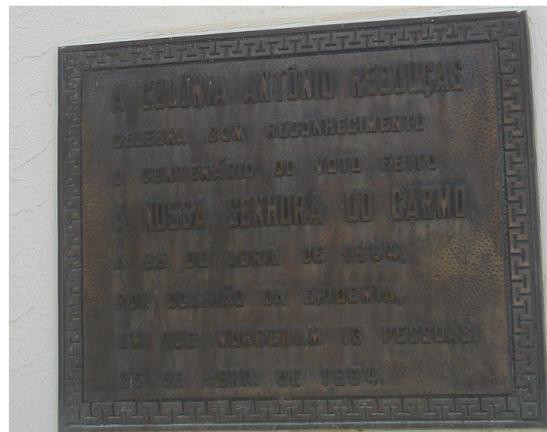
<sup>120</sup> Antes da construção das igrejas, a ereção de *capiteos* (pequenos oratórios familiares) onde as pessoas se reuniam para rezar, era bastante comum na área colonial italiana. Muitos desses oratórios, geralmente construídos em honra a algum santo, existem até hoje.

<sup>121</sup> Não foi possível averiguarmos essas informações nos registros paroquiais. Segundo o livro do autor citado, escrito em 1978, os óbitos das pessoas que morreram nessa epidemia, foram registrados no livro 5 de óbitos da Paróquia Nossa Senhora da Piedade. Entretanto, esse livro parece ter sido extraviado, pois não se encontra no acervo da paróquia. Também no cartório de registros civis de Campo Largo não encontramos os registros das 13 pessoas, mas apenas de seis pessoas, talvez porque, à época do ocorrido, ainda não fosse obrigatório o registro civil, ou mesmo não fosse o costume dos italianos de frequentar o cartório para registrar os óbitos.

**Figura 10: Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Colônia Antônio Rebouças)**



**Figura 11: Placa Comemorativa da promessa feita a Nossa Senhora do Carmo em 25.04.1884**



A colônia Antônio Rebouças celebra com reconhecimento o voto feito a Nossa Senhora do Carmo em 25 de abril de 1884 por ocasião da epidemia em que morreram 13 pessoas.  
25 de abril de 1884

Eventos semelhantes, com devoções surgidas a partir de promessas, aconteceram em outras colônias. Exemplo disso foi uma epidemia de tifo, ocorrida em 1906 na colônia Campina em Campo Largo, em que várias pessoas adoeceram, sendo que em uma família específica todos ficaram doentes. Na ocasião foi feita uma promessa à Nossa Senhora da Saúde, pedindo a cura dos enfermos e o fim das mortes. Assim como no caso anterior, foi escolhido o dia 15 de maio para lembrar o ocorrido, e durante muitos anos essa data era considerada feriado na colônia, além de a referida santa ter se tornado uma das padroeiras da igreja.<sup>122</sup> No Vêneto, em Veneza no século XVII foi construída uma basílica em honra à Nossa Senhora da Saúde depois da passagem de um surto de peste. Assim, essa santa passou a ser invocada para cura das pessoas quando adoeciam no norte da Itália. Também numa região próxima à colônia Campina, chamada de Botiatuva, em 1918 um surto de febre espanhola fez várias vítimas. Os moradores do local fizeram uma promessa para São Roque (considerado protetor das enfermidades), cuja capela nesse local foi edificada em homenagem a esse santo.

<sup>122</sup> AGGIO, Osmar. Op. cit. p. 104. A colônia Campina tem por padroeiro São João Batista, mas também Nossa Senhora da Saúde, em função da promessa realizada.

**Figura 12: São Roque (protetor contra a peste)**



Um outro acontecimento que ficou gravado na memória coletiva dos descendentes de italianos de Campo Largo foi a cura de um menino, chamado João Gasparetto, que havia ficado paralítico aos 12 anos de idade, em função da doença que contraíra (o tifo). Alguns anos depois, em 1920, levado por seus pais a Paranaguá, na celebração de Nossa Senhora do Rocio, o rapaz foi curado. Após esse evento, a família em agradecimento doou para a capela da comunidade onde residia, uma imagem da santa, que também passou a ser padroeira dessa igreja, dedicada a São João Baptista. Se fossemos investigar mais intensamente a memória popular dos descendentes de italianos da região, poderíamos encontrar vários outros casos semelhantes, além desses mencionados.

O que se pretende salientar é que, se a escolha dos padroeiros em algumas ocasiões era motivo de desavenças entre os colonos, existiam outras situações em que congregavam a comunidade, como aquelas mencionadas acima. De qualquer forma, essa característica “santoral” da religiosidade carregada pelos imigrantes, que posteriormente o catolicismo ultramontano buscou trazer para o controle da Igreja, remete a costumes típicos do mundo rural de onde eles provêm. Recorrer ao santo para obter determinados favores ou pedidos era prática comum, e cada santo tinha uma especialidade, como, por exemplo: São Roque protetor contra a peste; São Valentim, contra os ataques; Santa Bárbara, contra as intempéries climáticas; Santo Antonio, para os momentos difíceis; Santa Ana, para as mães e parturientes; São Paulo, contra as

picadas de cobras; e assim por diante.<sup>123</sup> Em geral, as preocupações dos camponeses, as quais são expressas em uma série de superstições e pedidos de bênçãos, giram em torno da esfera produtiva, fundamental para a sobrevivência dessa população. Aliás, o próprio calendário litúrgico foi construído pela sobreposição às comemorações pagãs, que geralmente estavam vinculadas ao ciclo da natureza.<sup>124</sup>

Como veremos no capítulo seguinte, a prática de nomear as crianças a partir dos santos também podia representar devoções particulares, ou mesmo uma forma de estabelecer um contrato, uma *dádiva* entre a criança, ou os pais dela e o santo patrono. Acreditamos que essas práticas estavam intimamente ligadas às próprias dificuldades de instalação em um novo espaço. Assim, a recorrência ao sagrado, além de ser um componente comum do mundo de origem dos imigrantes, também era uma maneira de amenizar a situação provocada pela mudança. De fato, os dias sagrados no mundo colonial italiano eram muitos, como aponta o trecho do depoimento a seguir transcrito:

“(...) eu vou dar sempre o exemplo de onde eu nasci, eles não tinham padre então eles rezavam de manhã e de tarde. Eles tinham muitos dias santos, a Igreja tinha os domingos e nove dias santos, a Igreja. Eles tinham lá: em janeiro São Sebastião, fevereiro dia 2 Nossa Senhora das Candeias, 14 São Valentim, março dia 19 São José, 25 Anunciação do Senhor, abril, lá na colônia era muito lembrado o dia 25 de abril, eles fizeram uma promessa porque tinha morrido muita gente naquele dia até hoje depois de quase 130 anos eles ainda comemoram esse dia. Depois havia junho 13, Santo Antonio, 24 São João, 29 São Pedro, julho, 16 Nossa Senhora do Carmo, agosto dia 6 senhor Bom Jesus, dia 15 Nossa Senhora da Assunção, dia 16 São Roque, setembro dia 8 Nossa Senhora da Luz depois eles guardavam o dia de todos os santos em novembro, depois todos os mortos, dia 15 Nossa Senhora do Rocio, dezembro guardavam dia 08, evidente o Natal e depois o dia seguinte Santo Estevam. Eles tinham muitos dias santos, mas eles eram livre não dependiam de ninguém, eles guardavam e o povo ia a igreja. No tempo que eu era criança todos iam a igreja, ninguém faltava, homens e mulheres, eles iam mais de manhã, eles iam de manhã as nove, nove e meia e a tarde as duas horas, e isso foi até recentemente”.<sup>125</sup>

Entre os imigrantes e descendentes de origem italiana, além do culto aos santos é bastante forte aquele referente à Nossa Senhora. Dessa forma, na região colonial italiana do Sul do Brasil aparecem devoções das mais variadas como: Nossa Senhora dos dois corações, da cabeça, da Boa Viagem ou do Pé D’ancino.<sup>126</sup> A devoção mariana é uma prática familiar e durante muito tempo foi um costume generalizado, que simbolizava as famílias de bons cristãos. A reza do terço é um costume trazido da Itália, especialmente

<sup>123</sup> BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana: Religião e costumes**. São Lourenço : EST, 1981. p. 44.

<sup>124</sup> BENEDUZI, Luis Fernando. 2004. Op. cit. p. 148.

<sup>125</sup> Entrevista concedida ao autor, por D. Pedro Fedalto, em 23/12/2008.

<sup>126</sup> GALIOTO, Antonio. “O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul”. In: BONI, Luis de. **A presença italiana no Brasil**. vol. I Porto Alegre : Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est., 1990.p.310.

da região do Vêneto, ocasião em que podia reunir, além da família, toda a comunidade, substituindo, aos domingos, a própria missa, em função da falta de sacerdotes.<sup>127</sup>

Aliás, como o próprio depoimento menciona, a falta de sacerdotes foi um problema enfrentado em praticamente todos os núcleos coloniais do Sul do Brasil. Como mencionamos, o sacerdote era um personagem imprescindível na organização social dos italianos. Assim, devido à carência de religiosos e à má fama do clero brasileiro, os imigrantes passaram a escolher dentro do grupo um líder religioso leigo para coordenar as orações dominicais da comunidade. No norte italiano, o sacerdote era visto como um verdadeiro modelo de conduta e de valores morais e éticos. Já no Brasil a situação dos sacerdotes era completamente diferente, pois muitos não seguiam o celibato clerical, se envolviam em disputas políticas, além de frequentemente estarem envolvidos em escândalos. Também é importante mencionar a questão da língua. Embora tivessem a opção de frequentar uma igreja, para o grupo era muito mais cômodo fazer a sua própria organização religiosa, que seria partilhada entre seus iguais, do que comparecer a uma celebração em língua estranha a sua, sem falar na distância entre as colônias e a paróquia de Campo Largo que ficava no centro do município.

A escolha do líder religioso da comunidade era feita com base nos valores morais e religiosos, e sempre eram homens que tinham algum tipo de instrução. O fenômeno dos “padres leigos”, como é chamado pela historiografia, foi comum a diversas colônias italianas do Brasil. Suas atribuições variavam de local para local, mas, em geral, eram responsáveis pelo catecismo das crianças, pela recitação do terço e das orações dominicais, por organizar as vigílias para os defuntos e chamar o padre em casos urgentes.<sup>128</sup> Em algumas regiões, como no Rio Grande do Sul, por exemplo, a carência de sacerdotes era tão grande que os padres leigos chegavam a ministrar batismo às crianças e a benzer objetos. Com a chegada das ordens religiosas e a difusão do catolicismo ultramontano, os padres leigos passaram a ser combatidos.<sup>129</sup> O clero via como supersticiosa a religiosidade desenvolvida por eles, que era estritamente ligada à sociedade camponesa que atendiam. Em algumas regiões a atividade sacerdotal leiga

---

<sup>127</sup> COSTA, Rovílio. “Culto a Maria entre os descendentes italianos do Rio Grande do Sul”. In: BONI, Luis de. **A presença italiana no Brasil**. vol. II Porto Alegre : Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est., 1996. p. 534.

<sup>128</sup>POSSAMAI, Paulo. 2005.Op. cit. p.131-132.

<sup>129</sup> *Ibid.*.

chegou a ser causa de disputas com a Igreja, principalmente quando os colonos não aceitavam as imposições de determinado sacerdote.<sup>130</sup>

A figura do sacerdote, assim como no Vêneto, sempre foi de destaque no meio colonial, havendo uma estreita identificação entre ele e os colonos. Entretanto é importante mencionar que esse estreita identificação, nem sempre fluía perfeitamente. Conforme salienta historiografia, apesar de toda a autoridade que o padre dispunha no meio colonial italiano, não foram raras as desavenças entre padres e colonos ou entre ordens religiosas diferentes.<sup>131</sup> A sua importância não estava ligada apenas ao fato de ele ser um guia espiritual e fonte mítica de poder e autoridade, mas também porque ele agia como um verdadeiro mediador das relações humanas no espaço colonial. A comunidade dependia dele sob muitos aspectos: confortava os doentes, opunha-se àqueles que exploravam o povo, mas também interferia em questões pessoais e familiares, orientava jovens e casais, intervinha em assuntos econômicos e até em problemas agrícolas.

Dada a importância que os colonos atribuíam ao padre, houve uma série de disputas entre as colônias, envolvendo a sede da paróquia e a residência sacerdotal, no início da colonização. Inclusive, os colonos chegavam a reclamar quando um sacerdote não prestava os devidos atendimentos espirituais. Dedicamos a parte final do capítulo anterior à discussão de como se formou a paróquia que é o objeto desta dissertação. Vimos que, com frequência, os colonos se reuniam para reivindicar ou mesmo protestar, quando seus pedidos não eram atendidos. A busca incessante pela assistência religiosa regular e por um sacerdote residindo em sua colônia mostra-se como um indício de como essas pessoas vivenciavam uma organização comunitária específica, um modo de ser que buscavam reconstruir a todo custo. A organização das comunidades em torno da capela, onde o sino controlava os movimentos do tempo e o sacerdote, as normas de conduta, com suas crenças e costumes religiosos, que, muitas vezes, oscilavam entre o sagrado e o profano, são elementos importantes para a redefinição da sociedade camponesa tradicional que havia ficado para trás.

---

<sup>130</sup> Sobre o fenômeno dos padres leigos além da obra citada, existe abundante bibliografia que trata do assunto como: BATTISTEL (1981), MERLOTTI (1976), AZZI (1987), entre outros.

<sup>131</sup> Entre outros, ver o trabalho de: BENEDUZI, Luís Fernando. “A queda de um semi-deus: o mito do sacerdote na imigração italiana”. In. **História-Unisinos**. jul/dez 2002.

## 2.5 Um bem simbólico: os nomes de batismo

Vimos até aqui que a família e a sociabilidade ordenada em torno da religião foram signos muito importantes, acionados na construção de um sentimento de pertencimento grupal. Nessa direção, esses dois signos, também estão intimamente ligados às práticas de transmissão de nomes de batismo efetuadas pelo grupo no decorrer do período analisado, e que, por sua vez, também se torna um outro signo bastante relevante para a análise da identidade étnica.

Nas últimas décadas, os nomes de batismo tem sido objeto de interesse de diferentes pesquisadores (historiadores, sociólogos, antropólogos, linguistas, demógrafos), em função das hipóteses de análise que estes autorizam, como as regras de funcionamento de uma comunidade<sup>132</sup>, as normas de transmissão de bens reais e simbólicos, a ação do Estado e da Igreja,<sup>133</sup> as crenças religiosas,<sup>134</sup> a modernização da sociedade,<sup>135</sup> as relações de gênero, e o desenvolvimento do gosto e da moda. Para os propósitos desta pesquisa, temos que o nome, tanto para quem o atribuiu como para quem o recebe, é um elemento muito importante na definição da identidade. Conforme Leite de Vasconcellos, em seu estudo clássico de *Antroponímia Portuguesa*, “o nome passa a ter simultaneamente uma dimensão social e uma dimensão moral, articulando as identidades pessoal e social dos indivíduos e contribuindo, assim, para a constituição social e moral da pessoa”<sup>136</sup>. Nessa mesma direção, “o nome, a nível pessoal se torna expressão de identidade. O ser humano se familiariza com seu nome, tornando-se um com ele. Assim, nomes, não ‘significam’ no sentido usual da palavra, mas ‘designam’.”<sup>137</sup>

<sup>132</sup> DÚPAQUIER, Jacques. “Introduction” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

p. 7

<sup>133</sup> SCHNAPPER, Dominique. “Essai de lecture sociologique” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

p. 14

<sup>134</sup> BURGUIÈRE, André. “Prénoms et parenté” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

e KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “Constitution et variations temporelles des stocks de prénoms” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

<sup>135</sup> SMITH, D. S. “Child-naming practices, kinship ties, and change in family attitudes in Hingham, Massachusetts, 1641 to 1800” **Journal of social history** 18, 1985 p. 541-566

<sup>136</sup> VASCONCELLOS In. ROWLAND, Robert. “Práticas de Nomeação em Portugal durante a Época Moderna: Ensaio de aproximação”. **Etnográfica**, maio/2008. p.18.

<sup>137</sup> SIEMENS, João Udo. **Os prenomes dos descendentes de alemães de Curitiba**. Tese de doutorado em Lingüística, USP, 1992. p. 34.

No que toca à identidade de grupo, familiar ou social, Françoise Zonabend salienta que o prenome tem um lugar importante, pois, além de servir como elemento de diferenciação entre uma pessoa e outra, serve para marcar a diferença entre aqueles que pertencem ou não a determinado grupo, linhagem ou família.<sup>138</sup> Assim, o nome é um componente essencial da pessoa, de sua identidade. Ele pode tanto ser objeto de crenças como estar associado a uma história, uma recordação singular, que pode ou não ter relação com o seu portador.<sup>139</sup> Em relação aos grupos étnicos, Sérgio Nadalin coloca que: “dar nome a uma criança configura um sinal ou signo dos contatos culturais desenvolvidos, compondo um dos traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade”.<sup>140</sup> O seu estudo sobre os prenomes de imigrantes alemães e descendentes, fundados em uma paróquia luterana em Curitiba no Paraná, ao longo de mais de um século, mostra as virtualidades dos prenomes, como signos de pertencimento a uma cultura étnica, que se constrói e se atualiza, num processo contraditório de contatos culturais entre o grupo alemão e a sociedade curitibana.<sup>141</sup>

Em relação à influência da família e da religião nas formas de nomear, os estudos de Daniel Scott Smith<sup>142</sup>, Glória Main<sup>143</sup> e Eduard Tebenhoff<sup>144</sup> sobre as escolhas de nomes de batismo em diferentes regiões dos Estados Unidos<sup>145</sup> entre os séculos XVII e XVIII, mostram a persistência de variações de costumes regionais herdados da Grã-Bretanha, e que os primeiros colonizadores reproduzem e (ou) modificam em função da nova realidade que se desdenha. Tais práticas estão estreitamente ligadas à organização da família e suas modificações, como, por exemplo, a emancipação da família nuclear, assim como se referem a crenças e convenções religiosas dos diversos grupos protestantes que se dirigiram às colônias inglesas da

---

<sup>138</sup> ZONABEND, Françoise. “Prénom et identité” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher, 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

p. 23

<sup>139</sup> ZONANBEND, Françoise. “Lê nom de personne”. **L’HOMME. Revue française d’anthropologie**. Tome XX, Octobre-Décembre 1980, n° 4. p.14-15.

<sup>140</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. “Um viés determinado pela etnicidade: os nomes de batismo – Registros paroquiais de uma comunidade luterana, séculos XIX e XX–” NEPO/Unicamp, 2007. p.6.

<sup>141</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. “João, Hans, Johan, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante”. **Revista História Unisinos**. vol.11, n°1 – jan/abr 2007. Assim como o texto citado na nota anterior.

<sup>142</sup> SMITH, D.S. Op.cit.

<sup>143</sup> MAIN, Gloria M. “Naming Children in Early New England” **Journal of Interdisciplinary History**, XVII:I (Summer, 1996), 1-27.

<sup>144</sup> TEBBENHOFF, E.H. “Tacit rules and hidden family structures: naming practices and godparentage in Schenectady, New York 1680-1800” **Journal of social history** 18, 1985 p. 567-585.

<sup>145</sup> Mais especificamente, os estudos referem-se às regiões de Hingham (Massachusetts), Nova Inglaterra e Schenectady (New York) respectivamente, entre os séculos XVII e XIX.

América.<sup>146</sup> Os autores também enfatizam que as alterações nas formas de nomear, bem como o abandono do uso de nomes retirados da Bíblia ou do grupo de parentesco, assim como o uso cada vez mais corrente de nomes emprestados da literatura, da moda, ou inventados, foram um fenômeno estreitamente ligado às mudanças nas relações familiares (como, por exemplo, um menor controle dos pais sobre o casamento dos filhos), na economia e na transição dos costumes tradicionais para um comportamento moderno. Também se referem ao crescente processo de urbanização e secularização da sociedade, que, nas regiões estudadas pelos autores, ocorre na passagem do século XVIII para o XIX.

Nessa mesma direção, o trabalho de J. David Hacker, sobre os Estados Unidos no século XIX,<sup>147</sup> mostra a relação entre os nomes de batismo, as crenças religiosas e o declínio da fecundidade. Segundo o autor, em muitas regiões é possível observar que as mudanças nas formas de nomear (modernização dos nomes) refletem também o declínio da religiosidade familiar. Nessa direção, Hacker constata que entre os grupos mais conservadores (luteranos, batistas, episcopais e metodistas), os pais costumavam escolher mais frequentemente nomes bíblicos para as crianças, denotando assim uma maior religiosidade, e a conservação de atitudes mais tradicionais, como, por exemplo, a não-limitação de nascimentos. Já entre os grupos mais “liberais” (unitaristas, presbiterianos e universalistas) nos quais ocorreu mais cedo a modernização dos prenomes, evidenciam-se atitudes mais modernas, como o uso mais corrente do controle de natalidade e a baixa influência das crenças religiosas.

Se as transformações nas formas de nomear acompanham as mudanças sociais, como aquelas mencionadas acima, nas sociedades ditas “tradicionais”, especialmente no meio rural, essas modificações demoraram muito mais tempo para acontecer. Como veremos no capítulo seguinte, os imigrantes italianos ainda manterão muito fortes determinadas práticas culturais relacionadas à escolha dos nomes na sociedade receptora. Um grupo de holandeses<sup>148</sup> em seu estudo sobre as regiões rurais da Holanda protestante constatou uma forte relação entre o nome recebido pela criança e o grupo de

---

<sup>146</sup> Entre alguns grupos protestantes, por exemplo, o abandono do compadrio teria deixado os pais mais livres para a escolha do nome. Também a ênfase em nomes bíblicos, bastante difundidos nas regiões estudadas pelos autores, reflete crenças específicas em relação ao nome e seus portadores.

<sup>147</sup> HACKER, J. David. “Child Naming, Religion and Decline of Marital Fertility in Nineteenth-Century América.” *Journal History of family*. 1999, vol.4, Issue 3.

<sup>148</sup> POPPEL, F. Van, BLOOTHOOFT, G., GERRITZEN, D., VERDUIN, J. “Naming for kin and the development of modern family structures: An analysis of a rural region in the Netherlands in the nineteenth and early twentieth centuries. *The history of the family* 4, 261-265 disponível em [www.let.uu.nl/gerrit.blooth/personal/HISTFAM.1999.html/](http://www.let.uu.nl/gerrit.blooth/personal/HISTFAM.1999.html/)

parentesco. Para os autores, embora a Holanda tenha sido uma das regiões da Europa onde a família nuclear tenha se emancipado mais cedo da família tronco, e que novas atitudes tenham se desenvolvido em relação à criança, a escolha de nomes centrados nos ancestrais ou no grupo de parentesco permaneceu latente durante todo o século XIX e início do XX.

Nessa direção, para a França do Antigo Regime, os trabalhos de André Burguière<sup>149</sup> e Jean Claude-Sangoi<sup>150</sup> mostram que os nomes dados às crianças estão diretamente ligados à família e a expressões de religiosidade familiar. Segundo Burguière, as regras para a escolha do prenome são comandadas pela necessidade de se perpetuar um patrimônio simbólico familiar. Assim, transmitir os mesmos prenomes de uma geração a outra acabou por se tornar uma obrigação explícita. Como ambos os autores constataram, na maior parte da França, quem escolhia o nome de batismo da criança eram os padrinhos, que geralmente davam seus próprios nomes. Dessa maneira, em muitos casos, estes eram escolhidos em função dos prenomes que passariam ao recém-nascido. A escolha de determinado nome de batismo poderia ter o objetivo de ampliar e consolidar redes de alianças familiares, bem como ser uma maneira de identificar a criança no interior da linhagem. O advento dos registros paroquiais no período pós-tridentino, contribuiu para reforçar a função de designação e, sobretudo, de individualização do prenome.<sup>151</sup>

Num sentido muito próximo, o estudo de Christiane Klapisch-Zuber, sobre Florença nos séculos XV e XVI, mostra como os prenomes evidenciam os vínculos familiares, seja pelo parentesco consanguíneo, seja pela ligação espiritual. Segundo a autora, os nomes de batismo dos florentinos ilustram uma identidade solidamente fundada sobre a filiação, especialmente pela via masculina.<sup>152</sup> Dessa maneira, o nome tinha como uma das funções reconhecer o indivíduo mediante a descendência. Junto com os vínculos familiares, os nomes de batismo estão estreitamente ligados às devoções particulares. Em Luca e Bolonha, no norte italiano, cerca de três quartos do

---

<sup>149</sup> BURGUIÈRE, André. “Um nom pour soi”. *L’HOMME. Revue française d’anthropologie*. Tome XX, Octobre-Décembre 1980, n° 4.

<sup>150</sup> SANGOÏ, Jean-Claude. “La transmission d’un bien symbolique : le prénom, Bas-Quercy 1750-1872”, *Terrain*, numero-4 - **Famille et parenté** (mars 1985), [En ligne], mis en ligne le 23 juillet 2007. URL : <http://terrain.revues.org/index2873.html>. Consulté le 27 décembre 2008.

<sup>151</sup> BURGUIÈRE, André. “Um nom pour soi”. Op. cit. p. 38.

<sup>152</sup> KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “Lê nom <refait>”. *L’HOMME. Revue française d’anthropologie*. Tome XX, Octobre-Décembre 1980, n° 4. p. 79.

segundo nome dos prenomes duplos referiam-se a um santo patrono, ou foram retirados do calendário litúrgico.<sup>153</sup> Assim, uma das funções dos nomes combinados seria a necessidade de conciliar um prenome da linhagem com o de um patrono religioso.

Além de os prenomes reforçarem uma marca familiar ou religiosa, eles ainda poderiam ser uma marca social, como a transmissão de estados e posições, especialmente entre as classes mais abastadas. Aos olhos da comunidade, determinado prenome poderia indicar elevação social na família, assim como a escolha do nome de alguém bem-sucedido poderia significar uma forma de obter status e prestígio.<sup>154</sup> Também em muitas sociedades, especialmente nas chamadas sociedades patriarcais, há uma estreita correspondência entre o sistema nomeativo e o padrão de transmissão da herança. O filho que herdava o prenome do “cabeça da casa” também seria o herdeiro das possessões materiais.

Seja como uma marca social, religiosa ou familiar, o nome de batismo é uma referência identitária. Em relação ao grupo em estudo nesta dissertação, estes também são uma outra referência de etnicidade.<sup>155</sup> Como foi discutido ao longo deste capítulo, a família e a religiosidade foram signos importantes demarcadores da identidade, assim estes signos foram praticamente a base de orientação para a escolha dos nomes entre os imigrantes e descendentes. Por mais que o grupo italiano tenha cortado muitos laços que os uniam à “sociedade emissora”, continuaram a manter ligações afetivas e simbólicas. Percebendo a diferença com os outros grupos que estavam em contato, passaram a reavaliar a orientação de seus valores fundamentais e os sinais ou signos por meio dos quais se identificavam.<sup>156</sup> Assim, a forma pela qual o grupo fazia a transmissão dos prenomes tem caráter muito relevante para a análise de como se deu o processo de construção da identidade coletiva.

---

<sup>153</sup> KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “Lê nom <refait>”. Op. cit. p. 86.

<sup>154</sup> SANGOÏ, Jean-Claude. “Forename, Family and Society in Southwest France (Eighteenth-Nineteenth Centuries)”. *Journal History of family*. 1999, vol.4, Issue 3.

<sup>155</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. “João, Hans, Johan, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante”. *Revista História Unisinos*. vol.11, nº1 – jan/abr 2007. p. 16.

NADALIN, Sérgio Odilon. “Um viés determinado pela etnicidade: os nomes de batismo – Registros paroquiais de uma comunidade luterana, séculos XIX e XX–” NEPO/Unicamp, 2007. p.7.

<sup>156</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. 2007. Op. cit. P. 18.

### 3. Na pia batismal: tradição e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo.

*“(...) Nomear é um importante passo no processo de constituição da nova pessoa e de sua inserção no grupo familiar.(...) Pelo valor simbólico e afectivo que se lhes atribui, os nomes próprios constituem em uma parte importante do património familiar.”<sup>157</sup>*

*“(...) não damos apenas nomes às crianças, mas as classificamos com os nomes que lhes damos (...)”<sup>158</sup>*

Os textos das epígrafes acima nos trazem uma reflexão muito importante acerca dos significados presentes no ato de nomear. Receber um nome que faz parte de um determinado estoque onomástico familiar ou étnico é sinónimo de um signo de pertencimento que a criança recebe ao nascimento. Os nomes de batismo podem ser entendidos como um património simbólico que são transmitidos ao longo das gerações, bem como uma marca (familiar, religiosa, social, cultural) própria de determinado grupo, família ou linhagem, ou seja, uma marca identitária. Nessa direção o objetivo deste capítulo é entender como se processaram as práticas de transmissão de nomes de batismo no interior do grupo italiano como um importante elemento de perpetuação da tradição e principalmente de construção da identidade etnocultural. Para isso, nesta seção, nos dedicaremos a analisar os resultados obtidos das informações do principal conjunto de fontes utilizado nesta dissertação: os registros paroquiais.

#### 3.1 As práticas de transmissão de nomes ao longo da história: algumas considerações.

A manutenção do mesmo estoque de prenomes ao longo das gerações é verificada em diferentes grupos desde a antiguidade. Portanto, não é um costume apenas dos italianos, tampouco do mundo católico, muito pelo contrário, esta prática têm

<sup>157</sup>LIMA, Antónia Pedroso de. “Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa”. In. CABRAL, João de Pina & VIEGAS, Susana de Matos. (Orgs). **Nomes: género, etnicidade e família**. Coimbra: Almedina, 2007. p.41-43.

<sup>158</sup>LÉVI-STRAUSS, Claude *In* MAGALHÃES JR., R. **Como você se chama: estudo sócio-psicológico de prenomes e cognomes**. Rio de Janeiro : Editora Documentário. p.12.

origens bastante antigas. Na Bíblia, no Evangelho de Lucas, no capítulo da anunciação do nascimento de João Batista, há esta menção:

“No oitavo dia queriam circuncidar o menino e o queriam chamar pelo nome de seu pai Zacarias. Mas sua mãe interveio: Não, disse ela, ele se chamará João’. Replicaram-lhe: ‘Não há ninguém na tua família que se chame por esse nome’”.<sup>159</sup>

Essa passagem do texto bíblico nos dá a indicação de que a escolha de nomes retirados do grupo familiar já era uma prática bastante comum. A própria indagação dos parentes de Isabel – não há ninguém na tua família que se chame por esse nome – remete para a reprovação do grupo pela não escolha do nome de um familiar. Leite de Vasconcellos também fala que em outros povos antigos são encontrados costumes semelhantes. Os gregos, analogamente aos semitas, impunham aos seus filhos, em particular ao primogênito, o nome do avô paterno; e muitas vezes o nome do pai, o que também acontecia entre os romanos.<sup>160</sup> Em diferentes povos observa-se que o uso de prenomes utilizados por antepassados, especialmente dos falecidos, era prática corrente.

Entre os diversos grupos europeus, esse costume se generalizou, sendo bastante evidente nas casas dinásticas, mas também entre as populações camponesas. Embora haja dificuldades em se saber como essa prática se disseminou, especialmente aquela de transmitir os prenomes dos avós, ou dos ancestrais falecidos, algumas hipóteses são apontadas, tais como: a transmissão de bens materiais e (ou) simbólicos, crenças populares e a afirmação de uma identidade familiar ancorada na linhagem. É consenso entre os autores que se dedicaram ao estudo deste tema, que essa prática já era comum muito tempo antes do advento dos registros paroquiais. Na verdade, pode ter uma origem muito mais antiga do que se imagina, como estar relacionada aos cultos aos antepassados, costumes que remontam às tradições pagãs do mundo greco-romano. Porém, a partir do momento em que a Igreja se apropria do ato de nomear, vinculando-o ao batismo, os prenomes cada vez mais vão ser escolhidos dentro de um repertório de nomes cristãos.

No fim da antiguidade, com o advento do cristianismo como religião oficial houve a preocupação por parte da Igreja em agregar a transmissão do prenome ao rito do batismo. Até pelo menos o século V, tanto entre os romanos quanto entre os francos,

<sup>159</sup> **BÍBLIA DE JERUSÁLEM.** São Paulo : Editora Ave-Maria, 119ª edição, 1997. LUCAS 1, 57-60.

<sup>160</sup> LEITE DE VASCONCELLOS, J. **Antroponímia Portuguesa.** Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1928. p. 87.

a imposição do nome e o sacramento do batismo eram atos separados.<sup>161</sup> Ao longo dos séculos seguintes, há uma progressiva tendência de associação por parte da Igreja Católica do nascimento com o batismo, especialmente a partir dos séculos XI e XII, como uma reação contra os movimentos heréticos (valdenses, cátaros) que contestavam a utilização do batismo na infância.<sup>162</sup> Dessa maneira, a estreita ligação entre a transmissão do nome durante o rito batismal, já nos primeiros dias de vida, significaria a admissão da criança na família e, mais largamente, a sua agregação dentro da comunidade de fiéis cristãos, que por sua vez, era controlada pela Igreja.

As mudanças onomásticas influenciadas pela Igreja entre os séculos XI e XII podem ser entendidas como parte de suas determinações e interditos sobre os sistemas de casamento, que pretendia retirar o poder da linhagem e do grupo de parentesco. Dentro desse contexto, especialmente a partir da reforma gregoriana, a Igreja promoveu a difusão dos nomes dos santos, principalmente aqueles reconhecidos por toda a cristandade, como os santos evangélicos e apostólicos, os mártires e os fundadores de ordens religiosas.<sup>163</sup> Esse processo teve como resultado direto uma grande concentração de determinados prenomes a partir do fim da Idade Média. Entretanto, ao lado dessa revolução antroponímica, a coexistência com os costumes de atribuir à criança os nomes dos ancestrais e dos parentes mortos da linhagem, em função da crença na reencarnação, costumes provavelmente herdados das tradições pagãs, se mostrou bastante forte. Na Florença dos séculos XIV e XV, o uso corrente dos prenomes duplos ilustram os efeitos do processo de cristianização e ao mesmo tempo a permanência dos costumes ligados à transmissão de prenomes ancorados no grupo de parentesco. Assim, o primeiro nome normalmente referenciava um membro da família, enquanto o segundo, um patrono religioso.

A partir do século XVI, as ações da Contra-Reforma novamente impactaram os sistemas onomásticos. O Concílio de Trento propagou uma pedagogia religiosa do prenome, prescrevendo que a criança deveria receber um nome de batismo cristão,<sup>164</sup> um nome piedoso que evocasse as virtudes do seu portador, assim como seria um símbolo de fidelidade a Deus. Para a Igreja, a principal função do prenome era transmitir esse valor pedagógico: a criança tinha que imitar as qualidades de seu

---

<sup>161</sup> MAUREL, Christian. “Prénomination et parenté baptismale du Moyen à la Contre-Réforme. Modèle religieux et logiques familiales”. *Revue de l’histoire des religions*. Année 1992, vol. 209, n°4. p. 394-395.

<sup>162</sup> *ibid*

<sup>163</sup> *Ibid*.

<sup>164</sup> DUPÂQUIER, Jacques. *Op.cit.* p. 5.

patrono.<sup>165</sup> Essa tentativa de impor a supremacia dos nomes cristãos é uma continuação da *revolução onomástica*, encabeçada pela Igreja, desde o século XII. Especialmente nas áreas pouco atingidas pelo protestantismo como a França, a Itália e a Península Ibérica, que se mantiveram fortemente fiéis ao catolicismo, o uso dos nomes dos santos foi acionado de maneira intensa.<sup>166</sup> Exemplo disso são os prenomes *Maria* e *José* que foram transformados em arquétipos dos valores maternais e paternais. Em grande parte da Europa Ocidental, a partir desse período é verificada uma profusão desses prenomes, especialmente *José*. Conforme um estudo sobre a república florentina, a partir de censos de domicílios, ao longo de 250 anos (1282-1532)<sup>167</sup>, o prenome *Giuseppe* praticamente não existe nessas listas.<sup>168</sup> A crescente utilização desse prenome na Itália certamente está ligada às ações da Igreja que exaltou as figuras da Sagrada Família como modelos de virtude a serem seguidos. Também é importante destacar que o século XVI marcou o advento dos registros paroquiais que contribuíram para reforçar a função de designação e sobretudo de individualização do prenome.<sup>169</sup>

A disseminação dos nomes dos patronos da Igreja nas áreas onde a reforma católica foi mais atuante pode, em parte, explicar o porquê do uso corrente destes. Na Itália, desde a Idade Média, a relação do nome da criança com o calendário litúrgico era bastante significativa. Por outro lado, as mudanças provocadas pelas reformas do século XVI também tiveram reflexos nas populações que se converteram ao protestantismo, que, por sua vez, impactou diretamente na distribuição dos nomes, pois nas novas religiões não havia mais o culto aos santos. Nessa direção, muitos protestantes vão buscar referências na Bíblia, e é justamente os nomes de personagens bíblicos que vão ser utilizados em larga escala entre os adeptos das novas religiões. Assim como os católicos que reiteraram o uso dos prenomes dos santos em função do seu poder simbólico, entre os protestantes, nomes de personagens bíblicos importantes também eram transmitidos com o intuito de que a criança herdasse as virtudes do seu portador.

---

<sup>165</sup> SANGOÏ, Jean-Claude. 1999. Op.cit. p. 5.

<sup>166</sup> De acordo com ARTIGAUT citado por SANGOÏ, em Castres, na França, 90% dos prenomes masculinos tinham uma origem religiosa. SANGOÏ, Jean-Claude. 1999. Op.cit. p. 5.

<sup>167</sup> Ver: <<http://www.stg.brown.edu/projects/tratte/doc/TLNAME1.html>> Acesso em 29/05/2009. O referido site dá acesso a uma base de dados de cerca de 165.000 nomes, com informações sobre os domicílios da república florentina ao longo de 250 anos de história. A base de dados foi desenvolvida inicialmente pelo professor David Herlihy da Harvard and Brown Universities, e completada pela direção dos professores R. Burr Litchfield e Anthony Molho da Brown com suporte da National Endowment for the Humanities, Division of Preservation and Access, and the Brown University Center for Computing and Information Services and Scholarly Technology Group.

<sup>168</sup> Nessa lista dos 165.000 prenomes, Giuseppe aparece apenas 2 vezes.

<sup>169</sup> BURGUIÈRE, André. Op. cit. 1980. p.38.

Essa conexão entre o prenome e as características que a criança herdaria, independente de ela provir da influência religiosa, familiar ou outra, revela os valores que se queriam transmitir ao recém-nascido junto com o prenome. Muitas vezes, os pais escolhiam ou eram compelidos a escolher nomes que invocassem atitudes e comportamentos mais apropriados para uma devoção cristã.

Na Europa Católica, os costumes relacionados à perpetuação dos prenomes da família, juntamente com o uso corrente dos prenomes dos santos, especialmente dos grandes patronos religiosos; e na Europa protestante, a perpetuação dos nomes retirados do grupo familiar somados aos prenomes bíblicos, até pelo menos o final do século XVIII, contribuíram para a limitação dos estoques onomásticos em uso.

A grande utilização de um número limitado de prenomes foi verificada em diferentes regiões e contextos da Europa. Em Moncarapacho, Portugal, no século XVI, os cinco nomes mais frequentes correspondiam a 44% da população masculina e 55% da feminina.<sup>170</sup> Em Fronton, na França, entre os anos de 1620 e 1659, os três nomes mais populares representavam 61% dos meninos batizados e 43% das meninas.<sup>171</sup> Em diversas regiões da França, por exemplo, durante vários séculos os prenomes *Jean, Pierre e Antoine* para os meninos e *Marie, Jeanne e Marguerite*, para as meninas estiveram entre aqueles mais utilizados.<sup>172</sup> Na Curitiba setecentista cerca de metade dos homens chamavam-se Manoel, Francisco, José ou Antônio e a cada dez meninas nascida na vila e seus domínios, quatro atendiam pelo nome de Maria ou Anna.<sup>173</sup> Segundo vários autores, em diferentes partes da Europa pré-industrial, a estabilidade de um reduzido estoque de prenomes deve-se à maneira como este era dado à criança. Era prática recorrente ser os padrinhos os responsáveis pela escolha do prenome, que geralmente atribuíam a criança o seu próprio nome.

Utilizar o mesmo nome de um ancestral (vivo ou morto), ou de algum membro da família, além de ter a função de identificar o indivíduo no interior da linhagem e de responder à necessidade de transmitir um patrimônio simbólico, também era sinônimo de identidade. Cada linhagem poderia ser identificada a partir de um determinado estoque de prenomes.<sup>174</sup> Na França do Antigo Regime, existia a necessidade de se

<sup>170</sup> ROWLAND, Robert. Op. cit. p. 22.

<sup>171</sup> SANGOÏ, Jean-Claude. 1999. Op.cit. p.2.

<sup>172</sup> *ibid*

<sup>173</sup> NADALIN, Sérgio O. 2004. Op.cit. p.106.

<sup>174</sup> PALUMBO, Bernardino. “Le même sang, le même nom, la même terre. Théories traditionnelles de l’identité sociale dans un village du Sannio”. **Mélanges de l’Ecole française de Rome. Italie et Méditerranée**. Année 1992, Vol. 104, Numéro 2. p.649.

marcar a posição social por meio do nome.<sup>175</sup> Já para a Toscana do século XVI, Jean Boutier salienta que a dimensão territorial dos diferentes estoques de prenomes e de suas regras de transmissão constituem identidades locais ou regionais.<sup>176</sup> Para Joseph Fucilla, na Itália, talvez mais que em outras nações, uma pessoa pode ser identificada como nativa de uma determinada região pelo nome. Assim, para exemplificar, *Calogero, Basílio, Nunzia e Rosalia* são nomes típicos da Sicília, *Santo, Pasquale, Biagio, Gennaro, Alfonso, Filomena* no sul. *Aldo, Oreste, Gustavo, Melchiorre, Renato* no centro e norte da Itália.<sup>177</sup>

A variação do uso de determinados prenomes pode estar associada a fenômenos diversos. Na França, por exemplo, a Revolução de 1789 assinalaria o advento da modernização dos prenomes. Entretanto, no mundo rural, para os diversos grupos, a permanência de atitudes mais conservadoras em relação à nomeação tem-se mostrado mais forte, pois era com aldeia que havia uma maior identificação. Nessa direção, o estoque de prenomes que os imigrantes italianos trazem em sua bagagem para Campo Largo parece ser o mesmo utilizado há vários séculos no norte da Itália, o que caracteriza as lentas mudanças que se sucediam na mentalidade camponesa. Quando eles se instalaram na nova sociedade, os comportamentos em relação às formas de nomear, nas primeiras gerações, permaneceram fortemente atados à sociedade emissora. Exemplo disso pode ser visualizado na genealogia presente no anexo 5. Nesta, percebemos que alguns prenomes se mantêm no interior da linhagem ao longo de vários séculos, como o prenome *Pietro*.

A atribuição dos prenomes nas sociedades ditas tradicionais durante muitos séculos foi determinada por regras bem precisas, estritamente ligadas à identidade social da pessoa e ao grupo no qual ela estava inserida.<sup>178</sup> Assim, perpetuar de geração em geração, no interior das mesmas linhagens, um, ou um grupo de prenomes constitui em um emblema de pertencimento, pois o nome articula a identidade individual (de curta duração) e a identidade social do grupo, que está fundada sobre uma memória de longa duração.<sup>179</sup> A transmissão dos mesmos prenomes dos ancestrais era uma maneira de não

<sup>175</sup> SCHNAPPER, Dominique. Op. cit. p. 19

<sup>176</sup> BOUTIER, Jean. "Prénoms et identité urbaine em Toscane au XVIe siècle. In CASSAN, M., BOUTIER, J., LEMAITRE, N. (orgs). **Croyances, pouvoirs et société. Etudes offerts à Louis Pérouas Treignac**, Les Monédières, 1988, pp. 143-163. p. 144. disponível em <<http://www.storiadifirenze.org>> acesso em 7/12/2008.

<sup>177</sup> FUCILLA, Joseph. **Our italian surnames**. Genealogical Publishing Co., Inc. Baltimore, United States, 2003. Originally published: Evanston, Illinois, 1949. p. 4.

<sup>178</sup> PALUMBO, Bernardino. Op.cit. p.649.

<sup>179</sup> PALUMBO. Op. Cit. p.653.

perder o vínculo com a “raça da família”<sup>180</sup>, bem como representaria a própria concepção de indivíduo do mundo camponês. Dessa maneira, conforme já mencionamos, a linhagem (que não compreendia somente os vivos, mas também os mortos) e a religiosidade trazida pelo imigrante constituirão a base de orientação para a escolha dos prenomes de batismo nas colônias de Campo Largo.

### 3.2 Os nomes e sua frequência

Conforme já mencionamos, as práticas de nomeação se constituem em um dos signos acionados pelo grupo italiano no processo de construção de sua identidade e das identificações étnicas. A análise das informações dos registros paroquiais, sistematizados pela metodologia FLEURY-HENRY de reconstituição de famílias, revelou que as escolhas dos prenomes não foram aleatórias, muito pelo contrário, estavam influenciadas pela herança cultural trazida da sociedade de origem. Conforme Robert Rowland, “independente dos nomes em si, a existência de uma distribuição regular dos nomes próprios em qualquer população, ou a persistência dessa distribuição ao longo do tempo, constitui um indício seguro do caráter socialmente significativo das práticas de nomeação”<sup>181</sup>.

A maior frequência de determinados prenomes, assim como a menor de outros, está diretamente ligada a mecanismos de ordem social, cultural ou religiosa. Como todo agir humano, o ato de nomear acontece para alcançar um objetivo, e é determinado por conhecimentos, por avaliações e motivações, que são “condicionados pela sociedade como um todo e pelo grupo social”<sup>182</sup>. Assim, a escolha do prenome de uma criança não deveria atender apenas aos interesses dos pais, mas também ser reconhecida dentro de uma esfera válida, de uma determinada ordem, para todo o grupo.

Antes de tratarmos da distribuição dos prenomes de batismo no decorrer do período analisado, é importante ressaltarmos as dificuldades e as limitações das fontes utilizadas nesta dissertação. O primeiro problema refere-se à maneira de grafar os prenomes nos registros paroquiais. Desde o início da colonização, os nomes, inclusive dos imigrantes, são geralmente apresentados na forma portuguesa e não na forma

<sup>180</sup> Aqui entendida como o grupo familiar, em que o indivíduo se liga dentro de uma cadeia que é estendida ao longo das gerações.

<sup>181</sup> ROWLAND, Robert. “Práticas de Nomeação em Portugal durante a Época Moderna: Ensaio de aproximação”.

*Etnográfica*, maio/2008. p. 18.

<sup>182</sup> EICHLER *In* SIEMENS, João Udo. Op. cit. p. 40.

*veneta*. Exemplo disso é que a maior parte dos noivos que nasceram na Itália e se casaram em Campo Largo, e mesmo de seus pais, tem seus nomes traduzidos no registro de matrimônio. O intrigante é o fato que, salvo os registros paroquiais dos primeiros anos da colônia Antonio Rebouças que estão na paróquia N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Piedade, os demais foram feitos por padres italianos. Qual o motivo? Registrar os prenomes dos imigrantes em português parece ter se constituído numa tendência generalizada dos sacerdotes para facilitar sua inserção na sociedade, ou mesmo poderia ser uma determinação da Igreja. Segundo Sérgio Odilon Nadalin, na Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, constituída por imigrantes alemães e seus descendentes, os pastores alemães geralmente mantinham os nomes originais, seja no batismo e, muitas vezes, no casamento. Por outro lado, muitas crianças batizadas com nomes grafados em alemão tinham seus nomes aportuguesados no casamento e (ou) por ocasião do sepultamento. No caso dos italianos, diferente dos alemães, a impressão que temos é que os noivos italianos estariam perdendo na hora do casamento sua identidade batismal, considerando o diálogo necessário com a sociedade maior, luso-brasileira. Nesse sentido, os padres italianos contribuiriam para a integração dos noivos na sociedade receptora.

O artigo de um regulamento da Capelania Curada italiana, criada em 1888, e citado por Riolando Azzi, traz a seguinte informação em relação à manutenção dos livros de registro:

“Na capelania é preciso ter os livros seguintes, os quais serão abertos, numerados, rubricados e fechados pelo Chanceler do Bispado. Um livro de tomo para registrar aquilo que sucede na capelania; um livro para registrar as visitas pastorais, ordens, avisos do bispo diocesano. Três livros para registrar, os batizados, os casamentos e os óbitos. **O registro desses livros será feito em língua portuguesa, conforme a ordem do Ordinário.** Como porém, o bispado não tem o seu pessoal adequado, damos ordem ao capelão cura superior para abrir, numerar e fechar estes livros conforme o costume da diocese”.<sup>183</sup>

No trecho acima podemos destacar que a recomendação era para que os livros fossem feitos em língua portuguesa. Até que ponto essas determinações não deveriam ser aplicadas também aos nomes? De qualquer forma, cremos que, para o grupo em estudo, o nome podia se apresentar de maneiras distintas no meio público e privado. Assim, na esfera pública, para facilitar a inserção na sociedade receptora, poderia ser utilizado em português, enquanto no âmbito familiar e colonial permaneceria tal como

<sup>183</sup> AZZI, Riolando. 1987. Op.cit. p. 268. O destaque é nosso.

era na terra natal. A não-uniformidade dos registros paroquiais no que toca à forma de grafar dificulta o entendimento de quando os contatos culturais entre o grupo italiano e brasileiro se estreitam a ponto de modificar o uso do prenome nos dois âmbitos. Referimo-nos a essa inconstância, porque na década de 1920, o padre Jorge Bortolero, que redigiu as atas de batismo durante um curto período<sup>184</sup>, registrou a maior parte das crianças com os prenomes em italiano. Também no livro de registro da Caixa Mortuária da colônia Campina da paróquia em estudo, à qual tivemos acesso, percebe-se que na maior parte dos casos, até o ano de 1937, os nomes são escritos na língua de origem. Ao contrário das atas paroquiais, esse livro não era redigido pelo sacerdote, mas sim por algum morador da colônia, responsável pela administração da instituição.

Em relação ao rol de indivíduos listados nesse documento, percebemos que somente a partir da década de 1910 começam a aparecer os primeiros prenomes traduzidos. Até então, embora muitos estivessem grafados com erros, estes eram escritos na forma italiana (ou melhor, vêneta) como por exemplo, o prenome *Piero* (grafado no dialeto). A partir desses indícios, acreditamos que o processo de “aportuguesamento” dos nomes foi lento, e que se iniciou quando da maior necessidade de utilização dele no ambiente público ou quando os contatos interétnicos se intensificaram, sendo que no ambiente doméstico e comunitário, prevalecia como era na língua de origem. Dessa maneira, é possível que as atas paroquiais tivessem um caráter mais público, daí a tradução do prenome para a forma portuguesa. É claro que esse caráter “mais público” deve ser relativizado, pois se compararmos o registro paroquial com o civil, o último tem uma caráter muito mais público do que o primeiro. O trecho do depoimento a seguir ilustra como a menção ao nome pode se dar em esferas distintas.

‘(...) meu pai era *Giacomo*, nem muito bem o italiano, veja *Jacó* é *Giacomo*, mas chamavam de *Giacó*, então não era muito pelo nome em italiano, era o nome como chamavam. Meu avô se chamava *Piero*, *Domingos* se chamava *Menigo*, e *Francisco*, *Francesco*, *Keiko* no dialeto, *Antonio*, *Toni*, *José*, o *Giuseppe* virava *Beppi*.<sup>185</sup>

Da mesma maneira um conjunto de apelidos que era comum no cotidiano das colônias italianas:

<sup>184</sup> Registros de batismo rubricados por esse cura compreendem o período de setembro de 1926 a março de 1927.

<sup>185</sup> Entrevista concedida ao autor em 23/12/2008 por D. Pedro Fedalto.

Andin, Angelin, Angio, Bastian, Bepi, Bepo, Catina, Fiuriti, Gigio, Gusto, Iaco, Iiha, Ina, Iza, Lecio, Leli, Lolo, Maneco, Marica, Marieta, Mariquinha, Mênega, Mênego, Meni, Míngo, Maneco, Nina, Nino, Pipeta, Tato, Tchula, Tiqueto, Toni, Tonico.<sup>186</sup>

Embora em situações formais, como na escola, no cartório e na Igreja na hora do registro, nos negócios ou na vida política, os nomes fossem apresentados na forma portuguesa, no cotidiano da colônia e na família, prevalecia a referência da língua materna, na qual eles transmitiam suas crenças, seus hábitos e costumes. Nas situações informais, nem era o prenome italiano que predominava, mas sim apelidos ou formas abreviadas do nome na língua original. A própria repetição de nomes retirados da linhagem gerava uma série de apelidos, sendo que um mesmo prenome poderia ter diferentes variações. Esse processo é antigo; segundo Bennett citado por Jack Goody, a diminuição dos nomes e o aumento populacional a partir da época das reformas dos séculos XI e XII agudizaram o problema dos homônimos, o que veio favorecer o desenvolvimento dos apelidos como meio suplementar de identificação.<sup>187</sup> Embora não tenhamos por objetivo estudar a forma como o grupo lidava com o uso dos prenomes no seu cotidiano ou mesmo o uso do nome por esses indivíduos ao longo de sua vida, pois as fontes paroquiais não permitem esse tipo de análise, é importante destacar que essas “corruptelas” geradas pelo próprio sistema de transmissão dos prenomes também fazem parte dos códigos culturais do grupo e por sua vez da etnicidade.

Independente da forma grafada ou falada, a escolha por esse ou aquele prenome respondia aos costumes e desejos da família, e num âmbito maior, do grupo. Embora muitos dos nomes de batismo sejam apresentados nos registros escritos, em português, a origem da sua escolha refere-se a elementos simbólicos, característicos do grupo de pertencimento, da sociedade original.

Entre os anos de 1878 e 1937, nos 2.023 meninos batizados foram utilizados 310 diferentes prenomes e nas 1.948 meninas 278 variados nomes de batismo.<sup>188</sup> Para os nomes duplos, apareceram 242 combinações diferentes para os meninos e 248 para as meninas, utilizadas em 359 e 308 casos, respectivamente. As tabelas que se seguem, mostram quais foram os 10 prenomes femininos e masculinos preferidos pelos imigrantes e seus descendentes. Os recortes cronológicos foram feitos em decênios, para verificar se há mudanças no uso de determinados prenomes na passagem de uma geração a outra. As tabelas a seguir levaram em consideração também a frequência dos

<sup>186</sup> CEQUINEL et al. Op.cit. p.244.

<sup>187</sup> GOODY, Jack. Op. Cit. p.183.

<sup>188</sup> Os números (310 e 278) referem-se a prenomes simples.

prenomes, independente de estes serem utilizados de forma única ou combinada. A lista completa dos prenomes simples e combinados encontra-se em anexo (Anexos 10, 11, 12 e 13).

**TABELA 7 – FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS PRENOMES MASCULINOS ESCOLHIDOS PELO GRUPO (1878-1937).**

Nomes	1878-1899		1900-1910		1911-1920		1921-1930		1931-1937		1878-1937	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
<b>Angelo</b>	45	6,6	22	4,0	20	4,0	27	4,5	15	4,6	129	4,9
<b>Antonio</b>	86	12,6	76	14,0	68	13,5	83	13,7	38	11,7	351	13,2
<b>Augusto</b>	5	0,7	8	1,5	9	1,8	15	2,5	9	2,8	45	1,7
<b>Baptista</b>	29	4,3	21	3,9	11	2,2	13	2,1	8	2,5	82	3,1
<b>Domingo/ Domenico</b>	17	2,5	11	2,0	9	1,8	9	1,5	8	2,5	54	2,1
<b>Francisco/ Francesco</b>	19	3,0	18	3,3	23	4,6	8	1,3	5	1,5	73	2,7
<b>João/Giovanni</b>	97	14,2	61	11,2	67	13,3	80	13,2	25	7,7	330	12,4
<b>José/Giuseppe</b>	69	10,1	60	11,0	45	9,0	39	6,4	11	3,4	224	8,4
<b>Luis/Luigi</b>	25	3,7	26	4,8	27	5,4	26	4,3	9	2,8	113	4,2
<b>Pedro/Pietro</b>	33	4,8	25	4,6	18	3,6	19	3,1	16	4,9	111	4,2
<b>Subtotal</b>	425	62,4	328	60,2	297	59,1	319	52,6	144	44,2	1512	56,8
<b>Outros</b>	256	37,6	217	39,8	206	40,9	288	47,4	183	55,8	1150	43,2
<b>Total</b>	681	100	545	100	503	100	607	100	326	100	2662	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO, ACERVOS DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO E Nª SRA DA PIEDADE (CAMPO LARGO – PR)

**TABELA 8 – FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS PRENOMES FEMININOS ESCOLHIDOS PELO GRUPO ITALIANO (1878-1937).**

Nomes	1878-1899		1900-1910		1911-1920		1921-1930		1931-1937		1878-1937	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
<b>Angela</b>	40	7,0	32	6,8	18	3,3	14	2,3	13	3,8	117	4,6
<b>Anna</b>	11	2,0	22	4,7	8	1,5	14	2,3	9	3,0	64	2,5
<b>Antonia</b>	24	4,2	12	2,6	35	6,5	16	2,6	15	4,4	102	4,0
<b>Catterina/ Cattarina</b>	21	3,7	27	5,8	17	3,2	19	3,1	8	2,3	92	3,6
<b>Joana/Giovanna</b>	17	3,0	9	1,9	22	4,1	9	1,5	6	1,7	63	2,5
<b>Luiza/Luigia</b>	20	3,5	17	3,6	22	4,1	22	3,6	8	2,3	89	3,5
<b>Magdalena</b>	16	2,8	8	1,7	9	1,7	8	1,3	2	0,6	43	1,7
<b>Maria</b>	94	16,4	89	19,0	100	18,6	108	17,8	63	18,3	454	18,0
<b>Rosa</b>	37	6,5	23	4,9	33	6,1	30	4,9	13	3,8	136	5,4
<b>Teresa</b>	16	2,8	20	4,3	26	4,8	15	2,5	24	7,0	101	4,0

<b>Subtotal</b>	296	51,8	259	55,2	290	54,0	255	42,0	161	46,8	1261	50,0
<b>Outros</b>	262	48,2	224	47,8	248	46,0	352	58,0	183	53,2	1269	50,0
<b>Total</b>	572	100	469	100	538	100	607	100	344	100	2529	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO, ACERVOS DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO E N<sup>a</sup> SRA DA PIEDADE (CAMPO LARGO – PR).

De acordo com as tabelas acima percebemos que para todo o período analisado os 10 prenomes mais frequentes, com exceção do último para os meninos e dos dois últimos para as meninas, correspondem a mais da metade dos nomes de batismo em uso. Entretanto, à medida que as gerações se sucedem há uma maior diversificação dos prenomes. Para as mulheres, esse fenômeno se processa principalmente a partir dos anos 1920 e para os homens a partir dos anos 1930. Esse descentramento poderia ser resultado do impacto das políticas de nacionalização dos estrangeiros e seus descendentes, propagadas pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1920. Entretanto, apesar dos dois últimos períodos indicarem o início de uma mudança no estoque onomástico utilizado pelo grupo, numa leitura geral das duas tabelas, percebemos que o fato de estes dez prenomes listados acima serem utilizados com bastante frequência está diretamente ligado à forma como os imigrantes e descendentes nomeavam seus filhos. Como veremos no desenrolar deste capítulo, as principais fontes de referência foram, sobretudo, a família e a religiosidade conforme era tradição na sociedade de origem. A perpetuação desses costumes traz como resultado direto um grupo restrito de prenomes como os mais utilizados.<sup>189</sup>

A análise comparativa das tabelas 7 e 8 nos mostra que a diferença de gênero ao longo do período estudado, em relação ao conjunto dos dez prenomes mais frequentes e o grupo dos “outros prenomes” é bastante significativa. Observando as tabelas acima percebemos que para todo o período analisado o percentual dos prenomes escolhidos, fora do grupo dos dez mais votados, foi de 43,2% para os homens e 50% para as mulheres. A diferença de contração no estoque de prenomes masculinos e femininos indica que o sistema de nomeação no interior do grupo está de acordo com os valores e as formas de sociabilidade por ele desenvolvidos, que privilegiou o patriarcalismo. Dar nomes é também transmitir valores, estados e posições no interior da família ou linhagem. Conforme já mencionamos, os imigrantes italianos eram portadores de uma tradição camponesa patriarcal, na qual a transmissão de bens materiais e simbólicos se

<sup>189</sup> A evolução da frequência dos 10 prenomes masculinos e femininos mais utilizados, ano a ano, em números absolutos e relativos, encontra-se no Anexo 8 e 9 respectivamente.

daria especialmente pela via masculina. Dessa maneira, percebemos que a tradição se mantém mais forte para os homens, pois são eles os herdeiros da linhagem. Segundo Jack Goody, na Europa mediterrânea a supremacia da linhagem se manteve forte até o século XIX.<sup>190</sup> Como nesse sistema o par conjugal ficava incorporado dentro de uma unidade maior, a autoridade masculina prevalecia e recebia o apoio do grupo de parentesco. Como a mulher, pelo casamento, passaria a outra linhagem, as regras de transmissão do patrimônio simbólico não eram tão rígidas quanto para os homens.

Os prenomes mais utilizados pelo grupo para batizar seus filhos estão de acordo com o estoque onomástico trazido pelos imigrantes. Assim como em Campo Largo os principais prenomes que a geração de pioneiros portavam são praticamente os mesmos utilizados por seus descendentes, embora a forma como estes foram grafados (nos registros paroquiais tabelas 7 e 8 e nos registros de chegada dos imigrantes, tabela 9) seja diferente. A tabela a seguir mostra os prenomes mais utilizados entre os imigrantes italianos que colonizaram Campo Largo. Os percentuais entre o conjunto total dos prenomes mais votados em relação aos “outros” evidentemente são maiores na tabela 9, pois o número total de nomes nestas duas é bem maior.

**TABELA 9- PRENOMES MAIS FREQUENTES ENTRE OS IMIGRANTES ITALIANOS**

<b>Prenome</b>	<b>#</b>	<b>%</b>	<b>Prenome</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
Angelo	24	4,5%	Angela	42	8,3%
Antonio	54	10,2%	Anna	17	3,4%
Baptista	11	2,1%	Antonia	12	2,4%
Domenico	21	4,0%	Catterina	34	6,7%
Francesco	31	5,8%	Domenica	12	2,4%
Giovanni	58	10,9%	Giovanna	15	3,0%
Giuseppe	57	10,7%	Luigia	22	4,4%
Luigi	32	6,0%	Maria	109	21,6%
Pietro	31	5,8%	Regina	18	3,6%
Santo	16	3,0%	Teresa	17	3,4%
Outros	196	37%	Outros	206	40,8%
Total	531	100,0%	Total	504	100,0%

FONTE: LIVROS DE REGISTROS DE CADASTRO DE IMIGRANTES ENTRADOS PELO PORTO DE PARANAGUÁ. (DEAP), (1877-1891).

Outra observação a ser destacada em relação ao rol de prenomes listados acima nas tabelas 7, 8 e 9 é a notória percepção de que os mais utilizados se relacionam aos principais personagens da Igreja, tanto dos meninos quanto das meninas, embora dos primeiros seja mais acentuado. Conforme discutimos no capítulo anterior, no norte italiano, a Igreja Católica era um forte elemento de identificação coletiva, ou melhor,

<sup>190</sup> GOODY, Jack. Op. Cit. p.26.

uma das únicas instituições capazes de congregar a comunidade num âmbito maior que o da aldeia. A difusão dos nomes dos grandes patronos religiosos seria reflexo do movimento empreendido pela Igreja de cristianizar os nomes próprios. Dessa maneira, muitos dos nomes dados às crianças estavam impregnados do sentimento religioso.

Mudanças e permanências no uso de determinados prenomes podem ser observadas a partir de diferentes eventos históricos, exemplo disso pode ser relacionado nas tabelas 7 e 9. Nestas, vemos que *José* ou *Giuseppe* está entre os mais utilizados. Conforme o citado estudo sobre a república florentina, a partir de censos de domicílios, ao longo de 250 anos (1282-1532)<sup>191</sup>, o prenome *Giuseppe* praticamente não existe nessas listas.<sup>192</sup> Essa mudança provavelmente está ligada às ações da Igreja pós-tridentina em relação as figuras da sagrada família, conforme já mencionamos. É claro que a comparação está sendo feita entre períodos temporalmente distantes. Mas, por outro lado, se levarmos em consideração que na referida pesquisa sobre a Florença dos séculos XIII ao XVI, o prenome *Antonio* está entre os mais usados, assim como no nosso grupo em estudo, verificamos que o nome do santo medieval atravessou séculos como um dos preferidos entre os italianos do norte.<sup>193</sup> Da mesma forma, *Piero*, *Giovanni e Francesco*,<sup>194</sup> que estão entre os mais usados em Florença na Idade Média, também encabeçam a lista dos nomes mais frequentes entre os imigrantes italianos e descendentes em Campo Largo nos séculos XIX e XX.

A perpetuação de determinados costumes, como o de transmitir nomes de familiares, certamente contribuiu de forma significativa para a estabilidade do estoque de prenomes. Na tabela 8, observamos que o prenome *Maria* é soberano entre as meninas durante todo o período. Seja de forma simples ou combinada, foi largamente utilizado pelos imigrantes e descendentes. *Maria* é um prenome de origem semítica ou hebraica,<sup>195</sup> e sempre foi muito utilizado pelos diversos povos europeus. O seu uso recorrente pode estar associado à progressiva difusão do culto mariano a partir da Idade Média. Entretanto, Dominique Schnapper alerta que não podemos concluir que sua proliferação está associada somente à crescente influência da Igreja, outras causas

<sup>191</sup> Ver: <<http://www.stg.brown.edu/projects/tratte/doc/TLNAME1.html>> Op. Cit.

<sup>192</sup> Nessa lista dos 165.000 prenomes, Giuseppe aparece apenas duas vezes.

<sup>193</sup> Antonio aparece 8.412 vezes sendo o terceiro nome mais utilizado.

<sup>194</sup> Piero, Giovanni e Francesco aparecem 7.973, 13.259 e 11.300 vezes sendo o quarto, primeiro e segundo, respectivamente, dos mais utilizados.

<sup>195</sup> GUÉRIOS, Mansur. **Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo : Editora Ave Maria, 1973. p.171

também podem estar associadas.<sup>196</sup> No grupo em estudo, o prenome *Maria* é muito utilizado tanto de maneira simples como em combinações, como, por exemplo, *Maria Madalena*, *Maria de Lourdes*, *Maria Anunziata*, que podiam estar associado ao sentimento religioso, ou, em outras ocasiões, a nomes de um familiar, ou ser utilizado por outro motivo.

O costume de se repetir os mesmos nomes de batismo pela família fazia com que determinados prenomes fossem utilizados com bastante frequência entre os colonos italianos. Entretanto, outros que não figuram entre os dez mais utilizados pelo grupo também têm a mesma explicação. *Plácido*, por exemplo, aparece, entre os anos de 1888 e 1920, nove vezes, e todos os meninos batizados com esse prenome tem um ancestral comum, ou seja, são netos do imigrante *Plácido Zampieri*. Da mesma forma, os 10 meninos designados por *Cipriano* no mesmo período são todos netos do imigrante *Cipriano Cunico*. Na colônia Campina, há um grande número de meninas batizadas como *Carolina*, sendo que quase todas se relacionam a uma ancestral comum.

Além de expressar valores familiares e religiosos, ou a identidade do grupo, a escolha de um nome também pode estar associada a um significado conotativo. Segundo a definição de Sonderegger, o significado conotativo é a soma das associações, imagens e sentimentos ligados a ele, quer sejam positivos, quer neutros, quer negativos. Essa conotação pode ser evocada, pelo corpo sonoro, pela forma escrita do nome, pelo portador, pela capacidade de imaginação do ouvinte, ou, até mesmo, pelo seu significado etimológico, na medida em que for possível identificá-lo.<sup>197</sup> Entre os descendentes de italianos do grupo em estudo era comum a modificação de determinados prenomes a partir do nome de batismo de um familiar. Nessa direção, principalmente para o gênero feminino, temos muitos prenomes terminados em *-ina*, como: *Paolina* (de *Paola*), *Orsolina* (de *Orsola*), *Carmelina* (de *Carmela*), *Pasqualina* (de *Pasqua*), *Angelina* (de *Angela*), *Rosalina* (de *Rosa*), *Santina* (de *Santa*). O objetivo dessa prática parece ter uma dupla função, ao mesmo tempo que se buscava a inovação, a escolha de um prenome pouco comum e assim sublinhar a identidade do indivíduo, homenageava-se um membro da família. Era escolhido um nome diferente, mas que não deixava de evocar um parente. Dito de outra forma, a própria repetição gerava essas

---

<sup>196</sup> SCHNAPPER, Dominique. Op. cit. p. 14. O prenome *Maria* é particularmente preferido entre vários grupos. Entre os alemães pesquisados por Sérgio Odilon Nadalin, esse prenome também é soberano entre as meninas. Ver: NADALIN (2004 e 2007).

<sup>197</sup> SONDEREGGER *In* SIEMENS, João Udo. Op. cit. p. 34.

novas formações, tendo em vista a conciliação entre a tradição e a criação de uma nova identidade para a criança por meio do nome.

Os prenomes retirados de um determinado estoque familiar, ou do calendário litúrgico, constituem a maior parte do rol daqueles utilizados. Entretanto, apesar de esporádicos, alguns nomes bastante inusitados nos chamaram a atenção. O uso de *Itália* ou *Ítalo* como nome de batismo parece não ter sido fato incomum aos diversos núcleos coloniais do Sul do Brasil. Conforme cita o padre Henrique Vieter, em Silveira Martins, no Rio Grande Sul, foram constantes as lutas dos sacerdotes palotinos para a “cristianização” de alguns nomes próprios demasiadamente ligados ao nacionalismo italiano. “Os italianos muitas vezes davam o nome de *Ítalo* aos meninos, e *Itália* às meninas, e contra isso nada se podia fazer. Para evitar longas discussões eu lhes dizia: ‘tomemos *São José* por protetor’, e batizava o menino com o nome de *José Ítalo*. As meninas também merecem uma grande padroeira, e lhes dava o nome de *Maria Itália*, com o que os colonos se sentiam muito satisfeitos”.<sup>198</sup> Embora, dentro do nosso grupo, fossem poucas as meninas batizadas como *Itália*,<sup>199</sup> tanto de forma simples como combinada, o caso de uma família específica merece ser destacado. O segundo e terceiro filho do casal *Domingo Bianco* e *Maria Vechiato*, um menino e uma menina, receberam os prenomes de *Vitório* e *Itália*, respectivamente. Esses prenomes parecem não ser herdados de nenhum parente próximo, mas provavelmente referências ao país de origem de seus pais. *Vitório* poderia ser uma referência ao primeiro nome do rei italiano (*Vittore Emanuele*) e o da menina, a menção à própria pátria de origem.

Além dessas menções à terra de origem dos imigrantes, há outros casos que também chamam a atenção, como, por exemplo, do menino batizado como *Brasilino*, que parece saudar a pátria receptora. Também temos alguns prenomes que, no estoque total utilizado pela comunidade, foram raros como *Crescencia*, *Fedenziana*, *Persilio*, *Ovídio*, *Tarsilla*, *Feliciano*, *Landilino* ou *Vicenza*. O que queriam esses pais quando escolheram esses nomes? Seriam referências a membros da família, coisas, lugares, sentimentos ou poderiam ser inventados? Em algumas situações, o desejo de inovar, ou mesmo sublinhar a individualidade da criança, parece ter se sobreposto aos costumes tradicionais. Por outro lado, os outros casos vão no sentido oposto, pois apresentam uma clara conotação religiosa, como: *Apostolo*, *Santa*, *Santo*, *Christao*, *Arcangelo*,

<sup>198</sup> VIETER, Henrique. In POSSAMAI, Paulo. Op.cit. p. 147.

<sup>199</sup> Durante todo o período encontramos sete meninas batizadas como *Itália* e nenhum menino *Ítalo*.

*Anunziata*, entre outros, e que são nomes característicos da região de origem dos imigrantes.

O hábito de utilizar nomes menos comuns, derivados de um prenome em larga utilização como aqueles citados acima, inventados ou combinados, pode ter sido alternativas encontradas por alguns pais para individualizar a criança num período em que as famílias tinham um grande número de filhos.<sup>200</sup> Por exemplo, em 1914 o casal *Antonio Carlesso* e *Luiza Massochetto* batizaram seu primeiro menino com o prenome *Bernardino* (nome do avô paterno), menos de dois anos depois, *Pietro*, irmão de *Antonio*, também escolhe para seu primeiro menino o prenome do avô paterno, só que ao invés de *Bernardino*, coloca *Bernardo* combinado com *Carlos* (nome do avô materno). A escolha de um nome duplo poderia ser uma maneira de individualizar crianças de idade próxima e que moravam relativamente perto umas das outras? Com exceção de alguns prenomes que foram usados com maior frequência, os nomes duplos geralmente são escolhidos a partir de determinadas influências. Na Florença renascentista, por exemplo, estes representavam a necessidade de conciliar nomes da linhagem com o do patrono religioso. Também serviam para solidificar os laços entre as duas famílias (da mãe e do pai), assim como era uma forma de enriquecer o estoque de prenomes em uso.<sup>201</sup> Vejamos quais prenomes combinados foram utilizados mais frequentemente pelo grupo.<sup>202</sup>

---

<sup>200</sup> Dominique Schnapper mostra que a utilização crescente de prenomes compostos e múltiplos está ligada ao processo de urbanização, ocorrido na Europa entre o século XVIII e o início da Primeira Guerra Mundial, que poderia ser interpretado como uma resposta a dupla necessidade de individualizar o sujeito no interior de sua família e da sociedade, e de distinguir o indivíduo e sua família da sociedade. SCHNAPPER, Dominique. Op.cit. p. 18.

<sup>201</sup> KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “Lê nom <refait>”. *L’HOMME. Revue française d’antropologie*. Tome XX, Octobre-Décembre 1980, n° 4. p. 87-88.

<sup>202</sup> A lista com todos os prenomes combinados encontra-se no anexo

**TABELA 10 – FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS PRENOMES DUPLOS MASCULINOS ESCOLHIDOS PELO GRUPO ITALIANO (1878-1937).**

nomes	1878-1899		1900-1920		1921-1937		1878-1937	
	#	%	#	%	#	%	#	%
João Baptista	13	11	21	16	18	17	52	15
Antonio Luiz	1	1	6	5	0	0	7	2
Angelo Antonio	2	2	6	5	0	0	8	2
João Antonio	4	3	1	1	1	1	6	2
Santo Antonio	2	2	3	2	0	0	5	1
Outros	99	81,0	96	71	86	82	281	78
Total	121	100	133	100	105	100	359	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO, ACERVOS DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO E Nª SRA DA PIEDADE (CAMPO LARGO – PR).

**TABELA 11 – FREQUÊNCIA DOS PRINCIPAIS PRENOMES DUPLOS FEMININOS ESCOLHIDOS PELO GRUPO ITALIANO (1878-1937).**

Nomes	1878-1899		1900-1920		1921-1937		1878-1937	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Maria Luiza	9	8	5	5	2	2	16	5
Maria Madalena	6	5	4	4	5	5	15	5
Maria Antonia	4	4	5	5	3	3	12	4
Maria de Lourdes	0	0	0	0	11	10	11	3
Maria Rosa	0	0	7	7	1	1	8	2
Outros	96	83	80	80,0	85	79	261	81
Total	115	100	101	100	107	100	323	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO, ACERVOS DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO E Nª SRA DA PIEDADE (CAMPO LARGO – PR).

Nas tabelas acima, constatamos que são poucas as combinações que foram utilizadas em maiores proporções pelo grupo. Para os meninos, *João Batista* é o único prenome duplo que pode ser definido como de grande utilização. Entretanto, indagamos até que ponto este pode ser tomado como prenome duplo, pois na grafia italiana, *Giovanbattista* muitas vezes se apresentava como um só prenome.<sup>203</sup> Para um povo de

<sup>203</sup> Há discussões em relação aos procedimentos a serem tomados quando se distingue prenome simples de prenome combinado. Entretanto, essa é uma questão linguística, que no momento não temos condições de resolvê-las. Alguns autores, como Jean Boutier em seu artigo sobre a Toscana do século XVI, também salientam as dificuldades e os problemas relativos aos nomes simples e combinados. O autor considera “Giovanbattista” como primeiro prenome, e assim para outros como “Marcantonio” e Marcaurélio”.

grande devoção ao santo, poderíamos atribuir a sua frequência à influência do patrono religioso. Além desse, as demais combinações se relacionam aos prenomes mais recorrentes. No decorrer do período analisado, das 245 combinações masculinas, *Antonio* aparece em 42 delas, *João* em 47, *José* em 33 e *Angelo* em 24. É interessante como alguns prenomes duplos adquirem uma clara conotação religiosa como: *Santo Antonio*, *Santo Paulo*, *Santo Tobias*, *João Santo*, entre outros. Aliás, o uso corrente do prenome *Santo* é característico da Itália, sendo pouco comum em outras regiões da Europa. Também foram os italianos os precursores da utilização de *Maria* como segundo nome masculino, principalmente junto com o prenome *João*.<sup>204</sup>

Em relação aos nomes duplos femininos, percebe-se que *Maria* está entre as mais utilizadas. Das 254 combinações, esse prenome aparece em 99 casos. Alguns arranjos já são tradicionais como *Maria Madalena*, que remonta à personagem bíblica, também *Maria Luiza*, que é uma combinação utilizada por diferentes grupos. Pela tabela acima, é notório que o nome *Maria de Lourdes* passa a ser utilizado somente a partir da década de 1920. Até então, não havíamos encontrado nenhum caso. Seriam reflexos do culto à N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Lourdes difundido na Europa a partir da segunda metade do XIX?<sup>205</sup> O próprio prenome *Lourdes* praticamente não foi utilizado de forma única antes desse período. Além de *Maria*, outros prenomes também foram bastante usados em combinações, tais como: *Rosa* em 21 prenomes duplos, *Angela* em 18 e *Antonia* em 19. Assim como os meninos, nomes combinados com conotação religiosa também apareceram: *Maria Santa*, *Santa Cattarina*, *Santa Inês*, entre outros.

### 3.3 Nomes e família

A análise do conteúdo das fichas de famílias nos permitiu afirmar a existência de convenções, ou melhor “regras” para a escolha dos prenomes entre os imigrantes e seus descendentes. A tabela a seguir, representada pela prole de um casal, sintetiza o modelo das práticas de nomeação, proposto para o grupo.<sup>206</sup> Estamos considerando essa tabela

---

Como a maior parte dos prenomes se apresentou traduzida para o português no registro de batismo, adotei por critério considerar como prenome combinado. Assim João Batista foi incluído na lista de nomes combinados. Da mesma forma procedemos para outros casos como Mariana foi distinguido de Maria Ana, no primeiro caso um prenome simples e no segundo, um combinado.

<sup>204</sup> FUCILLA, Joseph. Op. cit. p. 4-6.

<sup>205</sup> Em 1907 o papa Pio X estendeu a celebração de Nossa Senhora de Lourdes a toda a Igreja Universal.

<sup>206</sup> A parte que segue está baseada em: SCARPIM, Fábio Augusto. *Na pia batismal: práticas de transmissão de nomes de batismo entre imigrantes italianos e descendentes (Campo Largo –PR, séc. XIX e*

como um modelo porque ela caracteriza a sequência mais comum encontrada, em relação às influências presentes na hora da escolha do prenome das crianças numa mesma família. Além disso, estamos usando como referência um casal de descendentes de imigrantes, que nasceram e se casaram em Campo Largo (na colônia Rondinha) e com uma prole numerosa, que era um comportamento característico das famílias em questão. Nessa direção partimos do pressuposto de que a imigração não modificou as práticas de nomeação, pois o grupo continuou, ou mesmo reforçou os costumes ligados à transmissão dos prenomes que eram praticados na sociedade de origem.

**TABELA 12 – MODELO DE ESCOLHA DOS NOMES DE BATISMO NO GRUPO ITALIANO. FILHOS DO CASAL ANTONIO E LUIGIA.**

Pai: Antonio		Avós paternos: Bernardino Lorenço Carlesso Maria Zanin			
Mãe: Luigia		Avós maternos: Giuseppe Massochetto Madalena Peruzzolo		Casamento: 27.04.1912	
Ordem	Sexo	Prenome da Criança	Data de Nascimento	Referência	Padrinhos
1	F	Maria	03.04.1913	Combinação dos prenomes das avós	João Massochetto e Maria Carlesso
2	M	Bernardino	19.09.1914	Avô paterno	Pedro Carlesso e Elisabetta sua mulher
3	M	José	23.05.1916	Avô materno	João Baptista Gadens e Ângela Baridotti
4	M	João	31.01.1918	Tio materno	Francisco Carlotto e Enriqueta Rasera
5	M	Carlos	07.09.1919	Tio paterno	Antonio Massochetto e Adelaide Scapin
6	M	Sebastião	16.01.1922	Santo padroeiro	Francisco Peruzzolo e Eliza Meroto
7	M	Luiz	13.12.1923	Versão masculina do prenome da mãe	Angelo e Rosa Mazzochetto
8	M	Angelo	27.08.1925	Tio materno	Pedro Sabin e Anna Mazzochetto
9	F	Luiza	07.05.1927	Mãe e tia paterna	Baptista Franchetto e Scolastica Massochetto
10	M	Lourenço	30.01.1929	2º nome do avô paterno.	Bernardo e Regina Benato
11	F	Teresa Assunta	15.08.1931	Combinação do prenome da tia paterna e de um prenome devocional	Angelo e Santina Mazodin
12	F	Anna	09.04.1935	Madrinha	Angelo Massochetto e Anna Cunico

FONTE: REGISTROS DE BATISMO E CASAMENTO, ACERVOS DA PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO (CAMPO LARGO – PR).

A tabela em evidência mostra que a maior parte dos prenomes são os mesmos de membros da família (incluindo o parentesco espiritual). Dos 13 prenomes presentes

na tabela, 11 expressaram o parentesco. “Receber um nome que faz parte do patrimônio onomástico da família é receber à nascença o símbolo de uma pertença – uma forma de inserção simbólica numa determinada posição hierárquica dentro do grupo familiar”.<sup>207</sup> Vemos que para a primeira menina foi escolhido o nome de *Maria*, prenome da avó paterna. Essa escolha parece ter uma dupla conotação. O segundo filho do casal, como era de costume, recebeu o prenome do avô paterno, assim como o filho da sequência, o do avô materno. Esse exemplo ilustra uma tendência generalizada no grupo em estudo, aquela de privilegiar a via agnática.

Os filhos subsequentes receberam os nomes de outros parentes e nomes devocionais. Para o período em estudo, como as famílias geralmente eram compostas por muitos filhos, entre as convenções para a escolha dos prenomes era comum que aos primeiros fossem honrados os avós ou pais (fossem meninos ou meninas). Primeiro deveria ser garantida a perpetuação dos nomes dos ancestrais da linha vertical. Aos filhos que nasceriam na sequência, seriam escolhidos os demais parentes (tios, irmãos falecidos, padrinhos), santos do dia, ou outros de preferência do casal (nomes da moda, inspirados em lugares ou coisas, personagens históricos ou bíblicos, ou ainda inventados ou reinventados). Entretanto, esse padrão não era fixo, podia muito bem ser readequado em função de outras motivações ou acontecimentos na vida da família. Exemplo disso, remetendo a um outro casal, refere-se ao primeiro filho (*Carlo*) de *Noé Massochetto* e *Adelaide Scapin*, que não recebeu o nome de nenhum parente de sangue, mas sim a partir do padrinho de batismo do menino, que também fora testemunha do casamento do casal. Nesse caso, parece ter sido mais forte o desejo de homenagear um amigo do que um parente. De maneira similar, o primeiro filho de *Luigi Cosmo* e *Regina Ceccatto* foi chamado de *Antônio*, que também não era prenome de nenhum parente próximo, mas a referência a Santo Antônio de Pádua, já que o menino nasceu no dia do santo (13 de junho).

Sérgio O. Nadalin<sup>208</sup> coloca que os pais ao escolherem os nomes de seus filhos são influenciados por uma determinada herança. Assim, acreditamos que quando uma criança nascia e o casal iria escolher o nome, na maioria dos casos o que prevalecia era a força da tradição, do costume. O desejo de manter essa herança cultural está carregado de intencionalidade. A repetição dos nomes próprios dos antepassados também evoca

<sup>207</sup> LIMA, Antónia Pedroso de. Op. Cit. p.40.

<sup>208</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. “Construção e Desconstrução de uma cultura imigrante: reconstituição de famílias, atribuição de nomes de batismo e identidade étnica (séc. XIXe XX)”. Projeto de Pesquisa 30.0681/79.8 p.5

uma memória que se quer preservar. Os laços de identificação simbólica com um passado partilhado pelo grupo têm peso significativo no processo de formação das gerações posteriores, pois são maneiras importantes para se preservar a coesão familiar e a identidade do grupo.<sup>209</sup> Por outro lado, também se constituem numa forma de diferenciação dos outros grupos com que estavam em contato. Nesse sentido, os nomes, assim como a família e a religiosidade, também se manifestam como estratégias de identidade.

Para Denys Cuche, a estratégia de identidade pressupõe consciência. Entretanto, o indivíduo como ator social não é desprovido de uma certa margem de manobra. Em função de sua avaliação da situação, ele utiliza seus recursos de identidade de maneira estratégica. Nessa direção, os atores sociais não são totalmente livres para definir sua identidade segundo interesses materiais e simbólicos. As estratégias devem levar em conta a situação social e as relações de força de cada momento.<sup>210</sup> Já para Bordieu, “o caráter estratégico da identidade não implica necessariamente em uma perfeita consciência dos objetivos buscados pelos indivíduos e tem a vantagem de dar conta dos fenômenos de eclipse ou de despertar de identidade”<sup>211</sup> Dessa maneira, as práticas nomeativas não são simplesmente formas de homenagear indivíduos, mas sim, de afirmar a identidade com o grupo.<sup>212</sup>

### 3.3.1 Nomes dos avós, tios e pais

A análise das informações das famílias reconstituídas já nos mostrou que uma parcela significativa dos prenomes era escolhida a partir de uma referência familiar. Para sistematizar os dados obtidos, organizamos tabelas, diferenciando por gênero e *coortes*. O objetivo de separar em três *coortes* foi o de equiparar o número de famílias, por isso a primeira compreende um período maior, uma vez que o período de estabelecimento de imigrantes nas colônias começa em 1878 e vai até o início dos anos 1890. A explicação de como foram construídas as tabelas encontra-se no Anexo Metodológico, assim como a tabela completa, no Anexo de Tabelas.

---

<sup>209</sup> LIMA, Antónia Pedroso de. Op. cit. p. 43.

<sup>210</sup> CUCHE, Denys. Op. cit. p.196-197

<sup>211</sup> BORDIEU, Pierre. Op.cit. p. 198

<sup>212</sup> WOORTMANN, Ellen F. Op. cit. p.210.

**TABELA 13 – INFLUÊNCIA DA LINHAGEM PATERNA NA ESCOLHA DOS PRENOMES**

Coorte	Nº Casais	Sexo da Criança	Influência da linhagem Paterna									
			Pai		Avô		Avó		Tio (a)		Total	
			#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1878-1900	91	Menino	16	4,6	50	14,4	4	1,1	28	8,0	348	100
		Menina	2	0,7	0	0	40	13,1	27	8,8	306	100
1901-1910	103	Menino	18	5,1	79	22,3	5	1,4	32	9,0	354	100
		Menina	8	2,1	4	1,1	68	17,8	34	8,9	382	100
1911-1920	96	Menino	5	2,1	52	21,6	1	0,4	22	9,2	241	100
		Menina	1	0,4	1	0,4	35	15,1	15	6,5	232	100
1878-1920	290	Menino	39	4,1	181	19,2	10	1,1	82	8,7	943	100
		Menina	11	1,2	5	0,5	143	15,5	76	8,3	920	100

FORNTE: REGISTROS DE BATISMO E CASAMENTO, ACERVO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO, Nª SRA DA PIEDADE E SÃO JOSÉ.

**TABELA 14 – INFLUÊNCIA DA LINHAGEM MATERNA NA ESCOLHA DOS PRENOMES**

Coorte	Nº Casais	Sexo da Criança	Influência da linhagem materna									
			Mãe		Avô		Avó		Tio (a)		Total	
			#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1878-1900	91	Menino	1	0,3	56	16,1	0	0	60	17,2	348	100
		Menina	5	1,6	2	0,7	52	17,0	45	14,7	306	100
1901-1910	103	Menino	2	0,6	64	18,1	3	0,9	13	3,7	354	100
		Menina	11	2,9	7	1,8	64	16,8	35	9,2	382	100
1911-1920	96	Menino	1	0,4	40	16,6	2	0,9	7	2,9	241	100
		Menina	7	3,0	3	1,3	38	16,4	18	7,8	232	100
1878-1920	290	Menino	4	0,4	160	17,0	5	0,5	80	8,5	943	100
		Menina	23	2,5	13	1,4	154	16,7	98	10,7	920	100

FORNTE: REGISTROS DE BATISMO E CASAMENTO, ACERVO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO, Nª SRA DA PIEDADE E SÃO JOSÉ.

As tabelas 13 e 14 mostram que uma parcela bastante significativa dos prenomes masculinos e femininos, ou seja, mais da metade (60% para os meninos e 57% para as meninas), foi escolhida em função dos avós, pais e tios. Observando os números acima,

percebemos que, embora exista uma distribuição regular de meninos e meninas batizados com os prenomes dos avôs paternos e maternos, algumas diferenças podem ser notadas. Para os meninos, com exceção da primeira coorte, as duas demais evidenciam a maior influência do avô paterno. Apesar de prevalecer um equilíbrio entre as linhagens, a via masculina geralmente era mais privilegiada, como veremos a seguir, o primeiro filho do sexo masculino na maior parte das vezes recebia o prenome do avô paterno. O costume de garantir a perpetuação da linhagem pelo nome fazia com que o lado do pai fosse o primeiro a ser lembrado. Assim, este costume poderia estar ligado ao próprio modelo de sociedade que o grupo estava reconstruindo. Se um casal viesse a ter um único filho homem, este deveria portar um prenome herdado do lado do chefe da casa. Por outro lado, para as meninas a preferência recaía sobre o lado da mãe. Pela tabela acima, podemos observar que, com exceção da segunda coorte, a avó materna é mais requisitada do que a paterna. Privilegiar a escolha do prenome do avô paterno para os meninos e o da avó materna para as meninas parece se constituir num padrão clássico de transmissão dos nomes de batismo, encontrado em diversas regiões da Europa.<sup>213</sup>

O costume de transmitir os prenomes dos avós se manteve latente em boa parte da Europa até pelo menos o século XIX. A ideia de que o prenome é um patrimônio simbólico familiar, ou mesmo a necessidade de marcar a posição do indivíduo no interior da linhagem, conforme já mencionamos, ajuda a explicar esse fenômeno. Entretanto, a crença na reencarnação parece ser um componente peculiar na explicação dessa prática. Nas sociedades camponesas a concepção de mundo estava estreitamente ligada à terra.

“Cada indivíduo descrevia um arco de vida, mais ou menos longo, segundo a duração de sua existência: saía da terra através da concepção e a ela voltava através da morte. Sob a terra estava a morada dos mortos, a reserva da alma à espera de uma reencarnação, essas almas dos ancestrais que ‘renderam o espírito’ e um dia renasceriam num de seus netos. Aliás, não perdurou por muito tempo o hábito de dar às crianças o nome dos avós como que para melhor assegurar a continuidade da família?”<sup>214</sup>

Até o início da Grande Emigração, a maior parte da Europa ainda era predominantemente agrária. Como discutimos no capítulo anterior, na Itália, a expectativa de vida era relativamente baixa. Assim, muitas vezes, o momento em que muitos avós estavam morrendo coincidia com o nascimento dos netos. Aliás, muitos

<sup>213</sup> Ver: SANGOÏ, Jean-Claude. Op. cit. 1999, BURGUIÉRE, André. Op. cit. 1980. POPPEL, F. Van, BLOOTHOOFT, G., GERRITZEN, D., VERDUIN, J. Op. Cit. ZONANBEND, Françoise. Op. cit.

<sup>214</sup> GÉLIS, Jacques. Op. cit. p. 311.

avós nem chegavam a conhecê-los. Nessa sociedade, a própria morte parece se constituir num meio imprescindível para manter ativa a cadeia dos nomes dos ancestrais. Assim, esse modo de viver extremamente instável, que oscilava entre a vida e a morte, teria contribuído para a manutenção dessas crenças, ligadas ao próprio ciclo da natureza. No mundo rural, embora a crença na reencarnação tenha sofrido um desgaste ao longo do tempo, o costume de nomear as crianças a partir dos avós permaneceu bastante forte e se tornou uma tradição que só iria decair no século XX.<sup>215</sup>

Por outro lado, merece destacarmos que, apesar de essa sociedade ser bastante influenciada pela Igreja, as práticas mágicas herdadas dos cultos agrários que faziam uma estreita vinculação entre a vida e a morte humana com os eventos da natureza se mostravam bastante fortes. Assim, como já dissemos, a concepção de mundo trazida pelos camponeses do Vêneto mesclava as tradições ligadas ao campo, que na sua maior parte eram de origem pagã, com elementos do catolicismo. Esse misticismo se manteve latente e se revela nas diversas práticas e crenças do mundo rural. Embora, a maior parte dos imigrantes enxergasse na repetição dos nomes principalmente a tradição sendo seguida, que por sua vez vinculava a uma genealogia comum da terra de partida, nela está embutido uma série de significados que explicam as crenças e o imaginário da sociedade emissora.

Conforme discutimos acima, existiam determinadas convenções ou “regras” para a escolha dos prenomes, assim os tios (tanto do lado paterno como materno) seriam escolhidos após os avós. Observando as tabelas 13 e 14, vemos que, para a primeira *coorte*, os tios e tias maternos(as) tiveram seus nomes escolhidos com maior intensidade. Uma possível explicação seria que, nessa *coorte*, muitos casais escolheram nomes duplos para seus filhos, combinando o prenome de um tio (a) com outra referência. De outra forma, como a imigração rompeu com muitos laços familiares da terra de partida, os nomes duplos, retirados de diferentes membros da linhagem, poderia ser uma maneira de reforçar as relações familiares que teriam sofrido um desgaste com mudança de local.

Outra observação que podemos destacar é uma diminuição nas duas *coortes* seguintes, da influência dos tios, tanto paternos como maternos, nos nomes das crianças batizadas. Esses números podem estar ligados à própria dinâmica da população, especialmente a partir da segunda geração. Como muitos casais, por motivos de ordem

---

<sup>215</sup> POPPEL, F. Van, BLOOTHOOFT, G., GERRITZEN, D., VERDUIN, J. Op. Cit.

econômica, migravam para outras regiões, na paróquia em estudo, eles batizaram apenas os primeiros filhos, que geralmente recebiam os prenomes dos avós. Assim, temos apenas uma parte do ciclo familiar. Por outro lado, há a possibilidade de os prenomes dos tios serem menos utilizados nos filhos das gerações nascidas no Brasil, em função da própria mobilidade populacional. Por estarem fisicamente mais distantes, para os primeiros filhos foi mantido o costume de dar os prenomes dos avós, mas para os demais, foram escolhidos outros, que não os dos tios.

A escolha dos nomes dos membros do grupo familiar, especialmente dos ancestrais, é um componente que explica a importância da linhagem e da organização da família no mundo camponês. O nome constituiria em um meio de guardar uma relação comum entre os membros dispersos de uma parentela.<sup>216</sup> Por outro lado, ele também representa uma marca daquela família, “o padrão de uso dos nomes não só define os que pertencem à família, mas também os que a ela não pertencem, ainda que façam parte do mesmo grupo doméstico”.<sup>217</sup> Ao perpetuar de geração em geração, no interior da mesma linhagem determinado prenome, este se transforma em um emblema de pertencimento, um brasão de reconhecimento.<sup>218</sup>

Certamente, o costume de atribuir aos netos os prenomes dos avós no grupo italiano também remete ao desejo desses indivíduos de manter vivas determinadas tradições que simbolicamente os ligavam à sociedade de origem, e que também era um signo de pertencimento do que era “ser italiano”. Como já dissemos, os casais tinham muitos filhos, assim, em virtude da prole numerosa, o casal teria que escolher diferentes nomes de batismo para as crianças, no qual muitos parentes poderiam ser homenageados. Uma alternativa para manter a tradição e ao mesmo tempo inovar, seriam os nomes adaptados, nas versões masculina ou feminina. Essa opção poderia ser utilizada quando todos os avós já tinham sido referenciados e, também, servia para enriquecer o estoque dos prenomes familiares em uso.

Entre os italianos, os nomes dos pais não foram muito utilizados. O uso do prenome do pai ou da mãe, geralmente, ocorria de forma combinada ou para os últimos filhos acrescidos da palavra *filho* ou *secondo*. O sexto filho de *Paolo Marchiorato* e *Maddalena Caretta*, por exemplo, foi nomeado *Paolo Secondo* (uma referência ao pai), também, de três meninos do casal de imigrantes *Andrea Mosele* e *Elisabett*

---

<sup>216</sup> ZONANBEND, Françoise. “Le nom de personne”. Op. cit. p. 8.

<sup>217</sup> WOORTMANN, Ellen. Op. cit. p. 211-212.

<sup>218</sup> ZONANBEND, Françoise. “Le nom de personne”. Op. cit. p. 12.

*Mazzuchetto*,<sup>219</sup> os três portaram o nome do pai (*Andrea Antonio, João Andrea e Andrea*). Assim como em outras regiões da Europa, onde eram os padrinhos que escolhiam os nomes de batismo, o nome do pai ou da mãe foi pouco utilizado. Entretanto, em outros lugares, como nas paróquias puritanas da Nova Inglaterra em Hingham, a maior parte dos primeiros filhos recebia os prenomes dos pais. Segundo Daniel Scott Smith e Glória Main, esse fenômeno refere-se a uma convenção teológica. Como no puritanismo as pessoas só se tornavam membros efetivos da Igreja após o batismo, e esse era feito na vida adulta, nomear o(a) primeiro(a) filho(a) com os nomes dos pais poderia ser uma forma de reivindicar um direito não herdado no batismo, da proteção divina para as crianças.<sup>220</sup> Entre os italianos, parece não haver uma explicação que justifique o menor uso dos prenomes de batismo dos pais. Seria uma forma de perpetuar os nomes dos outros parentes no interior daquela família, já que os pais, ao contrário dos avós e dos tios, acompanhariam o indivíduo pela maior parte de sua vida? Ou ainda, como eram os próprios pais que escolhiam o nome da criança, prevaleceria a vontade de honrar outras pessoas, que não a si mesmo? Talvez, o próprio costume de atribuir preferencialmente prenomes de pessoas falecidas, como veremos a seguir, tenha contribuído para a baixa utilização dos nomes de batismo dos pais.

### 3.3.2 Nomes dos padrinhos, bisavós e outros parentes

Além dos tios, avós e pais, influências de outros parentes (incluindo o parentesco espiritual) também estiveram presentes na escolha dos nomes de batismo do grupo em estudo, conforme a tabela abaixo:

---

<sup>219</sup> Por não ter encontrado o registro de matrimônio do casal, estou levando em consideração apenas os três meninos encontrados na documentação paroquial, não que esse seja o número total de meninos.

<sup>220</sup> SMITH, Daniel Scott. Op. cit. e MAIN, Glória L. Op. cit. p. 12-13.

**TABELA 15 – INFLUÊNCIA DOS PADRINHOS, BISAVÓS E OUTROS PARENTES NA ESCOLHA DOS PRENOMES.**

Coorte	Nº Casais	Sexo da Criança	Influência dos Compadres				Outro Parente		Bisavô (ó)		Total	
			Padrinho		Madrinha		#	%	#	%	#	%
			#	%	#	%						
1878-1900	91	Menino	28	12,4	-	-	26	7,5	20	5,8	348	100
		Menina	-	-	22	7,2	27	8,8	12	3,9	306	100
1901-1910	103	Menino	23	6,5	-	-	14	4,0	11	3,1	354	100
		Menina	-	-	20	5,2	23	6,0	3	0,8	382	100
1911-1920	96	Menino	5	2,1	-	-	19	7,9	3	1,2	241	100
		Menina	-	-	8	3,5	13	5,6	1	0,4	232	100
1878-1920	290	Menino	56	5,9	-	-	59	6,3	34	3,6	943	100
		Menina	-	-	50	5,4	63	6,8	16	1,7	920	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO E CASAMENTO, ACERVO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO, Nª SRA DA PIEDADE E SÃO JOSÉ.

Seguindo o modelo proposto para as práticas de nomeação, após reverenciar os avós, para os últimos filhos seriam escolhidos prenomes dos tios, como citamos acima, dos santos, da moda, mas também dos padrinhos e outros parentes, como primos, irmãos falecidos etc. Conforme mencionamos anteriormente, o parentesco espiritual, muitas vezes, tinha por função estreitar laços entre famílias. Nesse sentido, a escolha do mesmo nome do padrinho ou madrinha da criança reforçaria esse vínculo. Pitt Rivers, ao investigar a respeito das funções práticas e ideológicas do compadrio no sul da Espanha, enfatiza a conexão entre a instituição com o nome dado à criança. Segundo o autor, o ritual de aquisição do nome cristão marca o início da personalidade social do indivíduo, sendo este herdado do padrinho ou madrinha, é com ele que haveria uma maior identificação.<sup>221</sup> Na concepção da Igreja, sendo o batismo um segundo nascimento, o qual necessitava novos pais, o ato de dar o nome do padrinho seria uma forma de concretizar a paternidade espiritual.<sup>222</sup>

Entre os imigrantes italianos e ítalo-brasileiros, os pais espirituais geralmente eram escolhidos entre os parentes, vizinhos ou amigos. A escolha dos avós para

<sup>221</sup> BLOCH, M. & GUGGENHEIM, S. “Compadrazgo, baptism and the symbolism of a second birth”. *Man, New series*. Vol.16, nº 3 (Sep,1981). Pp376-386 disponível em < [www.jstor.org/stable/2801290](http://www.jstor.org/stable/2801290)>. p. 378

<sup>222</sup> BURGUIÈRE, André. “Um nom pour soi” Op. cit. p. 31.

apadrinhar um neto não foi tão comum, a maior parte dos padrinhos era pessoa da mesma faixa etária dos pais. Pelos dados da tabela acima percebemos que o compadrio, com exceção da primeira coorte, não exerceu grande influência nos nomes das crianças. Aliás, uma questão permanece em aberto, o declínio do uso dos prenomes dos padrinhos seria um indício do desgaste desse costume que teria se iniciado, na Itália, antes mesmo de os imigrantes partirem, ou seria mesmo um hábito pouco praticado na sociedade de origem?<sup>223</sup> Talvez, o próprio fato de serem os pais os responsáveis pela escolha do prenome da criança tenha contribuído para a baixa influência do costume. Uma questão difícil de ser respondida é se os padrinhos que tiveram os nomes dados aos seus afilhados foram escolhidos por causa dos nomes que seriam transmitidos às crianças, uma vez que a análise de algumas famílias mostrou que para a escolha dos pais espirituais não havia “regras” estritas como para os nomes. Entretanto, alguns casos merecem ser destacados.

Em 1891, um casal de imigrantes, *Giovanni Mores e Maria Ridotto*, escolhe para madrinha de sua filha a brasileira *Inocência Carneiro Torres*, colocando o seu nome na menina batizada. Alguns anos depois, em 1894, o casal novamente escolhe um membro da família Torres, para apadrinhar seu filho, dessa vez, um menino. Entretanto, o padrinho *Campolin Alves de Almeida Torres* não pode comparecer ao batismo e dá procuração ao seu sobrinho *Francisco de Freitas* para substituí-lo. Mesmo assim, o casal homenageia o padrinho brasileiro, colocando seu prenome no menino. No mesmo ano de 1894, outro casal, *Fortunato Rossa e Maria Marquette*, também escolheu o mesmo brasileiro para apadrinhar seu filho, e também coloca o prenome *Campolin* na criança. Assim, no mesmo ano duas crianças foram batizadas por um mesmo padrinho brasileiro e receberam um idêntico prenome. Talvez, ao colocar o mesmo nome de batismo de uma pessoa socialmente importante e o escolher para padrinho, os imigrantes enxergavam como uma estratégia para efetivar sua inserção social. Conforme já destacamos anteriormente, as terras da família Torres circundava boa parte da colônia Antônio Rebouças. Também as crianças batizadas nasceram no período do recém-estabelecimento de muitas famílias vindas da Itália. Foi nesse período inicial que tivemos as maiores taxas de crianças batizadas por padrinhos não italianos (Ver tabela 5). Os dois casais que escolheram o padrinho brasileiro, provavelmente se instalaram

---

<sup>223</sup> Essa é apenas uma hipótese, uma vez que a bibliografia disponível não permitiu resposta a esta pergunta.

em Campo Largo no final da década de 1880, pois aparecem pela primeira vez na paróquia batizando um filho em 1890.

A menor influência dos prenomes dos padrinhos talvez possa ser explicada pelo próprio fato de estes geralmente ser da mesma faixa etária dos pais, como a tradição da escolha dos nomes recaía sobre aqueles de pessoas mais velhas ou falecidas. Aliás, alguns casais deram a seus filhos, especialmente ao primeiro, não o nome dos avós, mas sim dos bisavós. A tabela anterior mostra que na primeira *coorte* essa opção foi significativa, principalmente para os meninos. Na verdade, esses números são parciais, uma vez que somente em parte dos casos foi possível recuperar os prenomes dos bisavós. A maior parcela dos dados se refere a uma colônia específica (Campina) que obtivemos por meio da genealogia das famílias pioneiras.<sup>224</sup> É provável que a opção pela escolha dos prenomes dos bisavós, em algumas ocasiões, reflita o costume de dar o nome de um falecido a criança, já que, na maioria dos batismos, o bisavô já estava morto e enterrado na Itália. Exemplo disso foram os dois primeiros filhos (*Luigi e Giuseppe*) de *Fioravante Camillo e Antonia Maria Simonetto*, que receberam os nomes dos dois bisavós paternos.

Além dos bisavós, nomes de outros parentes (vivos ou mortos) também foram escolhidos. Como encontramos uma variedade de influências (primos, esposa ou marido falecido(a) do casamento anterior, ou com outro grau de parentesco que não foi possível definir qual), todas essas referências foram incluídas em uma só categoria. Em alguns casos poderiam ser escolhidos pelo apreço do casal por aquele nome, para combinar com outro prenome de família, pela trajetória de vida daquele indivíduo (no caso de falecido) ou até mesmo para estreitar um laço de amizade com aquela pessoa. Um exemplo a ser citado são os três netos de *Constante Beraldo e Catterina Bonato*, que foram todos batizados como *Afonso*, provavelmente uma referência a algum parente. Assim como os bisavós, nomes de outras pessoas falecidas também eram escolhidos. Em 28 de agosto de 1885 selaram a união matrimonial dois viúvos: *Alessio de Tomasi e Antonia Filipetto Fabris*, sendo que o primeiro filho do casal, uma menina, recebeu o mesmo nome da esposa falecida do noivo (*Cattarina*). De maneira similar, para a primeira filha de *João Toresin e Angela Cequinelli*, foi colocado o nome de *Anneta*,

<sup>224</sup> Ver a parte II da obra: AGGIO, Osmar. Op. cit. O autor pesquisou nas paróquias da Itália a origem das famílias pioneiras, por isso foi possível também observar a influência dos bisavós. As crianças batizadas com os prenomes dos bisavós, que na maioria das vezes estavam mortos e enterrados na Itália, se concentraram sobretudo nas duas primeiras coortes. É importante destacar que, para evitar “pulverização” dos dados, a influência de todos os bisavós (independentes de serem do lado paterno ou materno) foi colocada em sua só categoria.

provavelmente, uma forma carinhosa de homenagear *Anna*, a esposa morta de *João*. Os dois casos citados são indicadores do respeito à precedência, característica comum das sociedades camponesas da Europa pré-industrial. O ato de dar o prenome da esposa falecida à criança do novo casamento pode ser entendido como uma obrigação, um débito natural para com os mortos.<sup>225</sup>

Além de nomes de parentes, alguns acontecimentos na trajetória do grupo parecem motivar o uso de certos prenomes. Conforme mencionamos no capítulo 2, em 1906, na colônia Campina, houve uma epidemia de tifo. Na família de *Ricardo Magaton*, todos adoeceram, tendo o rapaz falecido aos 21 anos de idade.<sup>226</sup> Na ocasião foi realizada uma promessa a N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Saúde, pedindo a cura dos enfermos e o fim da epidemia, a qual teria cessado após o pedido. Nos anos seguintes, verifica-se um aumento do uso do prenome *Ricardo*. Exemplo decorrente desse caso pode ser citado o sétimo filho de *Luigi Maso* e *Angela Fraccaro*. Antes de *Ricardo Magaton* falecer, ele tinha sido padrinho do quinto filho do casal, que foi chamado de *Ermínio*. Ocorre que, ao filho do casal que nasceu após a morte de *Ricardo*, em 1906, foi escolhido esse prenome. Dar o nome de uma pessoa falecida que tinha entrado para a família pelo parentesco espiritual seria uma forma de homenagear o morto, mas também poderia ser uma maneira de sublinhar uma promessa feita pela comunidade. Aliás, o uso desse prenome por parte de determinadas famílias, mesmo não sendo parente do falecido, também poderia ser uma forma de marcar a memória coletiva sobre o ocorrido, especialmente da geração posterior.

### 3.3.3 Os nomes dos irmãos falecidos

Ao longo do processo de reconstituição das famílias, um fato recorrente sempre nos chamou atenção, muitos casais tinham dois filhos que portavam o mesmo prenome. A suspeita inicial, que se concretizaria nas evidências posteriormente encontradas, referia-se a crianças falecidas.<sup>227</sup> Como na paróquia não havia o livro de óbitos, tornou-se necessário recorrer a outros documentos, como os registros cartorários e os registros

<sup>225</sup> Ou nos termos propostos por Bartolomé Clavero, a *Antídora* que constitui na forma de intercâmbio obrigado de agradecimentos materiais. CLAVERO, Bartolomé. **Antídora: Antropologia Católica de la Economía Moderna**. p.16

<sup>226</sup> Ver: AGGIO, Osmar. Op.cit.

<sup>227</sup> Tais práticas parecem ser bastante comuns nas sociedades ditas tradicionais. Louis HENRY desenvolveu, inclusive, uma metodologia para avaliar os sub-registros de óbitos de crianças na França a partir da repetição dos prenomes de batismo numa mesma família. HENRY, Louis, **Téchniques d'analyse en démographie historique**. Paris: INED, 1980. pp. 141-142.

da Caixa Mortuária. Entretanto, as fontes referentes às mortes se mostraram fragmentárias e lacunares.<sup>228</sup> De qualquer forma, foi possível recuperar parte das informações sobre os óbitos de crianças. A tabela a seguir mostra a frequência do uso dos prenomes dos irmãos falecidos, que tiveram seus óbitos encontrados, nas fichas de família “M”.

**TABELA 16 – INFLUÊNCIA DOS IRMÃOS FALECIDOS.**

Coorte	Nº Casais	Sexo da Criança	Influência dos irmãos falecidos				Total	
			#	%	#	%	#	%
1878-1900	91	Menino	20	5,8	-	-	348	100
		Menina	-	-	8	2,6	306	100
1901-1910	103	Menino	14	4,0	-	-	354	100
		Menina	-	-	10	2,6	382	100
1911-1920	96	Menino	6	2,5	-	-	241	100
		Menina	-	-	9	3,8	232	100
1878-1920	290	Menino	40	4,2	-	-	943	100
		Menina	-	-	27	2,9	920	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO, CASAMETOS DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO, N<sup>a</sup> SRA DA PIEDADE (CAMPO LARGO – PR) E SÃO JOSÉ (SANTA FELICIDADE, CURITIBA – PR). LIVROS DE ÓBITO DO CARTÓRIO DE REGISTROS CIVIS DE CAMPO LARGO, LIVRO DA CAIXA MORTUÁRIA DA COLÔNIA CAMPINA (CAMPO LARGO – PR).

\*\*\*

A tabela acima foi construída com base nas informações das famílias reconstituídas que apresentavam duas ou mais crianças batizadas com o mesmo prenome. Assim, cruzando as informações dos batismos com aquelas referentes aos óbitos percebemos que maioria dos casais que tinham um filho falecido o homenageava colocando seu nome em um irmão que nascesse depois. É claro que esses dados não correspondem ao total de crianças que receberam os mesmos nomes dos irmãos falecidos, mas sim uma amostra. Além dos números mencionados na tabela, foram encontrados mais 36 casos (22 meninos e 14 meninas).<sup>229</sup> Embora não tenha sido

<sup>228</sup> Os livros de óbito do Cartório Civil de Registros de Campo Largo apresentam uma grande lacuna. Entre os anos de 1908 e 1922, não há nenhum registro de óbito. Também o livro de registros da Caixa Mortuária, só foi encontrado para uma das colônias.

<sup>229</sup> Esses números não se limitam apenas às famílias reconstituídas. Na demografia história, as chamadas Fichas **M** referem-se aqueles casais em que o início da observação é marcado pela data do casamento. Já

localizado o registro de óbito, por analogia aos demais, é muito provável que estas também se refiram a nomes recebidos a partir dos irmãos mortos.

A prática de dar o mesmo nome do irmão falecido ao filho subsequente se mostrou significativa. Alguns estudos mostram que, particularmente nas regiões mediterrânicas da Europa, dar o prenome de um parente falecido para a criança era considerado uma obrigação.<sup>230</sup>

Nas regiões da Europa onde eram os padrinhos que escolhiam os prenomes das crianças, estes não tinham a obrigação de dar os nomes dos falecidos.<sup>231</sup> Entretanto, a maioria das famílias que perdiam um filho colocava o mesmo nome do falecido na criança que nascesse na sequência, principalmente quando esta era do mesmo sexo. Na Itália, como eram os pais quem escolhiam os nomes e não os padrinhos, esse costume se mostrou ainda mais intenso do que em outras regiões. Mas qual a razão? André Burguière sugere que essa prática não se relaciona apenas à perpetuação do nome da pessoa falecida, mas também era uma forma de reforçar um prenome que fazia parte do estoque familiar. Entretanto, a nosso ver, há outros elementos envolvidos.

Na concepção de mundo camponesa, a ideia do ciclo da vida associado à terra, conforme mencionado, parece ter uma estreita relação com essa prática. Somando a essas crenças, dar o mesmo prenome do irmão falecido teria a finalidade de “refazer” o indivíduo no interior da linhagem, colocando o mesmo nome em um novo nascimento.<sup>232</sup> Esse costume coloca em evidência a concepção de comunidade, típica do mundo camponês, que não abrangia somente os vivos, mas também os mortos. Basta lembrarmos que, na Itália, até pelo menos o final do século XIX, a morte de crianças prematuramente ainda era corriqueira. Portanto, a convivência com a morte fazia parte do cotidiano do mundo camponês.

Os nomes dos falecidos também podem evidenciar a crença na reencarnação, oriunda dos cultos agrários, que, embora refutada pela Igreja, se manteve presente no mundo rural.

---

as fichas E referem-se àqueles casais em que o início da observação refere-se ao primeiro filho batizado na paróquia. Ver: FLEURY, Michel & HENRY, Louis. **Nouveau Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancién**. 3ème.ed. Paris: INED, 1985. 115-182.

<sup>230</sup> SANGOÏ, Jean-Claude. 1999. Op. cit. Ver também : HENRY, Louis, **Téchniques d'analyse en démographie historique**. Paris: INED, 1980. pp. 141-142.

<sup>231</sup> Em Pays de Sault, Na França, como eram os padrinhos quem escolhiam os prenomes das crianças, muitas vezes, eles não eram obrigados a dar os nomes dos falecidos. BURGUIÈRE, André. *Prénome et parente*. Op.cit. 34.

<sup>232</sup> KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “Lê nom <refait>”. Op. cit. p. 99-100.

“A tradição do culto aos mortos foi uma das práticas fundamentais de quase todas as religiões, mesmo as mais primitivas. Inicialmente, o culto aos mortos esteve ligado aos cultos agrários e aos da fertilidade da terra. O defunto como as sementes, eram enterrados com vista a uma futura ressurreição ou nascimento. Como as sementes, esperavam a volta a uma nova vida. Por isso, a ideia central da festa dos mortos é a mesma dos ritos agrários e da fecundidade: retorno a vida que deve surgir de algo oculto e misterioso, da morte, como a planta surge das sementes inertes.”<sup>233</sup>

Por outro lado, na liturgia cristã, o nascimento espiritual de uma criança que recebe juntamente com a água do batismo seu nome, anularia a morte do portador de seu prenome que o precedeu.<sup>234</sup> Ao utilizar o mesmo nome, a criança falecida teria um representante legítimo na terra capaz de assegurar seu descanso no mundo dos mortos, e de zelar pelo seu espírito.

“Na cultura cristã, o nome de batismo tinha uma dupla função propiciatória. Aquela de assegurar à criança a saúde e a felicidade no mundo, mas também uma boa morte e a vida eterna: era o nome de batismo inscrito no “livro da vida” que se encontrava no céu, e era a maneira como poderia ser reconhecido, quando evocado nas orações”.<sup>235</sup>

Assim, os nomes dos mortos, dados aos novos nascimentos, também seriam formas de os vivos intercederem, com suas rezas e orações, na salvação de suas almas. Também, essa seria parte da explicação da Igreja Católica sobre a insistência na escolha de nomes cristãos, eliminando assim do estoque onomástico prenomes de origem pagã, ou que lembrassem personagens do mundo pagão. Entre os colonos italianos, havia a crença de que o culto aos mortos era uma forma de afirmação da vida para além da morte. Entendiam que os falecidos estavam, de certo modo, unidos aos seus familiares, por isso eram muito lembrados nas orações, missas e também nos nomes.<sup>236</sup>

A perpetuação dos prenomes dos falecidos também pode estar associada às devoções e funções denotativas do poder simbólico do nome. *Baptista Cavallin* e *Maria Alessi* tiveram 12 filhos. O sexto filho do casal foi batizado como *Antonio*, uma provável referência ao santo, já que nasceu em 14 de junho. O menino vem a falecer, e o filho subsequente, recebe o nome do irmão falecido, mas ele também vem a falecer e o último filho do casal é novamente chamado de *Antonio*. O que teria feito o casal não desistir do nome, mesmo depois de duas mortes? Seria a crença no poder do prenome,

<sup>233</sup> FOCHESATO, Iloni. Op. cit. p. 11.

<sup>234</sup> KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “Lê nom <refait>”. Op. cit. p. 100.

<sup>235</sup> FINE, Agnes In NADALIN, Sérgio Odilon. NADALIN, Sérgio Odilon. “Construção e ‘Desconstrução’ de uma cultura imigrante: atribuição de nomes de batismo, parentesco e compadrio. Séculos XIX e XX”. (Projeto de Pesquisa) CNPQ Processo 301564/2007-8. p. 5.

<sup>236</sup> FOCHESATO, Iloni. Op. cit. p. 27. O autor, em sua pesquisa realizada na década de 1970 em Veranópolis, Flores da Cunha e Garibaldi no Rio Grande do Sul, constatou que a maior parte das missas encomendadas pelos descendentes de italianos era para os fiéis defuntos e para as almas do purgatório.

que era o mesmo do santo? Uma promessa? A força da tradição? O desejo de perpetuar esse prenome? Ou mesmo a própria insensibilidade em relação à morte? Na verdade, poderia ser qualquer uma das opções, ou mesmo, todas elas juntas. Em algumas famílias, a prática de transmitir os mesmos nomes dos irmãos foi rigidamente seguida. *Olivo Bertoja e Dominga Cunico* tiveram 15 filhos, quatro morreram e todas as crianças tiveram seus nomes lembrados nos filhos que nasceram na sequência. O desejo de “refazer” o morto na linhagem dos vivos também poderia aparecer de maneira dupla. A terceira criança de *Beato Boaron e Angela Ansolin*, o menino primogênito, foi nomeado de *Antonio Santo*, uma referência aos dois avós. Entretanto, o menino vem a falecer, e quando nascem o oitavo e nono filho do casal (gêmeos) foram colocados os nomes de *Antonio* e *Santo João*. Ao mesmo tempo que foi referenciado o irmão falecido, também o foram, os avós.<sup>237</sup>

### 3.3.4 Nomes dos avós: vivos ou mortos?

Seguindo o modelo proposto para as práticas de nomeação, conforme a tabela 12, as “regras” colocavam que para os primeiros filhos deveriam ser dados os nomes dos avós. Entretanto, em algumas famílias, esse costume não era assim seguido. Os pais davam os nomes dos avós aos filhos “do meio”, ou aos últimos. Qual seria o motivo? Ao analisar alguns casos, observamos que estes casais só nomeavam seus filhos a partir dos avós, depois que eles estivessem mortos. Conforme já mencionamos em outras partes desta dissertação, os imigrantes eram oriundos de diferentes regiões do Vêneto. Seriam então portadores de tradições diferentes? Talvez, na origem desse costume, quando se escolhiam os nomes a serem dados às crianças, os avós em sua maior parte já estavam mortos. Isso se explica pelas próprias condições de vida do mundo camponês na Europa pré-industrial. Com o passar do tempo, à medida que as condições de vida material foram melhorando, a expectativa de vida teria aumentado. Assim, o hábito de dar aos primeiros filhos os nomes dos avós se tornou uma tradição. Os camponeses passaram a honrar os avós, nos primeiros filhos que nascessem, independente de estarem vivos ou mortos. Entretanto, como se explica aqueles casais que só escolhiam os nomes dos avós falecidos? Na Idade Média, havia a crença de que não era bom

---

<sup>237</sup> O costume de dar nomes dos irmãos falecidos, conforme aponta a historiografia, se insere na longa duração. Na genealogia que consta no Anexo 5, podemos perceber como numa mesma prole alguns pronomes se repetem, sendo referentes a crianças falecidas.

atribuir a um bebê o nome de um vivo, seria como que fazê-lo entrar prematuramente no mundo dos ancestrais, e isso não seria bom para a criança.<sup>238</sup> As crenças ligadas à perpetuação do nome dos mortos atravessaram séculos; especialmente em algumas famílias, esse costume se manteve de maneira tão intensa que acabou por se tornar uma tradição de família, ou melhor, daquela linhagem. Eram atribuídos os nomes dos avós somente depois de mortos.

Na colônia Campina, para o segundo filho de *Venceslao Bianco* e *Clara Nicolato* que nasceu em 22 de maio de 1900, foi colocado o prenome do avô paterno *Fortunato*, que falecera pouco mais de dois meses antes do nascimento da criança. Desde o mundo antigo, acreditava-se que a alma do falecido permanecia na terra até a decomposição completa do corpo. Talvez essa crença tenha contribuído para o costume de dar o nome do parente falecido à criança que nascesse logo depois de sua morte. Mas qual seria o significado dessas crenças para o camponês; essas práticas eram feitas de forma consciente em relação aos seus significados, ou apenas era tradição sendo seguida? Embora o significado desses costumes tenha se perdido ao longo do tempo, a manutenção dessas tradições aos olhos do grupo era sinônimo de pertencimento, um signo cultural que lembrava os membros falecidos da linhagem e que não deveriam ser esquecidos.

Sobre os nomes dos falecidos, um caso muito interessante é do imigrante *Bernardino Lorenzo Carlesso*, que teve 10 filhos (entre os nascidos na Itália e no Brasil).<sup>239</sup> Ele foi homenageado em sete de seus netos, sendo seis nascidos após sua morte trágica, uma vez que *Bernardino* cometeu suicídio em 16 de agosto de 1912. Parece que a tragédia não afetou a decisão dos pais de dar o nome do avô que falecera prematuramente. Nesse caso, a tradição, ou mesmo o desejo de perpetuar um nome de família, um patrimônio da linhagem, se manifestou com mais força do que as próprias ingerências da Igreja, pois na concepção católica, o suicida é proscrito da eclesía, não sendo merecedor do paraíso. É um claro exemplo de desobediência a norma eclesial. Certamente o desejo de manter a memória do falecido, em vários netos, assim se processou, para reforçar um costume que marca o pertencimento àquelas práticas culturais, características do grupo. Dessa maneira, nesse caso específico, percebemos que a fidelidade à tradição, ao costume, ou seja, a identidade etnocultural se sobrepôs à religião.

---

<sup>238</sup> KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “Lê nom <refait>”. Op. cit. p. 100.

<sup>239</sup> Dos 10 filhos, dois morreram crianças, os demais casaram e tiveram filhos.

Embora os registros de óbitos utilizadas neste trabalho sejam problemáticas, sendo parciais e com lacunas, foi possível construirmos uma tabela para quantificar quantos avós tiveram seus nomes dados aos netos, quando estavam vivos ou quando já haviam falecido.<sup>240</sup>

**TABELA 17 - CRIANÇAS QUE RECEBERAM PRENOMES DOS AVÓS VIVOS OU FALECIDOS.**

Coorte	MENINOS								MENINAS							
	Avô Vivo		Avô Falecido		N. I.		Total		Avó Viva		Avó Falecida		N. I.		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
<b>1878-1899</b>	58	54,7	25	23,6	23	21,7	106	100	50	54,4	21	22,8	21	22,8	92	100
<b>1900-1910</b>	64	44,7	41	28,7	38	26,6	143	100	67	50,7	33	25,0	32	24,3	132	100
<b>1911-1920</b>	40	43,5	21	22,8	31	33,7	92	100	42	57,5	11	15,1	20	27,4	73	100
<b>1878-1920</b>	162	47,5	87	25,5	92	27,0	341	100	174	53,1	76	23,3	77	23,6	328	100

LIVROS DE ÓBITO DO CARTÓRIO DE REGISTROS CIVIS DE CAMPO LARGO, LIVRO DA CAIXA MORTUÁRIA DA COLÔNIA CAMPINA (CAMPO LARGO – PR).

Pela tabela acima verificamos que uma parcela significativa das crianças recebeu o prenome dos avós depois de morto. Se os casos não identificados (N.I.) tivessem proporções próximas às percentagens apresentadas para as outras duas colunas, os números relativos aos avós falecidos provavelmente seriam da ordem de 35% dos meninos e 30% das meninas. Como foi notado nas tabelas anteriores, as “regras” são sempre mais rígidas para os meninos do que para as meninas. Alguns autores, historiadores e antropólogos<sup>241</sup> sugerem que as regras de transmissão dos nomes nas populações tradicionais seriam menos rígidas para as mulheres em função do seu próprio status desvalorizado. Assim, a elas seria permitido inovar, escolher prenomes alheios aos membros da família. No nosso caso em estudo, a tradição bastante ancorada na família e na linhagem se mostrou mais forte para os meninos que reproduz a próprio sistema patriarcal característico da Europa mediterrânea.

<sup>240</sup> Para a construção dessa tabela, para saber se ao avô estava vivo ou falecido, levamos em consideração informações encontradas em diferentes referências: registros cartorários de óbitos, registro de casamento, registros da caixa mortuária, informações contidas em algumas genealogias, entre outras. Aqueles avós/avós que não foi possível saber se estavam vivos ou falecidos no momento em que tiveram seus nomes dados aos seus netos, incluímos na categoria “Não Identificados”.

<sup>241</sup> SCHNAPPER, Dominique. Op. cit. p. 17.

Além da diferença de gênero, numa leitura geral da tabela 17, percebemos que o costume de dar o nome dos ancestrais somente depois de falecido vai diminuindo ao longo do tempo. Parece que as gerações posteriores, especialmente aquelas nascidas no Brasil, passaram a dar os nomes dos avós, independente de estarem vivos ou mortos. Essas mudanças nas formas de nomear seria resultado do impacto dos novos ajustes demográficos? Como o casamento na colônia italiana passou a ser antecipado, e os casais tinham muitos filhos, a maior parte dos avós estaria ainda viva no momento em que se completava a prole. Assim, para dar continuidade às tradições, se escolhia logo o nome dos avós, independente de estarem vivos ou mortos, especialmente para os primeiros filhos, de modo a garantir a perpetuação daquele patrimônio simbólico. É claro que isso é apenas uma hipótese, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre a idade ao morrer dos avós, o que no momento não há condições de fazer, devida as lacunas na documentação.

### **3.4 Nomes e o calendário litúrgico**

No capítulo 2 desta dissertação foi tratado sobre o papel da religiosidade imigrante como fator de identificação coletiva do grupo italiano. Assim, nas práticas de nomeação esta também tem um papel significativo. Entre as populações católicas da Europa, os nomes dos santos, desde muitos séculos, tem sido uma fonte inspiradora para a escolha do nome de batismo. Os nomes retirados do calendário litúrgico, ou escolhidos por outro motivo religioso, podem ser tanto resultado de devoções pessoais, ou mesmo estar ligado à influência da Igreja. Na colônia italiana, a autoridade do padre também poderia influenciar os pais da criança a ser batizada, na escolha do nome. Entre os imigrantes e descendentes de italianos de Campo Largo, muitos nomes se referiam aos patronos da Igreja, mas nem todos foram escolhidos em função deles. Provavelmente, a difusão desses prenomes remonte à própria influência da Igreja Católica na cristianização dos nomes próprios, processo que se intensificou no período pós-reformas religiosas do século XVI.

O Concílio de Trento prescrevia que a criança deveria receber um nome de batismo cristão,<sup>242</sup> um nome piedoso que evocasse as virtudes do seu portador, assim como seria um símbolo de fidelidade a Deus. Conforme já mencionamos, para a Igreja,

---

<sup>242</sup> DUPÂQUIER, Jacques. Op.cit. p. 5.

o prenome tinha um valor pedagógico: a criança tinha que imitar as qualidades de seu patrono.<sup>243</sup> Na verdade, a tentativa de impor a supremacia dos nomes cristãos vem desde pelo menos o século XII, mas esse processo só vai se intensificar a partir do século XVI. Especialmente nas áreas da Europa Ocidental pouco atingidas pelo protestantismo, o uso dos nomes dos santos se deu de maneira intensa.<sup>244</sup>

A utilização de certos prenomes por determinada família também serve para o estudo das devoções particulares. No nosso grupo em estudo, a prática relacionada ao uso de nomes de santos podia ser o resultado da afirmação de devoções familiares, de promessas realizadas ou até mesmo da influência do padre. Os nomes devocionais podiam ser o resultado de uma troca<sup>245</sup>, uma forma de estabelecer um *contrato* com o sagrado: o nome do santo em troca de suas bênçãos, ou de sua proteção para o indivíduo durante toda sua vida. Nessa direção podemos perceber um “princípio de reciprocidade”, um ato de dar que implica um ato de receber. A tabela a seguir mostra a influência dos santos nos nomes das crianças, nas famílias reconstituídas.

**TABELA 18 – INFLUÊNCIA DOS SANTOS NOS NOMES DAS CRIANÇAS.**

Coorte	Nº Casais	Sexo da Criança	Influência dos Santos		Total	
			#	%	#	%
1878-1900	91	Menino	19	5,6	348	100
		Menina	4	1,3	306	100
1901-1910	103	Menino	23	6,5	354	100
		Menina	5	1,3	382	100
1911-1920	96	Menino	10	4,2	241	100
		Menina	4	1,7	232	100
1878-1920	290	Menino	52	5,5	943	100
		Menina	13	1,4	920	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO E CASAMENTO, ACERVO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO, Nº SRA DA PIEDADE E SÃO JOSÉ.

<sup>243</sup> SANGOÏ, Jean-Claude. 1999. Op.cit. p. 5.

<sup>244</sup> De acordo com ARTIGAUT citado por SANGOÏ, em Castres, na França, 90% dos prenomes masculinos tinham uma origem religiosa. SANGOÏ, Jean-Claude. 1999. Op.cit. p. 5.

<sup>245</sup> Ou no sentido maussiano: uma dádiva.

Ao elaborar a tabela sobre as influências nas escolhas dos prenomes das crianças, uma das dificuldades foi estabelecer um critério sobre a relação entre o nome e o santo, já que muitas crianças poderiam receber nomes devocionais independente de elas terem nascido no ou próximo ao dia do patrono religioso. Assim, resolvemos adotar como referência o fato de aquela criança ter sido batizada próxima ao dia do patrono religioso. Entretanto, é de nosso conhecimento que muitos casais escolhiam para seus filhos muitos nomes devocionais, mesmo quando não coincidia a data de nascimento da criança com o dia do santo que se queria honrar. Talvez, por esse motivo, a influência dos santos na tabela acima não tenha se mostrado maior. Em 1936 um casal de descendentes de italianos batizou seus filhos gêmeos de *Pedro e Paulo*. Poderia ser uma referência aos santos, que foram martirizados no mesmo dia? Entretanto, eles não nasceram próximo ao dia dos padroeiros (em 29 de junho), mas sim em abril. É notório que para os meninos a escolha dos nomes dos patronos religiosos foi mais frequente que para as meninas. Uma possível explicação seria o fato de que a maior parte das santas são as diferentes devoções a Nossa Senhora (*Maria*), enquanto para os meninos há um maior rol de santos festejados entre os italianos. Entretanto, como já mencionamos em situações anteriores, as “regras” sempre se mostraram mais rígidas para o gênero masculino.

Além da relação com o calendário litúrgico, muitos dos padroeiros das colônias tinham seus nomes dados a muitas crianças. Na verdade, a escolha de determinado santo como padroeiro reflete as próprias devoções das aldeias de origem de que são provenientes muitas famílias de imigrantes. Nossa Senhora do Carmo é padroeira da colônia Antonio Rebouças, é justamente nessa região que foram batizadas a maior parte das meninas nomeadas como: *Carmem, Carmella, Carmelita e Carmelina*. No núcleo colonial de Mariana, que tem como padroeira Nossa Senhora da Anunciação, também está concentrada a maior parte das meninas nomeadas como *Núncia* ou *Anunziata*. Já para os meninos, encontramos muitos *João Batista* na Campina, que tem este santo como patrono, e assim como a maioria dos *Sebastião* nasceu na colônia sede da paróquia (Rondinha), que tem como padroeiro São Sebastião.

Alguns prenomes que foram os mais utilizados pelo grupo ao longo de todo o período analisado, como *Antonio, João* ou *Giovanni, Jose* ou *Giuseppe*, entre os meninos, representam o maior número de casos em que há a relação entre a data de nascimento e o santo do dia. A tabela a seguir mostra a frequência dos nomes utilizados em relação ao calendário litúrgico durante todo o período, para todas as crianças.

**TABELA 19 – RELAÇÃO ENTRE O NOME DA CRIANÇA E O CALENDÁRIO LITÚRGICO (1878-1937).**

<b>Meninos</b>			
Referência	Prenome	#	%
São Pedro	Pedro	19	6,6
Santo Angelo	Angelo	2	1,3
Santo Antonio de Pádua	Antonio	39	25,8
São José/São José Operário	José/Giuseppe	21	13,9
São João Batista	João Batista/Giovannibaptista	27	17,9
São Sebastião	Sebastião/Sebastiano	9	6,0
São Miguel Arcanjo	Miguel	3	2,0
São Bartolomeo	Bartolomeo	1	0,7
Natal	Natal/Natalio/Salvador	6	4,0
São Bernardo	Bernardo	2	1,3
São Paulo Apóstolo	Paulo	4	2,6
São Valentin	Valentin/Valentino	7	4,6
São Jeronimo	Jeronimo	1	0,7
São Marcos	Marco	2	1,3
Santo Agostinho	Agostinho	2	1,3
São Braz	Braz	3	2,0
São Francisco de Assis	Francisco	2	1,3
São Lourenço	Lourenço/Lorenzo	1	0,7
Total		151	100
<b>Meninas</b>			
São Valentin	Valentina	2	2,0
Sta Maria Madalena	Madalena	3	3,0
Santa Cecília	Cecília	7	7,0
Nª Srª da Anunciação	Anunziata/Nunzia	5	5,0
Santa Catterina de Gênova	Catterina	10	10,0
Nossa Senhora	Maria	35	35,0
Santo Antonio	Antonia	8	8,0
Nª Srª do Carmo	Carmelina		
	Carmela		
	Carmelita		
	Carmen	13	13,0
Assunção de Nª Srª	Assunta	3	3,0
Sta Teresinha do menino			
Jesus	Teresinha	4	4,0
Natal	Natalia	3	3,0
Santa Ana	Anna	4	4,0
Santa Rosa	Rosa	2	2,0
Total		99	100,0

FONTE: LIVROS DE BATISMO, PARÓQUIA DE SÃO SEBASTIÃO (CAMPO LARGO – PR)

Na tabela acima, observamos que novamente o número de casos foi maior para os meninos. A necessidade de reiterar a proteção para o homem estaria de acordo com o próprio modelo de sociedade patriarcal que o grupo reconstituía, em que a importância da linhagem tinha caráter essencial, especialmente a via masculina. Sendo ele o continuador da cadeia de gerações, dar um nome dotado de um grande poder simbólico

como dos principais patronos da Igreja poderia ser uma forma de garantir prioritariamente para ele uma ligação sagrada. Mesmo que essa prática fosse feita de maneira inconsciente, fazia parte do *habitus* do grupo. Santo Antonio, São João Baptista, São Pedro e São José foram os santos mais cogitados. Os chamados “santos juninos” encabeçam o topo da lista, e esses estão entre os mais comuns como padroeiros das capelas nas colônias italianas do Sul do Brasil. Também esses santos representam os modelos de virtudes propagados pela Igreja: São José o arquétipo dos valores paternais; São João Baptista que significa “Deus é propício”, pois veio à luz em idade avançada dos pais; Pedro, “terra sólida”, exemplo de perseverança e pai da Igreja; e Antonio pregador, perseverante e exemplo de humildade.<sup>246</sup>

No início da colonização havia um protecionismo exagerado atribuído aos santos. Na verdade, essas atribuições herdadas da terra de origem remetem ao próprio modelo de sociedade, à religiosidade tradicional dos camponeses, à falta de assistência médica e à vida instável que se levava, sujeita sempre à oscilação do ciclo da natureza. Assim, recorrer ao sobrenatural poderia ser uma forma de garantir a proteção, bem como obter respostas para determinados eventos que não se conseguiam explicar. As devoções foram tão variadas quanto as necessidades de proteção dos imigrantes. Essas crenças, impregnadas de misticismo, típico do mundo agrário, aliadas as recomendações da Igreja, também impactavam na escolha do nome. Se a criança que nasceu no dia ou próximo ao dia do santo portasse seu nome, teria garantida a proteção dele. Segundo uma pesquisa feita pelo padre Antonio Galioto, na diocese de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, 469 capelas tinham por padroeiro algum santo, como 188 tinham Nossa Senhora como padroeira e 21, o Cristo Redentor.<sup>247</sup> A maior parte dos santos escolhidos para ser padroeiro de uma capela, ou mesmo de uma paróquia, referia-se ao mesmo patrono das comunas de origem dos imigrantes, ou seja, uma forma de presentificar os elementos simbólicos da sociedade original.

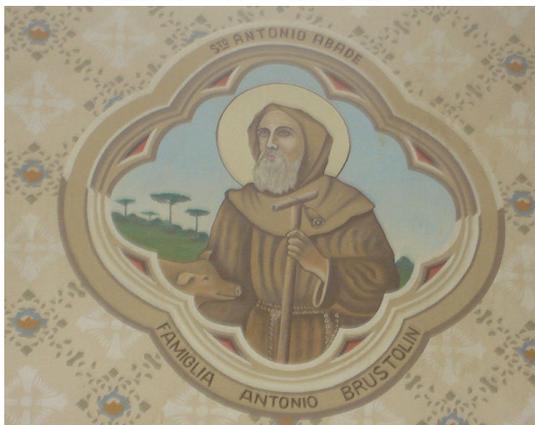
Nas pinturas internas da paróquia de São Sebastião, finalizada no ano de 1936, podemos destacar essa estreita vinculação entre o portador do prenome e as imagens pintadas. Embaixo de cada pintura foi gravado nome da família que contribuiu com a pintura. Da mesma forma merecem destaque as pinturas de anjos que levam o nome de crianças da época (vivas e falecidas).

---

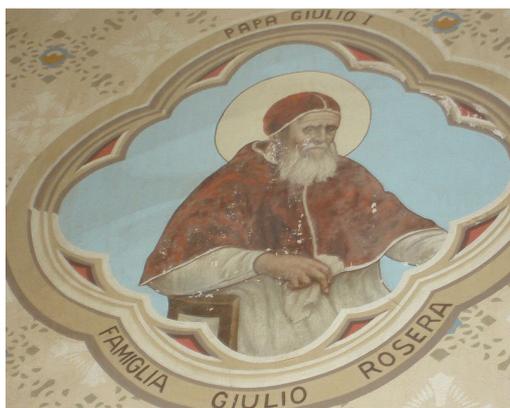
<sup>246</sup> ALVES, J. **Os santos de cada dia**. 9ª ed. São Paulo : Paulinas , 2004.

<sup>247</sup> GALIOTO, Antonio. Op. Cit. p.311-312.

**Figura 13**  
**Pintura de Santo Antônio Abade**



**Figura 14**  
**Papa Giulio I**



**Figura 15: São Bernardo, Santa Angela, São Jorge e São Paulo**



**Figura 16: Imagem de Anjo**



**Figura 17: São Pedro**



**Figura 18: Detalhe da cúpula da Igreja com um dos 4 evangelistas**



**Figura 19: Santo Antônio de Pádua**



\*\*\*

Entre os santos mais cultuados, encontramos Santo Antonio de Pádua. Da mesma forma, é este o que teve mais crianças batizadas em sua homenagem. O interessante é que a referência ao patrono não se limitou a meninos, mas também meninas que nasceram no dia 13 de junho, foram batizadas como *Antonia*. Parece que a recomendação da Igreja pós-tridentina, que proibiu a feminilização ou masculinização dos nomes de santos e santas, não era cumprida. A Igreja pregava que as filhas tinham a necessidade de imitar as virtudes femininas das santas, como os meninos as virtudes masculinas dos santos, daí a proibição.<sup>248</sup> Mas o que teria levado os casais a batizarem meninas a partir dos santos? Seria uma devoção particular das famílias a eles? Independente da opção feita, uma vez isso que não podemos precisar, o fato é que as escolhas realizadas se ligam a um costume do grupo, faz parte da tradição e de sua identidade.

Determinados prenomes, retirados do calendário litúrgico como *Assunta* ou *Anunziata*, são específicos de determinadas áreas da Itália. Em 16/03/1920 nasceu a segunda filha de *Redenzio Brugnolo* e *Santa Garzaro*, a menina foi chamada *Maria Anunziata*, uma referência à avó paterna e a outra à santa, que é festejada no dia 25 de março e que também é padroeira da colônia onde o casal residia. Assim, sua perpetuação pelo grupo indica uma clara fidelidade ao passado, às origens. Além dos santos algumas datas, como o Natal, inspiraram os pais na escolha dos nomes. Em 25 de dezembro de 1899, nasceu um filho de *João Ceccato* e *Maria Cosmo*, que foi chamado de *Natal Diogo*. No imaginário dos colonos, por ter a criança nascido no dia do nascimento do Senhor, esta deveria portar um prenome que se referisse ao evento. Embora essa prática não seja exclusiva dos italianos, também serve para reforçar a ideia do prenome como uma marca religiosa. Sendo a religiosidade um elemento de identidade no grupo em estudo, os nomes herdados das referências religiosas também se tornam um elemento de etnicidade.

---

<sup>248</sup> BURGUIÈRE, André. Op. cit. p.40.

### 3.4 Outras referências

A análise das famílias reconstituídas nos mostrou a influência de diferentes elementos nas escolhas dos prenomes (bisavós, avós, tios, padrinhos, irmãos falecidos, santos do dia). Entretanto, em uma parte dos prenomes dados às crianças, na amostra de famílias utilizada, não conseguimos identificar uma possível razão para tal escolha. Todos esses casos indeterminados, de origem desconhecida, foram inseridos na categoria “outras influências”, conforme a tabela a seguir:

**TABELA 20 – OUTRAS INFLUÊNCIAS NAS ESCOLHAS DOS PRENOMES**

Coorte	Nº Casais	Sexo da Criança	Outras influências		Total	
			#	%	#	%
1878-1900	91	Menino	60	17,2	348	100
		Menina	77	25,2	306	100
1901-1910	103	Menino	54	15,2	354	100
		Menina	100	26,1	382	100
1911-1920	96	Menino	68	28,2	241	100
		Menina	79	34,0	232	100
1878-1920	290	Menino	182	19,3	943	100
		Menina	256	27,8	920	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO E CASAMENTO, ACERVO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO, Nª SRA DA PIEDADE E SÃO JOSÉ.

Observando os dados acima duas características são evidentes. Primeiro em relação à diferença de gênero. Como nas demais tabelas analisadas ao longo deste capítulo, percebemos que as “regras” sempre foram mais rígidas para os meninos que para as meninas, ou seja, a “exogamia” dos nomes femininos é reiterada. Seria uma valorização maior do gênero masculino, característico das sociedades patriarcais, que se expressava também nas práticas de nomeação? Provavelmente, foi sobre as mulheres que o uso de prenomes retirados da moda, de personagens da literatura, ou mesmo inventados, se manifestou primeiro. Como os valores camponeses, muitas vezes,

vinham impregnados dos valores aristocráticos,<sup>249</sup> predominavam a hegemonia simbólica masculina e a subordinação feminina.<sup>250</sup> Nas sociedades tradicionais as regras de transmissão do patrimônio simbólico, geralmente, seguiam as mesmas do patrimônio material. Como, em geral, eram os homens os herdeiros das possessões materiais da família, é sobre estes que a atribuição dos prenomes deveria se manter mais rígida.

Além da diferença de gênero, verificamos que para a última coorte, em relação às demais, há um aumento de nomes escolhidos a partir de outros referenciais. Seria resultado do próprio tamanho das famílias? Como eram muitos os filhos, escolhiam-se os prenomes dos antepassados aos primeiros, enquanto aos demais seriam buscados outros prenomes, abrindo espaço, inclusive, para a inovação, a moda, ou mesmo nomes de uso corrente na sociedade receptora, evidenciando assim um estreitamento dos contatos culturais e a diluição da fronteira etnocultural. O casal *João Massochetto e Catterina Gadens*, casados em 05 de julho de 1913, escolheu para os primeiros filhos os nomes dos avós, já para os dois nascimentos seguintes foram escolhidos prenomes pautados por outros referenciais (*Desidério e Orlindo*). Da mesma forma *Angelo Micheletto e Maria Costa*, casados em 31 de julho de 1915, para as primeiras filhas escolheram os prenomes das duas avós, já para as demais meninas – *Agnes, Narcisa, Emma e Doralise* – atribuíram nomes de pouco uso no grupo. Seria uma forma de individualizar as crianças com um nome pouco utilizado, uma vez que várias outras meninas da região onde o casal morava portavam “nomes tradicionais”. Por outro lado, poderia ser referência a um parente distante ou mesmo a uma amiga, que não foi possível evidenciar na nossa documentação.

Alguns casos “saltam aos olhos” pelo seu caráter inusitado. *José Peruzzolo e Antonia Bisetto*, casados em 25 de maio de 1918, batizaram nove filhos na paróquia e para todos eles (*Idalina, Abilio, Mercedes, Oreste, Maria Genaide, Lídia, Amadeo, Rodolpho e Lauro*) não relacionamos a nenhuma das categorias anteriormente mencionadas. Entretanto, se alguns prenomes foram buscados na moda ou em um referencial distante que não conseguimos localizar, muitos deles, independente da influência, passam a fazer parte do estoque de prenomes da família. Em 1921, o oitavo filho de *Vitório Scapin e Maria Zanin*, e o sétimo filho de *Noé Mazzuchetto e Adelaide Scapin* foram batizados como *Zepherino*. Independente do motivo pelo qual o primeiro

<sup>249</sup> Como discutido no capítulo 2. Subcapítulo “Valores camponeses”.

<sup>250</sup> LIMA, Antónia Pedroso de. Op. cit. p. 52.

menino foi assim nomeado, acabou por influenciar o nome do primo que nasceu naquele mesmo ano. Dois outros casos são interessantes para ser destacados, porque, mesmo não sendo prenome de um parente próximo, estes são reafirmados na prole do casal. A primeira filha de *Evangelista Ceccato* e *Angela Rosera* foi nomeada *Diomira*, e, provavelmente por motivo de falecimento da menina, a terceira filha do casal recebe o mesmo prenome. Da mesma forma, a segunda criança e primogênita de *Antonio Fabris* e *Elisa Marchiorato*, que é chamada de *Iolanda*. A quarta criança do casal, provavelmente pelo mesmo motivo do casal anterior, também recebe esse prenome.<sup>251</sup> Alguns prenomes pouco utilizados até um certo período passam a ser escolhidos e incorporados à tradição onomástica da família. Conforme Antónia Pedroso de Lima, “na escolha de um ou outro nome para atribuir ao recém-nascido estão, portanto, envolvidas várias dimensões: afetos, identidades, relações, tradições familiares e estéticas que devem ser articuladas com o projeto familiar que partilham e os valores em que se apóiam”. Assim, certos prenomes, independente do motivo de sua escolha, estão carregados de valores, que assumem um significado todo especial a quem atribui, e que pelo fato de não se adequar aos “modelos” dificulta para o pesquisador o entendimento das razões pelas quais os pais atribuem aquele prenome.

### 3.5 O nome do primeiro filho

De acordo com o modelo proposto para as práticas de nomeação no grupo italiano (tabela 11), aos primeiros filhos seriam atribuídos os mesmos prenomes dos avós. Para verificar quais as maiores influências na escolha do nome do primeiro filho e da primeira filha, foram elaboradas duas tabelas, uma para os meninos e outra para as meninas para uma posterior comparação.

---

<sup>251</sup> LIMA, Antónia Pedroso de. Op. cit. p. 52.

TABELA 21 – ESCOLHA DO PRENOME DO PRIMEIRO FILHO

MENINO								
	1878-1899		1900-1910		1911-1920		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Avô paterno	21	27,0	41	37,3	32	38,1	94	34,3
Avô materno	11	14,1	24	21,8	9	10,7	44	16,0
Pai	4	5,1	4	3,6	1	1,2	9	3,3
Tio Materno	2	2,6			2	2,4	4	1,5
Tio Paterno	6	7,7	6	5,5	6	7,1	18	6,6
Santo	1	1,3	2	1,8	1	1,2	4	1,5
Padrinho	4	5,1	1	0,9			5	1,8
Bisavô	10	12,8	4	3,6	6	7,1	20	7,3
Avô paterno e materno	0	0	2	1,8	3	3,6	5	1,8
Avô e pai	0	0	1	0,9	1	1,2	2	0,7
Avô Materno + Paterno	5	6,4	8	7,3	6	7,1	19	6,9
Avô Materno + Pai	0	0	1	0,9	0	0	1	0,3
Avô Paterno + Pai	0	0	4	3,6	1	1,2	5	1,8
Avô Paterno + tio	1	1,3	0	0	0	0	1	1,8
Avô Materno + tio	1	1,3	0	0	0	0	1	1,8
Avô paterno + padrinho	2	2,6	0	0	0	0	2	0,7
Pai + santo	0	0	1	0,9	0	0	1	0,3
Avô paterno e materno+pai	1	1,3	1	0,9	0	0	2	0,7
Outro	9	11,5	10	9,1	18	21,1	37	13,5
Total	78	100	110	100	84	100	274	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO E CASAMENTO, ACERVO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO E Nª SRA DA PIEDADE (CAMPO LARGO – PR) E SÃO JOSÉ (CURITIBA – PR).

TABELA 22 – ESCOLHA DO PRENOME DA PRIMEIRA FILHA

MENINA								
	1878-1899		1900-1910		1911-1920		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Avó paterna	17	25,0	24	25,8	29	32,6	70	27,8
Avó materna	13	19,1	17	18,3	19	21,3	49	19,4
Mãe	0	0	1	1,1	2	2,2	3	1,3
Tia Materna	0	0	9	9,7	3	3,3	12	4,8
Tia paterna	5	7,4	5	5,4	7	7,9	17	6,7
Santa	0	0	2	2,2	2	2,2	4	1,6
Madrinha	3	4,4	3	3,2	0	0	6	2,4
Bisavó	4	5,9	0	0	1	1,1	5	2,0
Avó paterna e materna	1	1,5	1	1,1	1	1,1	3	1,2
Avó e Mãe	1	1,5	1	1,1	0	0	2	0,8
Avó paterna + materna	5	7,4	9	9,7	4	4,5	18	7,1
Avó materna + tia	1	1,5	1	1,1	0	0	2	0,8
Avó paterna + mãe	0	0	1	1,1	0	0	1	0,4
Tia paterna + materna	0	0	2	2,2	0	0	2	0,8
Avó paterna + madrinha	0	0	1	1,1	1	1,1	2	0,8
Pai	0	0	1	1,1	0	0	1	0,4
Outro	18	26,5	15	16,1	22	24,7	55	21,8
Total	68	100	93	100	89	100	252	100

FONTE: REGISTROS DE BATISMO E CASAMENTO, ACERVO DAS PARÓQUIAS DE SÃO SEBASTIÃO E Nª SRA DA PIEDADE (CAMPO LARGO – PR) E SÃO JOSÉ (CURITIBA – PR).

Os dados das tabelas acima mostram que em sua maior parte os primeiros meninos e as primeiras meninas receberam o prenome de um dos avós. Somando todas as categorias (seja de maneira simples ou combinada), que referenciaram um dos avós, temos 66,8% para os meninos e 58,3% para as meninas. Se considerarmos somente a primeira criança, independente do sexo, a influência dos avós aparece em 72,3% dos casos para homens e 58,7%, para as mulheres, ou de maneira simples ou combinada com outra referência (ver a tabela 5.A do Anexo 4). Novamente, as “regras” se mostraram mais rígidas para o gênero masculino. Por ser o homem o sucessor da linhagem, era sobre ele que incidiria uma menor flexibilidade na escolha do prenome do primogênito. Nas sociedades camponesas, a transmissão dos prenomes dos avós ao primeiro filho teria por função essencial legitimar aos olhos de todos, especialmente dos irmãos mais jovens, os direitos exclusivos do primogênito sobre a linhagem.<sup>252</sup> Assim era para ele que haveria uma maior concentração de nomes dentro do repertório onomástico conhecido. Nessa direção, novamente percebemos que as maiores taxas de influências alheias à família eram para as mulheres.

Entre os meninos, conforme aponta a tabela 21, a prática de atribuir ao primeiro filho o nome do avô paterno aumenta ao longo das coortes. O grupo italiano, especialmente a partir da segunda geração, passa a honrar com mais frequência o avô do lado pai. Em contrapartida, verifica-se o declínio do uso do nome dos bisavós aos primeiros nascimentos. Essa mudança poderia ser resultado do declínio do uso dos prenomes dos parentes falecidos, conforme mencionamos anteriormente, que poderia estar ligado aos próprios ajustes demográficos. Os pais escolhiam ao primeiro filho o nome do avô, especialmente o paterno, independente de este estar vivo ou morto no momento do nascimento da criança. Em alguns casos, a regra de escolher o prenome do avô paterno para o primeiro e do avô materno para o segundo se mostrou mais forte do que aquela de escolher ao primogênito o prenome do avô falecido. *Domingo Cosmo* e *Angela Zampieri* colocaram em seu primeiro filho o prenome do avô paterno (*João*) que estava vivo no momento de seu nascimento, enquanto o nome do avô materno que já estava falecido só foi escolhido para o segundo menino (*Plácido*). Esse caso ilustra o típico das práticas de nomeação entre os italianos: ao primeiro filho, normalmente se escolhia um prenome do lado do pai.

---

<sup>252</sup> SANGOÏ, Jean Claude. Op. cit. 1985. p. 6.

Em alguns casos o primogênito recebia um nome de batismo duplo que conciliava os nomes dos dois avós. O filho primogênito de *Antonio Fedalto* e *Maria Maddalena Simonetto* foi batizado como *José Luiz*, uma referência aos dois avós (*José*, do lado paterno, que já estava falecido no momento do batismo) e *Luiz* o nome do avô materno. A escolha de um prenome duplo ao primogênito poderia ser uma forma de solidificar laços de sangue entre as duas linhagens, fundir dois estoques familiares de prenomes, ou mesmo uma forma de resolver tensões. Dar um nome também traduzia um poder simbólico, exercido pelos pais do batizando, talvez, em parte, influenciada pelos desejos da mãe.<sup>253</sup> Sendo assim, em alguns casos específicos, especialmente naqueles em que foi escolhido o nome do avô materno, ou deste combinado com o avô paterno, ou ainda de uma outra referência, poderíamos aventar que seria resultado do próprio poder da mãe na família.

Os desejos maternos na escolha do prenome dos filhos parecem ter incidido com mais força nas meninas. Observando a tabela 21, percebemos que a avó paterna foi privilegiada na escolha dos prenomes da primeira filha, mas a diferença para com a avó materna é menor, se comparada aos meninos. Percebe-se que há uma maior inclinação dos prenomes das primeiras filhas para a linhagem materna, embora a maior parte dos dados ainda mostre uma superioridade da linha paterna. Exemplo disso refere-se à influência do tio. Como para os meninos tivemos 18 primeiros nascimentos referenciando o lado do pai contra quatro do lado da mãe, para as meninas essa diferença cai (são 17 meninas que tiveram seu nome escolhido a partir da tia paterna e 12 da tia materna). Também os nomes combinados entre as duas avós figuram praticamente na mesma proporção que para os meninos e parecem ter razões muito próximas para sua escolha.

A diferença maior entre as tabelas 21 e 22 se refere ao número de meninos e meninas primogênitos (as) que receberam o prenome pautado por outros referenciais, que não foi possível detectar qual. Para as mulheres, observa-se que a quantidade foi maior do que para os homens, reforçando a ideia inicial de que as “regras” seriam menos rígidas para elas, em função de sua própria condição de subordinação na organização social do grupo. Conforme já mencionamos anteriormente, se as regras de transmissão de bens simbólicos (como os nomes de batismo) seguem as mesmas dos bens materiais, sendo normalmente os homens os herdeiros, era sobre eles que a

---

<sup>253</sup> NADALIN, Sérgio Odilon. 2004. Op. cit. p. 4

tradição se fazia de maneira mais forte. Entretanto, embora numa escala menor que as meninas, à medida que as gerações vão se sucedendo parece que há um afrouxamento dessas convenções para a escolha dos nomes de batismo. Na última coorte, por exemplo, há um aumento de primogênitos batizados a partir de outros referenciais que não a família. Seria resultado de um estreitamento dos contatos culturais com a sociedade receptora que estava impactando também nos nomes?

Essa tendência de escolher prenomes pautados por outros referenciais que não a família e a religião, especialmente aos últimos filhos da prole, se mostrou evidente dentro de uma mesma família. Os casais dos quais pudemos acompanhar as práticas de nomeação de todos os filhos na paróquia (ver tabela 2.A) confirmam o modelo inicial sobre as “regras” para a escolha dos prenomes. Aos primeiros filhos (sejam meninos ou meninas) na maior parte dos casos eram escolhidos os mesmos prenomes dos avós, como aos últimos os pais estariam mais livres para escolher outros prenomes que poderiam ser retirados de membros mais distantes da família, nomes devocionais, de personagens históricos, de pessoas importantes ou mesmo da moda. Após terem referenciados seus diversos parentes (vivos ou mortos) para os primeiros filhos, à medida que iria se caminhando para o final da prole, as “regras” estariam mais flexíveis possibilitando aos pais escolher outros prenomes, podendo, inclusive, inovar. Atitudes como essas podem ser indicativas de que a “fronteira etnocultural” estava sendo deslocada. Segundo Barth, as fronteiras não são imutáveis, são concebidas como uma demarcação social suscetível de ser constantemente renovada pelas trocas.<sup>254</sup>

Finalizando, as práticas de nomeação revelaram que desde ao nascer, as crianças são integradas na família e no grupo ao receberem um símbolo da sua identificação social e étnica. Assim, o ato de nomear vem carregado de intencionalidade, os imigrantes e seus descendentes escolhem prenomes retirados de um determinado estoque onomástico porque querem dar continuidade a uma tradição da família, da linhagem ou do grupo, além do desejo de preservar a memória das gerações anteriores. Conforme discutimos ao longo deste capítulo, os pais quando escolhiam determinado prenome para seus filhos, o faziam para alcançar um objetivo. Os dados obtidos pela sistematização das fontes paroquiais nos mostraram que a maior parte das crianças foi nomeada a partir de dois signos fundamentais no processo de reconstrução dos elementos culturais da sociedade ancestral: a família e a religiosidade. Embora as

---

<sup>254</sup> CUCHE, Denys. Op.cit. p. 201

práticas tenham se transformado ao longo do tempo, provavelmente em função dos contatos culturais estabelecidos com o grupo brasileiro, estas foram bastante significativas para demonstrar as permanências das referências simbólicas e culturais do mundo camponês italiano.

## Considerações Finais

Na segunda metade do século XIX a Itália vivia um contexto de crise social e econômica. Para muitos camponeses deserdados ou que não tinham mais condições de manter sua propriedade, a emigração surgiu como uma verdadeira válvula de escape para os problemas enfrentados. De outra forma, migrar era a única maneira de tentar salvar aquele modo tradicional de viver que permanecia quase inalterado há séculos e que o avanço do sistema capitalista de produção vinha desestruturando. Certamente a decisão de mudar para um local totalmente novo trouxe à mente também a necessidade de romper com os laços de pertencimento com a terra natal que os uniam há tantas gerações.

Ao cruzarem o Atlântico movidos pela fuga da miséria e pelo desejo de se tornarem senhores de si, os imigrantes se depararam com uma situação inédita. Ao estabelecer contato com um mundo desconhecido (não só territorial mas principalmente cultural) e se instalar em uma sociedade estranha a sua, esses indivíduos se viram perdidos, pois os elementos socioculturais que caracterizavam a aldeia natal haviam ficado para trás. À medida que os imigrantes foram se enraizando, muitos desses elementos que caracterizavam o Vêneto foram recriados, enquanto outros foram transformados em função da nova realidade. É claro que a (re)criação dos valores herdados da sociedade original não aconteceu de maneira instantânea. Num primeiro momento os imigrantes se preocuparam em se inserir economicamente e estabilizar suas vidas, mas, à medida que os anos foram se sucedendo, como estratégia de construção da etnicidade, houve a necessidade de recriarem a paisagem que caracterizava o Vêneto nas colônias em Campo Largo.

Essa necessidade surgiu principalmente em função da diferença constatada com o outro grupo que eles estavam em contato (os brasileiros). A constatação da diferença é fundamental em qualquer situação interétnica para a produção de um sentimento de pertencimento grupal. Assim, ao reiterarem a diferença com os outros grupos em que estavam em contato ao longo dos tempos e das gerações, os imigrantes e seus descendentes instalados nas colônias italianas de Campo Largo foram criando sua identidade coletiva.

Para a construção da identidade coletiva foram acionados alguns elementos ou valores que foram elevados à categoria de signos ou sinais diferenciadores. Tais signos que analisamos ao longo desta dissertação (a família e seus vínculos, a religiosidade e

os prenomes de batismo) estão conectados entre si e, o nosso ver, foram elementos muito importantes na definição do que é ser “italiano”. Para esses camponeses vênéticos, que ao se estabelecerem no Sul do Brasil se transformaram em colonos ítalo-brasileiros, o pertencimento estava ligado à ideia de preservação ou continuação das crenças, dos costumes e comportamentos que caracterizavam a aldeia natal, ou seja, uma forma de presentificar o Vêneto. Dessa maneira, tivemos por objetivo discutir como o grupo em questão mobilizou diversos recursos para reconstruir o mais próximo possível a vida camponesa que eles levavam antes de migrar. É óbvio que com a diferença de que na nova sociedade, no seu imaginário, estariam livres da exploração dos ricos (os grandes proprietários de terras).

Como já dissemos, embora a imigração tenha provocado um profundo corte na trajetória do grupo, muitos elementos presentes no arcabouço cultural e simbólico foram transportados e reelaborados na sociedade de adoção, enquanto outros foram transformados em função da nova realidade. Em relação a esse último podemos destacar alguns relacionados à família. Vimos que na Itália pré-imigração em certas regiões as famílias aplicavam uma série de controles para restringir a prole e proteger o patrimônio. Assim, a idade média ao casar, por exemplo, era mais elevada e conseqüentemente a fecundidade tenderia a se reduzir. Também o índice das pessoas que não contraíam casamento era relativamente alto. Com a mudança de local e a abundância de terras na sociedade de adoção esses comportamentos foram transformados. Nas colônias em Campo Largo, a idade média ao primeiro casamento calculada foi relativamente baixa, o que favorecia a constituição de uma prole numerosa. A mudança de comportamento certamente está relacionada à articulação terra/demografia e também a uma forma de reprodução da vida camponesa, pois em uma sociedade que se apoiava no trabalho familiar, a expansão ou não do patrimônio dependeria do número de braços disponíveis para o trabalho.

Se a imigração transformou alguns comportamentos como aqueles relacionados a idade ao casar e o tamanho da prole, determinadas características herdadas da sociedade original permaneceram ativas. Exemplo disso podem ser a escolha dos cônjuges que, em muitos casos, eram oriundos das mesmas regiões da Itália, e os casamentos por troca. Esses comportamentos podem ser entendidos como parte da produção da identidade etnocultural. Na mesma direção podemos apontar os inúmeros vínculos criados pelo compadrio entre as famílias de imigrantes e descendentes, bem como a criação de uma instituição (a Caixa Mortuária) que tinha por base as

solidariedades familiares e de vizinhança para o enfrentamento das adversidades como doenças, morte etc. Esses elementos mostram como o grupo que se formou se constituía em uma comunidade bastante ativa. É claro que a associação com os brasileiros e mesmo com outros grupos também ocorreu ao longo de todo o período, tanto nos matrimônios como no compadrio. Essas associações podiam estar ligadas a fenômenos diversos como a solidificação de relações de amizade e vizinhança, a troca de favores ou mesmo indícios de que a fronteira etnocultural estava sendo deslocada.

O processo de recriação de uma paisagem vêneta teve início ainda nos primórdios da colonização quando o grupo passou a reivindicar constantemente a presença de um sacerdote que residisse na colônia e prestasse os devidos atendimentos espirituais. Conforme destacamos ao longo do texto, a religiosidade trazida pelos imigrantes era bastante diversa daquela praticada pelos luso-brasileiros e se constituiu em um importante elemento de diferenciação, daí a constante insistência por parte dos colonos para ter seu sacerdote e sua própria sede paroquial. Além do mais, o padre era um personagem imprescindível na organização social dos imigrantes, sendo um verdadeiro guia na vida desses camponeses.

Junto com o modelo de religiosidade trazida pelos imigrantes, que era impregnada dos padrões clericais, foi transportado todo um conjunto de imagens, crenças, superstições e imaginários que mesclavam o catolicismo com práticas pagãs herdadas dos antigos cultos agrários. Esse hibridismo se expressou nos tão comuns pedidos de bênçãos, nos inúmeros poderes atribuídos aos santos, nas crenças presentes nos nomes dados as crianças, bem como no seu poder simbólico, entre outros. Essa associação entre a vida terrena e o sagrado intermediado pela figura do padre estava ligada à necessidade de se obter proteção diante da instabilidade do ciclo da vida. Observa-se também que na maioria das vezes essas necessidades estão ligadas à esfera produtiva e à proteção contra as doenças.

Todo esse conjunto de crenças, costumes, imaginários e também a tradição estiveram presentes nas práticas de transmissão dos nomes de batismo no grupo italiano. No mundo camponês, nas sociedades ditas tradicionais, os nomes são pensados como um patrimônio simbólico e um signo de pertença aquela família ou grupo social. No nosso estudo, a análise das práticas de nomeação nas famílias reconstituídas revelaram que a família e a religiosidade se constituíram nos principais repertórios para a escolha dos prenomes dados às crianças. Mais que a reverência aos membros da linhagem e aos patronos religiosos, percebemos que havia uma certa hierarquia, ou melhor, como

designamos, existiam “regras” para a escolha dos prenomes em uma mesma família. Assim, aos primeiros seriam escolhidos preferencialmente os prenomes dos avós (fossem meninos ou meninas) e aos filhos subsequentes seriam escolhidos os nomes dos padrinhos, santos do dia, tios, outros parentes ou ainda prenomes retirados da moda, inventados, adaptados ou de uso corrente na sociedade brasileira. Esse ordenamento visava primeiramente garantir a perpetuação dos prenomes da linhagem, pois se um casal viesse a ter poucos filhos, os avós deveriam ser os primeiros a serem reverenciados. Por outro lado, é importante mencionar os resquícios de crenças e o imaginário embutidos por trás dessas práticas. Por exemplo, a escolha dos prenomes dos membros falecidos da linhagem tendo em vista a crença na reencarnação, a escolha dos nomes dos santos como uma dádiva, entre outras.

Também é importante destacar que essas “regras” estão de acordo com o próprio modelo de sociedade que o grupo estava reconstruindo, em que predominava a hegemonia simbólica masculina. Em relação à comparação dos gêneros foram as meninas que receberam a maior parte dos prenomes de influências alheias à família e à religião. Por prevalecer uma organização patriarcal em que a autoridade estava concentrada nos homens, é compatível que as regras de transmissão do patrimônio simbólico também se mostrassem mais rígidas para eles do que para elas.

Embora a documentação paroquial tenha apresentado limitações para a análise das formas de nomear as crianças no momento do batismo, entendemos que os prenomes dados estão de acordo com códigos culturais específicos que fazem a ponte com o mundo ancestral deixado para trás. Também, essas práticas trazem no bojo basicamente dois elementos (a família e seus vínculos e a religiosidade) que são dos mais importantes para a definição do pertencimento grupal desses imigrantes italianos e seus descendentes. Neste trabalho não tivemos por objetivo esgotar as diferentes possibilidades de análise que esse tema pode oferecer. Muito pelo contrário, questões como o uso que o indivíduo faz do prenome ao longo da vida nos ambientes público e privado, o processo de “aculturação” dos prenomes, o impacto do estreitamento dos contatos culturais entre grupos imigrantes e brasileiros nos sistemas de nomeação, o processo de desuso dos prenomes familiares e devocionais, entre outras questões são diversas possibilidades de estudo desse tema, inclusive com abordagens interdisciplinares. Terminando este texto, esperamos ter contribuído para a historiografia sobre imigração italiana e de outros grupos étnicos pela temática dos nomes de batismo.

### **Fontes Primárias escritas**

GENEALOGIA DAS FAMÍLIAS ZANIN E CARLESSO CEDIDA PELO PADRE ANGELO CARLESSO PRIMO;

JORNAL GAZETA PARANAENSE de 26 de maio de 1889;

Livros de batismo e casamento da Paróquia de São Sebastião – Rondinha (Campo Largo - Paraná);

Livros de batismo, casamento e óbito da Paróquia Nossa Senhora da Piedade (Campo Largo – Paraná);

Livros de casamento da Paróquia de São José – Santa Felicidade (Curitiba – Paraná);

Livros de óbitos do Cartório de Registros Cíveis de Campo Largo – Paraná (Cartório Leandro);

Livro de Registro de Óbito da Caixa Mortuária da Colônia Campina (Campo Largo – Paraná);

Livros de Registros de Entrada de imigrantes pelo Porto de Paranaguá (Departamento de Estado do Arquivo Público do Paraná – DEAP);

Livro do Tombo I da Paróquia de São Sebastião (1906-1971);

RELATÓRIO do presidente da província do Paraná. João José Pedrosa. 1880. disponível em <[www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)> acesso em 23/01/2009;

RELATÓRIO do presidente da província do Paraná. Francisco Liberato de Mattos. 1858. disponível em <[www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)> acesso em 23/01/2009;

RELATÓRIO do presidente da província do Paraná. Candido da Cunha. 1888. disponível em <[www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)> acesso em 23/01/2009.

### **Fontes orais**

Entrevista realizada com o Arcebispo Emérito da diocese de Curitiba, D. Pedro Fedalto (1926 - ) em 23 de dezembro de 2008.

### **Sites**

<<http://www.stg.brown.edu/projects/tratte/doc/TLNAME1.html>>

The *Online Catasto* is a World Wide Web searchable database of tax information for the city of Florence in 1427-29 (c. 10,000 records). It is based on David Herlihy and Christiane Klapisch-Zuber, Principal Investigators, *Census and Property Survey of Florentine Dominions in the Province of Tuscany, 1427-1480*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros, artigos, teses e dissertações

AGGIO, Osmar. **A colônia que veio do Pó – história e genealogia**. Ponta Grossa : Gráfica Planeta, 2005.

ALVES, J. **Os santos de cada dia**. 9ª ed. São Paulo : Paulinas, 2004.

ALVIM, Zuleika. “A vida privada dos pobres do campo”. In: **História da Vida Privada no Brasil: Da Belle époque a era do rádio**. SEVECENKO, N. (org). vol.3. São Paulo, Cia das Letras: 1999.

ALVIM, Zuleika. **Brava Gente: Imigrantes italianos em São Paulo**. São Paulo : Cia das Letras, 1986.

ANDREAZZA, Maria Luiza & NADALIN, Sergio Odilon. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n.1: 61-87, jan./jun.1994.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **O Paraíso das Delícias: um estudo da imigração ucraniana 1895-1995**. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1999, 373p.

ARIÈS, Philippe. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro : Editora Guanabara, 1981.

AZZI, Riolando. **A Igreja e os migrantes: os primórdios da obra escalabriana no Brasil (1884-1904)**. São Paulo : Edições Paulinas, 1987.

AZZI, Riolando. “O catolicismo de Imigração” In DHERER, Martin N. (org) **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida : Editora Santuário, 1993.

BACCI, Massimo Livi & BRESCHI, Marco. “Italian fertility: an historical account”. **Journal of family history**, 1990, vol.15, n°4.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Santa Felicidade: Uma paróquia Veneta no Brasil**. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba : 1978.

BALHANA, Altiva Pilatti. “Imigrantes italianos no Paraná”. In: BONI, Luis A. **A presença italiana no Brasil**. (vol.III) Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est. Porto Alegre: 1996.

BALHANA, Altiva Pilatti. “Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização”. In WESTHEPHELEN, M<sup>a</sup> C. (org). **Un mazolino di fiori**. vol.I , Grafipar : Curitiba, 2002. p. 235-269.

BALHANA, Altiva Pilatti. “Arquivo da paróquia de Santa Felicidade”. In WESTHEPHELEN, M<sup>a</sup> C. (org). **Un mazolino di fiori**. vol. I, Grafipar : Curitiba, 2002. p. 297-334.

BALHANA, Altiva Pilatti. “Demografia e Economia: O empresariado paranaense – 1829-1929.” In. WESTHEPHELEN, M<sup>a</sup> C. (org). **Un mazolino di fiori**. vol. II, Grafipar : Curitiba, 2002.

BALHANA, Altiva Pilatti. “Fontes para o estudo da imigração italiana no Paraná”. In. WESTHEPHELEN, M<sup>a</sup> C. (org). **Un mazolino di fiori**.vol. III, Grafipar : Curitiba, 2002. p. 213-221.

BALHANA, Altiva Pilatti. “O papel da Igreja na integração de imigrantes no Brasil meridional”. In. WESTHEPHELEN, M<sup>a</sup> C. (org). **Un mazolino di fiori** vol. III, Grafipar : Curitiba, 2002. p. 205-211.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Famílias Coloniais: Fecundidade e descendência**. Tese de titulação, Curitiba, 1977.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Imigração Italiana**. Revista Panorama : Curitiba, 1978.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Santa Felicidade: Um processo de assimilação**. Curitiba : 1958 (Tese de docência livre).

BARBAGLI, Marzio & KERTZER, David. “An introduction to the history of italian family life” **Journal of family history**, 1990, vol.15, n<sup>o</sup>4.

BARCICK, Virgínia. **Campo Largo: Demografia histórica (1832-1882)**. Curitiba : Universidade Federal do Paraná (Dissertação de Mestrado), 1992.

BARTH, Frederik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In. POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo : UNESP, 1997 .

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. “Família e Imigração Internacional no Brasil do Passado”. Artigo publicado em Estudos de História, Franca, SP, v.6, n.2,1999.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. “Nascimento, vida e morte na fazenda. Alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e de seus descendentes”. In: BONI, Luis de. **A presença italiana no Brasil**. vol. II Porto Alegre : Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est., 1996.

BASSANEZI, Maria S.C.B. “Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro”. Texto publicado nos Anais da NEPO, 1992.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia italiana: religião e costumes**. São Lourenço : EST, 1978.

BENEDUZI, Luís Fernando. “Nostalgia, alegoria e restus: processos de desconstrução na elaboração identitária vêneta no Rio Grande do Sul”. Canoas/RS, **Revista de Letras e História da ULBRA**, nº11, jan/jun2005.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos**. Porto Alegre : edipucrs, 2008.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Mal di paese: as reelaborações de um Vêneta imaginário na ex colônia de Conde D’eu (1884-1925)**. Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de doutorado), 2004.

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos**. São Paulo : Contexto, 2006.

BESNARD, Philippe. “ De la sous-exploitation des prénoms dans la recherche sociologique” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

BLOCH, M. & GUGGENHEIM, S. “Compadrazgo, baptism and the simbolism of a second birth”. **Man, New series**. Vol.16, nº 3 (Sep,1981). Pp376-386 disponível em <[www.jstor.org/stable/2801290](http://www.jstor.org/stable/2801290)>

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. Lisboa : Estampa, 1970.

**BÍBLIA DE JERUSÁLEM**. São Paulo : Editora Ave-Maria, 119ª edição, 1997.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo : Perspectiva, 1987.

BOUTIER, Jean. “Prénoms et identité urbaine em Toscane au XVIe siècle. In CASSAN, M., BOUTIER, J., LEMAITRE, N. (orgs). **Croyances, pouvoirs et société. Etudes offerts à Louis Pérouas Treignac**, Les Monédières, 1988, pp. 143-163. disponível em <<http://www.storiadifirenze.org>> acesso em 7/12/2008.

BURGUIÈRE, André. “Um nom pour soi”. L’HOMME. **Revue française d’antropologie**. Tome XX, Octobre-Décembre 1980, nº 4.

BURGUIÈRE, André. “Prénoms et parenté” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

CASEY, James. **História da Família**. São Paulo : Atica, 1992.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

CEQUINEL, Valdemar José *et ali* **Igreja de Rondinha: 100 anos de História e Fé**. Campo Largo, 2006.

CLAVERO, Bartolomé. **Antídora: Antropologia Católica de la Economía Moderna**. Milano : Giuffrè Editore, 1991.

CORSINI, Carlo A. “Prénom et classe sociale. Les enfant trouvés à Sienne, 1766-1768” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

COSTA, Rovílio. “Culto a Maria entre os descendentes italianos do Rio Grande do Sul”. In: BONI, Luis de. **A presença italiana no Brasil**. vol. II Porto Alegre : Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est., 1996.

COSTA, Rovílio. “Valores da Imigração Italiana, Cem anos após”. In: **Imigração italiana Estudos**. Caxias do Sul : UCS-EST, 1979.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo : Edusc, 1996.

DE BONI & COSTA, Luís Alberto e Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. São Lourenço : EST, 1984.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: Do amor e outros ensaios**. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações**. São Paulo : Edusp, 1992.

DUPÂQUIER, Jacques. “Introduction” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa : Estampa, 1987.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAUSTO, Boris. “Imigração: cortes e continuidades” In: SEVECENKO, N. (org): **História da Vida Privada no Brasil 4** São Paulo, Cia das Letras: 1999.

FEDALTO, D. Pedro. **Centenário da Colônia Antônio Rebouças**. Curitiba, Voz do Paraná: 1978.

FINE, Agnes. “Transmission dès prénoms et parente em Pays de Sault, 1740-1940” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

FLEURY, Michel & HENRY, Louis. **Nouveau Manuel de dépouillement et d’exploitation de l’état civil ancién**. 3ème.ed. Paris: INED, 1985. 115-182.

FOCHESSATO, Iloni. **Descrição do culto aos mortos entre os descendentes de italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul : Escola Superior de Teologia, 1977.

FRANZINA, Emilio. **A grande emigração: o Exôdo dos camponeses italianos do Vêneto (1876-1902)**. Campinas : Editora da Unicamp, 2006.

FUCILLA, Joseph G. **Our italian surnames**. Baltimore : Genealogical Publishing Co, 2003. (originally published in 1949).

GALIOTO, Antonio. “O significado das capelas nas colônias italianas do Rio Grande do Sul”. ”. In: BONI, Luis de. **A presença italiana no Brasil**. vol. I Porto Alegre : Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est., 1990.

GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança” In. ÀRIÈS, Philippe (org). **História da vida privada 3: Da Renascença ao século das luzes**. São Paulo : Cia das Letras, 1997.

GOODY, Jack. **Família e Casamento na Europa**. Oeiras : Celta, 1995.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

GUÉRIOS, Mansur. **Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes**. São Paulo : Editora Ave Maria, 1973.

HACKER, J. David. “Child Naming, Religion and Decline of Marital Fertility in Nineteenth-Century América.” **Journal History of family**. 1999, vol.4, Issue 3.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro : DP&A, 2005.

HENRY, Louis, **Téchniques d’analyse en démographie historique**. Paris: INED, 1980.

HOBSBAWN, Eric. **A era do capital** . Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998.

HOBSBAWN, Éric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.

HOHLFELDT, Antonio. “Desenvolvimento Cultural no Zona de Imigração Italiana”. In: **Imigração italiana Estudos**. Caxias do Sul : UCS-EST, 1979. p. 209-224.

HUTTER, Lucy Maffei. “A imigração italiana no Brasil (séc. XIX e XX): Dados para a compreensão desse processo”. **A presença italiana no Brasil**. vol. I Porto Alegre : Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est., 1990.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz: os conflitos e bastidores da Emigração Italiana**. São Paulo : Difusão europeia do livro, 1972.

IOTTI, Luiza Horn. “A política imigratória brasileira e sua legislação: 1822-1914”. Disponível em : [WWW.ARTIGOCIENTIFICO.UOL.COM.BR/UPLOADS/ARTC\\_1153944668-79.DOC](http://WWW.ARTIGOCIENTIFICO.UOL.COM.BR/UPLOADS/ARTC_1153944668-79.DOC) ACESSO EM 13/11/2008.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “ Constitution et variations temporelles des stocks de prénoms” In. **Lê prénom, mode et Histoire**. Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “ Lê nom <refait>”. L’HOMME. **Revue française d’antropologie**. Tome XX, Octobre-Décembre 1980, n° 4.

LEVI. Giovanni. **A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000.

LEITE DE VASCONCELLOS, J. **Antroponímia Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1928.

LIMA, Antónia Pedroso de. “Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa”. In. CABRAL, João de Pina & VIEGAS, Susana de Matos. (Orgs). **Nomes: gênero, etnicidade e família**. Coimbra: Almedina, 2007.

MACHADO , BALHANA, WESTHEPHALEN; Brasil Pinheiro , Altiva P. e M. Cecília . **História do Paraná**. Curitiba : Gráfica Editora Paraná Cultural LTDA, 1969.

MACHIOSKI, Fábio. **A preservação da identidade cultural em um grupo de imigrantes italianos (Curato de Colombo, 1888-1910)**. DEHIS (Monografia de Graduação), 2004.

MAIN, Gloria M. “Naming Children in Early New England” **Journal of Interdisciplinary History**, XVII:I (Summer, 1996), 1-27

MARTINS, Romário. **Quanto somos e Quem Somos**. Curitiba : Imprensa Oficial Paranaense, 1941.

MAUREL, Christian. “Prénomination et parenté baptismale du Moyen à la Contre-Reforme. Modèle religieux et logiques familiales”. **Revue de l’histoire des religions**. Année 1992, vol. 209, n°4.

MAUSS, Marcel. “O ensaio sobre a dádiva”. In. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1974.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

MERLOTTI, Vânia B.P. **O mito do padre entre os descendentes italianos**. Caxias dos Sul : EST/UCS, 1976.

NADALIN & BIDEAU, Alain. *Comment des luthériens allemands sont-ils devenus des brésiliens? (un essai méthodologique)*. **14<sup>e</sup> Entretiens du Centre Jacques Cartier** (Lyon, França, 2001). [Texto em português publicado no **Boletim de História**

**Demográfica.** São Paulo, **10(29):01-39**, 2003.

<[http://historia\\_demografica.tripod.com/BOLETINS.HTM](http://historia_demografica.tripod.com/BOLETINS.HTM)>

NADALIN, Sérgio Odilon. “Construção e ‘Desconstrução’ de uma cultura imigrante: atribuição de nomes de batismo, parentesco e compadrio. Séculos XIX e XX”. (Projeto de Pesquisa) CNPQ Processo 301564/2007-8.

NADALIN, Sérgio Odilon. “João, Hans, Johan, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante”. **Revista História Unisinos**. vol.11, nº1 – jan/abr 2007.

NADALIN, Sérgio Odilon. “Um viés determinado pela etnicidade: os nomes de batismo – Registros paroquiais de uma comunidade luterana, séculos XIX e XX–” NEPO/Unicamp, 2007.

NADALIN, Sérgio Odilon. **História e demografia. Elementos para um diálogo.** Campinas : ABEP, 2004.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade.** Curitiba : Aos Quatro Ventos, 2001, 249p. 2ª ed.

NADALIN, Sérgio Odilon. **O Compadrio batismal a partir dos registros paroquiais: Sugestões Metodológicas II.** disponível em <[www.abep.nepo.unicamp.com.br](http://www.abep.nepo.unicamp.com.br)>

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** (Coleção História do Paraná : Textos Introdutórios). Curitiba : Secretaria de Estado da Educação, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo : Livraria Pioneira Editora, 1976.

ORO, Ari Pedro. “Mi son talian”: Considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul”. In: BONI, Luis de. **A presença italiana no Brasil.** vol. III Porto Alegre : Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est., 1996. p. 611-627.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930).** Florianópolis : Editora Insular, 2005.

PALUMBO, Bernardino. “Le même sang, le même nom, la même terre. Théories traditionnelles de l’identité sociale dans un village du Sannio”. **Mélanges de l’Ecole française de Rome. Italie et Méditerranée.** Année 1992, Vol. 104, Numéro 2.

PETRONE, Pasquale. “Imigrantes italianos no Brasil: identidade cultural e integração”. In: BONI, Luis de. **A presença italiana no Brasil.** vol. III Porto Alegre : Fondazione Giovanni Agnelli. Ed. Est., 1996. p. 628-641.

PICCOLO, Helga I. L. “Alemães e italianos no RS: fricções inter-étnicas e ideológicas no século XX.” In. DE BONI, Luiz Alberto (org). **A presença italiana no Brasil**. v.2. Porto Alegre: EST; Torino : Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

POLINARI, Marcelo. **Cantando a vida: a mentalidade do imigrante italiano nas letras de músicas folclóricas**. Curitiba, 1991. (Mestrado em História - UFPR).

POPPEL, F. Van, BLOOTHOOFT, G., GERRITZEN, D., VERDUIN, J. “Naming for kin and the development of modern family structures: An analysis of a rural region in the Netherlands in the nineteenth and early twentieth centuries. **The history of the family** 4, 261-265 disponível em  
<[www.let.uu.nl/gerrit.blooth/personal/HISTFAM.1999.html](http://www.let.uu.nl/gerrit.blooth/personal/HISTFAM.1999.html)>

POSSAMAI, Paulo. “**Dall’Italia siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945)**”. Passo Fundo : UPF, 2004.

POSSAMAI, Paulo. O processo de construção da identidade ítalo-sul-riograndense (1875-1918). **Revista História Unisinos**, vol.11, n°1, jan/abr2007.

RAMOS, Odinei Fabiano. **Ucranianos, poloneses e brasileiros: fronteiras étnicas e identitárias em Prudentópolis - Paraná (1895-1950)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS), 2006.

RETTAROLI, Rosela. “Age at marriage in nineteenth-century Italy” **Journal of family history**, 1990, vol.15, n°4.

ROWLAND, Robert. “Práticas de Nomeação em Portugal durante a Época Moderna: Ensaio de aproximação”. **Etnográfica**, maio/2008.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude. **La construction de l’identité**. Diffusion Presses Universitaires de France : Sciences Humaines Éditions, 2004.

SANGOÏ, Jean-Claude. “La transmission d'un bien symbolique : le prénom, Bas-Quercy 1750-1872”, **Terrain**, numero-4 - **Famille et parenté** (mars 1985), [En ligne], mis en ligne le 23 juillet 2007. URL : <http://terrain.revues.org/index2873.html>. Consulté le 27 décembre 2008.

SANGOÏ, Jean-Claude. “Forename, Family and Society in Southwest France (Eighteenth-Nineteenth Centurkes). **Journal History of family**. 1999, vol.4, Issue 3.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida Material e vida econômica** Curitiba : SEED (Coleção História do Paraná : textos introdutórios), 2002.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo : edusp, 1998.

SCARPIM, Fábio Augusto. **Atribuição de nomes de batismo: valores étnicos e culturais entre imigrantes italianos e descendentes de Campo Largo – PR (1899-1920)**. DEHIS, UFPR (Monografia de Graduação), 2004.

SCARPIM, Fábio Augusto. “Na pia batismal: práticas de transmissão de nomes de batismo entre imigrantes italianos e descendentes (Campo Largo –PR, séc. XIX e XX)”. Texto apresentado no **VII Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre : PUCRS, 2008.

SCARPIM, Fábio Augusto. “Nomes de batismo, um bem simbólico: valores étnicos e culturais nas práticas de nomeação em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, sécs. XIX e XX). Texto apresentado no **IV Congresso Internacional em História**. Maringá : UEM, 2009.

SCHNAPPER, Dominique. “Essai de lecture sociologique” In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L’École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

SEVERI, Carlo. “Lê nom de lignée”. L’HOMME. **Revue française d’anthropologie**. Tome XX, Octobre-Décembre 1980, n° 4.

SERRA, Manuel D. P. C. “O casamento por ,<câmbia> ou <camba> no noroeste de Portugal. Primeira tentativa de caracterização”. In. **Família, casa y trabajo**. Anais do Seminário Família y elite de poder em el Reino de Murcia. Siglos XV-XIX.

SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa : Terramar, 1975.

SIEMENS, João Udo. **Os prenomes dos descendentes de alemães de Curitiba**. Tese de doutorado em Lingüística, USP, 1992.

SILVA, Marilda R.G. Checcuci Gonçalves da. **Imigração italiana e vocações religiosas no Vale do Itajaí**. Blumenau : Edifurb, 2001.

SMITH, D.S. “Child-naming practices, kinship ties, and change in family attitudes in Hingham, Massachusetts, 1641 to 1800” **Journal of social history** 18, 1985 p. 541-566

TEBBENHOFF, E.H. “Tacit rules and hidden family structures: naming practices and godparentage in Schenectady, New York 1680-1800” **Journal of social history** 18, 1985 p. 567-585.

TÖNNIES, Ferdinand. “Comunidade e sociedade” In: CRUZ, M. Braga da (org). **Teorias sociológicas**. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1989.

VANINI, Ismael Antonio. **O sexo, o vinho e o diabo. Demografia e sexualidade na colonização italiana do Rio grande do Sul (1906-1970)**. Passo Fundo, editora UPF, 2003.

VENDRAME, Maíra Inês. “**Lá éramos servos, aquí somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins**. PUC-RS, 2007 (Mestrado em História).

VIAZZO, Píer Paolo & ALBERA, Dionigi. “The peasant family in northern Italy, 1750-1930: A Reassessment.” **Journal of family history**. vol. 15, n°4, 1990.

WALL, Richard. "Characteristics of european family and household systems". In. **Família, casa y trabajo**. Anais do Seminário Família y elite de poder em el Reino de Murcia. Siglos XV-XIX. Universidad de Murcia, 1997.

WILLENS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo : brasiliana, 2ª ed. , 1980.

WOOLF, Stuart. "The Southern European family again. Some perspectives of research". In. **Família, casa y trabajo**. Anais do Seminário Família y elite de poder em el Reino de Murcia. Siglos XV-XIX. Universidad de Murcia, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos no sul e sitiantes no nordeste**. São Paulo : Edunb, 1995.

ZANINI, Maria C. Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional: A construção da identidade étnica em Santa Maria RS**. Santa Maria : Editoraufsm, 2006.

ZONANBEND, Françoise. " Lê nom de personne". L'HOMME. **Revue française d'antropologie**. Tome XX, Octobre-Décembre 1980, n° 4.

ZONANBEND, Françoise. "Prénom et identité" In. **Lê prénom, mode et Histoire** Les Entretiens de Malher , 1980. Édition de L'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

# ANEXOS

## ANEXO 1

### Limites territoriais da Paróquia de São Sebastião, Campo Largo - Paraná

“No dia 5 de abril de 1937 Rvmo. Arcebispo Dom Attico Ensilio da Rocha emanou o seguinte decreto:

Pela presente, attendendo a necessidade de uma junção parochial regular, e seguindo as preocupações canonicas, depois de ouvido o parecer dos Revmos. Consultores archidicioesanos e usando de nossa jurisdição ordinaria, havemos por bem elevar a cathegoria de Parochias amaviveis (can. 454 § 3) as obras capellas curadas de São sebastião de Rondinha e S. José de Santa Felicidade, cujos limites confirmamos e ratificamos conforme se descreve em seguinte:

A parochia de São Sebastião de Rondinha assim se limita: Pela estrada que partindo da estrada macadamizada vae ao passo de Fabiamos, no arraio das Costas, dahi por este arraio abaixo até o pequeno rio Rinção; por este Rio abaixo ate o Rio Verde, dahi pelo Rio Verde acima ate encontrar os limites da parochia de Orleans, até o Rio Passauna, dahi pelo Rio Passauna abaixo, ate encontrar os limites da freguesia de Thomas Coelho; por estes limites em direção de Campo Largo, ate encontra o correjo dos Fedaltos; por este correjo abaixo ate a estrada do Rio Verde, seguindo esta estrada ate a ponte do mesmo Rio Verde, dahi pelo Rio Verde abaixo ate o correjo que vindo da Colonia Mariana, vai ate o rio Amocafe; dahi por este rio acima ate onde desagua um arraia que vem da propriedade do Sr. Otto Vaz Chem; dahi por este arraia acima, continuando pelos limites da referida propriedade e pela estrada do Rio Verde, ate o ponto de partida na estrada macadamizada.

Dado e passado nesta cidade archiepiscopal de Curityba sob o nosso igual e o sello Nossas ... aos 2 de Abril de 1937.”

“Com este decreto a Igreja de Rondinha esta elevada a Parochia, mas vem a perder cinco capellas: S. João Baptista de Campina, S. Benedito de Salgadinho, S. Antonio e S. João do Capão, e S. Anna de Figueredo. Ficam tambem escludidas da nova parochia 120 familias, que estão registradas no livro de batismo deste archivo, assim divididas, 38 familias da colonia de Campina, 55 familias italianas do centro de Rondinha, 30 familias brasileiras de Rondinha, mais algumas familias de Mariana e Rebouças. Os excludos ficaram muito malcontentes e repetidas vezes foram do Sr. Arcebispo a se queixar, mas de balde. Os padres de S. Carlos não puderam fazer nada, porque não foram convidados a apresentar as divisas e proprio ponto de vista, nem tampouco consultados, mas foram aceitadas as divisas como foram apresentadas pelo P. de Campo Largo, P. Aloisio Domanski. Resentemente a parochia é em forma de retangulo com o comprimento de 18km por 5 km e compreende as capellas de Mariana, Timbituba, Rebouças e Ferraria.”

FONTE: Livro do Tombo da Paróquia São Sebastião 1906-1971.

**ANEXO 2****CASAMENTOS POR TROCA**

Riccardo Brugnolo com Rosa Garzaro casaram-se em 25.04.1914

Redenzio Brugnolo com Santa Garzaro casaram-se em 10/05/1919

Ambos moradores da colônia Rio Verde. Ricardo e Redenzio, filhos de Giuseppe Brugnolo e Maria Ghiotto, e Santa e Rosa, filhas de Luigi Garzaro e Angela Cruzara

.....

Angelo Ceccatto com Angela Gadens casaram-se em 09/02/1918

Antonio Gadens com Rosa Ceccatto casaram-se em 24/05/1919

Ambos moradores da colônia Rondinha. Angelo e Rosa, filhos de Giovanni Ceccatto e Maria Cosmo e Antonio e Angela, filhos de Giovanni Gadens e Maria Dominga Cemim.

.....

Jose Magaton com Fiorinda Aggio casaram-se em 20/02/1909

Pedro Magaton com Mariana Aggio casaram-se em 19/07/1919

Ambos moradores da colônia Campina. Jose e Pedro, filhos de Giovanni Magaton e Giovanna Brossolato e Fiorinda e Mariana, filhas de Guilherme Aggio e Maria Fraccaro.

.....

Domingo Cosmo com Angela Zampieri casaram-se em 16/09/1899

Luigi Zampieri com Angela Cosmo casaram-se em 16/06/1906

Ambos moradores em Rondinha. Domingo e Angela, filhos de Giovanni Cosmo e Santa Favrim, e Luigi e Angela, filhos de Plácido Zampieri e Luigia Ghiotto.

.....

Jose Marochi com Angela Rigoni casaram-se em 01/09/1904

Jacob Marochi com Angelina Rigoni casaram-se em 10/11/1906

Ambos moradores da colônia Timbituva. Jose e Jacob, filhos de Francisco Marochi e Rosa Ferrari, e Angela e Angelina, filhas de Antonio Rigoni e Dominga Basso.

.....

Cristino Rigoni com Catterina Cunico casaram-se em 02/05/1903

Estevam Rigoni com Maria Cunico casaram-se em 18/05/1889

Ambos moradores da colônia Timbituva. Cristiano e Estevam, filhos de Antonio Rigoni e Dominga Cunico, e Maria e Catterina, filhas de Cipriano Cunico e Maria Rodighero.

Obs: Dominga e Cipriano eram parentes (provavelmente primos)

.....

Luigi Rinaldim com Catterina Crovador casaram-se em 06/02/1910

Ângelo Rinaldim com Angela Crovador casaram-se em 24/06/1907

Ambos moradores da colônia Rio Verde. Luigi e Ângelo, filhos de Antonio Rinaldim e Daniela Fregonese, e Catterina e Angela, filhas de Giuseppe Crovadore e Grazioza Mores.

.....

Carlos Mazzuchetto com Maria Zampieri casaram-se em 10/05/1889

Giovanni Mazzuchetto com Pellegina Zampieri casaram-se em 22/06/1889

Ambos moradores da colônia Timbituva. Carlos e Giovanni, filhos de Luigi Mazzuchetto e Giovanna *Pionesana*, e Maria e Pellegina, filhas de Plácido Zampieri e Luigia Ghiotto.

FONTE: Livros de Casamento das paróquias de São Sebastião, N<sup>a</sup> Sra. Da Piedade e São José.

## ANEXO 3

### ANEXO METODOLÓGICO

#### Organização das tabelas para tratamento dos dados

O Anexo metodológico tem por objetivo fazer uma explanação de como foram construídas as tabelas que serviram de base para o tratamento dos dados utilizados nessa dissertação, especialmente do terceiro capítulo.

#### TABELA 1.A

#### Influências nas escolhas dos prenomes dos filhos (as) de imigrantes e descendentes de italianos de Campo Largo - PR

O objetivo dessa tabela foi organizar as prováveis influências na escolha dos prenomes das crianças. Para organizar essa tabela foram utilizadas somente as fichas de família (M), ou seja, aquelas relativas aqueles casais que foi obtido o casamento em uma das três paróquias pesquisadas no período de 1878 a 1920 e cujos filhos foram batizados no período de 1878 a 1937. O total de fichas utilizadas foi de 290, o que correspondeu a igual números de casais.

A tabela foi organizada da seguinte forma, da esquerda para a direita:

- *coortes*: levam em consideração aqueles casais que realizaram seu matrimônio naquele espaço de tempo e cuja descendência é seguida nos registros de batismo ao longo do período estudado. As *coortes* foram organizadas em períodos médios de uma década, exceção é feita à primeira, que incorpora um recorte temporal maior, pois as famílias vão se estabelecendo nas colônias ao longo dessa *coorte*. Dividimos dessa maneira, para equiparar o número de famílias por *coorte*.
- *Nº de casais*: corresponde a quantidade de casais para cada *coorte*, que tiveram no mínimo um filho.
- *Sexo da criança*: na tabela, estamos analisando separadamente menino e menina.

A análise das fichas de famílias com as prováveis influências na escolha dos prenomes, possibilitou-nos organizar a tabela em 8 partes. As quatro primeiras partes foram subdivididas, enquanto as quatro últimas permaneceram com uma única coluna na tabela.

- *Influência da linhagem paterna:* congrega as categorias *pai, avô, avó e tio(a)* para ser utilizadas tanto para meninos como para meninas, ou seja, também encontramos meninas recebendo prenomes a partir do nome do pai e do avô, assim como meninos sendo nominados através da avó. Para os tios não encontramos essa relação (meninos nominados através da tia, e vice-versa para as meninas), dessa maneira não fizemos duas colunas separadas.
- *Influência da linhagem materna:* segue a lógica do grupo anterior, congrega as categorias *mãe, avô, avó e tio(a)* para ser utilizadas tanto para meninos como para meninas, ou seja, também encontramos meninos recebendo prenomes a partir do nome da mãe e da avó, assim como meninas sendo nominados através do avô. Para os tios não encontramos essa relação (meninos nominados através da tia, e vice-versa para as meninas), dessa maneira não fizemos duas colunas separadas.
- *Influência dos irmãos falecidos:* nesse grupo consta as crianças nominadas a partir de um irmão ou irmã falecido(a) antes de seu nascimento. Embora não tenhamos encontrado nenhum menino nominado através da versão masculina do prenome da irmã falecida, ou vice-versa, para as meninas. Na organização da tabela, as categorias irmão e irmã (falecidos) poderiam ser utilizadas para ambos os sexos.
- *Influência dos padrinhos.* Nesse grupo consta as crianças, cujo prenome foi dado em função do padrinho ou madrinha de batismo. Assim como no grupo anterior, como não foi encontrado nenhum menino nominado através da versão masculina do prenome da madrinha, ou vice-versa, para as meninas. Na organização da tabela as categorias padrinho e madrinha também poderiam ser utilizadas para ambos os sexos.
- *Santo do dia:* essa categoria congrega as crianças que tiveram seu nome escolhido em função do dia do santo. Não estamos considerando apenas se a criança nasceu exatamente no dia do santo ou santa, mas também aquelas cuja data de nascimento ou batismo está relativamente próxima.

- *Outro parente*: esse grupo congrega diversos tipos de parentes tais como: primos ou primas mais velhos (as), tios-avô ou tias-avó, cônjuge falecido (em caso de viuvez), ou outros cujo grau de parentesco não foi possível determinar. Não foram criadas categorias dentro desse grupo, pois teríamos que ampliar muito o rol de opções, inclusive criar sub-categorias que tinham apenas alguns casos.
- *Bisavô*: esse grupo foi criado pelo seguinte motivo: para uma das colônias (a Campina) temos disponível um livro escrito por Osmar Aggio sobre a história da colônia, em que constam a genealogia das famílias fundadoras, desde a Itália (inclusive, o autor pesquisou nas paróquias italianas de onde vieram essas famílias). Ao verificar essas genealogias, foi constatado a relação entre o nome da criança e do bisavô. É claro que, não foi feita a distinção de qual lado a criança herdou o prenome (se é avô materno ou paterno da mãe ou do pai). Nesse casos os bisavôs, na maior parte, já eram falecidos e muitos estavam enterrados na Itália. Também queremos deixar claro que, essa variável foi possível determinar para uma parte das famílias, ou seja, de uma colônia, não temos informação na documentação paroquial dos bisavós para as outras colônias, a não ser em alguns casos em que conseguimos recuperar quatro gerações no período estudado.
- *Outros*: no último grupo foram enquadrados todos aqueles prenomes que não foi possível inserir em nenhum dos demais grupos. Poderiam ser nomes de moda do período, inspirados em lugares, coisas ou sentimentos, referências a personagens históricos ou bíblicos, nomes de reis ou papas, nomes fantasiosos, inventados ou reinventados, ou simplesmente nomes de uso recorrente no grupo, mas que simplesmente não foi encontrado nenhuma explicação para sua escolha.
- *Subtotal e total*: a quantidade final não corresponde nem ao número de indivíduos nem ao número de prenomes (nomes combinados foram contados separadamente). Essa decisão foi tomada pelo fato de que tivemos um número considerável de casos em que era possível mais de uma influência. Por exemplo, quando uma criança recebia um prenome qualquer como *Antonio*, e tanto seu

avô paterno como materno também tinham esse prenome, quem os pais queriam referenciar? O avô paterno, o materno ou os dois? Como não podemos ter precisão nesses casos, optamos em enquadrar o mesmo prenome da mesma criança, em duas categorias diferentes. È devido a esses casos, sob risco de duplicar a contagem, que não podemos atribuir ao *total* e *subtotal* o número total de prenomes.

## **TABELA 2.A**

### **Influência na escolha do primeiro e último filho(a)**

O objetivo dessa tabela é comparar como foram escolhidos o primeiro e o último menino e a primeira e última menina, de uma amostra de casais.

A tabela foi criada utilizando-se da mesma estrutura da 1.A, porém a amostra de casais foi diferente. Para acompanhar o nome dado ao primeiro(a) e último filho(a), selecionamos apenas casais em que ao nascer a última criança registrada na paróquia, a mulher tinha uma idade média de 40 anos. Essa opção, embora não rigorosa do ponto de vista demográfico, está embasada nas observações de Altiava Balhana Pilatti sobre a colônia italiana de Santa Felicidade (Curitiba – PR), que também podem ser aplicadas para o nosso grupo. Segundo a autora, em populações que não fazem controle de natalidade a idade média da mulher ao último nascimento situa-se por volta dos 40 anos, independente da sua idade ao casar.<sup>255</sup> Inicialmente foram utilizados o mesmo número de coortes da tabela 1.A, mas como obtemos números pequenos e os dados ficaram “pulverizados”, optamos por fazer apenas três coortes.

Essa tabela contou com a observação de 75 casais, e assim como a tabela 1.A tratamos os prenomes duplos separadamente.

### **3. Tabela sobre a influência na escolha do segundo e penúltimo filho (a) (Tabela 3.A)**

Foram utilizados os mesmos critérios da anterior (2.A), a diferença é que nessa tabela, o objetivo dessa foi comparar como foram escolhidos o segundo e o penúltimo menino e a segunda e penúltima menina, de uma amostra de casais.

---

<sup>255</sup> PILATTI BALHANA, Altiava. “Nupcialidade e fecundidade”. In \_\_\_\_\_ **Um mazolino di fiori** vol. II. (org) Westphalen, Maria Cecília. Curitiba : Imprensa Oficial do Paraná, 2002. p. 185

Essa tabela contou com a observação de 68 casais, e assim como a tabela 1.A e 2.A tratamos os prenomes duplos separadamente. O número menor se justifica pelo fato de em alguns casos o segundo e o penúltimo menino, ou segunda e penúltima menina, coincidir com o primeiro (a) e último (a) menino (a).

#### **4. Tabela sobre a influência na escolha do primeiro filho e primeira filha (Tabela 4.A)**

O objetivo dessa tabela concentrou-se em observar como os pais escolheram apenas o nome do primeiro filho e da primeira filha. Como nessa tabela nosso interesse se centrou no nascimento do primeiro menino e da primeira menina pudemos aproveitar um número maior de fichas M.

Organizamos o recorte cronológico de casamentos em três coortes. A organização dessa forma foi para tentar um equilíbrio entre o número de casais para cada coorte.

Nessa tabela estamos considerando o número de indivíduos e não de prenomes, por isso os nomes combinados foram alocados em categorias separadas. O número de categorias foram incluídas conforme recorrência na nominação do primeiro (a) filho (a) e ficaram assim distribuídas:

1. *Avô paterno*: quando o menino recebeu o prenome do avô paterno.
2. *Avô materno*: quando o menino recebeu o prenome do avô materno.
3. *Pai*: quando menino recebeu o prenome do pai.
4. *Tio Materno*: quando o menino recebeu o prenome de um tio do lado da mãe.
5. *Tio Paterno*: quando o menino recebeu o prenome de um tio do lado do pai.
6. *Santo*: quando o menino recebeu o nome de um santo do dia (ver também a explicação no item 1).
7. *Padrinho*: quando o menino recebeu o prenome do seu padrinho de batismo
8. *Avô Paterno + Paterno*: quando o menino recebeu nome combinado que referenciava os dois avós.
9. *Avô Materno + Pai*: quando o menino recebeu nome que combinava os prenomes do avô materno e do pai.
10. *Avô Paterno + Pai*: quando o menino recebeu nome que combinava os prenomes do avô paterno e do pai.

11. *Avô Paterno + tio*: quando o menino recebeu nome que combinava os prenomes do avô paterno e de um tio, seja materno ou paterno.
12. *Avô Materno + tio*: quando o menino recebeu nome que combinava os prenomes do avô materno e de um tio, seja materno ou paterno.
13. *Avô paterno + padrinho*: quando o menino recebeu nome que combinava os prenomes do avô paterno e do seu padrinho de batismo.
14. *Pai + santo*: quando o menino recebeu nome que combinava os prenomes do pai de um santo do dia.
15. *Bisavô*: quando o menino recebeu o prenome de um bisavô (independente se é do lado do pai ou da mãe, ver a explicação no item 1)
16. *Outros*: nessa categoria foram incluídos todos aqueles que não se encaixaram em nenhuma das categorias anteriores, ou que não encontramos nenhuma explicação para a escolha de tal nome.
17. *Avô paterno e materno*: nessa categoria entram os casos em que os avôs (paterno e materno) tinham o mesmo nome. Dessa forma, a influência poderia ter uma dupla razão, mas como estamos contando indivíduos e não nomes, estes não poderiam ser duplicados.
18. *Avô e pai*: segue a lógica aplicada ao item 17, foram incluídos nessa categoria casos em que um dos avôs e o pai tinham o mesmo nome que foi dado a criança.

Observação: nas categorias 8,9,10,11,12,13 e 14 que são relativas a nomes combinados não estamos considerando a ordem, pois com exceção da 8, são números pequenos.

Para as meninas a explicação é a mesma utilizada para os meninos com exceção de algumas categorias:

A categoria *Pai* refere-se a menina que recebeu a versão feminina do prenome do pai e a categoria *Mãe* quando a criança recebeu o prenome igual de sua mãe. Também temos a categoria que combina o nome das *tias paterna e materna*, que não encontramos o equivalente para os meninos. Também as categorias 9, 11 e 14 encontrados para os meninos, não ocorreu o equivalente a essas categorias, para as meninas, e categoria 18, refere-se a casos que a menina recebia o prenome que era o mesmo da mãe e de uma das avós.

### **5. Tabela sobre a influência na escolha do prenome da primeira criança, independente do sexo (Tabela 5.A)**

Essa tabela foi organizada para verificar como os pais escolhiam o nome do primeiro filho, independente de ser menino ou menina. As categorias foram organizadas conforme aquelas utilizadas na tabela 4.A, utilizando somente aquelas em que apareceram pelo menos uma vez, e distinguiu prenomes simples de combinados. Dessa forma, os subtotais e o total referem-se a indivíduos. Assim temos 290 primeiros filhos do igual número de casais que realizaram seu matrimônio nas paróquias pesquisadas no período de 1878-1920, e que tiveram ao mínimo um filho. Também nesta tabela, foi feita a separação por gênero e em três coortes conforme a anterior.

## ANEXO 4

TABULAÇÃO DOS DADOS REFERENTES AS PRÁTICAS DE NOMEAÇÃO  
ENTRE IMIGRANTES E DESCENDENTES DE ITALIANOS DE CAMPO LARGO  
– PARANÁ, POR COORTES (1878-1920)

## TABELAS 1.A, 2.A, 3.A, 4.A, 5.A

TABELA 1.A: Influência na escolha dos prenomes dos filhos, nas famílias reconstituídas, em função do casamento.

TABELA 2.A : Influências na escolha dos prenomes do primeiro e último filho (a)

TABELA 3.A: Influências na escolha dos nomes do segundo e penúltimo filho (a)

TABELA 4.A: Escolha do nome para o primeiro filho (a)

TABELA 5.A: Escolha do nome da primeira criança de cada casal, independente do sexo

TABELA 1.A Influência na escolha dos prenomes dos filhos, nas famílias reconstituídas, em função do casamento. (1878-1920)

Coorte	Nº Casais	Sexo da Criança	Influência Paterna				Influência Materna				Influência dos irmãos falecidos		Influência dos Compadres		Santo do dia	Outro parente	Bisavô	Outros	Total
			Pai	Avô	Avó	Tio (a)	Mãe	Avô	Avó	Tio (a)	Irmão	Irmã	Padrinho	Madrinha					
1878-1900	91	Menino	16	50	4	28	1	56	-	60	20	-	28		19	26	20	60	348
		Menina	2	-	40	27	5	2	52	45	-	8	22		4	27	12	77	306
1901-1910	103	Menino	18	79	5	32	2	64	3	13	14	-	23		23	14	11	54	354
		Menina	8	4	68	34	11	7	64	35	-	10	-	20		23	3	100	382
1911-1920	96	Menino	5	52	1	22	1	40	2	7	6	-	5		10	19	3	68	241
		Menina	1	1	35	15	7	3	38	18	-	9	-	8		13	1	79	232
1878-1920	290	Menino	39	181	10	82	4	160	5	80	40	-	56		52	59	34	182	943
		Menina	11	5	143	76	23	13	154	98	-	27	-	50		63	16	256	920

Fonte: livros de batismo e casamento das paróquias de São Sebastião, N.º Sr.ª da Piedade e São José.

Total refere-se a influências e não ao número de pessoas ou prenomes

Obs: Os prenomes combinados foram contados separadamente (como se fossem dois prenomes) Ex: João Antonio (1 para avô paterno e 1 para avô materno)

## Influências na escolha dos prenomes do primeiro e último filho(a)

Coorte	Sexo	Ordem Nasc.	Influência Paterna				Influência Materna				Influência dos irmãos falecidos		Influência dos Compadres		Santo do dia	Outro parente	Bisavó	Outros	Total
			Pai	Avó	Avó	Tio (a)	Mãe	Avó	Avó	Tio (a)	Irmão	Irmã	Padrinho	Madrinha					
1878-1900	Menino	Primeiro	2	14	-	1	-	6	-	-	-	-	4	-	-	1	8	-	34
		Último	3	2	-	3	-	2	-	5	-	-	2	-	2	5	-	9	34
32	Menina	Primeiro	-	-	11	3	-	-	5	-	-	-	-	2	3	5	3	32	
		Último	-	-	0	2	1	-	2	4	-	-	-	3	1	-	15	32	
1901-1910	Menino	Primeiro	1	19	-	3	-	6	-	-	-	-	2	-	1	1	-	2	35
		Último	2	1	-	5	1	2	-	1	-	-	3	-	3	3	-	12	31
29	Menina	Primeiro	-	-	13	1	2	-	8	1	-	-	-	2	-	-	1	6	34
		Último	-	-	0	1	1	-	1	3	-	-	-	2	2	2	-	17	29
1911-1920	Menino	Primeiro	2	11	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	2	15
		Último	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	14	16
16	Menina	Primeiro	-	-	7	-	1	-	5	-	-	-	-	-	1	1	-	3	16
		Último	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	2	-	-	12	17
total	Menino	Primeiro	5	42	-	5	-	12	-	-	-	-	6	-	3	9	4	84	
		Último	5	3	-	8	-	5	-	7	-	-	5	-	9	-	35	80	
75	Menina	Primeiro	-	-	32	6	3	-	18	1	-	-	-	4	5	6	10	83	
		Último	-	-	0	3	2	-	5	8	-	-	-	7	3	-	44	79	

Fonte: livros de batismo e casamento das paróquias de São Sebastião, N.º Sr.ª da Piedade e São José.

Obs: os nomes combinados foram contados separadamente (como se fossem dois prenomes)

TABELA 3.A

## Influências na escolha dos nomes do segundo e penúltimo filho (a)

186

	Sexo	Orde m Nasc.	Influência Paterna				Influência Materna				Influência dos irmãos falecidos		Influência dos Compadres		Santo do dia	Outro parente	Bisavô	Outros	Total	
			Pai	Avô	Avó	Tio (a)	Mãe	Avô	Avó	Tio (a)	Irmão	Irmã	Padrinho	Madrinha						
1878-1900	Menino	Segundo	2	6	-	3	-	3	-	-	-	-	-	2	-	1	4	1	4	26
		Penúltimo	1	1	-	1	-	5	-	3	-	-	-	2	-	3	3	-	7	26
26	Menina	Segundo	-	-	2	5	2	-	2	2	-	2	-	-	2	-	1	-	9	27
		Penúltimo	-	-	2	4	-	-	2	1	-	1	-	-	2	-	-	-	14	26
1901-1910	Menino	Segundo	1	6	-	2	-	8	-	-	-	-	-	6	-	1	3	-	2	29
		Penúltimo	2	2	-	4	-	1	-	2	3	-	1	-	-	2	4	-	10	31
29	Menina	Segundo	1	-	4	2	-	-	10	3	-	-	-	-	3	-	3	-	3	29
		Penúltimo	2	-	2	3	-	-	2	6	-	-	-	-	-	-	1	-	13	29
1911-1920	Menino	Segundo	-	1	-	3	1	5	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	2	13
		Penúltimo	-	-	-	2	1	-	-	1	-	-	-	1	-	2	2	-	4	13
15	Menina	Segundo	-	-	6	3	1	1	3	1	-	-	-	-	-	-	1	-	3	17
		Penúltimo	-	-	1	1	1	-	-	3	-	-	-	-	-	1	-	-	8	15
total	Menino	Segundo	4	12	-	8	1	16	-	-	-	-	-	10	-	2	8	1	10	68
		Penúltimo	5	3	-	7	1	6	-	6	3	-	-	4	-	7	9	-	21	70
68	Menina	Segundo	-	-	12	10	3	1	15	6	-	2	-	-	5	-	5	-	15	74
		Penúltimo	-	-	5	8	1	-	4	9	-	2	-	-	2	-	1	-	35	68

Fonte: livros de batismo e casamento das paróquias de São Sebastião, N.ª Sr.ª da Piedade e São José.

TABELA 4.A Escolha do nome para o primeiro filho (a)

	MENINO				MENINA				Total
	1878-1899	1900-1910	1911-1920	Total	1878-1899	1900-1910	1911-1920	Total	
Avô paterno	21	41	32	94	Avô paterna	17	24	29	70
Avô materno	11	24	9	44	Avô materna	13	17	19	49
Pai	4	4	1	9	Mãe	-	1	2	3
Tio Materno	2		2	4	Tia Materna	-	9	3	12
Tio Paterno	6	6	6	18	Tia paterna	5	5	7	17
Santo	1	2	1	4	Santa		2	2	4
Padrinho	4	1		5	Madrinha	3	3		6
Bisavó	10	4	6	20	Bisavó	4		1	5
Avô paterno e materno	-	2	3	5	Avô paterna e materna	1	1	1	3
Avô e pai	-	1	1	2	Avô e Mãe	1	1	-	2
Avô Materno + Paterno	5	8	6	19	Avô paterna + materna	5	9	4	18
Avô Materno + Pai	-	1	-	1	Avô materna + tia	1	1	-	2
Avô Paterno + Pai	-	4	1	5	Avô paterna + mãe	-	1	-	1
Avô Paterno + tio	1	-	-	1	Tia paterna + materna	-	2	-	2
Avô Materno + tio	1	-	-	1	Avô paterna + madrinha	-	1	1	2
Avô paterno + padrinho	2	-	-	2	Pai	-	1	-	1
Pai + santo	-	1		1					
Avô paterno e materno+pai	1	1	-	2	Outro	18	15	22	55
Outro	9	10	18	37					
Total	78	110	84	274	Total	68	93	89	252

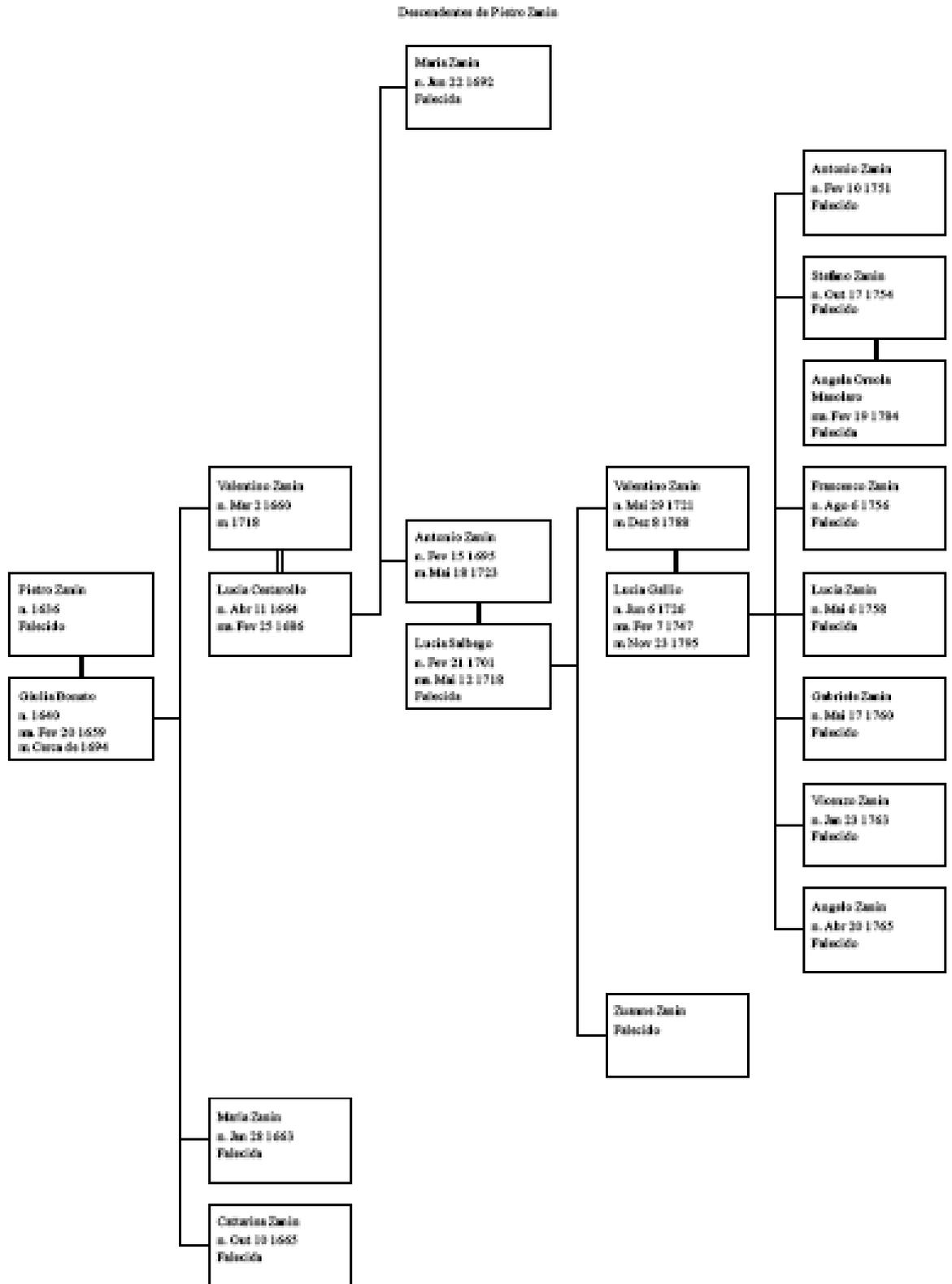
Fonte: livros de batismo e casamento das paróquias de São Sebastião, N.º Sr.ª da Piedade e São José.

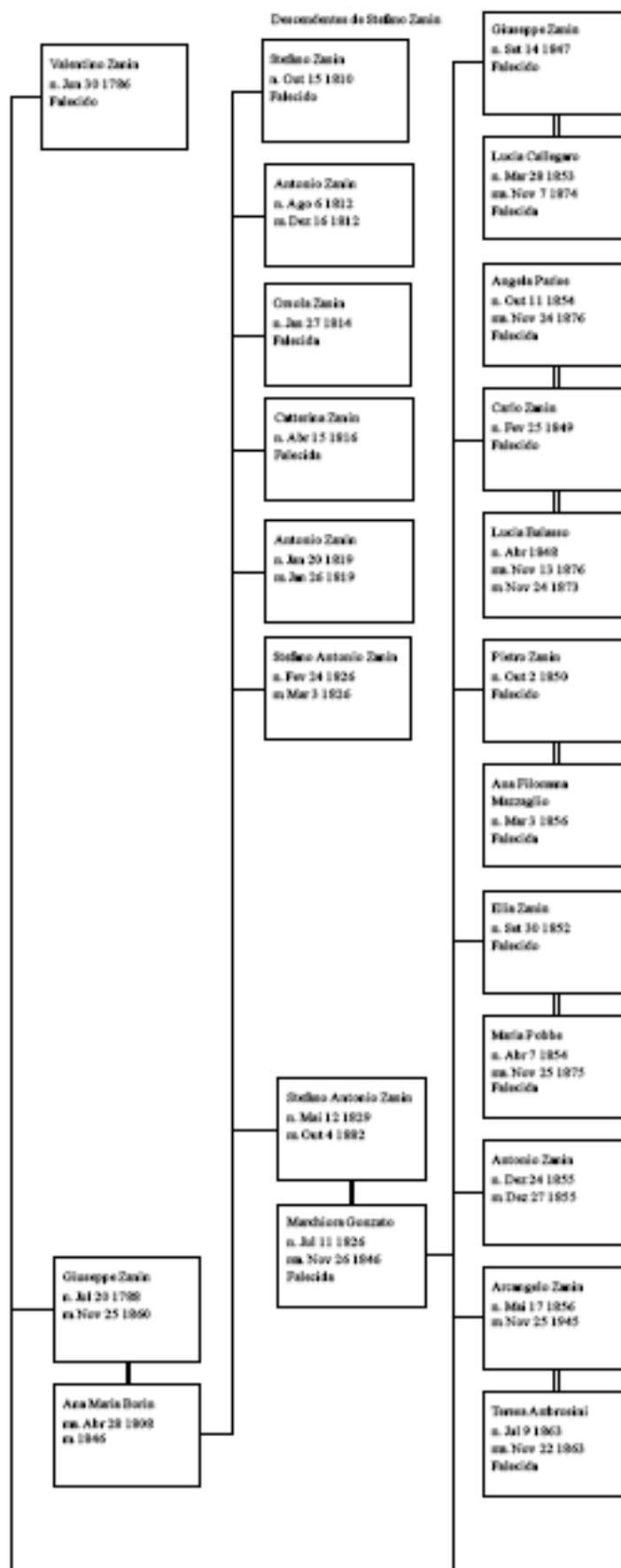
**TABELA 5.A**  
**Escolha do nome da primeira criança de cada casal, independente do sexo**

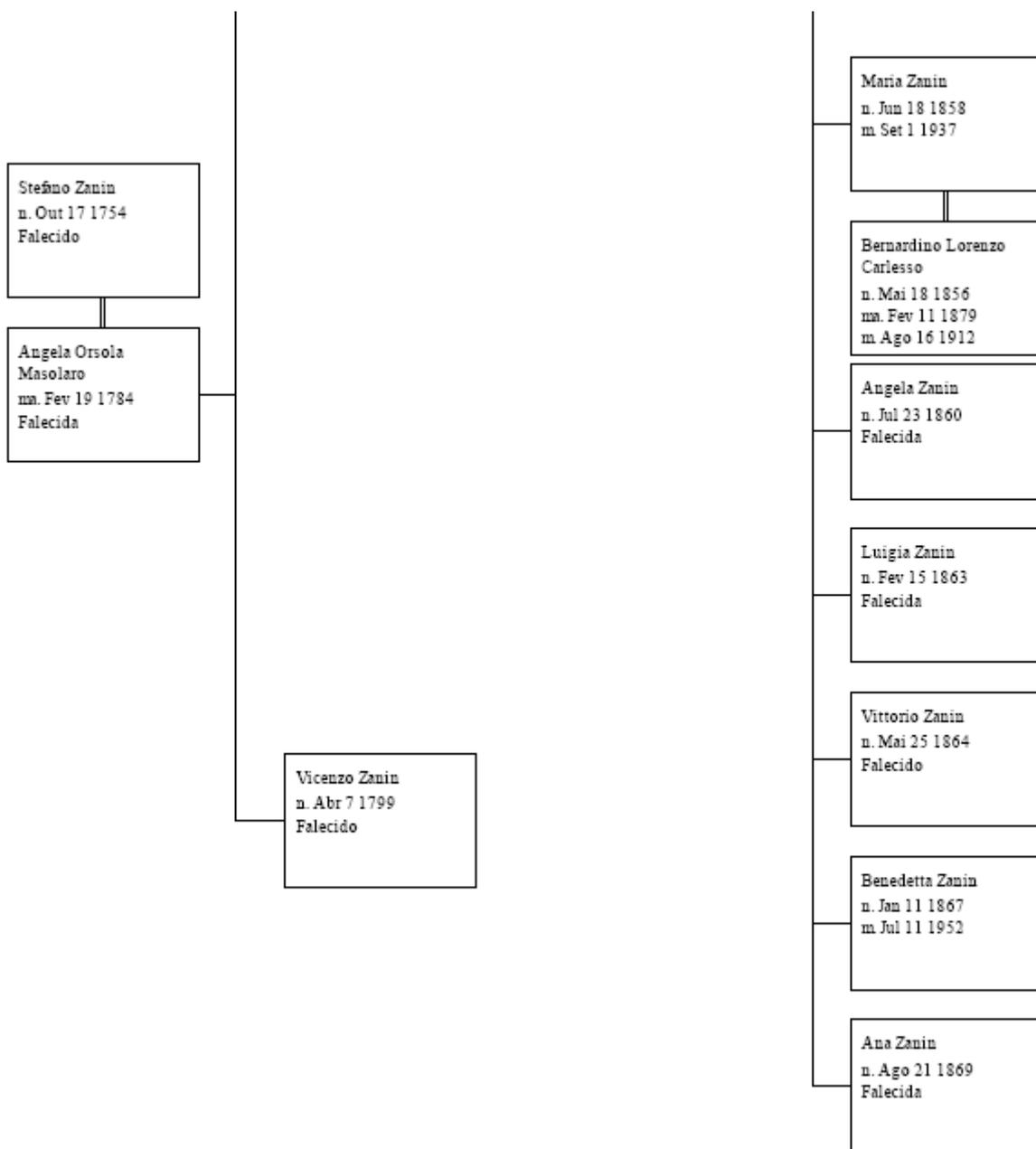
	MENINO					MENINA				
	1878-1899	1900-1910	1911-1920	Total		1878-1899	1900-1910	1911-1920	Total	
Avô paterno	16	28	16	60	Avô paterna	8	11	11	30	
Avô materno	4	14	6	24	Avô materna	4	8	8	20	
Pai	2	1	-	3	Mãe	-	1	1	2	
Tio Materno	-	-	1	1	Tia Materna	-	1	2	3	
Tio Paterno	1	1	1	3	Tia paterna	2	3	6	11	
Santo	2	2	3	7	Santa		1	1	2	
Padrinho	2	1		3	Madrinha	2	-		2	
Avô Materno + Paterno	5	4	3	12	Avô paterna e materna	-	-	1	1	
Avô materno e paterno	-	2	3	5	Bisavó	1	2	-	3	
Avó e pai	-	1	1	2	Avó paterna + materna	4	6	2	12	
Avó + Bisavó	-	-	1	1	Avó + tia	-	-	1	1	
Avó paterno e materno + pai	1	1		2	Avó + madrinha	1	1	1	3	
Avó + pai	-	1	1	2	Tia paterna + materna		1		1	
Avó + padrinho	5	-	-	5	Avó + outro	1	4	1	6	
Avó + tio	-	1	-	1	Avó + Bisavó	1	-	-	1	
Pai + santo	1	1	-	2	Outro	9	13	7	29	
Padrinho + outro	1	-	-	1	Total	33	52	41	127	
Avó + outro	2		2	4						
Outro	7	5	13	25						
Total	49	63	50	163						

Fonte: livros de batismo e casamento das paróquias de São Sebastião, N<sup>o</sup> Sr<sup>a</sup> da Piedade e São José

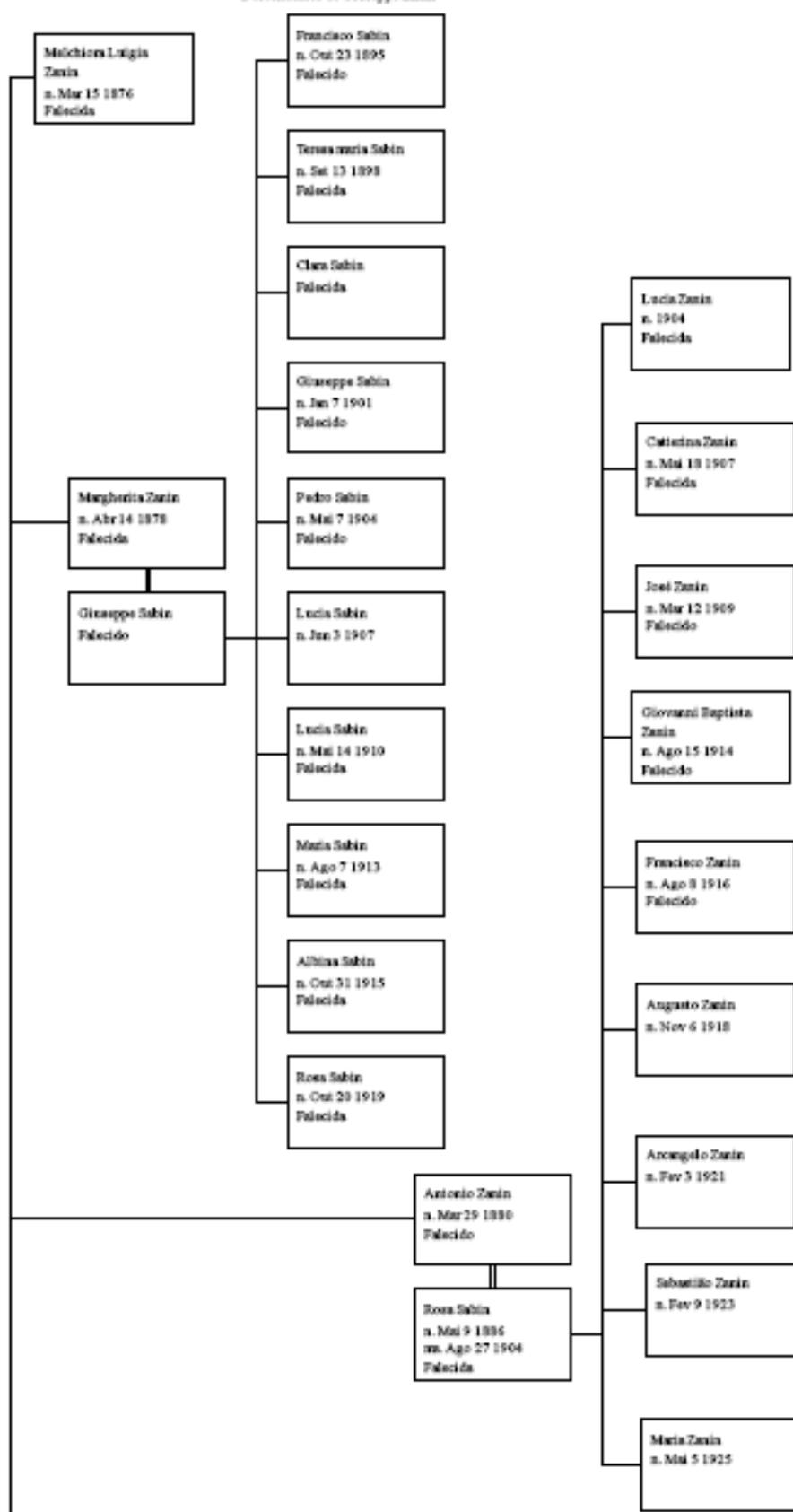
## Anexo 5: Genealogia das famílias Zanin e Carlesso

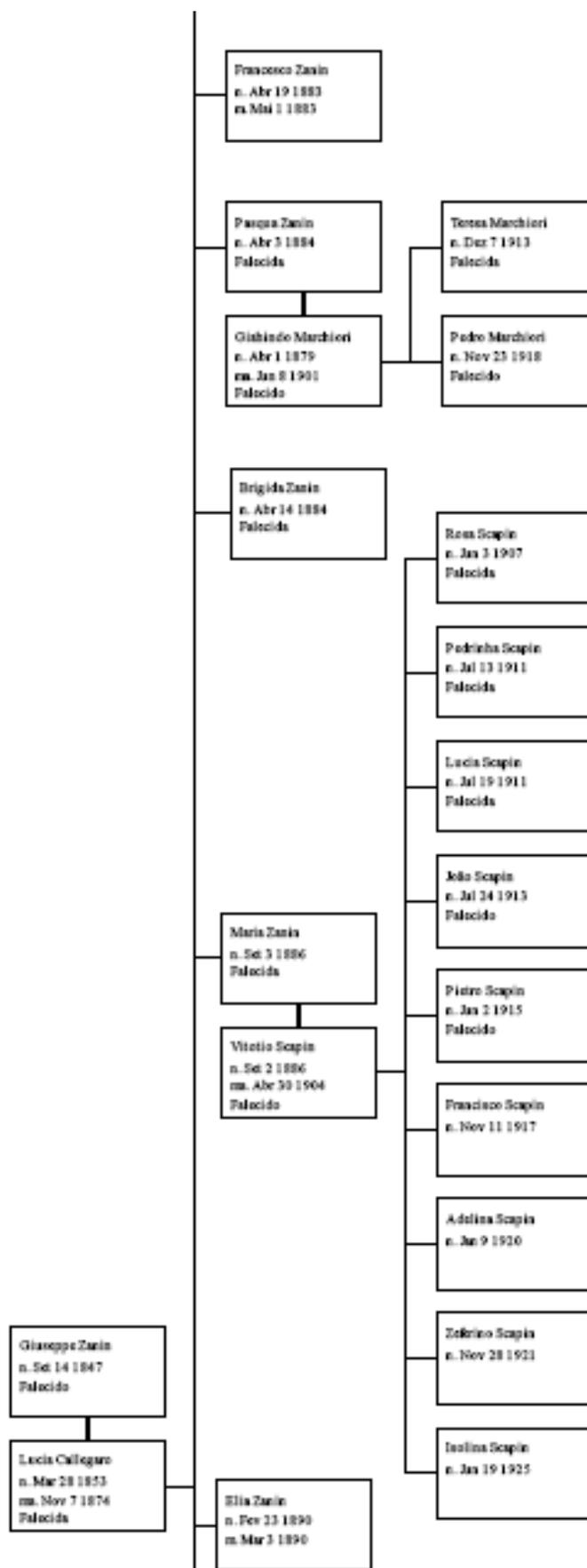


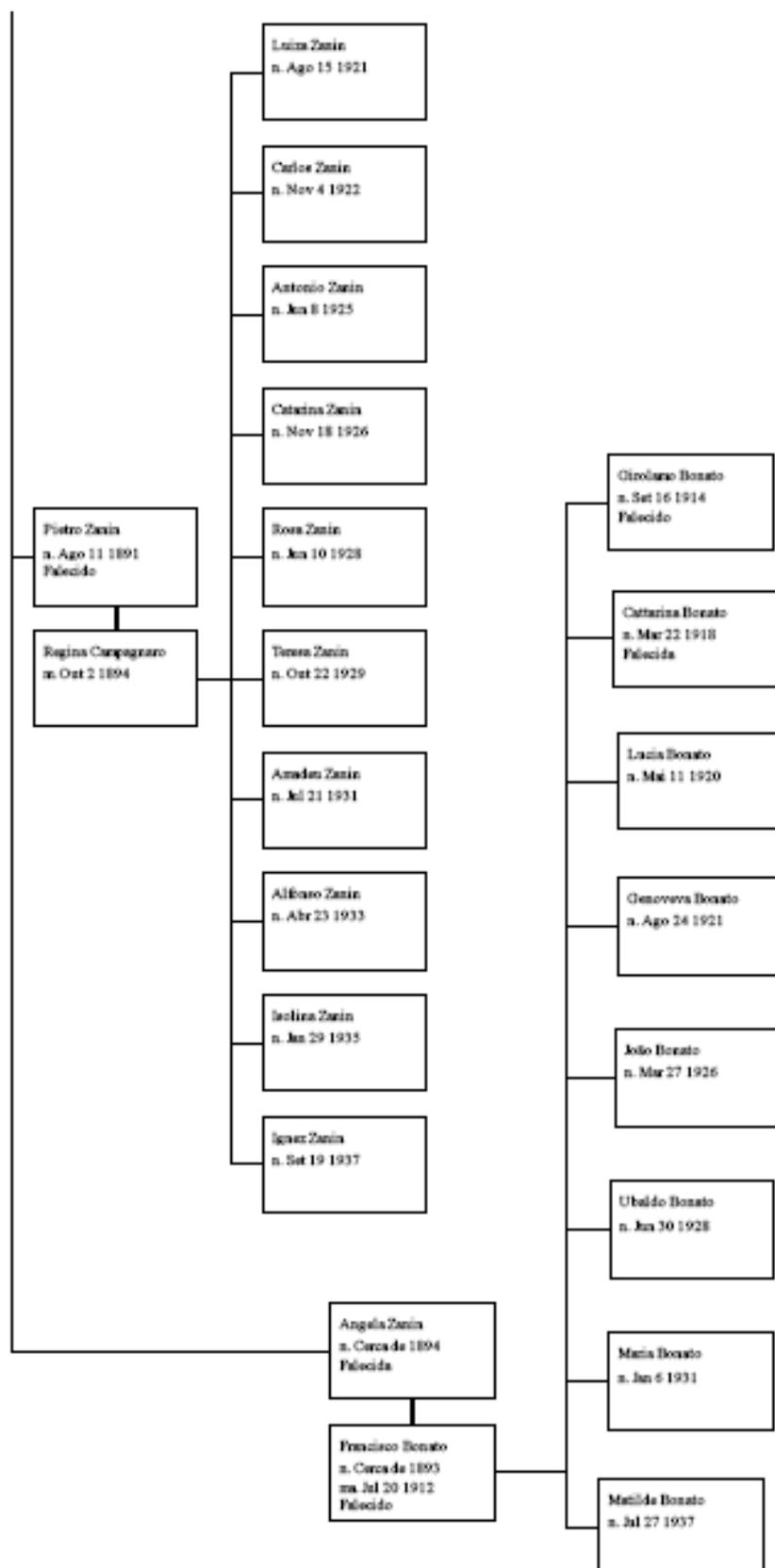




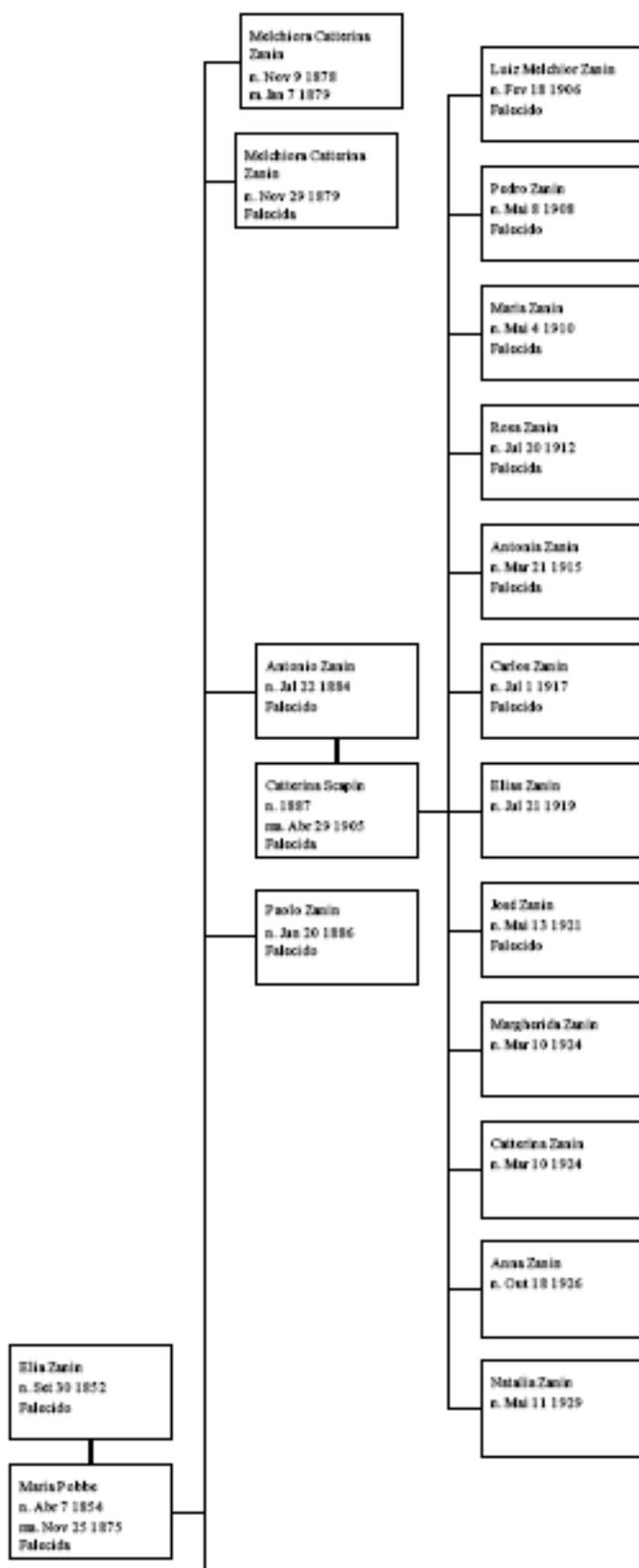
## Descendientes de Giuseppe Zanin

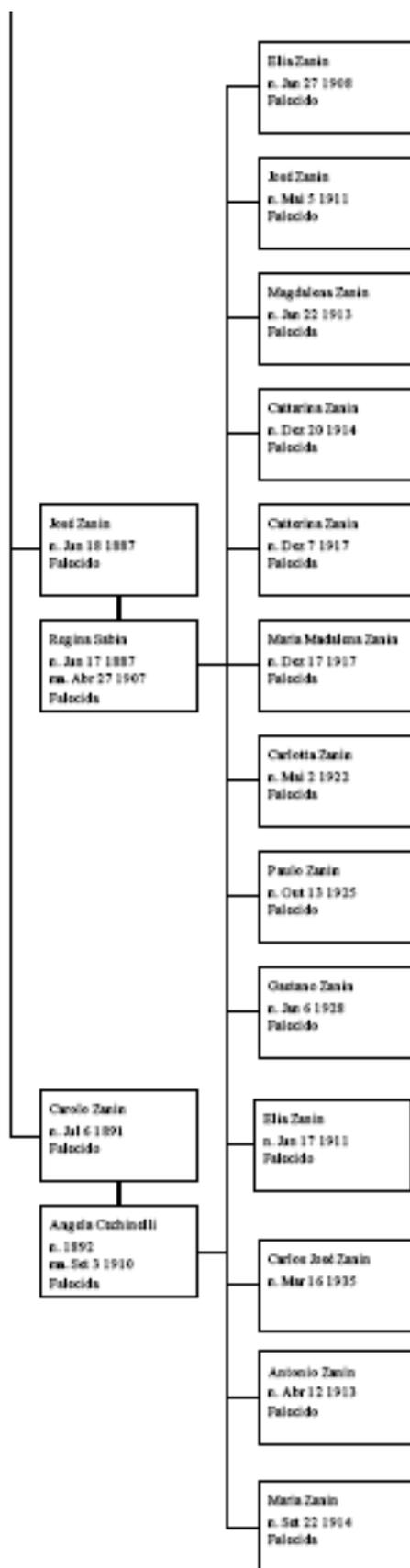




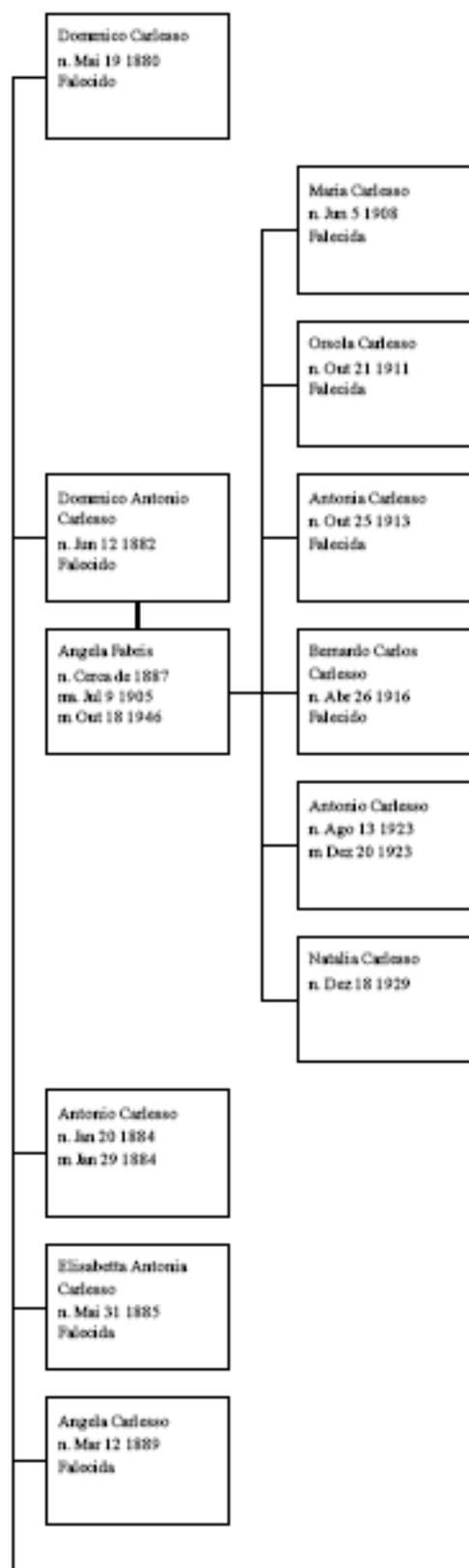


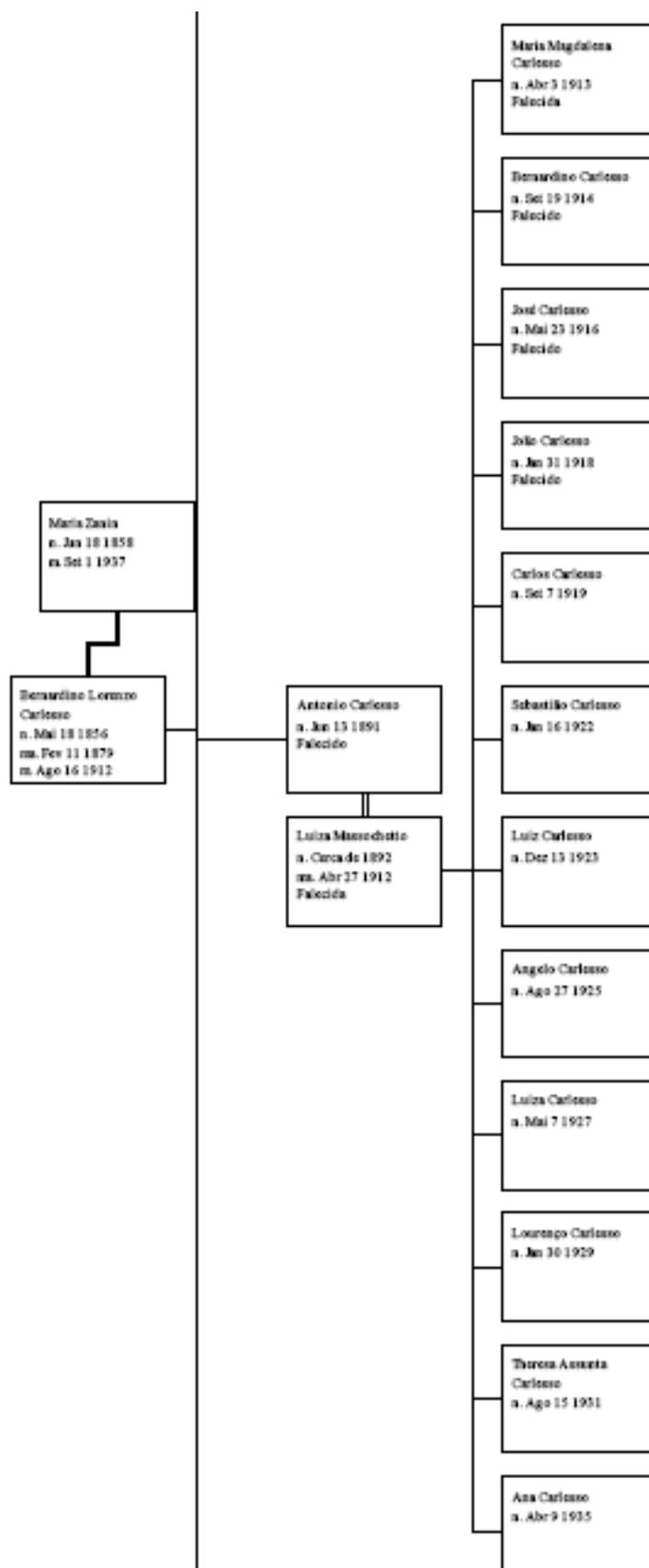
## Descendentes de Elias Zanin

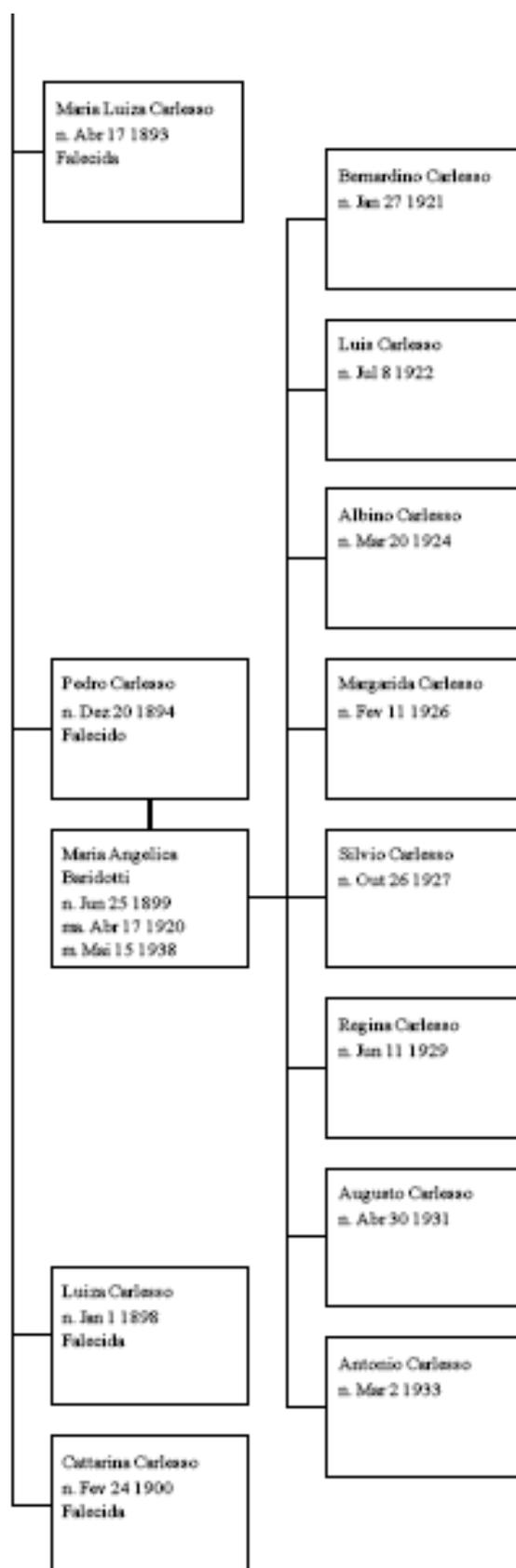




## Descendentes de Maria Zuzin







**Anexo 6**  
**Frequência prenomes masculinos dos imigrantes italianos instalados nas colônias de Campo Largo**

Abram	1	Cristiano	3	Leopoldo	1
Abramo	4	Daminao	1	Lorenzo	3
Achille	2	Dante	1	Luigi	32
Agostinho	1	David	3	Marco	3
Alessandre	2	Diligente	1	Massimiliano	3
Alfonso	1	Domenico	21	Matteo	5
Amante	1	Elia	3	Melchuior	1
Andrea	4	Eliseu	1	Michel	3
Angelo	24	Emilio	3	Modesto	1
Anselmo	2	Ermelao	1	Nicodemo	1
Antonio	54	Ermenegildo	1	Nicola	3
Apostolo	2	Ernesto	2	Nicolato	1
Arnoldo	1	Eugenio	2	Paolo	5
Augusto	1	Eurico	1	Pasquale	1
Baptista	11	Evangelista	1	Pellegrino	1
Beato	1	Fedele	1	Pietro	31
Benevento	1	Felipe	1	Pio	2
Benjamino	2	Ferdinando	2	Placido	2
Bernardino	1	Ferracio	1	Pompeo	1
Bernardo	3	Ferrucio	1	Primo	1
Berriggio	1	Fortunato	5	Ricardo	2
Bonafede	1	Francesco	31	Rinaldo	1
Bortolo	6	Genaro	3	Rodesindo	1
Braggio	1	Georgio	1	Santo	16
Bruno	2	Giacinto	3	Sebastiano	8
Caetano	3	Giacomo	8	Silvestre	1
Calisto	2	Giovanni	58	Silvio	2
Camilo	2	Girolamo	6	Stefano	1
Candido	2	Giuseppe	57	Tarquineo	1
Carlo	4	Goisué	1	Tomasio	1
Catterino	1	Gregorio	1	Umberto	2
Celeste	1	Guglielmo	3	Umberto	2
Cesare	1	Inocente	4	Valentin	3
Cipriano	1	Isidoro	1	Victorio	3
Cleto	1	Julio	2	Virgilio	1
Clodomiro	1	Lazaro	1	Total:107	531

Fonte : Livro de registros de desembarque de imigrantes entrados pelo Porto de Paranaguá (DEAP)

**Anexo 7**  
**Frequência prenomes femininos dos imigrantes italianos instalados nas colônias de Campo Largo**

Adria	1	Elinoce	1	Lucrezia	2
Agata	1	Elisa	6	Luigia	22
Alessandra	1	Elisabetta	9	Madalena	8
Amalia	3	Emilia	2	Margherita	5
Angela	42	Ernesta	1	Maria	109
Angelina	3	Esperanza	1	Mariana	6
Anna	17	Eugenia	1	Melchiora	1
Antonia	12	Eva	1	Nicoleta	1
Beatrice	1	Felicita	1	Nicoleta	1
BellaVicenza	1	Filomena	2	Oliva	3
Belocia	1	Filomena	2	Onesta	1
Benedetta	1	Flora	1	Orsola	1
Bertha	1	Fortunata	1	Palmira	2
Bettilda	1	Gemilda	1	Paola	3
Brodocina	1	Gemma	2	Paschua	4
Candida	2	Geronoma	1	Pellegrina	1
Carlotta	4	Giacoma	2	Perina	2
Carmina	1	Giacomina	1	Regina	18
Carolina	3	Gioconda	2	Rita	2
Catterina	34	Giovanna	15	Rosa	19
Cecilia	1	Giuditta	3	Rosina	2
Chiara	8	Giuseppa	2	Santa	10
Claudina	2	Giuseppa	1	Secondina	1
Clementina	2	Giuseppina	5	Stella	1
Constantina	2	Giustina	1	Teresa	17
Constanza	1	Grazioza	6	Valentina	3
Corina	2	Irene	2	Veronica	2
Cosma	1	Irma	1	Virginea	5
Cristina	1	Isolina	1	Vitoria	1
Domenica	12	Italia	2	Total:91	504
Dorotea	2	Lucia	9		

Fonte : Livro de registros de desembarque de imigrantes entrados pelo Porto de Paranaguá (DEAP)

**Anexo 8**  
**Contagem dos 10 prenomes femininos mais frequentes ano a ano (1878-1937) Números absolutos e relativos.**

Ano	Maria		Rosa		Teresa		Angela		Ana		Antonia		Catarina		Joana		Luiza		Madalena		Outros		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1879	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	2	100
1880	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100
1881	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	66,7	3	100
1882	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100
1883	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100
1884	2	66,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100
1885	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100
1886	1	16,7	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	16,7	1	16,7	1	16,7	1	16,7	0	0,0	0	0,0	6	100
1887	1	16,7	0	0,0	0	0,0	1	16,7	0	0,0	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	6	100
1888	7	30,4	1	4,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,3	0	0,0	1	4,3	0	0,0	0	0,0	1	4,3	23	100
1889	6	26,1	4	17,4	0	0,0	3	13,0	0	0,0	0	0,0	1	4,3	0	0,0	1	4,3		0,0		8	23	100
1890	13	31,0	1	2,4	1	2,4	2	4,8	0	0,0	3	7,1	2	4,8	0	0,0	5	11,9	1	2,4	14	33,3	42	100
1891	5	12,5	2	5,0	0	0,0	3	7,5	1	2,5	2	5,0	1	2,5	0	0,0	4	10,0	1	2,5	21	52,5	40	100
1892	3	7,9	5	13,2	2	5,3	1	2,6	3	7,9	1	2,6	1	2,6	1	2,6	0	0,0	1	2,6	20	52,6	38	100
1893	11	17,2	0	0,0	1	1,6	10	15,6	2	3,1	3	4,7	3	4,7	4	6,3	1	1,6	1	1,6	28	43,8	64	100
1894	8	14,8	7	13,0	2	3,7	5	9,3	0	0,0	0	0,0	2	3,7	0	0,0	1	1,9	1	1,9	28	51,9	54	100
1895	11	28,9	1	2,6	2	5,3	1	2,6	0	0,0	3	7,9	2	5,3	1	2,6	0	0,0	1	2,6	16	42,1	38	100
1896	3	12,5	1	4,2	0	0,0	2	8,3	0	0,0	2	8,3	1	4,2	0	0,0	0	0,0	3	12,5	12	50,0	24	100
1897	4	9,5	0	0,0	1	2,4	6	14,3	1	2,4	3	7,1	0	0,0	1	2,4	0	0,0	1	2,4	25	59,5	42	100

1898	7	14,0	5	10,0	2	4,0	1	2,0	2	4,0	0	0,0	2	4,0	2	4,0	0	0,0	4	8,0	1	2,0	26	52,0	50	100
1899	8	18,2	3	6,8	3	6,8	4	9,1	2	4,5	2	4,5	2	4,5	3	6,8	1	2,3	2	2,3	2	4,5	14	31,8	44	100
1900	13	20,3	6	9,4	2	3,1	1	1,6	0	0,0	1	1,6	2	3,1	5	7,8	2	3,1	3	3,1	3	4,7	29	45,3	64	100
1901	2	6,1	1	3,0	1	3,0	1	3,0	0	0,0	1	3,0	4	12,1	1	3,0	1	3,0	0	3,0	0	0,0	21	63,6	33	100
1902	5	11,1	1	2,2	0	0,0	4	8,9	6	13,3	0	0,0	4	8,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	25	55,6	45	100
1903	17	27,4	3	4,8	2	3,2	7	11,3	2	3,2	2	3,2	2	3,2	0	0,0	4	6,5	3	6,5	3	4,8	20	32,3	62	100
1904	7	16,3	2	4,7	2	4,7	5	11,6	3	7,0	3	7,0	2	4,7	0	0,0	4	9,3	1	9,3	1	2,3	14	32,6	43	100
1905	5	11,1	1	2,2	3	6,7	0	0,0	2	4,4	0	0,0	1	2,2	2	4,4	1	2,2	1	2,2	1	2,2	29	64,4	45	100
1906	9	20,5	1	2,3	3	6,8	5	11,4	4	9,1	0	0,0	3	6,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	19	43,2	44	100
1907	6	11,5	2	3,8	1	1,9	5	9,6	1	1,9	1	1,9	5	9,6	0	0,0	4	7,7	0	7,7	0	0,0	27	51,9	52	100
1908	7	18,4	1	2,6	3	7,9	0	0,0	2	5,3	1	2,6	1	2,6	2	5,3	2	5,3	1	5,3	1	2,6	18	47,4	38	100
1909	8	14,8	6	11,1	2	3,7	2	3,7	1	1,9	3	5,6	3	5,6	3	5,6	1	1,9	1	1,9	1	1,9	24	44,4	54	100
1910	10	18,9	5	9,4	3	5,7	3	5,7	1	1,9	1	1,9	2	3,8	1	1,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	27	50,9	53	100
1911	9	21,4	2	4,8	1	2,4	0	0,0	0	0,0	2	4,8	1	2,4	2	4,8	2	4,8	2	4,8	2	4,8	21	50,0	42	100
1912	11	21,6	4	7,8	2	3,9	1	2,0	0	0,0	3	5,9	1	2,0	5	9,8	3	5,9	1	5,9	1	2,0	20	39,2	51	100
1913	14	28,6	0	0,0	4	8,2	0	0,0	1	2,0	3	6,1	0	0,0	5	10,2	0	0,0	2	0,0	2	4,1	20	40,8	49	100
1914	11	16,4	6	9,0	3	4,5	1	1,5	1	1,5	8	11,9	2	3,0	0	0,0	4	6,0	1	6,0	1	1,5	30	44,8	67	100
1915	8	16,0	3	6,0	4	8,0	2	4,0	2	4,0	5	10,0	1	2,0	1	2,0	3	6,0	0	6,0	0	0,0	21	42,0	50	100
1916	10	17,9	5	8,9	2	3,6	3	5,4	0	0,0	3	5,4	4	7,1	1	1,8	4	7,1	0	7,1	0	0,0	24	42,9	56	100
1917	9	16,7	3	5,6	4	7,4	2	3,7	1	1,9	2	3,7	2	3,7	2	3,7	1	1,9	2	1,9	2	3,7	26	48,1	54	100
1918	10	17,5	2	3,5	1	1,8	6	10,5	1	1,8	3	5,3	2	3,5	1	1,8	1	1,8	0	1,8	0	0,0	30	52,6	57	100
1919	10	20,4	4	8,2	4	8,2	2	4,1	2	4,1	3	6,1	2	4,1	1	2,0	1	2,0	0	2,0	0	0,0	20	40,8	49	100
1920	8	12,7	4	6,3	1	1,6	1	1,6		0,0	3	4,8	2	3,2	4	6,3	3	4,8	1	4,8	1	1,6	36	57,1	63	100
1921	5	8,6	2	3,4	2	3,4	1	1,7	2	3,4	1	1,7	2	3,4	1	1,7	3	5,2	0	5,2	0	0,0	39	67,2	58	100

1922	14	20,0	2	2,9	2	2,9	1	1,4	5	7,1	1	1,4	5	7,1	0	0,0	37	52,9	70	100
1923	10	15,2	4	6,1	2	3,0	3	4,5	3	4,5	2	3,0	2	3,0		0,0	34	51,5	66	100
1924	14	22,2	4	6,3	1	1,6	2	3,2	2	3,2		0,0	2	0,0	1	1,6	34	54,0	63	100
1925	14	17,7	3	3,8	1	1,3	1	1,3	1	1,3	1	1,3	3	3,8	2	2,5	51	64,6	79	100
1926	13	21,0	2	3,2	0	0,0	1	1,6	2	3,2	1	1,6	3	4,8	2	3,2	33	53,2	62	100
1927	13	20,3	6	9,4	1	1,6	3	4,7	2	3,1	0	0,0	0	0,0	2	3,1	35	54,7	64	100
1928	8	13,1	4	6,6	2	3,3	1	1,6	1	1,6	2	3,3	3	4,9	1	1,6	37	60,7	61	100
1929	11	25,0	1	2,3	2	4,5	0	0,0	2	4,5	0	0,0	1	2,3	0	0,0	26	59,1	44	100
1930	6	15,0	2	5,0	2	5,0	1	2,5	1	2,5	1	2,5	0	0,0	0	0,0	26	65,0	40	100
1931	11	19,6	1	1,8	5	8,9	1	1,8	3	5,4	5	8,9	2	3,6	1	1,8	27	48,2	56	100
1932	7	17,9	0	0,0	0	0,0	2	5,1	1	2,6	1	2,6	1	2,6	2	5,1	25	64,1	39	100
1933	10	23,8	2	4,8	4	9,5	1	2,4	0	0,0	1	2,4	1	2,4	1	2,4	20	47,6	42	100
1934	6	9,1	4	6,1	3	4,5	4	6,1	1	1,5	3	4,5	2	3,0	2	3,0	40	60,6	66	100
1935	7	17,1	3	7,3	2	4,9	1	2,4	1	2,4	3	7,3	2	4,9	0	0,0	17	41,5	41	100
1936	13	24,1	3	5,6	4	7,4	2	3,7	1	1,9	0	0,0	0	0,0	1	1,9	30	55,6	54	100
1937	9	19,6	0	0,0	6	13,0	2	4,3	2	4,3	2	4,3	0	0,0	0	0,0	24	52,2	46	100
Total	454	18,0	136	5,4	101	4,0	117	4,6	64	2,5	102	4,0	92	3,6	63	2,5	126	50,2	2529	100
															42		9			

Fonte: Registros de batismo da paróquia de São Sebastião (Rondinha – Campo Largo, PR)

**Anexo 9**  
**Contagem dos 10 prenomes masculinos mais frequentes ano a ano (1878-1937). Números absolutos e relativos**

Ano	Antonio		Pedro		João		Angelo		Augusto		Domingo		Francisco		Batista		Luis		José		Outros		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1879	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	66,7	3	100
1880	1	50,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	2	100
1881	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	100,0	2	100
1882	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100
1883	3	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	100
1884	1	16,7	0	0,0	1	16,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	16,7	3	50,0	6	100
1885	2	28,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	28,6	3	42,9	7	100
1886	0	0,0	0	0,0	2	28,6	0	0,0	0	0,0	1	14,3	1	14,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	42,9	7	100
1887	1	9,1	1	9,1	3	27,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	9,1	3	27,3	2	18,2	11	100
1888	5	29,4	2	11,8	3	17,6	1	5,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,9	0	0,0	1	5,9	4	23,5	17	100
1889	10	27,8	1	2,8	6	16,7	3	8,3	1	2,8	1	2,8	1	2,8	3	8,3	2	5,6	3	8,3	5	13,9	36	100
1890	7	12,7	2	3,6	13	23,6	3	5,5	0	0,0	0	0,0	3	5,5	2	3,6	1	1,8	7	12,7	17	30,9	55	100
1891	4	8,9	2	4,4	6	13,3	2	4,4	0	0,0	1	2,2	3	6,7	1	2,2	1	2,2	5	11,1	20	44,4	45	100
1892	6	9,5	2	3,2	10	15,9	4	6,3	2	3,2	2	3,2	0	0,0	2	3,2	2	3,2	5	7,9	28	44,4	63	100
1893	6	10,3	2	3,4	6	10,3	5	8,6	0	0,0	0	0,0	1	1,7	1	1,7	3	5,2	4	6,9	30	51,7	58	100
1894	3	3,9	6	7,9	12	15,8	4	5,3	1	1,3	2	2,6	2	2,6	6	7,9	3	3,9	5	6,6	32	42,1	76	100
1895	3	7,5	3	7,5	2	5,0	4	10,0	0	0,0	1	2,5	2	5,0	1	2,5	1	2,5	9	22,5	14	35,0	40	100
1896	3	11,5	0	0,0	5	19,2	3	11,5	0	0,0	1	3,8	0	0,0	1	3,8	1	3,8	2	7,7	10	38,5	26	100
1897	5	8,2	6	9,8	11	18,0	2	3,3	1	1,6		0,0	1	1,6	5	8,2	3	4,9	8	13,1	19	31,1	61	100
1898	3	8,6	0	0,0	3	8,6	3	8,6	0	0,0	3	8,6		0,0	1	2,9	2	5,7	7	20,0	13	37,1	35	100



1923	6	9,8	1	1,6	8	13,1	2	3,3	1	1,6	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	6,6	3	4,9	6	9,8	30	49,2	61	100
1924	16	22,9	1	1,4	9	12,9	3	4,3	2	2,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	4,3	4	5,7	2	2,9	30	42,9	70	100
1925	13	14,3	3	3,3	13	14,3	6	6,6	0	0,0	1	1,1	2	2,2	2	2,2	2	2,2	1	1,1	4	4,4	46	50,5	91	100
1926	11	13,9	3	3,8	12	15,2	4	5,1	5	6,3	2	2,5	1	1,3	1	1,3	1	1,3	2	2,5	4	5,1	34	43,0	79	100
1927	5	10,6	3	6,4	7	14,9	3	6,4	1	2,1	0	0,0	1	2,1	1	2,1	1	2,1	4	8,5	3	6,4	19	40,4	47	100
1928	5	9,1	2	3,6	10	18,2	3	5,5	0	0,0	0	0,0	2	3,6	1	1,8	1	1,8	0	0,0	1	1,8	31	56,4	55	100
1929	5	12,2	1	2,4	5	12,2	0	0,0	1	2,4	2	4,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	4,9	6	14,6	19	46,3	41	100
1930	5	19,2	1	3,8	2	7,7	1	3,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	11,5	14	53,8	26	100
1931	4	12,1	1	3,0	4	12,1	0	0,0	1	3,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	6,1	0	0,0	21	63,6	33	100
1932	11	18,3	1	1,7	8	13,3	2	3,3	1	1,7	0	0,0	0	0,0	2	3,3	2	3,3	1	1,7	1	1,7	33	55,0	60	100
1933	2	3,9	4	7,8	6	11,8	4	7,8	1	2,0	2	3,9	0	0,0	1	2,0	1	2,0	0	0,0	4	7,8	27	52,9	51	100
1934	7	14,0	3	6,0	0	0,0	5	10,0	0	0,0	1	2,0	1	2,0	1	2,0	1	2,0	2	4,0	1	2,0	29	58,0	50	100
1935	4	10,8	0	0,0	1	2,7	3	8,1	3	8,1	1	2,7	0	0,0	1	2,7	1	2,7	1	2,7	5	13,5	18	48,6	37	100
1936	3	6,4	4	8,5	2	4,3	0	0,0	1	2,1	2	4,3	4	8,5	1	2,1	1	2,1	1	2,1	0	0,0	29	61,7	47	100
1937	7	14,6	3	6,3	4	8,3	1	2,1	1	2,1	2	4,2	0	0,0	2	4,2	2	4,2	2	4,2	0	0,0	26	54,2	48	100
Total	351	13,2	111	4,2	330	12,4	129	4,8	45	1,7	54	2,0	73	2,7	82	3,1	113	4,2	224	8,4	1150	43,2	2662	100		

Fonte: Registros de batismo da paróquia de São Sebastião (Rondinha – Campo Largo, PR)

ANEXO 10: FREQUÊNCIA TOTAL DOS PRENOMES SIMPLES FEMININOS  
(1878-1937).

1878-1899		1900-1910		1911-1920		1921-1930		1921-1937		1878-1937	
Adelaide	1	Ada	1	Adelaide	1	Adelaide	3	Adelaide	4	Ada	1
Agnes	1	Adelaide	1	Adelina	3	Adelina	2	Adele	1	Adelaide	10
Aloisia	2	Adélia	1	Agata	1	Adinse	1	Adeliane	1	Adele	1
Alvira	2	Agata	1	Agnes	1	Adria	2	Alba	1	Adélia	1
Amabile	3	Agnes	1	Alba	1	Agnes	1	Albina	1	Adeliane	1
Amalia	5	Albina	3	Albertina	1	Alba	1	Alice	1	Adelina	5
Angela	40	Aldesira	1	Albina	3	Albertina	1	Ambrosina	1	Adinse	1
Angelica	4	Amabile	4	Amabile	10	Albina	8	Amelia	1	Adria	2
Angelina	1	Amalia	6	Amalia	2	Albisia	1	Ana	9	Agata	2
Anna	11	Ambrosina	1	Amantina	1	Aline	1	Angela	13	Agnes	4
Antonia	24	Amorina	1	Amélia	7	Alisse	4	Anneta	1	Alba	3
Anunziata	3	Anna	22	Ana	8	Amabile	5	Antonia	15	Albertina	2
Arcangela	1	Angela	32	Angela	18	Amalia	2	Arlete	1	Albina	15
Augusta	1	Angelina	2	Antonia	35	Ana	14	Attilia	1	Albisia	1
Aurelia	1	Antonia	12	Anunziata	5	Anastacia	1	Balduina	1	Aldesira	1
Barbara	1	Anunziata	2	Arminda	1	Anatalia	1	Carmelina	1	Alice	5
Brigida	1	Assidia	1	Arsídia	1	Angela	14	Carmella	2	Aline	1
Carlotta	1	Assunta	1	Arzira	1	Angelica	1	Carmem	5	Aloisia	2
Carmina	1	Aurora	1	Attilia	1	Anneta	1	Carolina	1	Alvira	2
Carola	2	Benedita	1	Augusta	1	Antonia	16	Catharina	8	Amabile	22
Carolina	7	Beatrice	1	Aurélia	1	Anunziata	2	Celestina	1	Amalia	15
Catterina	21	Brigida	1	Carmelita	2	Arsilinda	1	Clara	2	Amantina	1
Cecília	4	Carmella	1	Carmella	3	Assunta	1	Clarina	1	Ambrosina	2
Clara	1	Carla	1	Carola	1	Aurélia	1	Claudina	1	Amelia	1
Clarinda	2	Carlotta	3	Carlotta	1	Aurora	2	Constantina	1	Amélia	7
Clelia	1	Carolina	5	Carolina	1	Benvinda	1	Crescencia	1	Amorina	1
Clementina	1	Catharina	15	Corona	3	Bernadete	1	Dominga	4	Ana	64
Constança	1	Catherina	12	Catharina	5	Carlotta	3	Dosolina	1	Anastacia	1
Domingas	12	Cecilia	2	Catherina	12	Carmelita	1	Edit	2	Anatalia	1
Dussolina	3	Clara	1	Celestina	1	Carmella	1	Elena	6	Angela	117
Edelvina	1	Cristina	1	Celeste	1	Carmem	1	Elisabett	1	Angelica	4
Egidia	1	Dominga	9	Clara	1	Carolina	10	Elvira	6	Angelina	3
Elisa	1	Doratea	1	Cristina	1	Catharina	5	Emília	2	Anna	25
Elisabetta	6	Dussolina	1	Daniela	1	Catherina	14	Ermínia	1	Anneta	2
Elvira	1	Elena	3	Dionísia	2	Cecília	8	Eugenia	2	Antonia	102
Emilia	1	Elisa	3	Diomira	2	Clara	1	Eva	1	Anunziata	12
Enrica	1	Elizabeth	8	Dominga	9	Clarinda	1	Fabina	1	Arcangela	1
Ermenegilda	3	Elisabetta	9	Domenica	1	Claudia	2	Gemma	3	Arlete	1
Erminia	2	Emma	1	Doratea	1	Clementina	2	Geraldina	1	Arminda	1
Ernesta	1	Emília	7	Dosolina	3	Clotilde	1	Grazioza	1	Arsídia	1
Esperança	2	Ermínia	6	Eliza	3	Constantina	1	Ida	2	Arsilinda	1
Estella	1	Ermede	1	Elena	14	Dalila	2	Idalina	4	Arzira	1
Eugenia	1	Ernesta	2	Elvira	4	Darsyna	1	Idelphina	1	Assidia	1
Fedenziana	1	Ermenegilda	1	Elisabetta	6	Davina	2	Ignes	8	Assunta	2
Filomena	1	Escolática	3	Emília	7	Dinora	1	Inetta	1	Attilia	2
Floria	1	Eugenia	3	Ermínia	2	Diolina	1	Iolanda	1	Augusta	2
Francisca	4	Faustina	1	Filomena	1	Diomira	2	Irene	6	Aurélia	3
Genovepha	4	Filomena	2	Francisca	1	Dominga	3	Isolina	2	Aurora	3
Geralda	1	Fiorinda	1	Gaetana	1	Doralise	1	Ivone	1	Balduina	1
Germania	1	Floria	1	Genovefa	4	Edit	2	Joana	4	Barbara	1
Gilvia	1	Genovepha	5	Gemma	1	Edyr	1	Jolina	1	Beatrice	1

Grazioza	1	Giacoma	1	Giacoma	1	Efigenia	1	Jorgina	1	Benedita	1
Ida	1	Guistina	1	Giuseppina	1	Egidia	1	Josepha	1	Benvinda	1
Inocencia	1	Grazioza	1	Giuditta	1	Elena	5	Josephina	4	Bernadete	1
Irene	3	Helena	11	Grazioza	2	Eleonora	2	Judith	4	Brigida	2
Isabella	1	Iolina	1	Ida	2	Elisabett	3	Julia	1	Carla	1
Jacoba	1	Isabel	2	Idalina	5	Elisabetta	5	Laura	4	Carlotta	8
Joconda	1	Itália	3	Ignes	1	Elisia	1	Laurita	2	Carmelina	1
Joanna	17	Jacoba	2	Iolanda	1	Eliza	5	Leandrina	1	Carmelita	3
Josepha	1	Jacomina	1	Iracema	3	Elvira	5	Leoni	1	Carmella	7
Joseppina	9	Joana	9	Irda	1	Emília	7	Leonida	5	Carmem	6
Justina	1	Joaquim	1	Irene	2	Ermenegilda	1	Licanora	1	Carmina	1
Laura	1	Jole	1	Isolina	2	Ermínia	1	Lidia	1	Carola	3
Letizia	1	Jolanda	1	Itália	1	Ernesta	1	Lizia	1	Carolina	23
Lidia	1	Josepha	1	Jacomina	4	Ester	1	Lourdes	7	Catharina	92
Lucia	10	Josephina	9	Joana	22	Estrela	1	Lucia	2	Cecilia	14
Luiza	20	Juditta	2	Josepha	2	Etelvina	5	Luigia	1	Celeste	1
Madalena	16	Justina	1	Josephina	7	Filomena	1	Luigina	1	Celestina	2
Margarida	2	Libera	1	Judith	9	Florina	1	Luiza	5	Clara	6
Maria	94	Lídia	1	Justina	2	Fortunata	1	Madalena	2	Clarina	1
Mariana	1	Lucia	7	Laura	2	Francisca	2	Maphalda	1	Clarinda	3
Marta	2	Luigia	2	Laurita	1	Gaetana		Margarida	2	Claudia	2
Narcisa	1	Luiza	15	Leonida	1	Gemma	2	Maria	63	Claudina	1
Natalina	2	Madalena	8	Lia	1	Genaide	1	Mariana	1	Clelia	1
Noemia	1	Margarida	4	Lidia	1	Genovefa	1	Marichina	1	Clementina	3
Oliva	6	Margherita	1	Lucia	1	Gerolina	1	Marina	1	Clotilde	1
Orsola	1	Maria	89	Luigia	6	Gilcira	1	Matilde	1	Constança	1
Orsolina	1	Mariana	4	Luiza	16	Giolina	1	Mercede	2	Constantina	2
Palma	1	Marina	1	Madalena	8	Giulia	2	Nadir	1	Corona	3
Paolina	1	Matilde	2	Margarida	1	Guilhermina	1	Natália	1	Crescencia	1
Pasqua	4	Narcisa	3	Margherida	3	Ida	4	Natalina	1	Cristina	2
Pazienza	1	Natalina	1	Maria	100	Idalina	3	Nayr	2	Dalila	2
Pedrina	1	Natália	1	Mariana	1	Ignes	1	Noemia	1	Daniela	1
Pierina	1	Nuncia	1	Narcisa	1	Ilda	3	Olga	1	Darsyna	1
Regina	4	Oliva	4	Natália	1	Iolanda	6	Olivia	3	Davina	2
Rosalina	1	Orsola	1	Oliva	2	Iracema	4	Onilda		Dinora	1
Rosa	37	Orsolina	2	Orsola	2	Irda	2	Onorina	1	Diolina	1
Sabrina	1	Paolina	1	Orsolina	1	Irene	8	Orsola	2	Diomira	4
Santa	4	Pasqua	1	Ottília	1	Isaura	1	Pasqua	2	Dionísia	2
Stella	4	Pazienza	1	Paulina	1	Isolina	2	Raquel	1	Domenica	1
Teresia	16	Pierina	1	Pedrinha	1	Itália	3	Regina	1	Dominga	37
Valentina	2	Regina	6	Regina	8	Ivete	1	Regina	1	Doralise	1
Victoria	2	Rosa	23	Rosa	33	Jacomina	3	Rita	1	Doratea	2
Virginia	5	Rosaria	3	Rosalina	1	Julia	2	Rosa	13	Dussolina	7
90	572	Rosalina	1	Santina	4	Joana	9	Rosalina	1	Edelvina	1
		Sabrina	1	Santa	4	Josephina	9	Rossina	1	Edit	4
		Santina	1	Silvia	1	Judith	3	Santa	1	Edyr	1
		Santa	8	Theresa	26	Justina	1	Santina	2	Efigenia	1
		Sílvia	3	Ubalina	1	Laura	4	Silene	1	Egidia	2
		Tania	1	Victória	2	Laurinda	1	Silvia	1	Elena	28
		Torana	1	Virgínia	1	Laurita	6	Sofia	2	Eleonora	2
		Theresa	20	101	538	Lavinia	1	Tarsilla	1	Elisa	4
		Utlília	1			Leoni	1	Teresa	24	Elisabetta	30
		Verônica	1			Leonida	2	Teresina	7	Elisia	1
		Victória	3			Leonilda	1	Teresinha	5	Eliza	8
		Vicenza	1			Lidia	1	Valdiria	1	Elizabeth	8
		Virgínia	6			Lilia	1	Veronica	1	Elvira	16
		109	469			Lourdes	12	Vitalina	1	Emilia	24
						Lucia	4	Zoraide	1	Emma	1





										Onorina	1
										Orsola	8
										Orsolina	5
										Ottília	1
										Palma	1
										Palmira	1
										Paolina	4
										Pasqua	8
										Pazienza	2
										Pedrina	3
										Pedrinha	1
										Pelegrina	1
										Pierina	2
										Raquel	1
										Regina	27
										Rita	1
										Rosa	136
										Rosalina	5
										Rosaria	4
										Rossina	1
										Sabrina	2
										Saha	1
										Santa	17
										Santina	11
										Sidalia	1
										Silene	1
										Silvia	5
										Sofia	2
										Stella	6
										Tania	1
										Tarsilla	1
										Teodora	1
										Teresina	7
										Teresinha	6
										Theresa	101
										Torana	1
										Ubalina	1
										Uttília	1
										Valdiria	1
										Valentina	4
										Verônica	2
										Vicenza	1
										Victória	6
										Virginia	13
										Vitalina	1
										Vitória	1
										Zoraide	1

Fonte: Registros de batismo da paróquia de São Sebastião (Rondinha – Campo Largo, PR)

ANEXO 11: FREQUÊNCIA TOTAL DOS PRENOMES SIMPLES MASCULINOS  
(1878-1937).

1878-1899		1900-1910		1911-1920		1921-1930		1931-1937		1878-1937	
Abramo	2	Achiles	1	Achiles	1	Abel	2	Affonso	1	Abel	2
Achile	1	Adamo	2	Adão	1	Abele	1	Agostinho	2	Abele	1
Agostinho	1	Adélio	2	Adolfo	2	Abilio	1	Alberto	2	Abilio	1
Alessandro	1	Affonso	4	Agostinho	1	Achille	1	Albino	3	Abramo	2
Alessio	1	Agostinho	4	Alberto	2	Adolfo	2	Alceo	2	Achile	4
Aloisio	1	Alberto	3	Alfonso	4	Affonso	2	Alexio	3	Adamo	2
Amadeo	2	Albino	2	Alísio	1	Agostinho	6	Alfredo	1	Adão	1
Ambrosio	4	Alessio	3	Amadeo	1	Alberto	4	Alsibiades	1	Adélio	2
Andrea	6	Amadeo	1	Amante	1	Albino	1	Alsides	1	Adolfo	4
Angelo	45	Ambrósio	2	Ambrósio	2	Alessandre	1	Alvino	1	Affonso	7
Antonio	86	Andrea	1	Angelo	20	Alessandro	3	Amadeu	2	Agostinho	14
Arcangelo	2	Angelo	22	Antônio	68	Alfredo	1	Ambrósio	1	Alberto	11
Arnaldo	1	Aníbal	1	Armando	1	Amadeo	1	Andre	1	Albino	6
Attilio	1	Antônio	76	Arnaldo	1	Amadeus	1	Andre	1	Alceo	2
Augusto	5	Arcângelo	1	Arturo	1	Ambrósio	3	Anelto	1	Alessandre	1
Aureliano	1	Arturo	1	Atílio	4	Anacleto	2	Angelo	15	Alessandro	4
Ausilio	2	Atílio	1	Augusto	9	Anastacio	1	Antenor	5	Alessio	4
Baptista	29	Augusto	8	Baptista	11	Andrea	2	Antonio	38	Alexio	3
Bartolomeo	5	Baptista	21	Basilio	1	Angelo	27	Ardolino	1	Alfonso	4
Basilio	1	Basílio	1	Bartolomeu	2	Antonio	83	Ari	1	Alfredo	2
Bemianino	1	Bernardo	7	Bernardo	6	Apostolo	1	Aristeu	1	Alísio	1
Benavento	2	Benavento	1	Bernardino	2	Arcangelo	1	Aristide	1	Aloisio	1
Bento	1	Benjamim	2	Bemianino	1	Ari	1	Arlindo	2	Alsibiades	1
Bernardo	1	Bernardino	1	Bortolo	1	Aristide	1	Armelindo	1	Alsides	1
Bernardino	2	Bortolo	1	Blasio	1	Arlindo	6	Aroldo	1	Alvino	1
Braz	1	Caetano	1	Bruno	1	Arnaldo	1	Arsidio	2	Amadeo	8
Campolim	3	Cândido	2	Camillo	2	Arvelindo	2	Arsil	1	Amante	1
Carlo	2	Camillo	3	Carlos	18	Attilio	8	Attilio	1	Ambrosio	12
Carolo	2	Carlos	8	Cipriano	2	Augusto	15	Augusto	9	Anacleto	2
Catterino	1	Cesare	1	Claudino	2	Baptista	15	Baptista	8	Anastacio	1
Cecílio	1	Celeste	1	Constantino	1	Bartolomeo	1	Beato	3	Andrea	11
Celeste	2	Cipriano	5	Cristiano	1	Basilio	2	Benjamim	1	Anelto	1
Celestino	1	Clarindo	1	David	2	Belmiro	1	Bento	1	Angelo	129
Cesare	1	Clementino	1	Daniel	2	Bemianino	1	Bernardino	1	Aníbal	1
Cipriano	1	Constante	3	Daniele	1	Benavento	1	Bernardo	2	Antenor	5
Christiano	1	Constantino	2	Domingo	7	Benjamim	1	Braz	1	Antonio	351
Contante	2	David	1	Domenico	2	Bento	1	Camilo	1	Apostolo	1
Daniel	1	Daniel	2	Egídio	1	Bernardino	1	Cândido	1	Arcangelo	2
David	1	Daniele	2	Elias	4	Bernardo	3	Carlito	1	Arcangelo	1
Desiderio	2	Dall'Elmo	1	Enrique	1	Bonafede	2	Carlos	5	Arcângelo	1
Diogo	1	Desidério	1	Epaminondas	1	Bortolo	1	Catharin	1	Ardolino	1
Domingo	17	Diogo	1	Eugenio	4	Brasilino	1	Christao	1	Ari	2
Eduardo	1	Dionísio	1	Envangelista	2	Bruno	1	Cipriano	1	Aristeu	1
Elia	1	Domingo	11	Federico	2	Cândido	2	Claudio	1	Aristide	2
Emanuel	4	Elia	1	Felisberto	1	Carlo	9	Constante	1	Arlindo	8
Emilio	2	Emanuel	1	Fernandes	2	Casemiro	1	Daniel	1	Armando	1
Ernesto	2	Emílio	2	Ferdinando	2	Celestino	1	David	1	Armelindo	1
Estevam	1	Ermínio	1	Fioravante	3	Claudino	1	Domingo	5	Arnaldo	2
Eurico	1	Ermenegildo	1	Florin	1	Constante	1	Edoardo	2	Aroldo	1
Evangelista	2	Ernesto	3	Florindo	4	Constantino	1	Egídio	1	Arsidio	2
Faustino	1	Estevão	1	Florenço	1	Custodio	1	Elia	1	Arsil	1
Federico	2	Eugenio	5	Fortunato	5	Darci	1	Elídio	1	Arturo	2
Ferdinando	2	Eurico	1	Francisco	23	David	1	Eloi	1	Arvelindo	2

Fernando	1	Evangelista	4	Gaetano	1	Desiderio	1	Emétrio	1	Attilio	15
Fiorindo	2	Fausto	2	Gaspar	1	Domingo	9	Ernesto	1	Augusto	45
Florenço	1	Faustino	1	Germano	1	Edgar	1	Ernesto	1	Aureliano	1
Fortunato	5	Federico	7	Giovani	8	Eduardo	1	Evangelista	1	Ausilio	2
Francisco	19	Fedele	1	Giuseppe	7	Elia	1	Faustino	2	Baptista	82
Gabriel	2	Ferdinando	3	Giulio	1	Emanuel	1	Fausto	1	Bartolomeo	5
Geraldo	1	Fiorindo	3	Girolamo	3	Emilio	2	Ferdinando	1	Basilio	5
Guerrino	2	Fioravante	2	Guido	1	Enrique	2	Florindo	1	Beato	3
Ido Etorre	1	Filides	1	Guliehmo	1	Ermindo	1	Formoso	1	Belmiro	1
Inocente	1	Fortunato	7	Honesto	1	Erminio	1	Fortunato	2	Bemianino	3
Jacinto	3	Francisco	18	Ignácio	1	Ernesto	4	Francisco	8	Benavento	4
Jacob	4	Gaetano	2	José	38	Estevam	1	Frederico	2	Benjamim	4
Jacomo	1	Giacomo	1	Jacob	1	Eugenio	2	Genesio	1	Bento	3
Jeronimo	1	Giacinto	1	Jeronimo	1	Evangelista	1	Grasito	1	Bernardino	7
João	97	Giovani	1	João	59	Evaristo	1	Guilherme	4	Bernardo	18
Joaquim	1	Guiuseppe	3	Joaquim	3	Faustino	1	Henrique	1	Blasio	1
Jocondo	1	Godofredo	1	Jorge	3	Feliciano	1	Ivaldo	1	Bonafede	2
José	69	Gulielmo	2	Jovino	1	Ferdinando	1	Jaco	1	Bortolo	3
Luciano	1	Ignácio	1	Julho	1	Fermino	1	Jacob	1	Brasilino	1
Luis	25	Irdio	1	Lauro	1	Fioravante	2	Januario	1	Braz	2
Marco	3	Isidoro	5	Luigi	4	Fiorindo	1	Jeronimo	1	Bruno	2
Maria	4	Jacob	9	Luiz	23	Fortunato	4	João	25	Caetano	1
Mariano	1	Jacomo	5	Marcelino	1	Francisco	8	Joaquim	1	Camillo	6
Massimiliano	1	Jeronimo	2	Marco	3	Gaetano	4	Jocimar	1	Campolim	3
Michel	3	João	61	Mario	1	Giorge	2	Jorge	2	Cândido	5
Modesto	1	José	60	Matteo	4	Giorgio	2	José	11	Carlito	1
Napoleao	2	Laurindo	2	Matheus	1	Giovani	4	Julho	1	Carlo	42
Natal	6	Leão	1	Natal	2	Giuseppe	3	Jurandir	1	Carolo	2
Nicolao	1	Leone	1	Olímpio	1	Guerrin	1	Landino	1	Casemiro	1
Noé	4	Ludovico	1	Olinto	1	Guilherme	5	Laurindo	1	Catharin	1
Olivo	2	Luigi	4	Olivo	1	Ignacio	3	Lauro	2	Cecílio	1
Paulo	6	Luiz	22	Orestes	1	Isidoro	2	Leonel	1	Celeste	3
Pedro	33	Marcelo	1	Ovídio	1	Ivo	1	Leoneldes	1	Celestino	2
Pio	1	Marco	3	Paolo	1	Jacinto	1	Leonildo	2	Cesare	2
Placido	2	Massimiliano	1	Paulo	1	Jacob	6	Leonor	1	Christao	1
Primo	1	Matteo	1	Pedro	18	Jacob	1	Luis	9	Cipriano	9
Raimundo	1	Melchiorre	1	Pietro	1	Jeronimo	3	Marco	1	Clarindo	1
Ricardo	1	Michel	1	Pierino	1	João	76	Maria	1	Claudino	3
Rodolfo	1	Miguel	1	Placido	1	Joaquim	2	Mario	2	Claudio	1
Romano	4	Miro	1	Primo	1	Jordalino	1	Massimiliano	1	Clementino	1
Salvador	2	Natal	3	Prodocimo	1	Jordão	1	Miguel	1	Constante	7
Santo	10	Olivo	2	Riccardo	7	José	36	Mordino	1	Constantino	4
Sebastiao	5	Orlando	1	Rodolfo	1	Joseph	1	Narcisio	1	Cristiano	1
Sperandio	1	Orsоло	1	Sante	2	Landilino	1	Natalio	1	Custodio	1
Stefano	2	Paolo	1	Santo	4	Lauro	3	Nelson	3	Dall'Elmo	1
Umberto	7	Paulo	6	Sebastião	6	Leonelo	1	Novair	1	Daniel	6
Valentino	2	Pedro	24	Simão	1	Leonildo	1	Odair	1	Daniele	3
Vicente	4	Placido	6	Silvano	1	Lino	1	Orlando	2	Darci	1
Virginio	2	Pietro	1	Silvio	1	Lorenzo	1	Oswaldo	1	David	6
Vittorio	7	Primo	5	Stefano	1	Luis	26	Ovidio	1	Desiderio	4
Zacaria	1	Prodocimo	1	Umberto	1	Manoel	1	Paulin	1	Diogo	2
102	68										
	1	Querino	1	Valentin	1	Marco	1	Paulo	2	Dionísio	1
		Rafaele	1	Valentino	1	Marcolino	1	Pedro	11	Domenico	2
		Raimundo	2	Victor	1	Marcolino	1	Reinaldo	1	Domingo	50
		Riccardo	2	Victório	6	Maria	1	Roberto	1	Edgar	1
		Rodolfo	1	107	50	Mariano	1	Romeo	1	Eduardo	4

	Romano	1		Matteo	1	Rubens	1	Egídio	2
	Santino	1		Miltao	1	Sante	4	Elia	8
	Santo	6		Natal	2	Sebastião	1	Elídio	1
	Sebastião	6		Nelson	1	Seraphino	1	Eloi	1
	Stefano	2		Olindo	2	Severino	2	Emanuel	6
	Thomas	2		Olivo	2	Silvio		Emétrio	1
	Umberto	1		Orestes	3	Simeon	1	Emilio	4
	Ursolino	1		Orlando	1	Teodoro	1	Emilio	2
	Valentino	4		Osvaldo	1	Theodorinho	1	Enrique	3
	Vascolo	1		Otavio	2	Thiago	2	Envangelista	2
	Victor	2		Pasquale	1	Ulisse	1	Epaminondas	1
	Victório	8		Paulino	1	Unvalso	1	Ermenegildo	1
	Virgínio	1		Paulo	2	Valdemar	1	Ermindo	1
	Virgolino	1		Pedro	15	Valentin	4	Ermínio	2
	124	54		Persilio	1	Vicente	1	Ernesto	11
		5		Piero	1	Victor	1	Estevam	3
				Pietro	3	Vitalino	1	Eugenio	11
				Primo	2	127	32	Eurico	2
				Raimundo	2		6	Evangelista	8
				Riccardo	2			Evaristo	1
				Rodesindo	1			Faustino	5
				Rodolfo	1			Fausto	3
				Romolo	1			Fedele	1
				Rosario	1			Federico	11
				Santo	10			Feliciano	1
				Savino	1			Felisberto	1
				Sebastião	6			Ferdinando	9
				Silvestre	1			Fermino	1
				Silvio	4			Fernandes	2
				Teodoro	1			Fernando	1
				Valentin	2			Filides	1
				Valentino	2			Fioravante	7
				Venceslao	1			Fiorindo	6
				Victor	3			Florenço	2
				Vidal	1			Florin	1
				Virginio	4			Florindo	5
				Vitalino	1			Formoso	1
				Vitorino	2			Fortunato	23
				Vittorio	7			Francisco	73
				148	55			Frederico	2
					2			Gabriel	1
								Gaetano	7
								Gaspar	1
								Genesio	1
								Geraldo	1
								Germano	1
								Giacinto	1
								Giacomo	1
								Giorge	4
								Giovani	13
								Girolamo	3
								Giulio	1
								Giuseppe	13
								Godofredo	1
								Grasito	1





										Santo	34
										Savino	1
										Sebastiao	24
										Seraphino	1
										Severino	2
										Silvano	1
										Silvestre	1
										Silvio	5
										Simão	2
										Sperandio	1
										Stefano	5
										Teodoro	2
										Theodorinho	1
										Thiago	2
										Thomas	2
										Ulisse	1
										Umberto	8
										Unvalso	1
										Ursolino	1
										Valdemar	1
										Valentin	7
										Valentino	9
										Vascolo	1
										Venceslao	1
										Vicente	5
										Victor	7
										Victório	14
										Vidal	1
										Virginio	7
										Virgolino	1
										Vitalino	2
										Vitorino	2
										Vittorio	14
										Zacaria	1
										310	2662

Fonte: Registros de batismo da paróquia de São Sebastião (Rondinha – Campo Largo, PR)

ANEXO 12: FREQUÊNCIA TOTAL DOS PRENOMES COMBINADOS  
FEMININOS (1878-1937).

1878-1899		1900-1920		1921-1937		1878-1937	
Agnes Maria	1	Albina Carolina	1	Adinse Albina	1	Adinse Albina	1
Aloisia Maria	1	Albina Regina	1	Aline Maria	1	Agnes Maria	1
Amabile Angela	1	Amabile Doratea	1	Amalia Dominga	1	Albina Carolina	1
Amabile Maria	1	Amabile Maria	1	Anastacia Carmela	1	Albina Regina	1
Amalia Maria	1	Ana Carolina	1	Angela Emilia	1	Aline Maria	1
Amalia Oliva	1	Ana Catharina	2	Angela Italia	1	Aloisia Maria	1
AnaMaria Anunziata	1	Ana Eugenia	1	Angela Santina	1	Amabile Angela	1
Angela Carolina	1	Ana Maria	1	Anna Constantina	1	Amabile Doratea	1
Angela Cattarina	1	Ana Rosa	1	Anna Leonilda	1	Amabile Maria	2
Angela Dussolina	1	Angela Amabile	1	Anna Leonilda	1	Amalia Dominga	1
Angela Madalena	1	Angela Catherina	1	Anna Maria	2	Amalia Maria	1
Angela Rosa	1	Angela Celeste	1	Anna Maria	2	Amalia Oliva	1
Angela Teresa	1	Angela Erminia	1	Antonia Adelia	1	Ana Carolina	1
Anna Catterina	1	Antonia Angela	2	Antonia Bernadete	1	Ana Catharina	2
Antonia Carolina	1	Antonia Catherina	1	Antonia Laura	1	Ana Eugenia	1
Antonia Ermenegilda	1	Antonia Joana	1	Arsilinda Rosa	1	Ana Maria	1
Antonia Virginea	1	Antonia Margherita	2	Assunta Cecilia	1	AnaMaria Anunziata	1
Arcangela Maria	1	Carlota Judith	1	Catharina Edithe	1	Ana Rosa	1
Aurelia Maria	1	Carmela Juditta	1	Cattarina Gemma	1	Anastacia Carmela	1
Carola Maria	1	Catharia Maria	2	Cattarina Maria	1	Angela Amabile	1
Carolina Anna	1	Clara Amelia	1	Claudia Luiza	1	Angela Carolina	1
Carolina Maria	1	Catharina Amabile	1	Clementina Laura	1	Angela Cattarina	2
Catterina Ana Maria	1	Dominga Angela	2	Dalila de Lourdes	1	Angela Celeste	1
Cecilia Angela	1	Dominga Verônica	1	Dalvina Maria	1	Angela Dussolina	1
Cecilia Joanna	1	Elena Delaide	1	Darsyna Maria	1	Angela Emilia	1
Clara Madalena	1	Elena Luiza	1	Dominga Maria	1	Angela Erminia	1
Clelia Catterina	1	Elena Maria	2	Dominga Mercede	1	Angela Italia	1
Clementina Joanna	1	Elisabetta Joana	1	Efigenia de Lourdes	1	Angela Madalena	1
Constança Regina	1	Elvira Grazioza	1	Egidia Maria	1	Angela Rosa	1
Dominga Madalena	1	Emilia Fiorinda	1	Erminia de Lourdes	1	Angela Santina	1
Dominga Valentina	1	Ernesta Antonia	1	Fabina Theresina	1	Angela Teresa	1
Edelvina Francisca	1	Filomena Maria	1	Filomena Clara	1	Anna Catterina	1
Elisabett Antonia	1	Giacoma Joana	1	Francisca Cattarina	1	Anna Constantina	1
Enrica Dussolina	1	Grazioza Maria	1	Gilcira de Lourdes	1	Anna Leonilda	2
Esperança Maria	1	Izabel Rosa	1	Grazioza Maria	1	Anna Maria	4
Fedeziana Maria	1	Joana Ana	1	Ida Joanna	1	Antonia Adelia	1
Filomena Teresa	1	Joseph Joana	2	Idalina Antonia	1	Antonia Angela	2

Francisca Elvira	1	Judith Santa	1	Idalina Maria	1	Antonia Bernadete	1
Genovefa Luisa	1	Luiza Antônia	2	Idelphina Josephina	1	Antonia Carolina	1
Genovepha Antonia	1	Mariana Daniela	1	Ilda Gemma	1	Antonia Catherina	1
Inocencia Maria	1	Maria Antonia	5	Ines Theresa	1	Antonia Ermenegilda	1
Joanna Maria	1	Maria Anunziata	1	Irene Laurita	1	Antonia Joana	1
Joseppina Anunziata	1	Maria Carolina	1	Italia Maria	1	Antonia Laura	1
Joseppina Catterina	1	Maria Dominga	1	Jacobina Inocencia	1	Antonia Margherita	2
Joseppina Santa	1	Maria Dossolina	1	Joana Maria	1	Antonia Virginea	1
Justina Rosa	1	Maria Joana	2	Joana Theresa	1	Arcangela Maria	1
Letizia Narcisa	1	Maria Luiza	5	Josefa Edit	1	Arsilinda Rosa	1
Lidia Madalena	1	Maria Madalena	4	Josephina Theresa	1	Assunta Cecília	1
Lucia Maria	1	Maria Margarida	1	Joseppina Maria	1	Aurelia Maria	1
Lucia Maria	1	Maria Mariana	1	Judith Inetta	1	Carlota Judith	1
Luiza Dominga	1	Maria Oliva	1	Laura Joseppina	1	Carmela Juditta	1
Luiza Joseppina	1	Maria Paolina	1	Laurita Maria	1	Carola Maria	1
Luiza Maria	1	Maria Pierina	1	Leandrina Manuel	1	Carolina Anna	1
Luiza Maria	1	Maria Rosa	7	Lidia Joanna	1	Carolina Maria	1
Maraia Francisca	1	Matilde Catherina	1	Lilia Maria	1	Catharina Amabile	1
Margarida Rosa	1	Natalia Maria	1	Lucia Dominga	1	Catharina Edithe	1
Maria Amelia	1	Nuncia Maria	1	Luigia Maria	1	Cattarina Gemma	1
Maria Angela	1	Pasqua Joseppina	1	Luiza Antonia	1	Cattarina Maria	3
Maria Antonia	4	Pazienza Eugenia	1	Margherida Antonia	1	Catterina Ana Maria	1
Maria Augusta	1	Regina Maria	1	Maria Anna	2	Cecilia Angela	1
Maria Catterina	1	Rosa Catherina	1	Maria Antonia	3	Cecilia Joanna	1
Maria Dominga	1	Rosa Elisabetta	1	Maria Anunziata	1	Clara Amelia	1
Maria Gerlda	1	Rosa Jacoba	2	Maria Aurora	1	Clara Madalena	1
Maria Irene	1	Rosa Madalena	1	Maria Benvinda	1	Claudia Luiza	1
Maria Jacoba	1	Santa Antonia	1	Maria Cecília	2	Clelia Catterina	1
Maria Joseppina	1	Santa Catherina	1	Maria clara	1	Clementina Joanna	1
Maria Luiza	9	Teresa Emilia	1	Maria Clarina	1	Clementina Laura	1
Maria Madalena	6	Teresa Floria	1	Maria de Loudes	11	Constança Regina	1
Maria Madalena Ermenegilda	1	Teresa Luiza	1	Maria Eleonora	1	Dalila de Lourdes	1
Maria Sabrina	1	Teresa Maria	4	Maria Genaide	1	Dalvina Maria	1
Maria Teresia	5	Virgínia Madalena	1	Maria Giulia	1	Darsyna Maria	1
Natalina Maria	1			Maria Helena	1	Dominga Angela	2
Oliva Joconda	1			Maria Irene	2	Dominga Madalena	1
Oliva Joseppina	2			Maria Laurinda	1	Dominga Maria	1
Oliva Rosa	1			Maria Lucia	3	Dominga Mercede	1
Paolina Maria	1			Maria Luiza	2	Dominga Valentina	1
Pasqua Grazioza	1			Maria Madalena	5	Dominga Verônica	1
Pasqua Irene	1			Maria Margarida	1	Edelvina Francisca	1

Pedrina Joseppina	1			Maria Mercedes	1	Efigenia de Lourdes	1
Pierina Rosa	1			Maria Natalia	1	Egidia Maria	1
Regina Santa	1			Maria Nemessis	1	Elena Delaide	1
Rosa Antonia	1			Maria Raquel	1	Elena Luiza	1
Rosa Lucia	1			Maria Regina	1	Elena Maria	2
Rosa Maria	3			Maria Rosa	1	Elisabett Antonia	1
Rosa Pasqua	1			Maria Rosalina	1	Elisabetta Joana	1
Santa Anna	1			Maria Santa	1	Elvira Grazioza	1
Santa Luiza	1			Maria Virginia	1	Emilia Fiorinda	1
Stella Angela	1			Marina Nayr	1	Enrica Dussolina	1
Teresia Joanna	1			Mercede Maria	1	Erminia de Lourdes	1
Valentina Madalena	1			Nayr Amabile	1	Ernesta Antonia	1
Virginia Ermenegilda	1			Olga Judit	1	Esperança Maria	1
Virginia Maria	1			Orsola Irene	1	Fabina Theresina	1
				Palmira Maria	1	Fedenziana Maria	1
				Pedrina Albina	1	Filomena Clara	1
				Pelegrina de Lourdes	1	Filomena Maria	1
				Regina Rosa	1	Filomena Teresa	1
				Rosa Antonia	1	Francisca Cattarina	1
				Rosa Fancisca	1	Francisca Elvira	1
				Rosa Oliva	1	Genovefa Luisa	1
				Santina Ines	1	Genovepha Antonia	1
				Santina Maria	1	Giacoma Joana	1
				Silene Theresa	1	Gilcira de Lourdes	1
				Sophia Maria	1	Grazioza Maria	1
				Stella Laura	1	Grazioza Maria	1
				Theresa Elvira	1	Ida Joanna	1
				Zaie Maria	1	Idalina Antonia	1
				Zoraide Maria	1	Idalina Maria	1
						Idelphina Josephina	1
						Ilda Gemma	1
						Ines Theresa	1
						Inocencia Maria	1
						Irene Laurita	1
						Italia Maria	1
						Izabel Rosa	1
						Jacobina Inocencia	1
						Joana Ana	1
						Joana Maria	2
						Joana Theresa	1
						Josefa Edit	1
						Josephina Joanna	2
						Josephina Theresa	1
						Joseppina Anunziata	1
						Joseppina Catterina	1
						Joseppina Maria	1

					Joseppina Santa	1
					Judith Inetta	1
					Judith Santa	1
					Justina Rosa	1
					Laura Joseppina	1
					Laurita Maria	1
					Leandrina Manuel	1
					Letizia Narcisa	1
					Lidia Joanna	1
					Lidia Madalena	1
					Lilia Maria	1
					Lucia Dominga	1
					Lucia Maria	2
					Luigia Maria	1
					Luiza Antônia	3
					Luiza Dominga	1
					Luiza Joseppina	1
					Luiza Maria	2
					Maria Francisca	1
					Margarida Rosa	1
					Margherida Antonia	1
					Maria Amelia	1
					Maria Angela	1
					Maria Anna	2
					Maria Antonia	12
					Maria Anunziata	2
					Maria Augusta	1
					Maria Aurora	1
					Maria Benvinda	1
					Maria Carolina	1
					Maria Catterina	1
					Maria Cecília	2
					Maria clara	1
					Maria Clarina	1
					Maria de Loudes	11
					Maria Dominga	2
					Maria Dossolina	1
					Maria Eleonora	1
					Maria Genaide	1
					Maria Geralda	1
					Maria Giulia	1
					Maria Helena	1
					Maria Irene	3
					Maria Jacoba	1
					Maria Joana	2
					Maria Joseppina	1
					Maria Laurinda	1
					Maria Lucia	3

					Maria Luiza	16
					Maria Madalena	15
					Maria Madalena Ermenegilda	1
					Maria Margarida	2
					Maria Mariana	1
					Maria Mercedes	1
					Maria Natalia	1
					Maria Nemessis	1
					Maria Oliva	1
					Maria Paolina	1
					Maria Pierina	1
					Maria Raquel	1
					Maria Regina	1
					Maria Rosa	8
					Maria Rosalina	1
					Maria Sabrina	1
					Maria Santa	1
					Maria Teresia	5
					Maria Virginia	1
					Mariana Daniela	1
					Marina Nayr	1
					Matilde Catherina	1
					Mercede Maria	1
					Natalina Maria	2
					Nayr Amabile	1
					Nuncia Maria	1
					Olga Judit	1
					Oliva Joconda	1
					Oliva Joseppina	2
					Oliva Rosa	1
					Orsola Irene	1
					Palmira Maria	1
					Paolina Maria	1
					Pasqua Grazioza	1
					Pasqua Irene	1
					Pasqua Joseppina	1
					Pazienza Eugenia	1
					Pedrina Albina	1
					Pedrina Joseppina	1
					Pelegrina de Lourdes	1
					Pierina Rosa	1
					Regina Maria	1
					Regina Rosa	1
					Regina Santa	1
					Rosa Antonia	2
					Rosa Catherina	1
					Rosa Elisabetta	1

					Rosa Fancisca	1
					Rosa Jacoba	2
					Rosa Lucia	1
					Rosa Madalena	1
					Rosa Maria	3
					Rosa Oliva	1
					Rosa Pasqua	1
					Santa Anna	1
					Santa Antonia	1
					Santa Catherina	1
					Santa Luiza	1
					Santina Ines	1
					Santina Maria	1
					Silene Theresa	1
					Sophia Maria	1
					Stella Angela	1
					Stella Laura	1
					Teresa Emilia	1
					Teresa Floria	1
					Teresa Luiza	1
					Teresa Maria	4
					Teresia Joanna	1
					Theresa Elvira	1
					Valentina Madalena	1
					Virginia Ermenegilda	1
					Virgínia Madalena	1
					Virginia Maria	1
					Zaie Maria	1
					Zoraide Maria	1
					248	323

Fonte: Registros de batismo da paróquia de São Sebastião (Rondinha – Campo Largo, PR)

ANEXO 13: FREQUÊNCIA TOTAL DOS PRENOMES COMBINADOS MASCULINOS (1878-1937).

1878-1899		1900-1920		1921-1937		1878-1937	
Amadeo Desiderio	1	Achiles Francisco	1	Abele Paulino	1	Abele Paulino	1
Andrea Antonio	1	Achille Constantino	1	Angelo Antenor	1	Achiles Francisco	1
Angelo Ambrosio	1	Afonso Francisco	1	Angelo Arlindo	1	Achille Constantino	1
Angelo Antonio	2	Ambrosio João	1	Angelo Attilio	1	Afonso Francisco	1
Angelo Augusto	1	Angelo Antônio	6	Angelo João	1	Amadeo Desiderio	1
Angelo Celeste	1	Angelo Inácio	1	Angelo Valentino	1	Ambrosio João	1
Angelo celestino	1	Angelo Miguel	1	Antonio Agostinho	1	Andrea Antonio	1
Angelo João	1	Angelo Prodocimo	1	Antonio Angelo	1	Angelo Ambrosio	1
Angelo José	4	Antônio Claudino	1	Antonio Carlos	1	Angelo Antenor	1
Antonio Angelo	1	Antônio Clementino	1	Antonio Evaristo	1	Angelo Antônio	8
Antonio David	1	Antônio Ferdinando	1	Antonio Faustino	1	Angelo Arlindo	1
Antonio João	1	Antônio Fioravante	1	Antonio Giorgio	1	Angelo Attilio	1
Antonio José	1	Antônio Gaetano	1	Antonio Guilherme	1	Angelo Augusto	1
Antonio Luis	1	Antônio José	1	Antonio Jacó	1	Angelo Celeste	1
Antonio Paolo	1	Antônio Luiz	6	Antonio João	2	Angelo celestino	1
Antonio Romano	1	Antônio Prodocimo	1	Antonio Pasquale	1	Angelo Inácio	1
Antonio Sebastião	1	Antônio Valentino	1	Antonio Pedro	1	Angelo João	2
Arcangelo Gabriel	1	Augusto Sebastião	1	Antônio Raimondo	1	Angelo José	4
Attilio Fernande	1	Bernardino Domingo	1	Apostolo Mosé	1	Angelo Miguel	1
Augusto Fortunato	1	Bernardo Carlo	1	Ari Jacob	1	Angelo Prodocimo	1
Augusto José	1	Bernardo Domingo	1	Ari João	1	Angelo Valentino	1
Bartolomeo José	1	Bruno Domingo	1	Aristide Baptista	1	Antonio Agostinho	1
Basilio Pedro	1	Cesare Augusto	1	Arlindo Carlos	2	Antonio Angelo	2
Cecilio João	1	Constante Antonio	1	Arlindo João	1	Antonio Carlos	1
Celeste Santo	1	Constante Francisco	1	Augusto Antonio	1	Antônio Claudino	1
Cosntante José	1	Constante José	1	Bruno Jorge	1	Antônio Clementino	1
Desiderio Angelo	1	Constantino Antônio	1	Catharin Baptista	1	Antonio David	1
Domingo Antonio	2	Cristiano Antônio	1	Christao Antonio	1	Antonio Evaristo	1
Domingo Emanuel	1	Daniel Angelo	1	Domingo Agostinho	1	Antonio Faustino	1

Domingo Fortunato	1	Desiderio João	1	Durval João	1	Antônio Ferdinando	1
Domingo Primo	1	Domingo Baptista	1	Edgar João	1	Antônio Fioravante	1
Emanuel Florencio	1	Domingo João	1	Fortunato Antonio	1	Antônio Gaetano	1
Federico Luciano	1	Domingo Primo	1	Francisco Orlando	1	Antonio Giorgio	1
Ferdinando Angelo	1	Ernesto Antônio	1	Guilherme Nelson	1	Antonio Guilherme	1
Ferdinando Benvento	1	Eugênio Pedro	1	Jacob Federico	1	Antonio Jacó	1
Florindo Pedro	1	Federico Bernardo	1	Jeronimo Antonio	1	Antonio João	3
Florindo Romano	1	Felisberto Ubaldino	1	João Alessandre	1	Antonio José	2
Fortunato Antonio	2	Ferdinando Rafaelle	1	João Antonio	1	Antonio Luiz	7
Francisco Antonio	1	Florenço Augusto	1	João Avelindo	1	Antonio Paolo	1
Francisco Jeronimo	1	Florindo Carlo	1	João Baptista	18	Antonio Pasquale	1
Francisco João	1	Florindo José	1	João Candido	1	Antonio Pedro	1
Francisco José	1	Francisco Andrea	1	João Casemiro	1	Antônio Prodocimo	1
Francisco Primo	1	Francisco Cipriano	1	João Domingo	1	Antônio Raimondo	1
Geraldo João	1	Francisco José	5	João Evangelista	1	Antonio Romano	1
Jacinto Napoleão	1	Jacob Vittorio	1	João Leonildo	1	Antonio Sebastião	1
João Andrea	1	João Angelo	1	João Maria	1	Antônio Valentino	1
João Antonio	4	João Antônio	1	Joaquim Luis	1	Apostolo Mosé	1
João Arcangelo	1	João Atillio	1	José Antonio	2	Arcangelo Gabriel	1
João Aureliano	1	João Baptista	21	José Beato	1	Ari Jacob	1
João Baptista	13	João Cipriano	1	José Jurandir	1	Ari João	1
João Domingo	1	João Claudino	1	José Rubens	1	Aristide Baptista	1
João Evangelista	1	João Florindo	1	José Silvestre	1	Arlindo Carlos	2
João Maria	4	João Joaquim	1	Lauro Antonio	1	Arlindo João	1
João Pedro	2	João Natal	1	Lauro Leonor	1	Attilio Fernande	1
João Pio	1	João Santo	1	Leonelo Santo	1	Augusto Antonio	1
João Vittorio	1	João Sebastião	1	Lino Luiz	1	Augusto Fortunato	1
Jose Antonio	3	José Angelo	1	Luis Antonio	2	Augusto José	1
José Bemianino	1	José Armando	1	Luis Carlos	1	Augusto Sebastião	1
José Francisco	1	José Bortolo	1	Luis Lorenzo	1	Bartolomeo José	1
José João	1	José Caetano	1	Luiz Fernando	1	Basilio Pedro	1
José Paolo	1	José Camillo	1	Luiz Fioravante Bernardo	1	Bernardino Domingo	1
José Vittorio	1	José Federico	1	Mario Jocimar	1	Bernardo Carlo	1
Luis Angelo	1	José João	1	Massimiliano Antonio	1	Bernardo Domingo	1
Luis Fortunato	1	José Luiz	2	Nelson Primo	1	Bruno Domingo	1
Luis Jacinto	1	José Matteo	1	Olindo Angelo	1	Bruno Jorge	1
Luis Placido	1	José Primo	1	Olindo José	1	Catharin Baptista	1

Marco João	1	José Sebastião	1	Pedro Antonio	1	Cecilio João	1
		Ludovico	1				
Marco Virgineo	1	Jerônimo		Pedro João	1	Celeste Santo	1
Massimiliano		Luiz Agostinho	1			Cesare Augusto	1
Noé	1			Pedro Paulo	2		
Michel Angelo	1	Luiz Cipriano	1	Redento Luiz	1	Christao Antonio	1
		Luiz Jacob	1	Romolo		Constante	1
Michel Angelo	1			Sebastião	1	Antonio	
Napoleao		Luiz Santo	1			Constante	1
Vitorio	1			Rosario Vitor	1	Francisco	
		Marcelino	1			Constante José	2
Natal Diogo	1	Fortunato		Santo Augusto	1		
		Miro Laurindo	1			Constantino	1
Natal João	1			Santo Domingo	1	Antônio	
Natal José	1	Natal Diogo	1	Santo João	1	Cristiano Antônio	1
		Orlando	1			Daniel Angelo	1
Pedro Achile	1	Raimundo		Santo Paulo	1		
Pedro Amadeo	1	Paolo Carlo	1	Santo Tobias	1	Desiderio Angelo	1
Pedro Antonio	2	Pedro Alberto	1	Savino João	1	Desiderio João	1
		Pedro Francisco	1			Domingo	
Pedro Daniel	1			Silvio Faustino	1	Agostinho	1
		Pedro Luiz	1			Domingo	
Pedro João	1			Unvalso José	1	Antonio	2
		Pedro Matteo	1	Valdemar		Domingo	1
Pedro Paulo	1			Theodoro	1	Baptista	
Pedro		Pedro Paulo	1	Valentino		Domingo	
Sebastião	1			Antonio	1	Emanuel	1
		Primo Attilio	1			Domingo	
Santo Antonio	2			Vitorino Andrea	1	Fortunato	1
Santo João	1	Primo Pedro	1			Domingo João	1
Santo Valentino	1	Ricardo Assidio	1			Domingo Primo	2
Sebastião João	1	Ricardo Eugênio	1			Durval João	1
Umberto		Sante Francisco	1				
Emanuel	1					Edgar João	1
		Sante José	1			Emanuel	
Umberto João	1					Florencio	1
Umberto José	1	Santo Antônio	3			Ernesto Antônio	1
Valentino José	1	Santo Cipriano	1			Eugênio Pedro	1
		Santo Emilio	1			Federico	1
Vittorio Antonio	1					Bernardo	
Zacaria		Santo Florindo	1				
Ambrosio	1					Federico Luciano	1
		Valentino	1			Felisberto	1
		Fortunato				Ubaldo	
		Vascolo	1			Ferdinando	
		Godofredo				Angelo	1
		Victor Emanuel	1			Ferdinando	
						Benvento	1
		Virgolino	1			Ferdinando	1
		Antônio				Rafaelle	
						Florenço Augusto	1
						Florindo Carlo	1
						Florindo José	1
						Florindo Pedro	1
						Florindo Romano	1
						Fortunato	
						Antonio	3
						Francisco Andrea	1
						Francisco	1

					Antonio	
					Francisco Cipriano	1
					Francisco Jeronimo	1
					Francisco João	1
					Francisco José	6
					Francisco Orlando	1
					Francisco Primo	1
					Geraldo João	1
					Guilherme Nelson	1
					Jacinto Napoleão	1
					Jacob Federico	1
					Jacob Vittorio	1
					Jeronimo Antonio	1
					João Alessandre	1
					João Andrea	1
					João Angelo	1
					João Antonio	6
					João Arcangelo	1
					João Atillio	1
					João Aureliano	1
					João Avelindo	1
					João Baptista	52
					João Candido	1
					João Casemiro	1
					João Cipriano	1
					João Claudino	1
					João Domingo	2
					João Evangelista	2
					João Florindo	1
					João Joaquim	1
					João Leonildo	1
					João Maria	5
					João Natal	1
					João Pedro	2
					João Pio	1
					João Santo	1
					João Sebastião	1
					João Vittorio	1
					Joaquim Luis	1
					José Angelo	1
					Jose Antonio	5
					José Armando	1
					José Beato	1
					José Bemianino	1
					José Bortolo	1
					José Caetano	1
					José Camillo	1
					José Federico	1
					José Francisco	1
					José João	2
					José Jurandir	1
					José Luiz	2
					José Matteo	1

					José Paolo	1
					José Primo	1
					José Rubens	1
					José Sebastião	1
					José Silvestre	1
					José Vittorio	1
					Lauro Antonio	1
					Lauro Leonor	1
					Leonelo Santo	1
					Lino Luiz	1
					Ludovico Jerônimo	1
					Luis Angelo	1
					Luis Antonio	2
					Luis Carlos	1
					Luis Fortunato	1
					Luis Jacinto	1
					Luis Lorenzo	1
					Luis Placido	1
					Luiz Agostinho	1
					Luiz Cipriano	1
					Luiz Fernando	1
					Luiz Fioravante Bernardo	1
					Luiz Jacob	1
					Luiz Santo	1
					Marcelino Fortunato	1
					Marco João	1
					Marco Virgineo	1
					Mario Jocimar	1
					Massimiliano Antonio	1
					Massimiliano Noé	1
					Michel Angelo	2
					Miro Laurindo	1
					Napoleao Vitorio	1
					Natal Diogo	2
					Natal João	1
					Natal José	1
					Nelson Primo	1
					Olindo Angelo	1
					Olindo José	1
					Orlando Raimundo	1
					Paolo Carlo	1
					Pedro Achile	1
					Pedro Alberto	1
					Pedro Amadeo	1
					Pedro Antonio	3
					Pedro Daniel	1
					Pedro Francisco	1
					Pedro João	2
					Pedro Luiz	1
					Pedro Matteo	1
					Pedro Paulo	4
					Pedro Sebastião	1

